

A large, stylized maze graphic composed of thick black lines on a light beige background. A path is highlighted in a vibrant blue color, starting from the top left and winding through the maze. The maze is divided into several sections by a vertical and a horizontal line.

# PESQUISAS SOBRE DIREITAS NO BRASIL

**Marco Aurélio Dias de Souza**  
**Flávio Henrique Calheiros Casimiro**  
Organizadores

COLEÇÃO  
SOCIOLOGIAS  
NECESSÁRIAS



**Criação** Editora



**PESQUISAS  
SOBRE  
DIREITAS  
NO BRASIL**

**PESQUISAS SOBRE DIREITAS NO BRASIL**

**n. 8**

Organizadores  
Marco Aurélio Dias de Souza  
Flávio Henrique Calheiros Casimiro

**ISBN**

**978-85-8413-300-0**

EXPEDIENTE:

Programa de Pós-Graduação em Sociologia - UFS  
Coordenador Dr. Marcelo Alario Ennes

COLEÇÃO SOCIOLOGIAS NECESSÁRIAS

Coordenadores da Coleção

Dr. Frank Marcon

Dr. Marco Aurélio Dias de Souza

Dra. Vilma Soares de Lima Barbosa

Revisão

Danielle de Noronha

**EDITORA CRIAÇÃO**  
**CONSELHO EDITORIAL**

Ana Maria de Menezes  
Christina Bielinski Ramalho  
Fábio Alves dos Santos  
Jorge Carvalho do Nascimento  
José Afonso do Nascimento  
José Eduardo Franco  
José Rodorval Ramalho  
Justino Alves Lima  
Luiz Eduardo Oliveira  
Martin Hadsell do Nascimento  
Rita de Cácia Santos Souza

COLEÇÃO  
SOCIOLOGIAS  
NECESSÁRIAS

8

# PESQUISAS SOBRE DIREITAS NO BRASIL

**Marco Aurélio Dias de Souza**  
**Flávio Henrique Calheiros Casimiro**  
**ORGANIZADORES**



**Criação** Editora  
Aracaju | 2022

Copyright 2022 by Marco Aurélio Dias de Souza e Flávio Henrique Calheiros Casimiro

Grafia atualizada segundo acordo ortográfico da Língua Portuguesa, em vigor no Brasil desde 2009.

Projeto gráfico  
Adilma Menezes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Tuxped Serviços Editoriais (São Paulo, SP)  
Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Pedro Anízio Gomes - CRB-8 8846

S729p Souza, Marco Aurélio Dias de; Casimiro, Flávio Henrique Calheiros (org.).  
Pesquisas sobre direitas no Brasil / Organizadores: Marco Aurélio Dias de Souza e Flávio Henrique Calheiros Casimiro. -- 1. ed. – Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. 310 p. (Coleção Sociologias Necessárias, n.8). Inclui bibliografia. ISBN 978-85-8413-300-0.  
1. Ciências Sociais. 2. Direita 3. Esquerda. 3. Partidos Políticos. I. Título. II. Assunto. III. Organizadores.

CDD 324.2  
CDU 329

ÍNDICE PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

1. O processo político: Partidos políticos.
2. Partidos políticos.

SOUZA, Aurélio Dias de Marco; CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros (org.). **Pesquisas sobre direitas no Brasil**. 1. ed. Aracaju, SE: Criação Editora, 2022. E-book (PDE). ISBN 978-85-8413-300-0.

## Sumário

- 9 **Apresentação: Pesquisas sobre direitas no Brasil**  
Marco Aurélio Dias de Souza  
Flávio Henrique Calheiros Casimiro
- Parte I. Teorias e métodos para estudos sobre direitas no Brasil**
- 15 **Senso comum, senso crítico e filosofia da práxis: notas para um ponto de partida gramsciano na interpretação das consciências populares em tempos de avanços conservadores e reacionários**  
Thiago R. Marques Ribeiro
- 43 **Como e por que estudar os movimentos sociais à direita: análises e indicações teórico-metodológicas**  
Adriélma Silveira Fortuna dos Santos
- 77 **Jovens, direita e religiosidade na periferia: aportes iniciais de pesquisa**  
Florival de Souza Filho  
Frank Nilton Marcon  
Marco Aurélio Dias de Souza
- 103 **Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção**  
Wilson José Ferreira de Oliveira

## **Parte II. Análises e debates sobre direitas no Brasil**

- 133 **“Agro”, a principal base de sustentação da extrema-direita bolsonarista: aprofundamento das desigualdades e barbárie socioambiental**  
Warllen Torres Nannini  
Flávio Henrique Calheiros Casimiro
- 161 **Movimento Escola Sem Partido (MESP) no Brasil e a suposta neutralidade: intelectuais orgânicos e suas relações com outros aparelhos privados de hegemonia**  
Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva161
- 187 **Bancada Evangélica: crescimento, espectro político e pautas**  
José Eduardo Caldeirão
- 235 **“Mais Brasil, menos PT”: a atuação do Movimento Brasil Livre nas manifestações pró-Golpe de 2016**  
João Elter Borges Miranda
- 263 **Ideias, agenda e prioridades: as ações do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na pandemia da Covid-19 no Brasil**  
Luciléia Aparecida Colombo  
Cristiano Parra Duarte  
Nathália Gonçalves Zapparoli
- 281 **Tucanos na muda: o PSDB do ataque à defesa das cotas raciais no Brasil (2008-2014)**  
Diego Martins Dória Paulo



## PESQUISAS SOBRE DIREITAS NO BRASIL.

 Marco Aurélio Dias de Souza<sup>1</sup>

 Flávio Henrique Calheiros Casimiro<sup>2</sup>

O BRASIL VIVE UM PROCESSO histórico marcado pela ascensão conservadora, mobilizada por grupos, partidos e movimentos organizados, que articulam segmentos variados das direitas e extrema direita brasileira. Esse movimento vem se constituindo de forma avassaladora, rompendo com uma série de elementos estruturantes do nosso Estado de Direito, tensionando ao limite as nossas instituições democráticas, bem como, promovendo um ataque sistemático aos valores progressistas, à ciência e ao meio ambiente.

Partindo de tais perplexidades e angústias do presente, este livro traz uma série de textos de caráter teórico, metodológico e empírico, com enfoque em pesquisas sobre direitas no Brasil. Para isso, partimos de pesquisas desenvolvidas no interior de duas grandes áreas das Ciências Humanas, a Sociologia Política e a História. Estabelecer o diálogo entre essas duas áreas se dá pelo interesse em comum de trazer amplitude e diversidade teórica e, através dela, acompanhar a variedade de correntes, alianças e temas que se constituem nosso objeto de estudo.

---

1 Docente do Departamento de Educação- UFS/Itabaiana, do PPGS-UFS. E-mail: dias\_dias\_@hotmail.com.

2 Professor de História Econômica Geral e Economia Política (IFSULDEMINAS – Campus Poços de Caldas). Doutor em História Social (UFF) E-mail: flavio.calheiros@ifsuldeminas.edu.br.



Essa estratégia se faz necessária, visto que, as últimas décadas foram bastante profícuas na construção de um campo de estudo que análise os mais variados movimentos, atores e organizações que influíram no que, a partir de 2013, com as manifestações de junho e a perda da hegemonia das esquerdas nas manifestações de rua, se convencionou apontar como novas direitas no Brasil, mas que ressaltamos nessa apresentação já disputava a hegemonia do debate público durante décadas anteriores. O próprio termo novas direitas já nos dá pistas sobre essa diversidade de movimentos, alianças, ideias e atores, muitas vezes pertencentes a projetos que em sua essência parecem pouco dialogar e que no contexto atual alinharam-se frente a um projeto reacionário e radical de país.

É importante ressaltar que o que vem sendo caracterizado como “nova direita” não se configura como um bloco homogêneo, tampouco se define pelo chamado “Bolsonarismo” e o projeto de extrema direita que assumiu o poder no Brasil, em 2019. Nesse sentido a utilização do termo “direitas”, no plural, é importante para demonstrar o caráter heterogêneo, contraditório e, mesmo, conflitivo do conjunto das frações burguesas. Tais distinções e contradições, tanto no plano dos valores, mas principalmente, no plano econômico-corporativo, abarca importantes conflitos interburgueses que, por sua vez, traduzem-se em diferentes projetos de hegemonia.

Também é verdade que, mesmo contemplando tais divergências e conflitos, muitas vezes inconciliáveis no plano teórico-político, essas distintas frações burguesas, em conjunturas específicas, como no contexto brasileiro em questão, deixam de lado certos particularismos teórico-políticos e programáticos, para articulam-se em torno de um projeto comum como salvaguarda de seus interesses mais essenciais no plano da acumulação de capital. A partir desse contexto histórico, o presente livro tem por perspectiva, apresentar um conjunto diversificado de trabalhos de pesquisadoras e pesquisadores, no sentido de apontar novas possibilidades de análise da constituição e atuação das direitas no Brasil contemporâneo.



Nesse sentido, iniciamos o livro com textos com enfoque teórico metodológico, ao qual, partimos do texto elaborado pelo doutor em história social Thiago R. Marques Ribeiro intitulado *Senso Comum, Senso Crítico e Filosofia da Práxis: notas para um ponto de partida gramsciano na interpretação das consciências populares em tempos de avanços conservadores e reacionários*, que traz um consistente debate teórico com o intuito de pensar movimentos conservadores e reacionários a partir da abordagem do filósofo Sardo Antônio Gramsci.

Em sequência temos o capítulo escrito pela doutora em Sociologia Adrielma Silveira Fortuna dos Santos, intitulado *Como e por que estudar os movimentos sociais à direita: análises e indicações teórico-metodológicas*, que aprofunda teórico-metodologicamente as possibilidades de estudos sobre direitas, propondo experiências metodológicas com o intuito de auxiliar os pesquisadores sobre o tema.

Como terceiro capítulo temos o texto: *Jovens, direita e religiosidade na periferia: aportes iniciais de pesquisa*, redigido pelo doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) Florival de Souza Filho, pelo Prof. Dr. Marco Aurélio Dias de Souza e pelo coordenador do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTS), Prof. Dr. Frank Nilton Marcon, que possui em seu cerne a tensa relação entre pesquisador e trabalho de campo.

Finalizando essa primeira parte teórico-metodológico temos o texto do coordenador do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP) o Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira, *Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção* que traz um relevante debate sobre direitas e mídias sociais digitais.

Para segunda parte desse livro temos estudos com um aprofundamento sobre alguns dos principais temas, movimentos e organizações associadas ao nosso objeto de pesquisa. Aqui traremos pesquisas sobre a relação direitas e o agronegócio, sobre a bancada evangélica, sobre o MBL, entre outros temas relevantes que se inserem no campo pesquisado nesse livro.



Iniciamos com o texto de Warllen Torres Nannini, mestre em Educação Profissional e Tecnológica (IFSULDEMINAS) e do Prof. Dr. Flávio Henrique Calheiros Casimiro (IFSULDEMINAS), intitulado “*Agro*”, a principal base de sustentação da extrema-direita bolsonarista: aprofundamento das desigualdades e barbárie socioambiental, que discute a relação agronegócio e bolsonarismo. Na sequência temos o texto do doutorando em Ciências Sociais pela Unesp- Marília, José Eduardo Caldeirão, com o título *Bancada Evangélica: crescimento, espectro político e pautas*, ao qual, aprofunda a discussão sobre direitos, religião e política.

Como sétimo capítulo temos *Movimento Escola Sem Partido (MESP) no Brasil e a suposta neutralidade: intelectuais orgânicos e suas relações com outros aparelhos privados de hegemonia* escrito pelo doutor em História pela UNIOESTE. Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva, que possui a preocupação com a ofensiva reacionária contra a educação e a liberdade de cátedra.

Já em nosso oitavo capítulo, o doutorando do PPGH/UNIOESTE, João Elter Borges Miranda analisa a atuação do MBL em “*Mais Brasil, menos PT*”: a atuação do Movimento Brasil Livre nas manifestações pró-Golpe de 2016. Em sequência temos o texto *Ideias, agenda e prioridades: as ações do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na pandemia da Covid-19 no Brasil*, escrito pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciléia Aparecida Colombo (UFAL), Cristiano Parra Duarte e por Nathália Gonçalves Zapparoli

Por fim trazemos o capítulo *Tucanos na Muda: o PSDB do ataque à defesa das cotas raciais no Brasil (2008-2014)* escrito pelo doutor em História pela UFF, Diego Martins Dória Paulo que reflete sobre a resistência aos programas de cotas raciais pelo PSDB. Desejamos uma boa leitura e esperamos que essa coletânea traga referências proveitosas para os pesquisadores da área, motive novas pesquisas sobre a temática, bem como possibilite ao leitor e interessados sobre o tema, uma melhor compreensão sobre a atual conjuntura brasileira.





COLEÇÃO  
SOCIOLOGIAS  
NECESSÁRIAS

8

**Parte I**

**Teorias e métodos para estudos  
sobre direitos no Brasil**





# SENSO COMUM, SENSO CRÍTICO E FILOSOFIA DA PRÁXIS: NOTAS PARA UM PONTO DE PARTIDA GRAMSCIANO NA INTERPRETAÇÃO DAS CONSCIÊNCIAS POPULARES EM TEMPOS DE AVANÇOS CONSERVADORES E REACIONÁRIOS

 Thiago R. Marques Ribeiro<sup>1</sup>

## 1.

GRAMSCI ESCREVEU parte expressiva de sua obra sob o tacão de uma ditadura fascista (inclusive, parte dela sob o cárcere imposto por essa mesma ditadura). Tendo em vista tal contexto, é de se esperar que elaborasse conceitos que valessem para a interpretação de regimes ditatoriais e/ou protagonizados por partidos e movimentos de extrema-direita e que era sua preocupação entender como esse processo de fascistização que vivenciou lastreou-se nas consciências populares – assim como era importante entender o senso comum como tendo uma relação complexa com as concepções de mundo mais abrangentes para se atuar de forma adequada no sentido de combater tais regimes e movimentos reacionários.

---

<sup>1</sup> Professor de História (IFES) e Doutor em História Social (UFF). E-mail: <th.marquesribeiro@gmail.com>.



Nesse sentido, esses escritos buscam apresentar alguns conceitos e pensamentos de Gramsci que possam contribuir para o entendimento dos movimentos de direita e extrema-direita do Brasil recente, assim como para a ação política em um contexto crescentemente povoado por tais movimentos políticos; mais especificamente, nas reflexões de Gramsci sobre a formação e desenvolvimento do senso comum e suas relações complexas com as diversas concepções de mundo, filosofias e ideias – movimento fundamental (mas, claro, nunca suficiente) para se compreender a extensão e o caráter da adesão popular ao ideário conservador e reacionário no Brasil recente, seu papel na construção do poder político e as formas adequadas de combatê-lo em favor de uma concepção de mundo emancipadora em seu devir. Advertimos aqui, porém, que apesar de deixarmos referenciadas as passagens e trechos dos “Cadernos” que tomamos como base para as notas que seguem (em sua maior parte, mas não apenas, extratos do “Caderno 11: Introdução ao estudo da filosofia”), trata-se de uma interpretação ensaística sobre o tema e que, dessa forma, não buscamos apresentar uma leitura definitiva do verdadeiro significado que Gramsci buscou atribuir a muitos dos conceitos aqui mencionados, mas apenas a partir dessas reflexões de Gramsci levantar alguns pontos de debate que julgamos relevantes para interpretação do senso comum, o combate dos elementos conservadores e reacionários que nele ainda vicejam, assim como amolar o fio crítico da filosofia da práxis neste tempo “*chiaroscuro*” que atravessamos. Se em algum desses pontos, mesmo que modestamente, tivermos contribuído, mesmo que em detrimento da correção de nossa interpretação, julgaremos o presente texto bem-sucedido.

## 2.

Uma das características dos movimentos e concepções de direita e extrema-direita no Brasil recente que salta aos olhos e aos ouvidos





é a adesão a ideias e crenças que desafiam, num primeiro momento, a qualquer racionalidade, por mais básica que seja. Se nas eleições de 2018 a quantidade de boatos e calúnias que circulava por redes sociais já causava espanto pelo grande número de crentes e propagadores (as chamadas *fake news*), a chegada da pandemia da Covid-19 revelou novas facetas dessas concepções reacionárias, com a difusão de ideias negacionistas da ciência se tornando lugar-comum em muitos desses grupos de mensagens, redes sociais e afins tendo franco curso nas camadas populares brasileiras, bastando o acesso a um dispositivo celular para fazer parte dessa esfera “informacional de desinformação”. O desenvolvimento das tecnologias da informação, paradoxalmente, exponenciou a capacidade de difusão de ideias e crenças avessas à ciência mais elementar – por mais que tal desenvolvimento tecnológico seja resultado do avanço sem precedentes da ciência em nosso tempo.

Frente a essa situação, muitos segmentos sociais em oposição a esses negacionismos e *fake news* que vinham acompanhando tais movimentos conservadores e de extrema-direita se viram perplexos com tamanha adesão a tais ideias e não raro interpretaram o problema como uma questão de falta de esclarecimento, de informações, etc., e que uma sólida argumentação frente aos adeptos de tais crenças seria o melhor caminho para combater essa desinformação. É aqui que podemos situar já uma grande contribuição de Gramsci para se interpretar e enfrentar tal contexto anticiência e de desrazão; i.e., as interpretações de Gramsci de como se estrutura e se desenvolve o senso comum, sua relação com as ideologias e concepções de mundo, assim como as rupturas e continuidades do senso comum com a filosofia e com formas críticas de conceber o mundo.

Em determinado momento de sua reflexão sobre o senso comum e de como as massas populares aderem e participam de determinada concepção de mundo e convicções, Gramsci aborda uma espécie de hipotético debate em que se busca convencer determinada pessoa que a sua posição está equivocada. Nesse sentido, Gramsci afirma que a “for-



ma racional, logicamente coerente, a perfeição do raciocínio que não esquece nenhum argumento positivo ou negativo de certo peso, têm a sua importância, mas está bem longe de ser decisiva” (Gramsci, 1999, p. 108-109). Quando a acurácia lógica e argumentativa cumpre um papel decisivo, trata-se de um caso em que a pessoa com quem se debate já se encontra em um momento de crise intelectual e, assim, oscilante entre suas velhas concepções e as novas com as quais vêm tendo vivência. Além disso, mesmo aqueles dispostos a aceitar argumentações com base, mesmo que aparentemente, científica pode encontrar ditos cientistas que apoiam as concepções que essa pessoa das massas compartilha.

Isso posto, quais seriam, portanto, os elementos fundamentais para Gramsci que determina nas massas a adesão a novas concepções de mundo?

Pode-se concluir que o processo de difusão das novas concepções ocorre por razões políticas, isto é, em última instância, sociais, mas que o elemento formal (a coerência lógica), o elemento de autoridade e o elemento organizativo têm uma função muito grande neste processo tão logo tenha tido lugar a orientação geral, tanto em indivíduos singulares como em grupos numerosos. Disto se conclui, entretanto, que, nas massas como tais, a filosofia não pode ser vivida senão como uma fé. (Gramsci, 1999, p. 108-109).

Portanto, aqui o Gramsci traz as bases políticas e sociais de adesão de massas às grandes correntes de pensamento, assim como as concepções e posições sobre os mais variados temas. Portanto, a coerência lógica e argumentativa tem uma importância subsidiária, apenas; afinal, como também destaca, se um sujeito do povo baseasse suas concepções apenas na lógica argumentativa – e tendo em vista o reconhecimento pelo mesmo de suas limitações nesse campo –, toda vez que se defrontasse com posições melhores embasadas que as suas



deveria mudar imediatamente de convicção? “E apenas porque, na discussão imediata, não sabe se impor? Se fosse assim, poderia acontecer que ele devesse mudar uma vez por dia, isto é, todas as vezes que encontrasse um adversário ideológico intelectualmente superior” (Gramsci, 1999, p. 108-109).

Assim sendo, o pensador comunista conclui que não são elementos racionais que determinam a filosofia das massas – em especial no que tange ao papel das filosofias nas condutas de vida efetivamente adotadas. Esse elemento “é um elemento de fé”. E, nesse sentido, Gramsci segue enfatizando os determinantes sociais da formação das convicções, concepções e filosofias nas massas.

Mas de fé em quem e em quê? Sobretudo no grupo social ao qual pertence, na medida em que este pensa as coisas também difusamente, como ele: o homem do povo pensa que tantos não podem se equivocar tão radicalmente, como o adversário argumentador queria fazer crer; que ele próprio, é verdade, não é capaz de sustentar e desenvolver as suas razões como o adversário faz com as dele, mas que, em seu grupo, existe quem poderia fazer isto, certamente ainda melhor do que o referido adversário; e, de fato, ele se recorda de ter ouvido alguém expor, longa e coerentemente, de maneira a convencê-lo, as razões da sua fé. Ele não se recorda concretamente das razões apresentadas e não saberia repeti-las, mas sabe que elas existem, já que ele as ouviu expor e ficou convencido delas. O fato de ter sido convencido uma vez, de maneira fulminante, é a razão da permanente persistência na convicção, ainda que não se saiba mais argumentar. (Gramsci, 1999, p. 108-109).

A partir dessa passagem, em nosso entendimento, é possível realizar uma rica interpretação do papel das redes sociais e as modernas tecnologias de comunicação na difusão das *fake news*, desinformação e convicções conservadoras e de extrema-direita. Por exemplo, o uso privilegiado de redes sociais e aplicativos de mensagem fechados (como



o WhatsApp) reforça a credibilidade dessas convicções, tendo em vista que são encaminhadas geralmente em grupos fechados em que constam pessoas do mesmo círculo de convivência mais imediata (grupos de vizinhança, de igreja, de trabalho, de família, etc.) e com os quais se constrói laços de identificação, a “fé” nessas convicções têm mais chances de prosperar – e age aqui aquele fator destacado por Gramsci: na mente das pessoas comuns paira a noção de que não seria possível que tantas pessoas estejam enganadas – ainda mais partindo de informações difundidas por pessoas com as quais se nutre laços afetivos e de confiança construídos na experiência cotidiana.

Importante que não se depreenda das afirmações de Gramsci que o debate, o cuidado com o rigor argumentativo e científico, a discussão polêmica, etc., são desimportantes no combate às concepções conservadoras e reacionárias; na verdade, trata-se de um movimento racional entender o real papel da racionalidade na adesão dos sujeitos das massas às ideias – especialmente aquelas ideias que não possuem uma expressão meramente verbal, mas que são móveis de condutas dos agentes históricos populares. Nesse sentido, uma primeira nota metodológica apontada por Gramsci é a escolha dos adversários ideológicos em que um debate racional valha a pena e, entre esses, qual a forma mais adequada de se lidar em uma situação de polêmica argumentativa.

[...] não é muito “científico” (ou, mais simplesmente, “muito sério”) escolher os adversários entre os mais estúpidos e medíocres; ou, ainda, escolher entre as opiniões dos próprios adversários as menos essenciais e as mais ocasionais, presumindo assim ter “destruído” “todo” o adversário porque se destruiu uma sua opinião secundária e acidental, ou ter destruído uma ideologia ou uma doutrina porque se demonstrou a insuficiência teórica de seus defensores de terceira ou quarta categoria. E mais: “deve-se ser justo com os adversários”, no sentido de que é necessário esforçar-se para compreender o que eles realmente quiseram dizer, e não fixar-se maliciosamente nos significados superficiais e imediatos das suas expressões. Isto é válido sempre que o fim

proposto seja o de elevar o tom e o nível intelectual dos próprios seguidores, e não o fim imediato de criar um deserto em torno de si a qualquer custo. (Gramsci, 1999, p. 123-124).

Essa passagem é de grande importância, entendemos, para a lide com o debate político e ideológico no Brasil contemporâneo; afinal, muitas vezes a angústia e a ira causadas pela proliferação de ideias e convicções conservadoras dificultam a observação de quais posturas e condutas no debate ajudam ou atrapalham no convencimento dos elementos das massas populares que eventualmente aderiram a tais ideias. Uma postura excessivamente virulenta e que busca criar “um deserto em torno de si” acaba levando a um isolamento e pode servir para enrijecer ainda mais as pessoas em suas posições ao invés de contribuir para o seu convencimento<sup>2</sup>. Claro que tal postura vale para aqueles que sinceramente aderem a tais posições e que se baseiam naqueles expoentes de maior envergadura – e não os mais “estúpidos e medíocres”, como observa Gramsci.

De toda maneira, resta a questão de como ter aquele tipo de ligação e inserção popular que, em última instância, determina, muito

---

<sup>2</sup> Com o recente falecimento de Olavo de Carvalho, alguns daqueles que participaram de seus cursos, mas que deixaram de seguir suas ideias, relataram suas experiências nos e na leitura de suas obras. Chama atenção a divergência com relação a esse método proposto por Gramsci, i.e., Olavo sempre enfatizava, relatam ex-seguidores, que na busca pela refutação, pela vitória em debates, etc., se devia lançar mão de expedientes como xingamentos, distorções e que entender os argumentos do debatedor longe estava de ser uma prioridade, além de sempre se buscar os representantes mais frágeis da ideologia oponente – assim como caricaturá-los, no sentido de criar uma imagem de estupidez e mediocridade dos adversários (Neiva, 2022). Porém, é significativo o relato na reportagem citada acima de como elementos afetivos de pertencimento a um coletivo eram importantes para a adesão dos seguidores às ideias de Olavo: “O que fez a fama de Olavo nunca foi o valor de suas ideias, mas antes a combinação de barafunda de autores desconhecidos, o sentimento de comunidade, o clima de seita e a ideia de que estávamos resistindo a alguma ameaça (política, cultural, intelectual)”. Por mais que o círculo de seguidores de Olavo de Carvalho não seja nem de longe expressivo do senso comum das massas, não deixa de ser significativo de como foram forjados durante esses anos grupos relativamente disciplinados dispostos a fazer difundir suas ideias reacionárias – e de como o elemento afetivo e o sentimento de pertencimento jogou um papel relevante no processo.



mais do que a precisão argumentativa e científica, a possibilidade de compartilhar uma concepção crítica e emancipadora com as mais amplas massas – que, no entendimento de Gramsci, claramente é a própria *filosofia da práxis* essa concepção crítica. Portanto, o organismo político que busque ser a expressão dessa nova concepção de mundo emancipadora das massas deve ser fruto e expressão dessas mesmas massas e, na verdade, tornar-se ela própria um elemento de auto-organização e formação dessas massas, parte das massas populares, produzindo aquela vinculação emocional, porém, crítica, que é a base da difusão ampla das novas concepções de mundo. Nesse sentido, afirma Gramsci:

Outro elemento que conduz, na arte política, ao abalo dos velhos esquemas naturalistas é a substituição, na função dirigente, dos indivíduos singulares, dos chefes individuais (ou carismáticos, como diz Michels<sup>3</sup>), por organismos coletivos (os partidos). Com o crescimento dos partidos de massa e com a sua adesão orgânica à vida mais íntima (econômico-produtiva) da própria massa, o processo de standardização dos sentimentos populares, que era mecânico e casual (isto é, produzido pela existência ambiente de condições e pressões similares), torna-se consciente e crítico. O conhecimento e o julgamento da importância de tais sentimentos jamais ocorrem, por parte dos chefes, através de intuições baseadas na identificação de leis estatísticas, isto é, por via racional e intelectual, freqüentemente ilusórias – que o chefe traduz em idéias-forças, em palavras-forças –, mas ocorre, por parte do organismo coletivo, através da “co-participação ativa e consciente”, da “co-passionalidade”, da experiência dos detalhes imediatos, de um sistema que se poderia chamar de “filologia viva”. Assim, forma-se uma estreita ligação entre grande massa, partido e grupo dirigente; e todo o conjunto, bem articulado, pode se movimentar como um “homem-coletivo”. (Gramsci, 1999, p. 148).

<sup>3</sup> Alusão ao sociólogo alemão Robert Michels, com quem Gramsci trava um debate polêmico em trechos dos “Cadernos”.

Aqui podemos observar a importância dada pelo autor a elementos afetivos (“sentimentos”, “co-passionalidade”) na construção da filosofia da práxis enquanto concepção de massas capaz de verdadeiramente aplacar as concepções conservadoras e reacionárias – sem abrir mão dos aspectos críticos e coletivos desta concepção (“co-participação ativa e consciente”). Portanto, ao ressaltar os aspectos afetivos da atuação política, Gramsci não o faz deixando de lado a perspicácia crítica e consciente necessária para uma arte/ciência política emancipadora, mas que esses elementos emotivos devem articular-se em totalidade com uma perspectiva “não ingênua” de racionalidade e, principalmente, que a ação política não deve proporcionar uma relação de exterioridade entre massas populares, organismo e direção política – mas, antes, constantemente estreitar tais relações no sentido de ser as massas “intelectuais de si mesmos”.

Gramsci chama esse método de atuação política de massas de “filologia viva”, i.e., diferentemente de interpretações que lidam sobre uma espécie “matéria morta” e a partir de uma metodologia “fria” e ingenuamente racional, Gramsci nos propõe aqui uma conduta militante ativa, não sendo, portanto, essa filologia, esse movimento interpretativo, algo passivo. Destacamos essa passagem, pois, se se deseja realmente incidir nas massas populares no sentido de superar as convicções conservadoras e reacionárias, devemos sinceramente participar cotidianamente na vida das massas, e não apenas buscar convencer-se a si mesmo da correção de suas próprias certezas e de que se está “do lado certo da história”; essa filologia viva, ativa – que no texto do filósofo da práxis italiano é obra coletiva, no caso, do partido em seu sentido moderno –, é a forma para se entender genuinamente os sentimentos e afetos envolvidos nos processos de adesão a certas ideologias e convicções, pois participando concretamente da vida das massas, o militante coletivo passa a não só entender-se enquanto porta-voz das massas populares, mas torna-se ele próprio membro dos grupos sociais populares. O uso do termo “filologia viva” nessa passagem, lembrando que o Gramsci



diversas vezes toma em alta conta a importância da filologia<sup>4</sup>, ressalta exatamente a superação contemplativa das aspirações e afetos das massas, não sendo mais possível contentar-se com explicações que se valem de expressões do tipo “pobre de direita”, “massas ignaras”, “povo ignorante de seus próprios interesses”.

### 3.

Do que elaboramos até aqui, cabe salientar um importante aspecto da maneira como ideias e convicções conservadoras, reacionárias e negacionistas se desenvolveram no Brasil recente. É de grande conhecimento o esforço por parte de elementos do governo e de sua base política em desacreditar a população da gravidade da pandemia da Covid-19, da eficácia das vacinas e veicular a crença em medicamentos carentes de qualquer tipo de eficácia cientificamente comprovada. Porém, apesar da relativa adesão em segmentos da sociedade à desconfiança sobre a vacina, tomando esse exemplo, em comparação a outros países, o Brasil teve uma das maiores parcelas de sua população manifestando o desejo de vacinar-se e efetivamente vacinando-se – e isso apesar de toda morosidade e ação contra do próprio governo. Esse pode ser um interessante caso de um fenômeno observado por Gramsci de contradição entre fato intelectual e norma de conduta.

Qual será, então, a verdadeira concepção do mundo: a que é logicamente afirmada como fato intelectual, ou a que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação? E, já que a ação é sempre uma ação política, não se pode dizer que a

---

<sup>4</sup> Álvaro Bianchi possui estudos de grande relevância sobre as diversas dimensões da importância da filologia para Gramsci. Referenciamos aqui uma interessante aula sobre o tema apresentada por Bianchi no “Curso Gramsci”, intitulado “Filologia e política em Gramsci” (Bianchi, 2021), em que é possível ter um panorama do tema da filologia no pensamento gramsciano. Também vale conferir no “Dicionário gramsciano” (Liguori; Voza, 2017) o verbete “filologia e filologia vivente”.



verdadeira filosofia de cada um se acha inteiramente contida na sua política? Este contraste entre o pensar e o agir, isto é, a coexistência de duas concepções do mundo, uma afirmada por palavras e a outra manifestando-se na ação efetiva, nem sempre se deve à má-fé. A má-fé pode ser uma explicação satisfatória para alguns indivíduos considerados isoladamente, ou até mesmo para grupos mais ou menos numerosos, mas não é satisfatória quando o contraste se verifica nas manifestações vitais de amplas massas: neste caso, ele não pode deixar de ser a expressão de contrastes mais profundos de natureza histórico-social. Isto significa que um grupo social, que tem sua própria concepção do mundo, ainda que embrionária, que se manifesta na ação e, portanto, de modo descontínuo e ocasional – isto é, quando tal grupo se movimenta como um conjunto orgânico –, toma emprestado a outro grupo social, por razões de submissão e subordinação intelectual, uma concepção que não é a sua, e a afirma verbalmente, e também acredita segui-la, já que a segue em “épocas normais”, ou seja, quando a conduta não é independente e autônoma, mas sim submissa e subordinada. É por isso, portanto, que não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção do mundo são, também elas, fatos políticos. (Gramsci, 1999, p. 97).

Se até o momento temos enfatizado dimensões do pensamento gramsciano que ajudam a entender a difusão de ideias e convicções conservadoras e, no limite, negacionistas, essa passagem nos indica uma interessante chave para entender os limites da difusão de tais ideias, ou seja, que em momentos de “manifestações vitais”, como as representadas pela conduta a se assumir frente a uma situação tão crítica como a pandemia, ocorre um descolamento entre ideias tomadas em termos verbais e prática, no caso, entre aqueles que nas redes, nos grupos de mensagens difundiam desconfianças e desinformação acerca das vacinas, que na prática não tardaram a vacinar-se – e, como salienta Gramsci, não por uma questão de má-fé, mas, sim, porque existe uma crise entre a forma como os segmentos populares aderem a ideias



conservadoras gestadas em ambientes próprios a classes que lhe são alheias e as movimentações necessárias em momentos em que a própria vida está em jogo<sup>5</sup>.

Ainda tomando essa passagem como ponto de reflexão, é possível observar que o processo de construção de filosofias orgânicas desde os seus elementos mais cotidianos do senso comum é em si também um ato político e, portanto, reforça-se as afirmações anteriores de que não é possível combater ideologias e ideias conservadoras apenas verbalmente e/ou com uma pretensa superioridade argumentativa e científica, como se tratasse apenas de um problema de esclarecimento, mas que mesmo nesse âmbito da batalha das ideias é o elemento social e político o preponderante. Assim, aquele que visa fazer espalhar concepções emancipadoras entre as massas populares, no caso em tela, a filosofia da práxis (e aqui fica cada vez mais revelador o uso por Gramsci dessa alcunha para se referir à concepção revolucionária do marxismo), não será por meio de uma postura “iluminista ingênua” ou numa “fé tau-matúrgica” na ciência que haverá um efeito decisivo, mas por meio da solidez do trabalho de bases ativo que se tem realizado. E, nesse sentido, tendo à disposição um organismo político coletivo (o *partido* no sentido lato proposto por Gramsci, não estritamente eleitoral), casos como esse de descolamento entre ideias conservadoras com alguma adesão popular e suas próprias práticas concretas cotidianas (como no caso da vacina) representam valiosas oportunidades para promover a emancipação do povo trabalhador de formas de conceber o mundo alheias a seus próprios modos de ser.

---

5 Aqui quando falamos de não tratar-se má-fé, obviamente não nos referimos àqueles casos de figuras negacionistas que se valeram de fraudes e corrupções para furar a fila de vacinação – inclusive com alguns sendo enganados no seu pretense ato de esperteza.



## 4.

Chegado a este ponto de nosso escrito, após apresentarmos algumas das reflexões de Gramsci sobre como o povo trabalhador vive e sente o mundo das ideias, cabe agora recuperar algumas relações que o filósofo da práxis tece em seus escritos carcerários entre o “senso comum” e a “filosofia” – enfatizando aqui o entendimento “ampliado” que o autor desenvolve de filosofia e filósofos.

Gramsci salienta que mesmo que de uma forma espontânea e limitada, “todos os homens são ‘filósofos’”, destacando que essa filosofia popular pode ser verificada em diversas dimensões do mundo social, especialmente (1) na “linguagem”, enquanto abarca conceitos e noções determinadas, (2) no “senso comum” e no “bom senso” e (3) na “religião” e em todo sistema de “crenças, superstições, opiniões, modos de ver e agir” populares (Gramsci, 1999, p. 93)<sup>6</sup>.

A partir da constatação de que todos são filósofos em certa maneira, tendo em vista que já na linguagem, em seu processo de operação de conceitos, se expressa elementos de concepções de mundo, devém a questão da relação mais ou menos passiva, mais ou menos crítica, com que se relacionam com as concepções de mundo; i.e., se participam, mesmo que inconscientemente, de uma concepção de mundo imposta externa e mecanicamente por algum dos grupos sociais, já que todos estão de alguma forma embebidos em alguma dessas concepções ao existir no mundo consciente, ou se elaboram crítica e ativamente suas próprias convicções filosóficas – a partir de atividades propriamente intelectuais, sendo o “guia de si mesmo” e participando ativamente na produção da própria história.

---

<sup>6</sup> A partir de novos problemas e sob diferentes enfoques, Gramsci retorna a esse problema enunciado pela expressão “todos são filósofos” no “Caderno 12”, quando trata do tema dos intelectuais, ao afirmar que todos são intelectuais em determinado sentido, mas nem todos cumprem na sociedade funções intelectuais – que, nesse sentido, não se refere a aspectos práticos e específicos da atividade intelectual em si, mas à função intelectual que determina os sujeitos (individuais e coletivos) cumprem em relação à sociedade em geral e a grupos sociais particulares (Gramsci, 2001, p. 13 e ss.).



A resposta a esse problema é mais complexa do que se parece à primeira vista, não sendo tão óbvia assim a escolha pela segunda opção, ou seja, a de que é preferível pensar por si mesmo criticamente do que aceitar passivamente ideias impostas de fora. As concepções de mundo nunca são resultadas de elaborações individuais, mas um “constructo” coletivo e que muitas vêm se desenvolvendo por diversas gerações; por mais que tais concepções encontrem uma elaboração mais ou menos acabada em certas figuras individuais, essas nunca são produto exclusivo de mentes geniais solitárias. Como diz Gramsci (1999), sempre somos “conformistas de algum conformismo”, “homens-massa”, “homens-coletivo”. A questão é exatamente o tipo desse conformismo, a forma pela qual se compartilha tais elementos de visão de mundo.

Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceito de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. Criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto atingido pelo pensamento mundial mais evoluído. Significa também, portanto, criticar toda a filosofia até hoje existente, na medida em que ela deixou estratificações consolidadas na filosofia popular. O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que é realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços acolhidos sem análise crítica. Deve-se fazer, inicialmente, essa análise. (Gramsci, 1999, p. 94).

O elemento problemático para Gramsci quando se busca atuar nas concepções de mundo numa mirada emancipatória não é o fato de compartilharmos tais concepções com grupos sociais mais amplos



– não havendo aqui, portanto, um entendimento de liberdade trancado em marcos individuais –, mas, sim, o grau de criticidade com a qual se participa de tais concepções. Do contrário, portaremos passivamente fragmentos de visões de mundo dos mais diversos períodos históricos e extrações sociais, ocorrendo, inclusive, contradições e conflitos entre esses próprios fragmentos – sendo que algumas dessas sementes, ao serem elaboradas, constituirão concepções próprias a construção da autonomia crescente das massas, enquanto outros fragmentos expressam atavismos e obstáculos à emancipação social.

Essa passagem de Gramsci é de suma importância para o entendimento crítico das correntes de ideias de direita e extrema-direita do Brasil recente, pois nos adverte do equívoco de interpretar como sendo uma adesão em bloco a relação dos segmentos sociais populares com todo ideário conservador e reacionário; ou seja, o fato de uma pessoa compartilhar alguns dos pontos do pensamento e do programa do governo atual, por exemplo, não significa que essa mesma pessoa não possa também portar fragmentos de concepções críticas e de um programa popular (o caso da simpatia nos segmentos mais pobres da população em temas como saúde e educação públicas, a contrariedade com a privatização de certos patrimônios públicos, entre outros temas, ao mesmo tempo que se definem como politicamente “de direita” quando são questionados sobre sua posição no espectro político, são alguns dos exemplos mais expressivos dessa contradição).

Interpretar as formas de consciência das massas populares implica tomá-las em sua historicidade e em um sentido não homogêneo, ou seja, de que não há uma concordância imediata entre tempos históricos e formas de pensar, entre a persistência de fragmentos de concepções e a existência dos problemas históricos que produziram no passado organicamente essas mesmas concepções de mundo: em suma, não se pode separar a “filosofia da história da filosofia”. Em geral, os grupos sociais, “em determinados aspectos, exprimem a mais desenvolvida modernidade, em outros manifestam-se atrasados com relação à sua posição



social, sendo, portanto, incapazes de completa autonomia histórica” (Gramsci, 1999, p. 95). O senso de historicidade cumpre também papel fundamental na construção nas massas de formas críticas de conceber o mundo e suas próprias vidas – e não apenas na interpretação das formas populares de pensar; para Gramsci, pensamento crítico é pensamento histórico, pensamento ciente da sua própria historicidade e sensibilidade aos problemas que suscitam suas formas próprias de pensar, portanto, empenhado em apreender criticamente os problemas de seu tempo. Afinal, ater-se a formas de pensar elaboradas a partir de problemas do passado significa sermos “‘anacrônicos’ em face da época em que vivemos, que somos fósseis e não seres que vivem de modo moderno” (Gramsci, 1999, p. 95). Portanto, interpretação e ação no campo ideológico implicam ter afiado o senso de historicidade nesse duplo sentido: para entender que permanências de formas pretéritas de conceber a vida subsistem na atualidade popular e, exatamente por isso, difundir esse senso histórico nas massas como forma de fazer perceber tais permanências, abrindo as portas para a sua crítica.

Ainda nesse espírito de compreender a importância de fazer prosperar um senso histórico nas massas como condição para o desenvolvimento no senso comum do senso crítico, Gramsci (1999) nos alerta para a importância fulcral de socializar “descobertas” já realizadas, tornando-as diretrizes para “ações vitais”, como base de “coordenação e de ordem intelectual e moral”.

O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais. (Gramsci, 1999, p. 95-96).

Portanto, existe um princípio pedagógico inescapável para Gramsci nessa atuação crítica de massas, tendo em vista que existe uma origina-



lidade intrínseca aos próprios efeitos da socialização do pensamento crítico – sendo um desses efeitos exatamente a colocação renovada e atualizada de problemas aos sinceros filósofos da práxis a partir do próprio contato dessa filosofia com massas cada vez mais ampliadas e críticas.

## 5.

Um bom exemplo de como as massas vivem aspectos do senso comum – que trataremos brevemente aqui como uma ilustração de como Gramsci trabalha um caso concreto de relação senso comum/filosofia – é exatamente a recuperação que ele faz da trajetória da relação entre a noção de “aposta”, “ópio” (no sentido de criação de autoilusões) e “religião”. Apesar do objetivo inicial da passagem do “Caderno 16” levantar uma espécie de hipótese sobre as origens e raízes da expressão “ópio do povo” utilizada por Marx, tendo em vista que se relaciona ao tema da religião e de como ela é vivida pelas massas, Gramsci acaba apresentando valiosas indicações para uma reflexão sobre senso comum, religião e filosofia.

Gramsci resgata um romance de Balzac em que esse usa a expressão “ópio da miséria” para se referir à loteria, tendo em vista a alegria e a esperança (mesmo que por poucos dias) de mudança de vida que um bilhete de loteria pode causar nas massas pobres, e como isso tem um efeito quase que estupefaciente nessas pessoas. Tendo em vista a admiração e conhecimento que Marx tinha de Balzac, Gramsci levanta a possibilidade de a expressão “ópio da miséria” ter sido a inspiração para a expressão “ópio do povo” utilizada por Marx para se referir à religião – expressão, aliás, muitas vezes retirada de seu contexto e sentido mais complexo na obra original. Gramsci sustenta que a possibilidade desse trânsito semântico de “aposta” para “religião” como sendo o “ópio” em questão foi proporcionada pelas reflexões de Pascal muitos anos antes, em que esse busca dar algum tipo de verniz racionalista à fé católica sob o argumento da “aposta” (*pari*), colocando como vantajoso dentro de um esquema probabilístico crer em Deus, mesmo sob o risco de estar errado: “O que é que



se perde indo na igreja, acreditando em Deus? Se não existir, paciência; mas, se existir, terá sido muito útil acreditar!” (Gramsci, 2007, p. 17).

[...] há uma estreita conexão entre a loteria e a religião, as premiações mostram que alguém foi “eleito”, que alguém obteve uma graça particular de um Santo ou de Nossa Senhora. Seria possível uma comparação entre a concepção ativista da graça nos protestantes, que deu forma moral ao espírito de empreendimento capitalista, e a concepção passiva e indolente da graça própria da gente comum católica. (Gramsci, 2007b, p. 17-18).

Portanto, o que Gramsci acaba revelando aqui em suas reflexões sobre as origens da expressão “ópio do povo” é uma maneira de se observar a “racionalidade” existente na fé popular em Deus: afinal, mesmo que se esteja errado, tendo em vista as recompensas oriundas de uma vida “correta”, “moral”, especialmente para o possível bem-estar da “família”, vale a pena apostar na crença em Deus e nos corolários em termos de conduta dessa crença. Ainda sobre o tema de como se constituem alguns fragmentos do senso comum, Gramsci também aqui levanta a hipótese de que esse argumento da fé como uma aposta tenha justamente surgido com Pascal e posteriormente tenha se difundido enquanto senso comum. Ou, alternativamente, que o próprio Pascal tenha dado expressão filosófica a um determinado modo de pensar popular. “Pascal enfrentou a “vergonha” (se é que se pode dizer assim, porque talvez o argumento da “aposta”, hoje popular, em formas populares, derive do livro de Pascal e não o se conhecesse antes) e buscou dar dignidade e justificação ao modo de pensar popular” (Gramsci, 2007b, p. 17).

Conforme Gramsci já tinha elaborado em passagens anteriores, as filosofias históricas, por um lado, são expressões elaboradas de problemáticas de raiz popular e, por outro, têm fragmentos de seus sistemas construídos por figuras intelectuais singulares que se decantam e consolidam no senso comum popular, conformando uma espécie de “circularidade histórica”.





## 6.

Seguindo os passos da investigação crítica de Gramsci sobre as formas que assumem o senso comum, é exatamente a sua relação com a filosofia e com a religião um dos temas mais fundamentais. “Senso comum” e “religião” são nomes coletivos, pois sempre há na prática uma multiplicidade de “senso comuns”, sendo esse um produto e um devir histórico, assim como a religião é um dos elementos desagregados do senso comum, pois a religião das massas populares nunca coincide em seus fragmentos de concepções de mundo com a religião elaborada e propugnada pelos altos intelectuais das hierarquias eclesiásticas. A filosofia, nesse sentido específico atribuído por Gramsci, é uma “ordem intelectual”, uma superação crítica da religião e do senso comum – e, desse ponto de vista, coincidindo com a noção de “bom senso”. Assim, de acordo com Gramsci, a religião e o senso comum não poderiam “livremente” atingir a coerência e a unidade própria a uma ordem intelectual, como a filosofia. Destaque-se que aqui se levanta a questão do sentido laico de “religião” (um debate polêmico com Croce, que elabora esse conceito laico de religião), ou seja, de unidade de fé entre uma concepção de mundo e uma norma de conduta a ela adequada – abrindo aqui a possibilidade dessa concepção de religião de Croce ser entendida como “ideologia” ou “política”.

Mesmo no sentido de filosofia enquanto uma ordem intelectual coerente, existem sempre disponíveis várias filosofias e a adesão a uma filosofia em particular – assim como a seus fragmentos que compoem mosaicos podem ser encontrados no senso comum – é sempre algo que deve ser entendido politicamente. Na verdade, a própria existência dessa diversidade de filosofias encontra sua razão no âmbito da história da filosofia – entendendo essa história da filosofia como enraizada no contexto mais amplo das concepções populares que, apesar de não coincidirem com as formulações filosóficas, não deixam de se fazer ecoar no âmbito da filosofia, sendo essas as razões de fundo dos grandes movimentos efetuados na história da filosofia, sendo importante nessa em-



preitada sistematizar criticamente as próprias “intuições de mundo e da vida”. Essa ênfase de Gramsci na importância da história da filosofia como parte de uma história da cultura reside no fato que apenas assim é possível perceber o movimento que as correntes de pensamento adotaram ao longo dos séculos, os determinantes enraizados nas formas populares de pensar, pois assim é possível perceber:

[...] o esforço coletivo necessário para que existisse o nosso atual modo de pensar, que resume e compendia toda esta história passada, mesmo em seus erros e em seus delírios, os quais, de resto, não obstante terem sido cometidos no passado e terem sido corrigidos, podem ainda se reproduzir no presente e exigir novamente a sua correção. (Gramsci, 1999, p. 98).

Apesar de não coincidirem, como já exposto, Gramsci entende que existe uma relação histórica entre filosofia e senso comum e que uma das tarefas mais importantes para os que buscam desenvolver o senso crítico nas massas – e, assim, afastar as influências conservadoras e reacionárias que ainda grassam sobre as mentes populares – é exatamente buscar o “núcleo sadio” em meio ao mosaico de concepções e ideias que formam o senso comum (inclusive, Gramsci pega o próprio exemplo da palavra “filosofia”, que, em geral, é apreendido popularmente como significando pensar em algo profundamente, com racionalidade, afastando as paixões e fornecendo à ação uma direção consciente). Portanto, ao identificar-se esse núcleo sadio do senso comum deve-se buscar desenvolvê-lo em algo coerente e unitário, ou seja, autonomamente elaborado pelo popular e não mais introjetado externamente pela força dos séculos e dos costumes. Assim, de um ponto de vista da ação prática nas consciências, ou seja, na luta de/por “corações e mentes”, não se pode fazer uma separação absoluta entre filosofia “científica” e filosofia “vulgar” e popular, já que o próprio objetivo da filosofia da práxis é tomar “as” e ser tomada “pelas” mais amplas massas populares, sendo a germinação dos grãos de bom senso no senso comum como uma das vias mais prósperas para tanto.



Essa relação que se deve buscar que seja crescentemente orgânica entre filosofia e senso comum é um imperativo para aquelas filosofias que buscam compor todo um amplo movimento cultural, sendo, assim, elaboração superior de uma concepção de mundo de fôlego secular e não apenas uma corrente restrita de filósofos profissionais ou especializados; ou seja, de uma filosofia que conduza a uma atividade prática e uma vontade em que ela própria seja a premissa teórica – uma filosofia que vise se tornar uma *ideologia* – entendendo ideologia como uma concepção de mundo que se expressa em todas as manifestações da vida individuais e coletivas (Gramsci, 1999, p. 98-99)<sup>7</sup>.

Essa não é uma tarefa simples e Gramsci destaca o sucesso da Igreja Católica e seus intelectuais na manutenção de um bloco social sólido argamassado pela ideologia (especialmente por conta do papel desempenhado pelos jesuítas), impedindo no que fora possível a cizânia entre os estratos intelectuais superiores, os inferiores e as “almas simples” – apesar, claro, de todos os percalços implicados em um processo histórico de tamanho fôlego e monta. Por outro lado, esse sucesso da Igreja Católica contrasta com o relativo fracasso das filosofias imanentistas<sup>8</sup> de início da Era Moderna em criar essa articulação ideológica entre os “simples” e os intelectuais – tomando como exemplo a questão da escola e de como não se buscou substituir a religião na educação infantil. Para Gramsci, a relação entre intelectuais e

<sup>7</sup> Como se percebe aqui, Gramsci longe está de entender ideologia nessa passagem no sentido de uma “falsa consciência”.

<sup>8</sup> Não é possível expor e desenvolver aqui nestes escritos, mas destacamos que em algumas notas do “Caderno 11” (e.g., §16, §24, §27, §28, entre outras notas dos “Cadernos”) Gramsci busca resgatar um sentido crítico para a noção de “imanência”, apontando, por outro lado, a origem vulgar e mecanicista do termo “materialismo” – sendo que esse último foi muito mais difundido no interior do pensamento marxista. “A *filosofia da práxis* continua a filosofia da imanência, mas depurando-a de todo o seu aparato metafísico e conduzindo-a ao terreno concreto da história. O uso é metafórico apenas no sentido de que a velha imanência está superada, foi superada, ainda que seja sempre concebida como elo no processo de pensamento do qual nasceu o novo” (Gramsci, 1999, p. 156). Para uma obra de relevância determinante para o estudo do pensamento de Marx em sua dimensão imanente, cf. Maurício Vieira Martins (2017).



povo, no sentido da construção desse bloco social, histórico, é análoga àquela que deve existir entre “teoria e prática” no interior desta filosofia que se busca histórica:

[...] a organicidade de pensamento e a solidez cultural só poderiam ocorrer se entre os intelectuais e os simples se verificasse a mesma unidade que deve existir entre teoria e prática, isto é, se os intelectuais tivessem sido organicamente os intelectuais daquelas massas, ou seja, se tivessem elaborado e tornado coerentes os princípios e os problemas que aquelas massas colocavam com a sua atividade prática, constituindo assim um bloco cultural e social. [...] [U]m movimento filosófico só merece este nome na medida em que busca desenvolver uma cultura especializada para restritos grupos de intelectuais ou, ao contrário, merece-o na medida em que, no trabalho de elaboração de um pensamento superior ao senso comum e cientificamente coerente, jamais se esquece de permanecer em contato com os “simples” e, melhor dizendo, encontra neste contato a fonte dos problemas que devem ser estudados e resolvidos? Só através deste contato é que uma filosofia se torna “histórica”, depura-se dos elementos intelectualistas de natureza individual e se transforma em “vida” (Gramsci, 1999, p. 100).

Como já sublinhamos, apesar dessa ligação entre filosofia e senso comum, existe uma utilidade na distinção entre senso comum e filosofia, exatamente para se destacar a passagem de um momento de elaboração entre os intelectuais *stricto sensu* para a sua difusão de massas – assim como para identificar os processos de apreensão crítica por parte de intelectuais de problemas que emergem da vida cotidiana. Trata-se de uma divisão analítica importante, cuja utilidade fica mais explícita se não se perde de vista que “toda filosofia tende a se tornar senso comum de um ambiente, ainda que restrito (de todos os intelectuais)” (Gramsci, 1999, p. 101). E, novamente, como já destacamos aqui, o objetivo de Gramsci é contribuir para a elaboração de um tipo de filosofia que:



tendo já uma difusão ou possibilidade de difusão, pois ligada à vida prática e implícita nela – se torne um senso comum renovado com a coerência e o vigor das filosofias individuais. E isto não pode ocorrer se não se sente, permanentemente, a exigência do contato cultural com os ‘simples’ (Gramsci, 1999, p. 101).

## 7.

Como já aqui destacado, toda a preocupação de Gramsci com a interpretação de como as massas populares formam e vivem suas concepções de mundo – com muitos elementos conservadores e reacionários, mas sem formar um monólito imune a uma coerente atividade crítica e política – está relacionada com o papel que essa cumpre na construção do poder político – especialmente no trabalho de passagem da fase que denomina de “econômico-corporativa” do estabelecimento de determinada correlação de forças sociais para a “ético-política” (Gramsci, 2007, p. 36 e ss.). Portanto, enfrentar situações críticas – como a atual que passamos no Brasil, com forte difusão de elementos conservadores e reacionários – implica em procurar nas massas os fragmentos de ideias contraditórios entre si, assim como entre tais ideias e fragmentos e suas próprias práticas e realidades cotidianas – o que longe está de adotar uma postura professoral frente a essas massas, postura essa muito criticada pelo comunista italiano. Portanto, procurar e explorar tais contradições no âmbito do senso comum é um trabalho de compreensão crítica de si mesmo por meio de uma luta de “hegemonias” políticas contraditórias entre si.

[...] primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. (Gramsci, 1999, p. 103).



A complexidade do que Gramsci está elaborando aqui reside, entre outros pontos, com a relação distinção/unidade que se deve buscar no trato com o senso comum no sentido de elaborá-lo para o nível de enfrentamento ético-político: para poder conseguir elaborar uma concepção de mundo coerente e que expresse os problemas práticos das massas, assim como difundir essa filosofia da práxis entre elas, é fundamental, primeiramente, identificar os elementos fragmentários nesse senso comum, para que se possa desenvolver um senso de distinção para que elementos de bom senso possam ser desenvolvidos e suplantar os núcleos de concepções conservadoras e reacionárias que ainda encontrar lugar nas massas. Portanto, no caminho para a elaboração de uma concepção de mundo coerente do ponto de vista da relação teoria/prática é preciso, em um primeiro momento, reconhecer o caráter cindido das mentalidades populares da maneira própria como essa se apresenta, aguçá-la para apenas em um devir posterior buscar essa unidade teoria/prática. Aqui, portanto, é possível perceber o quanto pernicioso é para a luta política tomar as consciências populares como um monólito, entendendo que as massas populares, por mais que adotem aqui e acolá fragmentos conservadores e reacionários de concepções de mundo mais abrangentes, nunca se configuram como um todo homogêneo, e que rejeitar de antemão a luta ideológica por tomá-las como “inimigos”, pois portadoras de concepções de mundo adversárias, é um dos maiores erros políticos que se pode cometer – por mais que seja difícil no debate político e ideológico do ponto de vista do militante individual ficar imune afetivamente ao se ouvir a verbalização de ideias discriminatórias e reacionárias que muitas vezes servem de legitimação de práticas violentas contra outros segmentos sociais, mesmo que parte desses elementos populares disso não possuam consciência imediata exatamente pelo caráter fragmentário e cindido do senso comum. Por essa e outras razões que Gramsci sublinha o caráter coletivo do sujeito político e intelectual, i.e., para que impactos e sofrimentos que possam incidir no âmbito psicológico individual sejam encami-



nhados coletivamente, inclusive garantindo suporte para os membros militantes, mas sem abrir mão da luta ideológica e política de massas.

Essa dialética distinção/unidade também pode ser observada na própria história do desenvolvimento da filosofia da práxis, ou seja, a concepção de mundo que Gramsci entende e luta para que atinja o lugar de língua franca das massas. Interpretações da filosofia da práxis que entendem a teoria como um mero “acessório” da prática ou então que sustentam uma relação mecanicista entre teoria e prática, na interpretação de Gramsci, seriam sintomas que a própria filosofia da práxis na sua trajetória em se tornar uma filosofia de massas ainda passa por um momento econômico-corporativo.

A insistência sobre o elemento “prático” da ligação teoria-prática – após se ter cindido, separado e não apenas distinguido os dois elementos (o que é uma operação meramente mecânica e convencional) – significa que se está atravessando uma fase histórica relativamente primitiva, uma fase ainda econômico-corporativa, na qual se transforma quantitativamente o quadro geral da “estrutura” e a qualidade-superestrutura adequada está em vias de surgir, mas não está ainda organicamente formada. [...] Quando não se tem a iniciativa na luta e a própria luta termina assim por identificar-se com uma série de derrotas, o determinismo mecânico transforma-se em uma formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada. “Eu estou momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha por mim a longo prazo, etc.” A vontade real se disfarça em um ato de fé, numa certa racionalidade da história, numa forma empírica e primitiva de finalismo apaixonado, que surge como um substituto da predestinação, da providência, etc., próprias das religiões confessionais. Deve-se insistir sobre o fato de que, também nesse caso, existe realmente uma forte atividade volitiva, uma intervenção direta sobre a “força das coisas”, mas de uma maneira implícita, velada, que se envergonha de si mesma; portanto, a consciência é contraditória, carece de unidade crítica, etc. Mas, quando o “subalterno” se torna dirigente e responsá-



vel pela atividade econômica de massa, o mecanicismo revela-se num certo ponto como um perigo iminente; opera-se, então, uma revisão de todo o modo de pensar, já que ocorreu uma modificação no modo social de ser. Os limites e o domínio da “força das coisas” se restringiram. Por quê? Porque, no fundo, se o subalterno era ontem uma coisa, hoje não o é mais: tornou-se uma pessoa histórica, um protagonista; se ontem era irresponsável, já que era “resistente” a uma vontade estranha, hoje sente-se responsável, já que não é mais resistente, mas sim agente e necessariamente ativo e empreendedor. [...] Não, por certo; deve-se, aliás, sublinhar que o fatalismo é apenas a maneira pela qual os fracos se revestem de uma vontade ativa e real. É por isso que se torna necessário demonstrar sempre a futilidade do determinismo mecânico, o qual, explicável como filosofia ingênua da massa e, somente enquanto tal, elemento intrínseco de força, torna-se causa de passividade, de imbecil auto-suficiência, quando é elevado a filosofia reflexiva e coerente por parte dos intelectuais; e isto sem esperar que o subalterno torne-se dirigente e responsável. Uma parte da massa, ainda que subalterna, é sempre dirigente e responsável, e a filosofia da parte precede sempre a filosofia do todo, não só como antecipação teórica, mas também como necessidade atual. (Gramsci, 1999, p. 105-107).

O que Gramsci está operando aqui nessa longa citação, que nos permitimos reproduzir (inclusive a título de encaminhamento de um fecho ao presente texto), é uma aplicação sobre a própria filosofia da práxis dos critérios interpretativos que vinha desenvolvendo para compreender a relação filosofia/senso comum, destacando como a própria filosofia da práxis ainda manifesta em suas expressões mais correntes nos movimentos organizados dos trabalhadores o caráter ainda insuficiente e contraditório de suas relações com as massas – e essa compreensão “praticista” da relação teoria e prática, assim como elementos mecanicistas, seria as suas maiores expressões ao seu tempo. Portanto, não se trata de “introjetar” nas massas uma filosofia perfeita e acabada, mas na própria vivência crítica entre a filosofia da práxis e seus militantes enquanto





massa popular enriquecer a filosofia da práxis com problemas e questões que expressam dimensões concretas da vida cotidiana e, assim, fazê-la assumir formas cada vez mais coerentes. Em suma: o ato de aprender e ensinar é uma via de mão dupla na história da relação das massas populares com a filosofia da práxis no devir da emancipação, um verdadeiro movimento de “autoformação” se tomarmos esse processo do ponto de vista do proletariado em sua totalidade – sendo essa exatamente a grande originalidade dessa concepção de mundo na história da filosofia, da cultura e das sociedades até o mundo contemporâneo –; originalidade essa que urge manter a atualidade se quisermos estar à altura dos desafios implicados na interpretação e superação das formas conservadoras e reacionárias de consciência ora em curso em um “Brasil tardio”.

## Referências

Bianchi, Álvaro. “Filologia e política em Gramsci”. **YouTube**, 11/08/2021. Disponível em: <https://youtu.be/Z9voOjuPVII>. Acesso em 20 abr. 2022.

Gramsci, Antonio. **Cadernos do cárcere, volume 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, volume 2**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, volume 3**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere, volume 4**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

Liguori, Guido; Voza, Pasquale (org.). **Dicionário Gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017.

Martins, Maurício Vieira. **Marx, Espinosa e Darwin: pensadores da imanência**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

Neiva, Horácio. Não havia nada ali. **The Intercept Brasil**, 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/2022/01/25/olavo-de-carvalho-nao-havia-nada-ali-aluno/>. Acesso em 16 abr. 2022.





# COMO E POR QUE ESTUDAR OS MOVIMENTOS SOCIAIS À DIREITA: ANÁLISES E INDICAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

 Adrielma Silveira Fortuna dos Santos<sup>1</sup>

NOS ÚLTIMOS ANOS HOUVE um boom de estudos sobre os movimentos sociais à direita no Brasil e no mundo. Tal realidade, especialmente no Brasil, trouxe várias questões sobre como as Ciências Sociais, particularmente a Sociologia dos movimentos sociais e da militância, deixou de lado os movimentos sociais e as diferentes formas de ação coletiva utilizadas por atores e organizações de direita, liberal e conservadora no Brasil. Pensando nisso, este capítulo tem como objetivo principal apresentar estratégias teórico-metodológicas de como estudar diferentes movimentos sociais à direita no Brasil, por meio de métodos qualitativos e quantitativos e o porquê os pesquisadores de movimentos sociais devem se debruçar sobre esse objeto.

Para tanto, foram mobilizadas experiências metodológicas da minha pesquisa de doutorado que versou sobre a emergência e consolidação de movimentos sociais à direita no estado de Sergipe entre o período de 2013 e 2019, como ainda o mapeamento de estudos recentes sobre a temática. Desse modo, este capítulo tem como objetivo secundário apresentar as dificuldades e os desafios não apenas metodológicos,

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia. E-mail: adrielmac.s@gmail.com



mais ainda da subjetividade do pesquisador ao tratar desse objeto de pesquisa e de sua ida a campo. Para isso, além de mobilizar a pesquisa já citada, traremos outros estudos da literatura nacional e internacional que também destacaram as dificuldades metodológicas e teóricas de estudar os movimentos sociais à direita.

Ao fim, sugerimos objetos de pesquisa dentro dos movimentos e militância à direita que ainda necessitam ser estudados, como ainda caminhos teórico-metodológicos para explorá-los.

## **1. Breve panorama dos estudos sobre os movimentos sociais à direita**

Pode-se afirmar que as manifestações de junho de 2013 que ocorreram em várias capitais e cidades do Brasil marcaram um novo momento nos estudos sobre movimentos sociais na academia, sobretudo, sobre as formas de ação coletivas à direita. Aqueles eventos até hoje despertam o interesse e a compreensão de pesquisadores. Isso, porque foram com eles que grupos e posteriormente movimentos sociais autodeclarados à direita apareceram publicamente, utilizando repertórios de ação associados historicamente aos movimentos de esquerda. Além disso, as manifestações de 2013 foram um fenômeno que impressionou e ainda impressiona pela utilização de diferentes formas de mobilização, especialmente pelo início do uso da internet para mobilizar as pessoas, como também pelas táticas e formas de contestação descentralizadas e pela heterogeneidade dos grupos que estavam reivindicando pautas distintas e comuns em um mesmo espaço.

Considerando, portanto, esse contexto, temos a partir de 2014 o Movimento Brasil Livre (MBL) e uma série de outros movimentos nacionais e de rua declarados de direita, liberais e conservadores convocando manifestações de rua contra a reeleição de Dilma Rousseff e posteriormente a favor do seu *impeachment*. Tais eventos se tornaram objeto de estudo de muitas pesquisas que resultaram em artigos, dissertações



e teses. Nos tópicos a seguir, apresentarei alguns desses estudos que considero pertinentes devido às suas escolhas teórico-metodológicas, que nos permitem avançar na interpretação dos atores à direita e de seus repertórios de ação, de suas causas e dos seus modelos de engajamento e militância.

### 1.1 Estudos iniciais sobre os eventos de protestos

Um conjunto de trabalhos tem ido além da análise do discurso e buscado compreender o fenômeno da avançada à direita, a partir da análise da trajetória das manifestações de rua iniciadas em 2013. Nessa mesma linha, alguns estudos tomam como marco os protestos iniciados em 2015, em torno do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff. Alguns autores defendem que grupos de direita, conservadores e liberais já estavam presentes nas manifestações de junho de 2013 e que em algumas regiões buscaram ser protagonistas de tais eventos. Um exemplo disso foi a atuação de Rodrigo Constantino, presidente do Instituto Liberal do Rio de Janeiro. Durante as manifestações, o ex-blogueiro da Revista Veja se posicionou ao alertar seus seguidores que naquele momento o Brasil precisava de um “Tea Party brasileiro, e que em hipótese alguma as manifestações poderiam se configurar em algo semelhante ao Occupy Wall Street” (Melo, 2016, p. 17). Tanto Melo (2016) quanto Alonso (2017), ao analisarem a emergência de movimentos de direita, conservadores e liberais, veem uma relação entre as manifestações ocorridas em 2013 e as ocorridas em 2015-2016 (Santos, 2016). Os autores analisam os dois contextos levando em consideração as diferenças de classe, fatores econômicos, a relação entre os organizadores e a mídia, etc.

Em consenso com esses estudos, as manifestações intituladas “Fora Dilma” e/ou “Fora PT” foram analisadas por Tatagiba et al. (2015). Um dos argumentos dos autores é o de que tais manifestações estão vinculadas a um conjunto de manifestações contra o PT e contra o



ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva iniciado em 2007, que ocorreu após os escândalos de corrupção e de compra de votos de parlamentares envolvendo dirigentes do partido. Tais manifestações refletem um processo de mudanças nas dinâmicas de organização, de mobilização e de relação entre partidos políticos e movimentos sociais, e de uma inovação dos atores sociais que se manifestam, na medida em que são constituídas por atores que, tradicionalmente, não se manifestavam nos espaços públicos. Os autores demonstram em seu estudo que, desde 2007, é possível observar um conjunto de atores que têm buscado desafiar a hegemonia da esquerda no que concerne às diferentes formas de manifestação da ação coletiva nos espaços públicos.

Inspirada pelo conceito de repertórios de ação de Charles Tilly, o qual considero fundamental para análise dos movimentos à direita, Alonso (2017) argumenta que os manifestantes, desde 2013, construíram estilos de ativismo e se apropriaram de repertórios de confronto disponíveis. Nesse sentido, a autora classifica três ciclos de confronto entre 2013-2016: o primeiro refere-se às manifestações de junho de 2013; o segundo ciclo ocorreu em 2014 e vincula-se às manifestações contra os gastos com a Copa do Mundo em 2014 e os gastos com as Olimpíadas de 2016; por fim, o terceiro ciclo de protestos ocorreu entre 2015-2016, em torno das manifestações contra e pró-*impeachment* de Dilma Rousseff. A autora classifica três estilos de repertórios associados a grupos de manifestantes que foram identificados nesses ciclos: o primeiro repertório é o socialista, vinculado aos grupos de esquerda e identificado por meio do uso de bandeiras vermelhas, megafones e a partir de uma organização vertical; o segundo estilo de ativismo é o autonomista, caracterizado pela organização descentralizada, por uso de performances de direitas, pela luta por justiça global, pela luta contra o centro de poderes financeiros, etc.; o terceiro é o estilo de ativismo patriota, que resgata símbolos e pautas que estavam presentes nas manifestações pelas Diretas Já e no ciclo de protestos pelo *impeachment* de Fernando Collor em 1992. A defesa do nacionalismo, da pátria e da ética na política é

uma das demandas características desse estilo. Os dois primeiros estilos estavam presentes principalmente no ciclo de protestos de 2013, o estilo patriota foi mais característico nos ciclos de 2014 e de 2015-2016.

Essa classificação feita por Alonso (2017) é uma das primeiras tentativas de padronizar os atores que ganharam as ruas a partir de 2013. O estudo dos autores insere-se em um conjunto de trabalhos recentes sobre movimentos sociais e protestos no Brasil que busca refletir sobre o uso e os efeitos de determinados repertórios de ação em situações de conflito com o Estado (Tatagiba et al., 2012). Essas pesquisas também analisam como os atores sociais se apropriam, renovam e difundem os repertórios de ação utilizados. Outros estudos focam principalmente na relação entre política institucionalizada e política não institucionalizada para compreender como diferentes padrões oportunizam processos distintos de organização e atuação dos movimentos sociais, como, ainda, investigam as origens de mobilização dos atores e características de suas trajetórias sociais (Tatagiba, 2014, 2017; Silva; Oliveira, 2011; Silva; Pereira; Silva, 2016). Já outras pesquisas seguem nessa mesma linha, só que ressaltando aspectos da perspectiva interacionista.

Tais estudos buscam compreender a forma que as mobilizações assumiram, quais foram os enquadramentos feitos pela mídia, os frames e como eles operaram na mobilização da participação. Acreditamos que esse modelo de análise é um caminho que permite elucidar e compreender as várias formas de atuação e de organização dos movimentos sociais à direita, como ainda os tipos de engajamento militante, na medida em que esses mobilizam conceitos vinculados às Teoria dos Processos Políticos, Teoria dos Novos Movimentos Sociais, do engajamento militante, etc.

## 1.2 Estudos com foco na análise do discurso

A análise de discurso é um dos métodos utilizados por várias pesquisas para analisar os atores à direita, suas causas, suas alianças e seus



modelos de organização. As fontes empíricas normalmente utilizadas nesses estudos são: perfis dos movimentos e suas lideranças nas redes sociais como Twitter, Facebook, WhatsApp e Instagram. Outras mídias também são utilizadas como jornais eletrônicos e entrevistas dadas pelas lideranças em programas televisionados, em rádios, em jornais, em revistas e em canais no YouTube.

Assim, a análise de discurso, sobretudo, feita com discursos publicados nas redes sociais dos movimentos e nas redes pessoais das lideranças de direita é um verdadeiro mapa para percorrer os caminhos de um determinado movimento social ou ator à direita. Isso, porque a internet é o espaço “natural” da militância à direita contemporânea. A internet é o seu principal recurso organizacional e de mobilização, portanto, pesquisadores que decidirem estudar esse objeto devem considerar em primeiro lugar os espaços virtuais em que os grupos analisados estão ocupando (Santos, 2020).

Dessa forma, uma das contribuições dos estudos que analisam os discursos dos atores à direita é a compreensão que esses têm sobre algumas temáticas, sobre o projeto de sociedade que eles reivindicam, sobre as alianças que são feitas e desfeitas, entre outras contribuições como aquelas que são dadas pelo estudo de Ribeiro (2018).

Ribeiro (2018) analisou o posicionamento dos grupos à esquerda e à direita nas páginas do Facebook na internet, que tinham como principal ícone Bolsonaro. O autor concluiu que uma das concepções que orienta esses grupos é a de que: “aqueles que defendem os direitos humanos dos bandidos são os mesmos que propagam uma educação frouxa e promíscua que retira a inocência das crianças e as tornam vulneráveis aos pedófilos” (Ribeiro, 2018, p. 89). Uma das contribuições desse estudo que corrobora com as contribuições dadas pelo estudo de Messenberg (2017) foi a de demonstrar que a divisão esquerda *versus* direita ainda hoje faz sentido para os atores e que essa divisão é mobilizada, operacionalizada e utilizada para gerar polarização e conflito no espaço virtual, mas também fora dele.





Nesse sentido, a compreensão dos discursos dos atores à direita é umas das maneiras de explicar como esses transmitem simbolicamente visões de mundo, valores, princípios, costumes e identidades coletivas, que buscam, mesmo em alguns casos às custas do autoritarismo, “proteger” o modelo de família tradicional e os papéis sociais tradicionais de homem e de mulher na sociedade por meio da educação e da força militar (Santos, 2021).

Outro autor que contribuiu significativamente para os estudos à direita no Brasil é Michael Löwy (2015). Em seu artigo intitulado “Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil”, o autor faz uma reflexão importante sobre como analisar o crescimento da influência conservadora sobre diferentes grupos sociais na Europa e no Brasil. Para o autor, a explicação unicamente econômica, que leva em consideração os momentos de crise na economia, é insuficiente para compreender a influência desses movimentos atualmente. Nesse sentido, abordar os movimentos sociais à direita apenas a partir do viés econômico é perder de vista que esses atores estão se mobilizando e reivindicando não apenas a redução e controle do Estado sobre o mercado, mas também uma permanência de costumes, de tradições, de valores, bem como uma resignificação de uma direita que não se organiza apenas a partir de repertórios de ação de bastidores.

Outro ponto tratado no artigo do Löwy, que é uma contribuição metodológica, diz respeito ao alerta que ele faz para não subestimar as direitas. Segundo o autor, a extrema-direita é subestimada pela esquerda e isso permitiu em parte o crescimento e o avanço das forças fascistas nos países europeus. Tal realidade se assemelha com a brasileira. Quando começaram a surgir, depois das manifestações de 2013, os primeiros movimentos à direita tanto de referência nacional quanto local, eles não foram levados a sério nem pela oposição, nem por alguns pesquisadores. Mas o que vimos é que a “onda conservadora” não passou, ela veio e ficou.

O trabalho de Madeira e Quadros (2017), intitulado “Da “direita envergonhada” às bancadas “evangélica” e “da bala”: os caminhos da



representação política do conservadorismo no Brasil”, dialoga com o de Maitino e teve como objetivo identificar como a categoria “direita” passa a ser mobilizada, reivindicada e instrumentalizada política e eleitoralmente por lideranças da Câmara dos Deputados e por candidatos em eleições proporcionais e majoritárias. Nesse sentido, o ser de “direita” se torna um trunfo e um recurso político-eleitoral para mobilizar votos, para estabelecer novas alianças e coalizões políticas. Mas, também, para aproximar-se de grupos da sociedade e de movimentos sociais que podem ser atores determinantes no período da campanha política e eleitoral.

A pesquisa de Priscilla Cabral Dibai (2017), com base na análise de declarações feitas pelo agora presidente Bolsonaro, evidenciou como seus discursos se relacionam diretamente com um Estado autoritário, repressivo e punitivo. Dessa forma, Dibai (2017, p. 2) investigou “os elementos ideológicos predominantes nos discursos do deputado federal Jair Bolsonaro, entre 1987 e 2017, de maneira a entender suas relações com categorias apontadas como constituidoras da nova direita radical”. Em seu estudo, Dibai problematiza o fenômeno do crescimento e fortalecimento recente do radicalismo de direita em democracias de todo o mundo, desde o fim do século XX, como sendo um dos resultados dos efeitos da globalização. A autora analisou as declarações do presidente Jair Bolsonaro ainda quando ele era deputado.

Além disso, a autora destaca que em seu discurso é possível identificar o racismo velado, a distinção feita entre imigrantes de países pobres e países ricos, a defesa de um Estado autoritário do tipo militarista, a defesa da família heterossexual e monogâmica como autoridade sagrada, na qual o Estado não pode interferir, além de ser liberal na economia no que se refere à meritocracia. Segundo Dibai (2017, p. 4), “ele ataca grupos e constrói os inimigos da nação, a partir das estratégias de polarização ‘bem versus mal’ e ‘nós versus eles’”. Como apresentado anteriormente, essas polarizações se apresentam também a partir da divisão direita *versus* esquerda. Numa linha que dialoga com os trabalhos

anteriormente apresentados, o artigo de Martin Egon Maitino, intitulado “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro”, teve como objetivo analisar, por um lado, os discursos do então deputado Jair Bolsonaro como sendo um dos principais polos da direita no Brasil contemporâneo; por outro, entender como Bolsonaro contribui, a partir de seus discursos, para as percepções sobre o que é ser de direita no Brasil. Nesse sentido, a autor analisa os tensionamentos e movimentos que o político realiza discursivamente no interior e no exterior do campo, que contribuem para conformação do que se entende por “ser de direita” e, por extensão, “ser de esquerda” no Brasil (Maitino, 2017, p. 5).

### 1.3 Estudos etnográficos

Acreditamos que mais do que estudos quantitativos sobre a direita, é necessário estudos qualitativos, especialmente etnográficos. Três pesquisas que irei apresentar mais à frente utilizaram etnografia em sua pesquisa de campo. Por um lado, pela riqueza de dados descritos nos trabalhos, eles permitem fazer comparações regionais e refletir acerca dos dados e resultados verificando o que há de comum e de diferentes entre os movimentos sociais à direita de estados e regiões diferentes do Brasil.

Dessa maneira, o primeiro estudo foi a pesquisa de mestrado de Alexia Barbieri (2018), que buscou de forma etnográfica compreender o engajamento de ativistas que se autoidentificavam como liberais na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Os resultados encontrados pela autora demonstram que aqueles ativistas têm como principal objetivo difundir as ideias liberais vinculados a um liberalismo econômico e político, mesmo que inicialmente tenham se organizado em torno de pautas como a do pró-*impeachment* e da anticorrupção. Outro resultado diz respeito à forma de organização, que privilegia o espaço universitário, a organização em núcleos e células, a realização de conferências, fóruns, palestras, etc. Sobre o engajamento, a autora salienta: “O *enga-*



*jamento liberal* também possui semelhanças com outras formas de *engajamento*. Mas a principal distinção do *engajamento liberal* para outros, como o político ou o social, é que seu modelo de ação está fundamentado em um modelo de mercado” (Barbieri, 2018, p. 119, grifo da autora).

A pesquisa de Salles e Franch (2019) sobre a juventude liberal de Campina Grande na Paraíba apresenta resultados que dialogam com os encontrados por Barbieri (2018). As autoras buscam descrever, também por meio de etnografia e entrevistas em profundidade, as trajetórias de adesão de jovens até o liberalismo, focalizando naqueles que se definem como “liberais por inteiro”. O “liberal por inteiro” é compreendido como aquele que luta por causas que vão além da agenda econômica e vincula-se a uma agenda social, política, cultural, etc. (Salles, 2020). Um dos resultados apresentados por Salles (2020) é o de que esses jovens liberais buscam diferenciar-se de liberais que apenas defendem pautas econômicas, de “liberais pela metade”, como, ainda, não querem ser vinculados como de esquerda ou de direita, buscando apresentar-se como uma via alternativa no espectro político. Em vista disso, entendemos que a pesquisa de Salles (2020) explicita por meio de dados qualitativos a pluralidade identitária que há entre aqueles movimentos que estamos localizando como à direita e reafirma a necessidade de metodologias qualitativas que permitam adentrar no cotidiano dos movimentos à direita e de suas lideranças.

A terceira pesquisa é a tese de doutorado de Camila Rocha (2018, p. 7). Essa pesquisa defende que “a formação de uma nova direita no Brasil é um amálgama ultraliberal-conservador cuja origem remonta à organização de contra-públicos digitais durante o auge do lulismo, entre 2006 e 2010”. Para chegar a essa conclusão, a autora faz uma reconstrução histórica da atuação política da direita brasileira desde 1940 até 2018, atentando-se para os principais acontecimentos, como o período da ditadura militar e os ciclos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, entre outros. A autora realiza 30 entrevistas em profundidade e trabalho de campo exaustivo. O trabalho de Rocha (2018) revela



pontos fundamentais para a compreensão da avançada à direita dos últimos anos, entre esses pontos, destacamos: o uso da perspectiva histórica para compreender a formação do pensamento e da atuação política que combina estratégias e ideologias liberais e conservadoras. Isso é algo que é possível aprofundar a partir dos trabalhos de Carvalho (1987), Cordeiro (2009), Mercadante (1980) e Schwartzman (2007). Um outro ponto é a compreensão das redes digitais como espaços onde esses contra-públicos conseguiram se organizar, ter voz e dar voz a suas reivindicações, bem como a organização e a emergência dos institutos liberais a partir da década de 1980; por fim, ressaltamos a sensibilidade da autora ao tratar os movimentos à direita e seus atores a partir de um olhar que busca entender “por dentro” quem são e como agem.

#### 1.4 Outros estudos interessantes

Uma das formas de compreender os movimentos sociais à direita é mapeando a literatura de autores à direita que as lideranças desses movimentos consultam. Isso, porque é possível extrair as ideias, os valores e os princípios que orientam a visão de sociedade dele e quem são suas referências. Entre esses atores à direita está o conservador Roger Scruton, leitura indispensável para quem estuda as direitas, em especial o conservadorismo. Por exemplo, segundo Scruton (2015), há três características fundamentais para compreender o conservadorismo e as atitudes conservadoras: a autoridade, a obediência e a tradição. Tais aspectos são importantes para fazer uma leitura e interpretação do cenário político e militante dos últimos anos, por exemplo, daqueles movimentos que apoiam intervenção militar atualmente e a trajetória do presidente Bolsonaro na construção de sua imagem como um mito, como o “salvador” da nação. O reconhecimento por parte dos seus seguidores, a obediência e a fidelidade a ele legitimam suas ações e criam também a ideia de grupo e de pertencimento a algo maior: salvar a nação brasileira do processo de desmoralização proporcionado pela es-



querda. Vários estudos mostram como o período do regime civil-militar no Brasil foi o de maior autoritarismo e violência praticados pelo Estado contra a sociedade, por meio das Forças Armadas e com o apoio de diversas entidades da sociedade civil (Cordeiro, 2009).

Muitos trabalhos foram produzidos sobre esse período, principalmente observando os movimentos que resistiam ao autoritarismo dos militares. Contudo, alguns trabalhos historiográficos têm questionado a história daqueles movimentos que apoiaram e defenderam o regime. Entre esses estudos, destacamos o livro de Janaína Martins Cordeiro, intitulado “Direitas em movimento: A Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil”, no qual a autora analisa o período ditatorial mediante um ângulo diferenciado, em que investiga o apoio civil ao golpe e a participação civil na construção da ditadura. Entende a ditadura como uma construção social, que está diretamente vinculada com a sociedade e com os processos históricos que a envolvem. Dessa forma, sua constituição e organização ocorreram em função de referenciais nela enraizados, ela é antes de tudo o seu produto (Cordeiro, 2009).

Cordeiro toma como objeto de estudo a Campanha da Mulher Pela Democracia (Camde), surgida em 1962 no Rio de Janeiro. Tal movimento teve papel fundamental na articulação das Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Segundo a autora:

Tendo em vista a grandiosidade das manifestações, as marchas passaram à história como as mais significativas expressões do apoio da sociedade civil à intervenção militar. Nelas estiveram presentes os mais diversos tipos de entidades civis, as quais primeiramente se mobilizaram para pedir uma intervenção militar e, em seguida, para comemorar o sucesso desta. (Cordeiro, 2009, p. 32).

No discurso dos grupos femininos, ressalta a autora, as mulheres surgiram na vida pública como mães, esposas e donas de casa preocupadas com a crescente infiltração comunista no país. Tal discurso foi fundamental no processo de articulação política no apoio ao golpe e



depois na permanência do regime: “Ora, não há nada mais apolítico do que a palavra mãe e, portanto, esta ‘categoria’ representaria uma certa coesão social, uma aliança entre o público e o privado, em torno do projeto político encarnado pela “Revolução” (Cordeiro, 2009, p. 34)”.

A negação da política e a mobilização de palavras e categorias que socialmente são vistas como apolíticas fazem parte das estratégias de organização das direitas. Um exemplo disso são determinados recursos simbólicos utilizados nas manifestações, como fazer a oração do pai-nosso, cantar o hino nacional, dançar, são ações que em certa medida buscam descaracterizar a ação como ação política, que tem uma intencionalidade objetiva por parte dos organizadores. O trabalho de Cordeiro (2009) vai de encontro à maioria das pesquisas que analisa esse período da história política no Brasil, em que se busca apagar a atuação do “povo” que apoiava o regime político daquele contexto. Assim, foi importante para a autora compreender quais foram as categorias, os termos e os discursos que serviam para unificar e mobilizar apoiadores para o regime militar.

Outro estudo interessante é o de Rémond (1982), que analisa a direita na França baseando-se em uma abordagem que enfoca o processo histórico, enfatizando a diversidade sócio-histórica das formações políticas, sem deixar de lado os aspectos ideológicos comuns. O autor identifica que existem três tradições políticas distintas, com características próprias: a direita legitimista, que se relacionaria com o reacionarismo; a orleanista, que estaria relacionada ao liberalismo conservador; e a direita bonapartista, que estaria ligada a um autoritarismo de tipo plebiscitário (Rémond, 1982; Maitino, 2017). Contudo, o autor esclarece que diante das dificuldades de classificar se um grupo é mais ou menos à direita, essa classificação é antes de tudo uma distinção tipológica. Como vemos, há uma dificuldade substancial em classificar e mesmo tipificar os diferentes movimentos à direita.

O estudo de Manuela Caiani e Patricia Kröll (2015) mostra como as direitas – em especial a extrema-direita – têm utilizado a internet



como um recurso para difundir suas ideias e seus repertórios de forma nacional, internacional e transnacional. Valendo-se de uma análise da atuação dos movimentos no espaço virtual, um resultado obtido pelas autoras refere-se à capacidade das direitas criarem redes densas na internet que extrapolam fronteiras geográficas, culturais, etc. Outro resultado diz respeito à capacidade desses movimentos converterem suas táticas de ação no espaço virtual para o “mundo real”, ou seja, offline.

Considerando a literatura existente sobre os movimentos sociais à direita, Caiani (2017) classifica que os estudos tentam explicar o fenômeno a partir de explicações de nível macro, de nível meso e/ou de nível micro. Para seus estudos, a autora construiu sua análise e sua metodologia a partir do exame de vários estudos empíricos que ilustram a capacidade das explicações do nível macro, meso e micro na compreensão dos movimentos de direita radical. Ela utilizou métodos dos quais acredito que sejam os mais adequados para estudar as direitas, e defendo como sendo importantes para avançar no estudo sobre os movimentos sociais à direita. Entre esses estão a análise de eventos de protestos, a análise de reivindicações, a observação participante, as entrevistas e os métodos etnográficos (geralmente usados na pesquisa do movimento social de esquerda). Nesse sentido, ao articular esses diferentes níveis de análise, em especial o nível micro, é possível ter um aprofundamento sobre as motivações dos atores sociais se engajarem em movimentos de direita.

De acordo com isso, o estudo de Klandermans e Mayer (2006) realizou 157 entrevistas com ativistas de extrema-direita de vários países da Europa (Alemanha, Holanda, Itália, Bélgica e França). Os autores identificaram que, desde 1980, houve um aumento do eleitorado de partidos de extrema-direita na Europa, e, tendo como questão de pesquisa: “quem se junta à extrema direita e por quê?”, identificaram um conjunto de motivações que se relaciona com acontecimentos e com as disposições biográficas dos atores, bem como com uma busca por status, pela construção de um senso de pertencimento e de identidade coletiva. Desse modo, Klandermans e Mayer (2006) destacam, em pri-





meiro lugar, que uma exposição a valores tradicionais, nacionalistas ou mesmo autoritários durante a infância dos ativistas contribuiu para que esses aderissem aos movimentos/partidos de extrema-direita; e, segundo, as motivações vinculam-se aos sentimentos de estigmatização, juntamente com o senso de lealdade e inclusão, oferecidos pelo grupo. Nesse sentido, a identidade se constrói na relação com o outro, nem sempre os ativistas que aderem aos movimentos à direita são motivados pela ideologia, por uma missão e/ou por objetivos políticos claros, mas pelo desejo de fazer parte de um grupo, de ter um novo status e ocupar uma nova posição social que os distinguem dos outros. Os eventos de protestos também são espaços que proporcionam aos ativistas uma atmosfera de sentimentos de solidariedade, de alegria, de frustração compartilhada, de identificação de problemas comuns, etc.

Algo que os autores Sivan Hirsch-Hoefler e Cas Mudde (2013) problematizam é justamente como os movimentos à direita e à esquerda são definidos na literatura. Nessa perspectiva, os autores buscam distinguir as definições que, por um lado, destacam os movimentos sociais como agentes que promovem mudanças sociais e, por isso, tendem a ser movimentos progressistas e caracterizados como de esquerda, que têm a preferência dos pesquisadores; e, por outro, tendem a ter uma caracterização não neutra sobre o que identifica os movimentos de direita e os movimentos de esquerda. Exemplo disso são as definições que colocam os movimentos de direita como defensores dos objetivos e privilégios das pessoas mais favorecidas, enquanto caracterizam os movimentos de esquerda, mais progressistas, como aqueles que defendem os interesses das pessoas desfavorecidas e marginalizadas socialmente. Os autores adotam a concepção política clássica do italiano Norberto Bobbio, sobre movimento de direita e movimento de esquerda, como sendo uma visão mais neutra entre as existentes. Cabe destacar que os autores se propõem a compreender e a apontar algumas características que permitem classificar os movimentos de direita, mas não a direita no geral, mas aquela que se enquadra como de extrema-direita, sendo essa já bastante diversificada.



De acordo com isso, ao analisar os movimentos de extrema-direita na Europa, os autores destacam os nativistas, que basicamente são aqueles movimentos/grupos anti-imigração, que são contra qualquer forma de multiculturalismo, que se opõem também aos grupos e nativos que apoiam políticas de imigração, etc. Outro ponto central é a relação entre esses movimentos e partidos políticos. Muitos deles se organizam como partidos políticos e são conhecidos/classificados como de direita populista, como exemplos: Uma Nação, de Pauline Hanson; o Partido Austríaco da Liberdade (FPÖ), de Heinz-Christian Strache – e mais cedo do falecido Jörg Haider; e a Frente Nacional Francesa (FN), de Jean-Marie e agora de Marine Le Pen. Além do modelo de organização que privilegia a formação e a organização por meio dos partidos políticos, há os modelos que têm a rua como cenário de organização e mobilização, mesclando com a organização por meio de partidos políticos para contestar pelas vias institucionais, como é o caso do movimento inglês Liga da Defesa (EDL), em que seus membros se candidatam para eleições por intermédio do Partido da Liberdade.

A relação entre movimentos sociais de direita e religião é algo presente na maioria dos pesquisadores que investiga esse tipo de movimento. A religião sempre foi um ator presente em alguns movimentos, sejam eles de esquerda (ex. movimentos orientados pela teologia da libertação), sejam de direita (ex. movimentos orientados pelos dogmas sobre a concepção e a preservação da vida). O ponto central que os autores trazem é a forma diversificada de organização e o amplo crescimento dos movimentos religiosos de direita. Sobre isso, cabe destacar a capacidade desses se organizarem politicamente em várias frentes e espaços sociais: partidos políticos, escolas, universidades, em eleições, manifestações de rua (ex. no Brasil, a Marcha Para Jesus), etc. Muitos desses movimentos têm como pautas principais a defesa da vida, movimentos pró-vida, a defesa da família e dos princípios cristãos que “devem” orientar essa instituição na sociedade contemporânea.



Outro ponto central da caracterização dos movimentos de direita religiosa em diferentes países é a relação entre: nacionalismo-patriotismo-religião. Isso é demasiadamente interessante, pois permite problematizar a relação entre movimentos religiosos de direita e partidos políticos, como os movimentos atuam por meio desses partidos e de parlamentares específicos influenciando na aprovação ou desaprovação de leis, de decretos, etc. Ou seja, uma das formas desses movimentos atuarem é por meio do lobby, da pressão via fiéis, etc. Outra ideia central defendida por Hirsch-Hoefler e Mudde (2013) é a de que nem todos os movimentos de direita têm lideranças claras, ou são guiados por um líder. Os autores apresentam alguns exemplos de movimentos europeus e americanos, como os neonazistas, os movimentos racistas, entre outros, que se configuram como os mais radicais e mortais, bem como aqueles que se organizam e se disseminam por meio de diferentes canais, como: shows, plataformas digitais, músicas, etc.

Mais um ponto central trata da análise dos movimentos intelectuais de direita, ou seja, movimentos que são formados por intelectuais e/ou pessoas que acreditam no poder das ideias sobre as ações. Os gramscianos de direita, ou seja, que defendem que a guerra tem que ser por meio dos mecanismos culturais, que formam ideologias, crenças, valores, etc. Além disso, cabe destacar os canais de participação e organização, que normalmente ocorrem por meio de palestras, congressos, seminários, etc. As pautas giram em torno da defesa do reconhecimento da não igualdade social e jurídica, da identidade nacional, etc.

Dessa feita, apresentamos o último estudo desse tópico, a pesquisa de Hirsch-Hoefler e Mudde (2013) traz contribuições importantes para o estudo dos movimentos sociais à direita contemporâneos ao ressaltar a ideia de que os movimentos sociais à direita podem ser analisados como um conjunto de movimentos coexistentes que, independentemente dos objetivos específicos de cada um, compartilha de valores básicos semelhantes e tem formas organizacionais que se assemelham, e em determinadas situações se juntam em torno de campanhas comuns;



ao mostrar que os movimentos sociais contemporâneos de direita combinam uma ideologia central do nativismo e do exclusivismo; ao evidenciar a ausência de estudos sobre os movimentos sociais à direita; e ao concluir que os estudos sobre os movimentos sociais à direita podem fornecer *insights* sobre as relações complexas entre movimentos sociais e partidos políticos.

## **2. O campo empírico à direita: adaptações metodológicas e subjetividade do pesquisador**

Nesta segunda parte do capítulo apresento as dificuldades e os desafios não apenas metodológicos, mais ainda da subjetividade do pesquisador ao tratar desse objeto de pesquisa e de sua ida a campo, utilizando como exemplo a minha pesquisa de doutorado. Como parte disso, exponho a minha metodologia e o desenho teórico-metodológico que utilizei na pesquisa e que defendo como sendo um dos mais promissores para a análise dos movimentos sociais à direita, uma vez em que possibilita fazer uma análise e interpretação de diferentes dimensões que constroem um movimento social.

### **2.1 Entrada no campo à direita**

O primeiro contato com os movimentos à direita ocorreu quando fazia a pesquisa de mestrado que versou sobre a organização dos movimentos estudantis universitários de Sergipe. Essa pesquisa tomava como objeto as gestões do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Sergipe entre o período do ano 2000 até o ano de 2015. Durante essa pesquisa, entrevistei quatro lideranças do Movimento Liberte-se UFS, primeiro movimento estudantil de direita que disputou espaços de representação estudantil em Sergipe após o período da ditadura militar. Em 2015, comecei a acompanhar esse movimento, assim como outros que foram surgindo, e construí uma relação de



confiança com uma das principais lideranças daquele movimento, que posteriormente se tornou liderança de vários outros movimentos que surgiram no estado durante o período analisado. Essa liderança, que chamarei aqui de Filipe, estudava na UFS e pegava a mesma linha de ônibus do transporte público que eu pegava. Foram várias as conversas que tivemos voltando da UFS e também pelo WhatsApp e pelo Facebook. Também consegui manter um diálogo frequente, via esses meios de comunicação, com outras duas lideranças ainda em 2015.

No final de 2015, quando surgiu a ideia de focar nos movimentos à direita e construir o projeto de doutorado sobre esse tema, informei para Filipe. Perguntei o que ele achava e fui informando sobre o processo seletivo, até quando fui aprovada e iniciei a pesquisa que resultou na tese. Filipe fez a ponte com diversas outras lideranças e comecei a participar ativamente de praticamente todos os eventos que eles anunciavam nas redes sociais entre o período de 2016 e 2017, principalmente. Sempre que havia oportunidade apresentava a proposta da pesquisa, pegava os contatos, tentava voltar de ônibus ou pegar carona com alguma liderança dos grupos. Até 2017, esse contato com as lideranças foi constante, de forma presencial e online. A partir de 2018 diminuímos a frequência e o contato para poder fazer a coleta de outros dados, bem como para escrita do texto de qualificação, etc. Esse distanciamento era comunicado aos interlocutores. Depois das eleições federais de 2018, tentei agendar mais algumas entrevistas, mas os militantes que aceitaram desistiram sem explicar os motivos. Continuei fazendo contato com os meus principais interlocutores até abril de 2020.

### 2.2.1 É preciso fazer escolhas

De modo geral, o acesso aos movimentos sociais à direita e suas lideranças foi fácil. Todavia, essa facilidade foi resultado de escolhas que foram feitas desde a graduação, quando pesquisava movimentos em defesa do transporte público em Sergipe. Entre essas escolhas es-



tão: a) não participar de nenhum movimento social ou organização política, seja à direita, seja à esquerda; b) não publicar nem compartilhar posicionamentos políticos à esquerda e à direita nas redes sociais pessoais; e c) afastar-se completamente das lideranças e de movimentos sociais à esquerda que foram objetos de pesquisas anteriores. Além dessas escolhas, fazia constantemente um processo de autorreflexão e de compreensão dos comportamentos que as lideranças esperavam que eu pudesse ter, por exemplo, usar roupas parecidas com as que eles usavam nos protestos, segurar bandeira em protesto, debater com eles sobre política, etc. Algo que também facilitou meu acesso foi o contato com dois professores da UFS que apoiavam os movimentos estudantis à direita na instituição, sendo que um deles tinha sido meu professor na graduação e o outro no doutorado. Apesar desses professores nunca terem feito diretamente uma ponte entre mim e os movimentos, algumas lideranças que entrevistei os valorizavam e prestigiavam, o que me possibilitava criar diálogos em que eu falava da atuação dos professores no departamento de Ciências Sociais e nas aulas.

Outra estratégia utilizada foi a de compreender como eles me enxergavam e reforçar alguns comportamentos que eles valorizavam. Dessa forma, eles achavam que eu era um ponto fora da curva, a partir do estereótipo que eles tinham sobre estudantes e pesquisadores de Ciências Sociais e de Sociologia. Compartilhei com eles que eu não consumia bebida alcoólica, que era casada e católica, que era especialista na área de empreendedorismo e que já havia participado do Conselho de Jovens Empreendedores de Sergipe, bem como que nunca tinha militado em nenhum movimento nem me filiado a partidos políticos. Todo esse compartilhamento de informações pessoais, acadêmicas e profissionais facilitou o diálogo e a aceitação pelos grupos e algumas lideranças que acompanhei mais de perto, pois me viam como uma pessoa que poderia se engajar nos movimentos, nos partidos políticos aliados e também uma possível votante de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018,



uma vez em que entendiam que eu tinha um perfil que oscilava entre o conservador e o liberal.

Outra estratégia utilizada – e mais do que estratégia, era uma questão de ética – foi de que tentei ser verdadeira e transparente com todos os interlocutores sobre as minhas intencionalidades na participação nos eventos organizados por eles. Desse modo, nunca omiti que minha participação nos eventos, nos grupos de WhatsApp, na administração de duas páginas de Facebook de dois movimentos durante um período e nas reuniões mais reservadas era para coletar dados para pesquisa. Também não omiti que era contra algumas causas defendidas por eles e que não votaria em Bolsonaro nas eleições de 2018.

Nesse sentido, os principais desafios em estudar os movimentos sociais à direita referem-se, principalmente, à capacidade do pesquisador em “neutralizar” as suas pré-noções sobre esses grupos, deixar de lado seus preconceitos e estar aberto a ouvir verdadeiramente os atores que constroem esses movimentos. Além disso, exige do pesquisador um policiamento constante sobre o seu próprio comportamento, para que seus interlocutores não o enxerguem como um “proveitador”, “espião” ou “infiltrado”. Um exemplo disso foi uma situação complicada que passei em dois eventos de protestos de rua, nos quais fui fotografada enquanto fotografava os protestos. Tomei consciência disso quando Filipe me enviou as duas fotografias e relatou que outras lideranças e organizadores dos protestos estavam me investigando, pois pensavam que eu era alguém da esquerda infiltrada. Muitas lideranças que foram surgindo entre 2016 e 2017, que não eram do espaço universitário, não me conheciam. Por sorte, Filipe explicou para as demais quem eu era e também me coloquei à disposição dos movimentos para fazermos uma apresentação da pesquisa, mas disseram que não havia mais necessidade.

As lideranças à direita no geral são pessoas que leem, que têm um aprofundamento teórico especialmente em autores conservadores e liberais, que valorizam muitas as ideias, dessa forma elas têm uma consciência de que são pouco pesquisadas e se valem do argumento de



que isso ocorre porque as universidades são monopolizadas por intelectuais, professores, pesquisadores e estudantes à esquerda. Nesse sentido, é preciso quebrar essa imagem que elas têm e mostrar que há um interesse genuíno por elas e seus movimentos.

Nesse sentido, minha entrada no campo foi possível pela minha trajetória e valores pessoais que geraram identificação entre mim e eles, minha escolha em manter-me “neutra” em questões políticas, mas também porque os movimentos e suas lideranças queriam ser ouvidos, queriam que suas ações ficassem registradas, pois isso é para eles mais uma maneira de promoverem seus movimentos, suas ideias e suas causas. Todavia, há, sem dúvida, o controle sobre as informações que irão ceder e para quem irão ceder, por isso o posicionamento crítico e autorreflexivo do pesquisador tem que ser constante. Percebi, ao longo do desenvolvimento da pesquisa de doutorado, que entre 2014 e 2017 foi o período mais favorável para acessar o campo dos movimentos sociais à direita em Sergipe, como já disse, eles queriam ser ouvidos e vistos. Mas outro motivo refere-se ao fato de que muitas das lideranças eram jovens e tinham pouca experiência militante e na política partidária, ou seja, não tinham uma expertise militante formada e “discursos prontos” para as questões que eram feitas. De 2018 até abril de 2020, percebi que algumas lideranças que havia entrevistado tinham se tornado “militantes profissionais” e aumentado o controle sobre as informações biográficas e do movimento que iriam disponibilizar.

Diante desse tipo de cenário é preciso observar quais são as novas necessidades dos movimentos e suas lideranças, o que eles estão precisando ou querendo mostrar, quem são seus novos aliados e como você pode acessá-los. Às vezes, uma boa estratégia é chegar primeiro nos aliados, nos amigos, nos conhecidos, até chegar na liderança que você quer capitar. Outra estratégia é avaliar o que você, enquanto pesquisador, e o que o resultado do seu trabalho podem trazer de benefícios para a liderança e os movimentos e apresentar isso, numa espécie de relação utilitarista e também de dar, receber e retribuir.





## 2.3 Desenho teórico-metodológico

Uma das vantagens que observei ao estudar os movimentos à direita, especialmente entre o período de 2014 e 2017, foi a de que as lideranças queriam falar, queriam ser ouvidas e vistas, queriam que as pessoas registrassem sua história. Dessa forma, quando iniciei a coleta de dados em 2016 para minha pesquisa de doutorado mencionada anteriormente, aproveitei que meus interlocutores queriam falar e estavam organizando muitos protestos, reuniões e materiais de divulgação e documentos digitais e impressos.

Fiz inicialmente uma pesquisa documental, que teve como objetivo mapear quem eram as lideranças dos movimentos sociais, dos partidos políticos e de outras organizações políticas que participaram de eventos de protestos à direita. Com isso, pude coletar informações a respeito dos repertórios de ação, das datas e dos locais onde ocorreram os eventos, de nomes de lideranças e militantes, etc. Criei, a partir disso, dois bancos de dados no Access 2013, um para registrar informações de eventos de protestos e outro sobre o perfil das lideranças. Para isso, utilizei como fontes principais jornais eletrônicos como G1 Sergipe, Infonet, Cinform, F5News, etc.; redes sociais virtuais dos movimentos, como blog, Facebook, Instagram; documentos produzidos pelos próprios movimentos, como estatutos, panfletos, informativos, etc.; entrevistas semiestruturadas e as conversas informais.

Atrelado a esse mapeamento, e utilizando a etnografia, fiz um conjunto de observações participantes em eventos de protestos e em reuniões. Tive, ainda, várias conversas informais de forma presencial e online com lideranças e militantes, o que me permitiu traçar um panorama mais geral do surgimento e dos principais movimentos e lideranças à direita que se destacavam no estado durante o período investigado. Além disso, esses recursos metodológicos foram fundamentais para criar um elo de confiança entre mim e os investigados, bem como para confrontar informações coletadas na pesquisa documental e nas entrevistas em profundidade.



Posteriormente, em um terceiro momento, iniciei de forma mais sistemática a realização das entrevistas semiestruturadas. Busquei, com isso, conhecer as lógicas processuais de engajamento individual das principais lideranças identificadas que estiveram à frente dos primeiros movimentos que surgiram, até aqueles que surgiram durante o ciclo de protestos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff entre 2015 e 2016. Em vista disso, conhecer as diferentes esferas da vida, as redes interpessoais, os processos de identificação, de engajamento e desengajamento, após determinadas situações e eventos, é fundamental para compreender o engajamento político e militante daqueles que organizaram e sustentaram movimentos sociais e os ciclos de protestos à direita no estado de Sergipe. Esse procedimento, articulado com os outros, permite também identificar a forma e o conteúdo das redes de relações estabelecidas entre os atores institucionalizados e os não institucionalizados, e investigar de que forma o apoio de partidos políticos, políticos partidários específicos, organizações e empresas privadas é importante para a consolidação e expansão dos movimentos sociais aqui investigados.

Orientada pela Análise de Eventos de Protestos (Silva; Araújo; Pereira, 2016), registrei um total de 140 eventos de protestos, entre 2014 e 2019. Todas as informações qualitativas e quantitativas coletadas, bem como a escolha dos métodos, permitiram chegar a um mapeamento e a uma visão mais geral de várias dimensões dos movimentos sociais à direita em Sergipe. A etnografia, a observação participante e as entrevistas semiestruturadas foram métodos fundamentais para identificar a fragmentação, a pluralidade, as rupturas e as dissidências que ocorreram no interior dos movimentos sociais investigados. Ainda é válido ressaltar que esse tipo de metodologia me permitiu acessar os bastidores e a subjetividade dos atores investigados, o que me permite afirmar que o surgimento e a consolidação dos movimentos sociais à direita nos últimos anos no Brasil não são resultado apenas de estruturas objetivas, como mudanças no contexto político, mas também dos atores e de suas trajetórias coletivas e individuais.



Esse mosaico de métodos permite ter um olhar amplo sobre os movimentos sociais à direita. A combinação de uma análise que dê conta de elementos macro, meso e microsociológicos, tanto empírica quanto teoricamente, pode ter a desvantagem de fazer uma análise geral, sem que haja tempo para o aprofundamento de pontos específicos. Contudo, essa combinação permite demonstrar dimensões dos movimentos sociais à direita ainda pouco exploradas pela Sociologia dos movimentos sociais no Brasil.

Essa combinação também exige um mosaico teórico que dê conta tanto do nível micro e macrológico quanto do nível mesológico. Sendo assim, vale ressaltar a significativa apresentação que Frédéric Sawicki e Johanna Siméant (2011) fazem sobre esses três níveis de análise: o micrológico, que observa os indivíduos e suas interações mútuas; o mesológico, que analisa o peso dos grupos e das organizações na atuação dos movimentos sociais e das manifestações de ruas; e, por fim, o macrológico, que analisa as transformações socioeconômicas, culturais e políticas. Dessa forma, ao combinar esses três níveis no desenho teórico da pesquisa, você consegue alcançar múltiplos aspectos do seu objeto de pesquisa: culturais, organizacionais, interacionais e estruturais.

Assim, para dar conta dos aspectos macro, a mobilização de teóricos que estão filiados à Teoria dos Processos Políticos é um dos primeiros caminhos. Tal teoria dá ênfase aos aspectos históricos, às instituições, analisa os movimentos sociais e os protestos a partir da ideia de processo, ou seja, para compreender a emergência e consolidação de um movimento é preciso analisar sua história e contextualizá-lo política e culturalmente. Os principais representantes dessa teoria são Charles Tilly e Sidney Tarrow (2007) e Doug McAdam (1982). Precisamente, utilizar-se-á a abordagem por eles elaborada: *contentious politics* (Tilly; Tarrow, 2007; Tarrow, 2009; Silva, 2010). Três conceitos constroem o modelo analítico dessa abordagem: Estruturas de Oportunidades Políticas (EOP), os Repertórios de Ação e os Ciclos de Protestos (Alonso, 2009; Oliveira, 2013; Silva, 2010; Tarrow, 2009).



Assim, compreendo que as oportunidades políticas acontecem quando há mudanças nas dimensões formais e informais do ambiente político, isso possibilitaria, segundo os pioneiros dessa abordagem, um aumento nas chances para grupos sociais se mobilizarem, abrindo, renovando ou criando novos canais para expressão de reivindicações (Alonso, 2009; Silva, 2006; Tarrow, 2009). Quais foram as mudanças nas dimensões formais e informais do ambiente político em 2013 e nos anos seguintes que oportunizaram a emergência de manifestações de direita, conservadoras e liberais? Tais mudanças podem ser observadas a partir de eventos como a Copa do Mundo e as eleições presidenciais em 2014, ou, ainda, as Olimpíadas e as eleições municipais em 2016? Alguns estudos têm se atentado à análise dos megaeventos e das eleições políticas ocorridos nos últimos anos no Brasil como ponto de partida para analisar o aumento de manifestações organizadas em várias cidades do país por diferentes atores sociais (Damo; Oliven, 2014). Além disso, podemos perceber tais mudanças quando refletimos sobre as lógicas de funcionamento do sistema político brasileiro, que historicamente é caracterizado por um sistema de alianças políticas, de arranjos conciliatórios e por coalizões partidárias, que restringem as oportunidades políticas e limitam processos democráticos, o que, consequentemente, afeta diretamente a organização de movimentos sociais (Carvalho, 1987; Mercadante, 1980; Nobre, 2013a, 2013b; Pereira, 2018; Schwartzman, 2007).

Já o conceito de repertórios de ação compreende um conjunto de formas de ação política surgido em meio a conflitos em uma dada época, que, a partir de então, fica disponível para os atores sociais. É um conceito tanto estrutural quanto cultural (Alonso, 2012; Tarrow, 2009; Tatagiba; Paterniani; Trindade, 2012). Já o conceito de ciclo de protesto refere-se a um momento de intensificação do conflito em que há uma rápida difusão da ação coletiva, passando de setores mais organizados para setores menos organizados, nos quais ocorre a combinação da participação de atores organizados e não organizados, e são criados



quadros interpretativos de ação coletiva novos ou transformados, sendo um momento em que as interações entre desafiantes e autoridades são intensificadas (Tarrow, 2009).

Pesquisas sobre a Frente Nacional e movimentos sociais de direita na Europa têm dado atenção, por um lado, ao peso das instituições partidárias e religiosas, bem como à dimensão moral para analisar o engajamento individual e as estratégias de ação (Fretel, 2011); por outro lado, alguns estudos têm focado na análise dos diferentes recursos mobilizados pelos militantes, nas trajetórias sociais ou carreiras das lideranças, como, ainda, dos enquadramentos interpretativos que são examinados por meio da análise de discursos, tendo como fonte de pesquisa jornais, documentos formais e informais (Caiani et al., 2013; Silva; Cotanda; Pereira, 2017). A análise de carreira investiga os eventos que fundamentam a vida de uma pessoa, a partir de um olhar processual sobre os acontecimentos que promovem reconfigurações identitárias, inserções em novas redes de relações e espaços institucionalizados, entre outros aspectos, que defendo que são pertinentes para a análise dos movimentos sociais à direita atualmente.

O nível micro enfatiza as interações e as práticas dos militantes nos eventos de protesto, propõe uma análise dos bastidores e dos enquadramentos interpretativos, enfatiza a análise de redes sociais e dos múltiplos engajamentos dos atores. Assim sendo, alguns conceitos que podem ser mobilizados são: os conceitos de redes sociais, carreira militante e identidade coletiva, para fazer a análise das lógicas de engajamento individual e de atuação militante, bem como para entendermos quais os elementos, socializações, percepções e enquadramentos interpretativos que constroem a identidade militante à direita (Barbieri, 2018; Rocha, 2020; Santos, 2020).

Dentro dessa problemática dos enquadramentos interpretativos, é observado como os atores sociais enquadram os eventos de protestos. Entre esses atores estão o Estado, os meios de comunicação e os movimentos de oposição. Com o conceito de enquadramento interpretativo,



pode-se problematizar como o Estado, os movimentos de oposição e os meios de comunicação enquadraram os movimentos sociais de direita, conservadores e liberais e os protestos à direita e compreender como tais enquadramentos operaram na construção simbólica dos protestos e nas formas de mobilização das lideranças.

Por fim, o nível mesológico considera os grupos e as organizações independentes do seu grau de institucionalidade; de acordo com essa premissa serão observadas duas questões. A primeira trata de como as organizações, independentemente do grau de institucionalidade, influenciam e são influenciadas pelos militantes. Para isso, pode-se adotar as análises de Sawicki e Siméant (2011), pois esses autores sugerem que o engajamento deve ser compreendido de forma relacional, emergindo a partir da intersecção das expectativas organizacionais e das experiências pessoais. Ainda nesse sentido, a noção de modelos organizacionais de Elizabeth Clemens (2010) é pertinente para fazer parte do desenho teórico, uma vez que a autora analisa como mudanças nas redes organizacionais e institucionais influenciam na atuação dos movimentos sociais, bem como nos repertórios organizacionais e recursos que estarão disponíveis para as lideranças mobilizarem em determinados contextos políticos, econômicos e sociais.

## Considerações finais

Este capítulo buscou apresentar caminhos teórico-metodológicos para o estudo dos movimentos sociais à direita. Nesse sentido, com base na apresentação de diferentes pesquisas, de uma revisão da literatura e da apresentação de métodos significativos para análise dos movimentos à direita, o argumento defendido foi o de que a investigação de múltiplas dimensões dos movimentos é um dos caminhos metodológicos mais coerentes para analisar os movimentos sociais à direita. Tal caminho permite identificar as pluralidades das direitas, como ainda evitar vieses e controlar preconceitos por parte do pesquisador. Isso, porque



uma análise multidimensional insere o pesquisador em diferentes momentos, espaços e canais de relacionamentos em que os movimentos estão inseridos.

A discrepância entre os estudos produzidos sobre movimentos sociais à esquerda e à direita acontece, em parte, como dito no decorrer deste artigo, pela falta de empatia do pesquisador pelo objeto. Contudo, esse cenário deve mudar uma vez que, se quisermos compreender de fato quais são as lógicas de organização, mobilização, recrutamento e engajamento individual dos movimentos sociais à direita, suas lideranças precisam “sentir” que podem confiar no pesquisador. Nesse sentido, a combinação de diferentes níveis de análise, mais a combinação de diferentes estratégias e métodos para coleta de dados, com destaque para a etnografia, entrevista semiestruturada e análise documental, pode resultar em trabalhos que expressem melhor como se organizam os movimentos sociais à direita e como suas lideranças se articulam nos diferentes espaços e situações.

Sabemos muito pouco sobre os movimentos sociais à direita, mas diante dos resultados de pesquisas que foram apresentadas no decorrer do capítulo, podemos destacar que precisamos de mais estudos, especialmente sobre os diferentes tipos de movimentos sociais à direita. Há uma pluralidade ideológica dentro do campo “à direita” que na prática constrói e orienta movimentos sociais com modelos organizacionais e repertórios de atuação que nem sempre dialogam, que nem sempre se aliam e que muitas vezes conflitam e disputam arenas políticas. Desse modo, ainda sabemos pouco sobre as formas de recrutamento e as lógicas de engajamento individual. Isso é essencial para entendermos o perfil do militante à direita, quem é ele para além dos estereótipos que já existem sobre ele. Precisamos de estudos mais profundos e robustos sobre os repertórios institucionais utilizados, sobre como os movimentos à direita utilizam a internet como um recurso e um lugar de atuação, como ainda o papel de diferentes tipos de organizações no controle, surgimento e consolidação dos movimentos à direita.



Como vimos a partir de um conjunto de trabalhos citados no decorrer do capítulo, os estudos sobre as direitas estão sendo feitos a partir de diferentes focos de análise. Entre esses estudos, vemos como promissores aqueles que partem principalmente de uma visão qualitativa sobre esse universo. Como, por exemplo, os estudos já mencionados de Janaína Cordeiro (2009), de Camila Rocha (2018), de Alexia Barbieri (2018) e de Tatiana Salles (2020), que lançam luz sobre uma investigação mais qualitativa e profícua sobre a militância à direita no Brasil, baseando-se não apenas em dados estatísticos e aspectos objetivos, mas buscando compreender o cotidiano, as trajetórias, as experiências e as percepções daqueles atores que fazem e constroem a militância à direita. Além de tais estudos, o de Santos (2020) contribui para esse campo a partir de uma análise mais abrangente que foca nos movimentos sociais e em suas dinâmicas de organização e atuação como sendo um ponto de partida para investigar quem são os atores sociais que constroem os movimentos sociais à direita, quais são suas redes sociais prévias, quais são as alianças, os conflitos e as estratégias utilizadas em diferentes arenas políticas.

Em suma, a experiência de estudar os movimentos sociais à direita foi e é para mim um contraponto. É fácil estudar um tema pelo qual tem simpatia, é cômodo. Mas pesquisar algo que a todo momento te faz questionar sua posição de pesquisador, te deixa vigilante quanto às pré-noções que você já assumiu e incorporou por conta de experiências anteriores. Dessa forma, o pesquisador tem que estar disposto a se colocar em lugares não confortáveis, responder questionamentos e buscar identificações com seus interlocutores para que se possa gerar confiança, transparência e colaboração. Acredito que isso só é possível com metodologias que inserem o pesquisador no universo do pesquisado. Nesse sentido, deixamos aqui o alerta que Minayo (2016) faz para nós pesquisadores ou candidatos a pesquisadores:

Se quisermos, portanto, trilhar a carreira de pesquisador, temos que nos aprofundar nas obras dos diferentes autores que traba-





lham com os temas que nos preocupam, inclusive, com os que desenvolvem ou abraçam teorias com as quais ideologicamente não concordamos. O bom pesquisador é o que indaga muito, lê com profundidade para entender o pensamento dos autores, que é crítico frente ao que lê, e que elabora sua proposta de pesquisa, informado pelas teorias (não escravo delas), mas de forma pessoal e criativa. (Minayo, 2016, p. 18).

## Referências

Alonso, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, v. 76, 2009, p. 49-86.

Alonso, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Revista Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, 2012, p. 21-41.

Alonso, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, São Paulo, jun. 2017, p. 49-58.

Barbieri, Alexia Oliveira. **A nova onda liberal: uma etnografia do protagonismo e engajamento pró-liberalismo no Brasil contemporâneo**. 125 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre/RS, 2018.

Caiani, Manuela. Extremism. In: Snow, David; Della Porta, Donatella; Klandermans, Bert; McAdam, Doug (eds.) **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2013, p. 440-442.

Caiani, Manuela. Radical right-wing movements: Who, when, how and why? **Sociopedia**, [S. l.], 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/205684601761>. Acesso em 8 abr. 2019.

Caiani, Manuela; Kröll, Patricia. The transnationalization of the extreme right and the use of the Internet. **International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice**, [S. l.], v. 39, n. 4, 2015, p. 331-351. DOI: <https://doi.org/10.1080/01924036.2014.973050>.

cordeiro, Janaina Martins. **Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

Clemens, Elisabeth S. Repertórios organizacionais e mudança institucional: grupos de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890-1920. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3. Brasília, 2010, p. 161-218.



Damo, Arlei Sander; Oliven, Ruben George. **Megaeventos Esportivos no Brasil: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Armazém do IPE, 2014.

Dibai, Priscila Cabral. **Direita radical no Brasil pós-redemocratização: o caso de Jair Bolsonaro**. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Salvador/BA, 2018.

Hirsch-Hoefler, S.; Mudde, C. Right-wing movements. In: Snow, D. A.; Della Porta, D.; Klandermans, B.; McAdam, D. (ed.). **The Wiley-Blackwell Encyclopedia of Social and Political Movements**. London: Blackwell, 2013, p. 1-8.

Klandermans, B; Mayer, N. **Radical right Activists in Europe: Through the magnifying glass**. London and New York: Routledge, 2006.

löwy, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, out./dez. 2015, p. 652-664.

Madeira, Rafael Machado; Quadros, Marcos Paulo dos Reis. Da “direita envergonhada” às bancadas “evangélica” e “da bala”: os caminhos da representação política do conservadorismo no Brasil. In: **41º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, GT 5 - Comportamento, Opinião Pública e Cultura Política, Anais [...], Caxambu/MG, 2017, p. 1-24.

Maitino, M. E. “Direita, sem vergonha”: conformações no campo da direita no Brasil a partir do discurso de Jair Bolsonaro. **Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, v. 25, n. 1, 2017, p. 92-11.

McAdam, Doug. **Political Process and the Development of Black Insurgency, 1930- 1970**. Chicago, Um. Chicago Press, 1982.

Melo, Demian. A direita ganha as ruas: 67 elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: Demier, Felipe; Hoeveler, Rejane (org.) **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Muad, 2016, p. 67- 76.

Mercadante, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil: contribuição ao estudo da formação brasileira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1980.

Messenberg, D. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, set/dez 2017.

Rémond, R. **Les droites en France**. Paris: Editions Aubier Montaigne, 1982.

Ribeiro, Márcio Moreno. Antipetismo e conservadorismo no Facebook. In: Gallego, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.



Rocha, C. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: Gallego, Esther Solano (org.). **O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

Rocha, C. **'Menos Marx, mais Mises': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. DOI: 10.11606/T.8.2019.tde19092019-174426. Acesso em: 30 maio 2020

Sawicki, Frédéric & Siméant, Johanna. Inventário da sociologia do engajamento militante. Nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 13, n. 28, set/dez 2011, p. 200-255.

Schwartzman, Simon. **Bases do autoritarismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, [1982], 2007.

Scruton, Roger. **O que é conservadorismo**. São Paulo: É Realizações, 2015.

Santos, Adrielma Silveira dos. Emergência de movimentos de direita e liberais em Sergipe e sua relação com partidos políticos. **Paraná Eleitoral**, v. 5, n. 1, 2016, p. 65-92.

Santos, Adrielma Silveira Fortuna dos. **Das ruas às organizações: emergência e consolidação da militância**. 303 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – PPGS, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2020.

Salles, T.; Franch, M. “Liberais por inteiro”: uma análise sociológica sobre a emergência de identidades políticas juvenis em torno do liberalismo na Paraíba. **Revista Abordagens**, João Pessoa, v. 1, n. 2, ago. /dez.2019 Edição Comemorativa – 40 anos do PPGS/UFPB.

Salles, Tatiana. **“Liberais de Alma”: socialização e identidade política de jovens na Paraíba**. 303 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – PPGS, Universidade Federal da Paraíba, São Cristóvão/SE, 2020.

Silva, Marcelo Kunrath. Sociedade civil e construção democrática: Do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional. **Sociologias**, v. 8, Porto Alegre, 2006, p. 156-179.

Silva, Marcelo K.; Araújo, Gabrielle O.; Pereira, Matheus M. Análise de Eventos de Protesto no Estudo de Repertórios Associativos. In: Robertt, Pedro; Rech, Carla M.; Lisdero, Pedro; Fachinetto, Rochele F. **Metodologia em Ciências Sociais Hoje, Vol. 2: práticas, abordagens e experiências de investigação**. Junídiá: Paco Editorial, 2016, p. 311- 330.



Silva, Marcelo Kunrath; Oliveira, Gerson de Lima. A face oculta(da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento – uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul. **Sociologias** (UFRGS. Impresso), v. 13, 2011, p. 86- 124.

Silva, Marcelo K.; Pereira, Matheus M.; Silva, Camila F. As Raízes do Ativismo Conservador Contemporâneo no Rio Grande do Sul: as manifestações públicas de empresários e profissionais liberais gaúchos - 1970-2010. In: **40º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**. Anais [...]. Caxambu, MG, Brasil, 2016.

Tarrow, S. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

Tatagiba, Luciana. 1984, 1992 e 2013. Sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 13, n. 28, Set./Dez. 2014.

Tatagiba, Luciana. Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011-2016). **Revista Sinais Sociais**, v. 11, 2017, p. 71-98.

Tatagiba, Luciana; Paterniani, Stella Zagatto; Trindade, Thiago Aparecido. Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo. **Opinião Pública, Campinas**, v. 18, n. 2, Nov. 2012, p. 399-426. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762012000200007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762012000200007). Acesso em 15 out. 2020.

Tatagiba, Luciana; Trindade, Thiago; Teixeira, Ana Claudia Chaves. **Corruptos: um ensaio sobre protestos à direita no Brasil (2007-2015)**. Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (Nepac- Unicamp), Campinas (SP): Unicamp, 2015.

Tilly, Charles; Tarrow, Sidney. **Contentious politics**. Boulder, Paradigm Publishers, 2007. 224p.



## JOVENS, DIREITA E RELIGIOSIDADE NA PERIFERIA: APORTES INICIAIS DE PESQUISA

 Florival de Souza Filho<sup>1</sup>

 Frank Nilton Marcon<sup>2</sup>

 Marco Aurélio Dias de Souza<sup>3</sup>

AS PESQUISAS SOBRE NOVAS DIREITAS no Brasil ganharam corpo nas ciências sociais durante a última década, resultado das transformações das mobilizações de rua no país após junho de 2013, do crescimento na visibilidade de grupos, *think tanks*, comentaristas, influenciadores e atores políticos que foram lentamente reconquistando a hegemonia no debate público ao definirem-se como “liberais” e “conservadores”, da crescente mobilização de religiosos conservadores/reacionários, bem como da chegada à presidência da república de Jair Messias Bolsonaro, em 2018, declaradamente representante de valores morais autoritários, conservadores e de direita.

Ao ganhar força, essas novas direitas fomentaram um discurso fortemente polarizado, atribuindo uma ideia de crise da moralidade, da cultura e da própria religiosidade a uma “elite esquerdista” que corrom-

---

<sup>1</sup> Doutorando do PPGS-UFS. E-mail: florival.souza@gmail.com

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Ciências Sociais-UFS, do PPGA-UFS e do PPGS-UFS. E-mail: marconfrank@hotmail.com.

<sup>3</sup> Docente do Departamento de Educação- UFS/Itabaiana, do PPGS-UFS. E-mail: dias\_dias\_@hotmail.com.



peria valores, se esbaldaria em financiamentos estatais indevidos, seria responsável por desvios de verbas e por gastos desnecessários, agiria de forma permissiva com a criminalidade, atacaria estruturas sociais como a família tradicional e seria incapaz de “modernizar” economicamente o país por meio das reformas atreladas à cartilha neoliberal.

A problemática levantada por este capítulo parte do crescimento dessas novas direitas, entendendo-as por meio da construção de alianças e ondas de mobilizações que englobaram diferentes correntes, composta por: conservadores e reacionários culturais, neoliberais, autoritários revisionistas da ditadura militar e religiosos conservadores/reacionários/fundamentalistas<sup>4</sup>. Dentro desse caldo que se estruturou no debate público brasileiro contemporâneo, o texto traz luz a uma relação bastante complexa que paralelamente vem se intensificando e que inclui religiosidade conservadora/reacionária, juventude e periferias. Para isso, neste texto nos concentramos em debater questões que dizem mais sobre os pesquisadores e a forma de fazer pesquisa sobre o tema, do que propriamente sobre um objeto específico dentro do campo. Aqui lançamos bases para discutir a questão do trabalho de campo em um ambiente de desconfiança e, em alguns momentos, hostilidade, uma vez que a universidade e a imagem do pesquisador em ciências sociais se consolidaram, em alguns setores do imaginário do campo, como a própria definição do que seria a elite esquerdista corrompida, para aqueles declarados representantes da direita conservadora. Junto a isso, o distanciamento das universidades do dia a dia das periferias estabelece um baixo sentido de relevância para os membros dessas comunidades, uma sensação de que a aproximação se dá por um interesse de mão única, que apenas colhe dados para publicações e pouco devolve para o objeto pesquisado.

---

<sup>4</sup> É importante destacar aqui, como apontou Almeida (2017), que diferentemente da nova direita religiosa nos EUA, que possui vertentes que se definem como fundamentalistas, os setores religiosos da nova direita no Brasil recusam essa definição. Segundo o autor, a ideia de fundamentalismo ficou muito associada ao fundamentalismo islâmico e tende a soar pejorativamente para os religiosos conservadores/reacionários brasileiros.



## 1. A presença das igrejas evangélicas nas periferias

Em um caminho inverso, as igrejas, das mais variadas denominações e correntes, com destaque para as pentecostais e neopentecostais, assumiram um papel cada dia mais relevante na vida dessas periferias, servindo de apaziguadoras de conflitos, rede de assistência social, produzindo espaços de lazer e confraternização, local para a construção de redes de sustento e de entrada para o mercado de trabalho, espaço de auxílio espiritual, de redenção, de reconhecimento social, etc. Tais igrejas passaram a ocupar o lugar que deveria ser o da atuação do Estado/poder público e da sociedade civil, o que pode facilmente ser notado em exemplos como o do predomínio de grupos religiosos na oferta de clínicas de reabilitação e o crescimento de creches de viés confessionais.

Nesse sentido, na região do Santa Maria, segundo maior bairro da periferia de Aracaju, capital de Sergipe, que conta atualmente com um número de 33.475 habitantes (IBGE/2010), realizamos um levantamento da presença dos templos religiosos evangélicos<sup>5</sup> e constatamos um número de 80 igrejas, o que demonstra a pulverização e a disputa entre elas pela inserção no bairro e na vida das famílias. Segundo relato da fiel (TPS) que exercia um cargo em uma das igrejas elencadas neste artigo, esse número de igrejas oscila por diversas razões: mudança de endereço (e, nesse caso, pode ser devido ao aumento do aluguel do prédio onde a igreja funciona); enfraquecimento da doação do dízimo; migração de fiéis para outras igrejas (que acontece por vários motivos como um chamamento do espírito santo para irmos fazer parte de outra igreja).

Esse fortalecimento das igrejas nas periferias foi tratado por Mafra (2011) que, ao pensar suas atuações na cidade do Rio de Janeiro, resgatou o conceito de cinturão pentecostal, discutido originalmente por

---

<sup>5</sup> O objetivo do levantamento foi catalogar apenas as igrejas evangélicas, excluindo os templos de outras religiões, cristãs ou não-cristãs.



Paul Freston. Segundo a autora, o crescimento dessas denominações religiosas estruturava-se a partir de uma divisão social imposta pela própria lógica da metrópole, à qual as regiões centrais e com melhores níveis de renda mantinham-se majoritariamente católicas e as regiões periféricas formavam grandes blocos em que prevaleceriam a expansão de outras denominações pentecostais e neopentecostais, ou de acordo com a autora:

Em síntese, o que estou afirmando é que a ruptura pentecostal responde à mensagem contraditória enviada pela própria metrópole aos habitantes das periferias, ao insistir em um caminho de desinvestimento completo no modelo relacional hierárquico e, com isto, de renovação do cristianismo (Mafra, 2011, p. 9).

A compreensão dessa dinâmica e as suas formas de atuação aponta para uma relação contraditória frente à ideia de juventude, visto que ser jovem remete à experimentação, a um constante testar dos limites das regras, aos primeiros entendimentos das possibilidades de protagonismo social e a um rompimento com o controle exercido pelos pais e pela estrutura familiar (mesmo que em um momento futuro essa estrutura possa ser reproduzida). Essa aparente contradição nos levou a discutir que o pertencimento desses jovens às mais variadas comunidades religiosas consolida uma substituição de um controle social por outro, que impede as características narradas acima por meio de uma “atuação de rebanho” e um incentivo moralista pelo autocontrole.

Essa forma de controle resulta em um ideal de dedicação de tempo à igreja, no consumo de produtos relacionados à experiência religiosa e em uma vigilância e autopolicamento por parte dos membros dessas congregações a partir de uma negação “seletiva” dos vícios e de outros prazeres da vida mundana. “Seletiva”, pois a experiência evangélica no Brasil possui um caráter modernizante e, em alguns momentos, bastante liberal diante da tradição católica, trazendo consigo uma grande variedade de inovações nas tradições e nos cultos, o emprego massivo





da utilização de meios de comunicação, perspectivas da inserção de novas formas de atração de fiéis com a inserção de músicas e linguagens contemporâneas e, até mesmo, compreensões de mundo que vão muito além da perspectiva reacionária vendida por algumas lideranças atreladas ao Bolsonarismo. Assim, mesmo em igrejas que hoje emprestam suas faces para esse movimento cristão mais reacionário, não é incomum perceber posicionamentos e iniciativas que destoariam de uma perspectiva mais fundamentalista, como podemos apontar nos exemplos da defesa do aborto como uma questão de saúde pública feita por Edir Macedo em 2007 (Teixeira, 2012) ou no mercado crescente de *sexys shops* voltado para o público dessas denominações.

Ao mesmo tempo, a participação na vida religiosa se impõe a esses jovens como possibilidade de busca por protagonismo, ao motivá-los a uma constante atuação no sentido de arregimento, conversão e dentro da lógica religiosa da batalha contra o mal e da salvação de outros jovens que teriam se desviado ou não conheceriam Cristo. A partir dessa percepção, a experiência religiosa de jovens nas periferias possibilita um sentido acolhedor ao trazer a expectativa de redenção, de aceitação e o sentimento de enquadramento a um grupo, características cada vez menos propiciadas pelas estruturas sociais presentes nas periferias brasileiras.

Dentro desse cenário, a experiência do trabalho de campo que vem sendo realizado para a pesquisa de doutorado de Florival de Souza Filho, um dos autores deste texto, nasce a partir de um número expressivo de experiências que vivenciou, a partir da observação participante, durante oito anos de seu envolvimento social com a periferia de Aracaju, neste caso, o bairro Santa Maria. Neste texto, realizamos de forma ensaística uma análise prévia da influência religiosa na formação político-conservadora da nova direita brasileira sobre jovens ligados às igrejas protestantes do bairro.

Para atingir nosso objetivo, dividiremos a sequência deste texto em outras três etapas. Na primeira apresentamos uma leitura sobre o processo que gerou as primeiras inquietações desta pesquisa, ou seja,



a relação entre o avanço das congregações protestantes nas periferias e a convergência de algumas delas com as articulações políticas da nova direita, nascida após as manifestações de junho de 2013. Na segunda etapa, analisamos as dificuldades de entrada do pesquisador no campo, os dilemas enfrentados e a maneira como essa dificuldade está refletida na perspectiva de controle estabelecida sobre a juventude por parte de algumas igrejas presentes no bairro. Por fim, em nossas considerações finais, estabelecemos algumas notas em termos de diretrizes reflexivas para uma análise das novas direitas nas periferias e o modo como as juventudes são particularmente afetadas em seus modos de existência, suas formas de compreensão moral, de organização social, de interação com o mundo, de atuação política e de construção de suas autonomias.

## **2. Direita religiosa, juventude e as contradições da periferia**

A expressiva votação alcançada por Jair Messias Bolsonaro entre os eleitores evangélicos, cerca de 21,6 milhões de votos (o que corresponde a 69% dos eleitores evangélicos do país), acendeu um alerta entre os setores progressistas para um possível recrudescimento do apoio desses eleitores em candidaturas alinhadas à extrema-direita. Com a intenção de compreender esse fenômeno, Ferreira e Fuks (2021) realizaram uma relevante análise sobre as características dos eleitores evangélicos na eleição de 2018, indicando que eles tendiam a ser mais fiéis a indicação de voto de suas lideranças religiosas e que, no caso da eleição de Bolsonaro, a votação esteve proporcionalmente relacionada a uma maior frequência aos cultos, ou seja, quanto maior o contato dos eleitores com as atividades das congregações, maior foi o percentual de votos no candidato de extrema-direita.

A questão que se coloca aqui está relacionada ao fato das igrejas evangélicas se mostrarem mais propícias para o debate sobre política em seus interiores, não sendo incomum a indicação de candidatos



pelos pastores e, até mesmo, suas apresentações durante os cultos. Essa maneira de lidar com a política eleitoral está claramente alinhada à narrativa de luta contra o mal (Teologia do Domínio<sup>6</sup>) e a ideia do “irmão vota em irmão”, que foi marcante durante o período de redemocratização para o incremento da participação do setor na vida política do país. Nesse sentido, as transformações trazidas pelos movimentos pentecostais e neopentecostais ao protestantismo mudaram a atitude desses cristãos com relação à política, que deixou de ser vista como um espaço mundano e impuro para se tornar um lugar ao qual os cristãos deveriam ocupar e participar ativamente.

Dip (2018) discorre que embora a participação das igrejas pentecostais na política tenha iniciado em 1960, somente nos anos 1980, por meio da atuação da Assembleia de Deus, estruturou-se um movimento planejado na tentativa de eleger um deputado por Estado. Esse movimento consolidaria, nos anos seguintes, após a adesão de outras congregações à disputa política, o que ficou conhecido como os primórdios da bancada evangélica.

O fato é que, ao longo das décadas, as candidaturas planejadas a partir de um controle regional da votação por meio das congregações foram se tornando cada vez mais sofisticadas. Ao mesmo tempo, a campanha de Jair M. Bolsonaro foi bastante eficiente em capitalizar o apoio de lideranças das mais representativas denominações evangélicas do país, como Silas Malafaia, Edir Macedo, R. R. Soares, entre outros. Bolsonaro conseguiu surfar a onda da radicalização discursiva de alguns pastores, principalmente após ter atuado, ainda quando era deputado, na campanha contra o Projeto Escola Sem Homofobia. Essa aproximação, quando se leva em conta o crescimento constante do público evan-

---

<sup>6</sup> Que segundo Mariano (2007) se centraria dentro da ideia teológica de que os demônios dominariam e interfeririam negativamente na vida dos Cristãos, o que justificaria que a vida cristã era uma luta contra o mal, principalmente o que algumas denominações chamariam de demônios hereditários ou territoriais, muitas vezes associados ao espiritismo e às religiões de matrizes africanas.



gético no Brasil<sup>7</sup> e o controle de eleitores por essas lideranças, foi um dos fatores determinantes para a sua vitória em 2018.

Logicamente não empenharemos neste capítulo um debate aprofundado sobre a construção da aliança entre Bolsonaro e líderes religiosos<sup>8</sup> conservadores, pois, ao fazer isso, nos desviaríamos de nosso intuito original. Contudo, focaremos aqui dois pontos que se relacionam e são vitais para a aproximação dos evangélicos com as novas direitas. A escolha desses dois pontos também dá pistas para que se projete uma expansão de ideias associadas às novas direitas em bairros periféricos como é o caso do Santa Maria.

Com isso, o primeiro ponto relaciona-se à fomentação de pânico moral, motivado por narrativas que foram fartamente divulgadas nos anos que antecederam a campanha que alçou Bolsonaro à presidência, especialmente quando se percebe que, a partir dele, se estabeleceu toda uma rede pautada em críticas diretas a movimentos sociais e às teorias científicas desenvolvidas na área das humanidades, como os estudos culturais e as teorias de gênero. Já o segundo ponto está alicerçado em uma recorrente retórica da teologia da prosperidade que, desde os anos 1970, foi inserida no Brasil como base para a atuação de algumas denominações evangélicas e colaborou nos últimos anos com processos de atomização social responsáveis por sustentar contradições no alinhamento, que parecia ser natural, entre evangélicos de bairros periféricos e as pautas identificadas como à esquerda do espectro político.

Para compreender o primeiro ponto é interessante resgatar a obra de Cohen (2011), que definiu pânico moral como episódios em que uma condição, pessoa ou grupo de pessoas são classificados como ameaças sociais a valores e a interesses. O autor teorizou que a partir de episódios de pânico

---

<sup>7</sup> Alcançando em 2020 31% da população brasileira, com 60% desses definindo-se como pentecostais.

<sup>8</sup> Afinal, as ciências sociais brasileiras vêm produzindo uma quantidade significativa de referências sobre a construção dessa aliança, entre elas, inclusive, um artigo de um dos autores deste capítulo, Souza (2020).



moral são construídas barricadas, gerenciadas por editores, políticos, bispos e outros grupos que se colocam como especialistas no debate de um determinado tema e propõem soluções e diagnósticos para o suposto problema. Esse pânico moral mobiliza grupos de pessoas por meio do medo e pode ser passageiro ou permanecer inserido em instituições sociais.

No caso brasileiro, a fomentação de pânico moral durante a última década teve alguns alvos bastante pontuais, além de relacionar partidos de esquerda com a ideia de corrupção, também se concentrou em questões relacionadas às discussões de gênero (direitos reprodutivos, direitos da comunidade LGBTQIA+ e movimentos feministas). Entre os exemplos mais reconhecíveis desse processo estava o famoso caso do projeto Escola Sem Homofobia, rebatizado por setores das novas direitas como kit gay. Junto a isso, a rede que fomentava esses episódios de pânico moral também se voltou ao ataque a professores, tanto universitários quanto da educação básica, acusando-os de doutrinadores de uma ditadura “marxista/gaysista”. Essas denúncias levaram a uma verdadeira caça às bruxas contra professores e foram incitadas por movimentos como o Escola Sem Partido, o Movimento Brasil Livre e outros grupos associados à nova direita. Por fim, o sentimento de pânico moral também atuou na criminalização de movimentos sociais que, dentro da narrativa construída por setores das novas direitas, passaram a ser acusados de vândalos e baderneiros que atacavam a propriedade privada.

Esse tipo de narrativa foi vital para aproximação de lideranças evangélicas ao projeto que, em 2018, chegou à presidência do país. Afinal, como mostraram Lima e Lima (2020), algumas denominações evangélicas assumiram a ideia de que seriam comunidades simbólicas de resistência a uma ditadura das minorias que tentaria desestabilizar estruturas naturais da sociedade. As autoras apontam que essa visão de mundo surgiu a partir de uma forma:

...equivocada (mas, proposital) de que as expressões da questão social e a crise do capitalismo estão relacionadas (e são conse-



quências) da desagregação moral, da desestruturação da família, da desarrumação dos valores tradicionais, sendo, portanto, necessário tratar essas expressões como caso de polícia, na violência física e simbólica. (Lima; Lima, 2020, p. 336).

A questão aqui presente é que a associação de pânico moral, causado pelo medo que as transformações sociais pudessem corromper valores cristãos, e a identificação dos evangélicos como grupo que deveria combater essas transformações criou uma brecha que permitiu a inserção e tolerância de um discurso radicalizado e autoritário dentro do dia a dia de algumas denominações. Ou como apontaram as autoras:

Dessa forma, a moral passou a guiar a agenda política e, por não se curvar ao mimimi das minorias, entendido como a motivação que desfibra, degenera e fragiliza as pessoas, Bolsonaro foi ovacionado como o opressor, aquele que encara a ditadura do politicamente correto, consubstanciando a regularidade temática de boa parte de seus eleitores: gênero, sexualidade e, em consequência, religião. (Lima; Lima, 2020, p. 341).

Retomando a preocupação com a juventude, a relação entre Teologia do Domínio e Pânico Moral estabelece um padrão de atuação de controle territorial e vigilância constante sobre os fiéis, o que se reflete, como apontou Machado (2018, p. 66), em uma cada vez mais constante expansão territorial “através de projetos e serviços sociais, assistenciais, educativos e formativos”. Se o demônio é responsável pelos males e o papel do cristão é lutar contra ele, a atuação das igrejas passa a ser expandida para o interior da vida privada das famílias da periferia, seja por meio da proximidade do pastor como o dia a dia das famílias, dos cultos realizados no sistema carcerário, da televisão, do rádio e da internet, das clínicas de reabilitação<sup>9</sup>, seja por meio de “projetos de profissionalização, formação artística e musical, eventos de formação e espaços

<sup>9</sup> Segundo o autor, hoje chegam a aproximadamente 3.000.



de atendimento para mulheres cristãs, cursos de empreendedorismo, dentre outros e vários projetos sociais” (Machado, 2018, p. 70).

Se no campo dos costumes a luta contra o mal aparece alinhada à ideia de controle e em um programa de assistência social que possui em seu intuito a fidelização do público, existe também a necessidade de se articular práticas de sustento e maneiras de se lidar com a pobreza de maneira espiritual. Para entender esse processo podemos adentrar ao segundo ponto proposto para esta passagem do capítulo, ou seja, o papel da Teologia da Prosperidade no alinhamento de moradores periféricos às ideias das novas direitas.

Para entender esse processo é importante destacar, como demonstrou Mariano (2014), que a Teologia da Prosperidade teve sua origem atrelada ao surgimento dos primeiros televangelistas nos EUA e pelas pregações sobre Vida Abundante do televangelista Oral Roberts, durante a década de 1950. Seu intuito era desvincular a ideia de que os verdadeiros cristãos seriam materialmente pobres e que o reino dos céus seria dos pobres, isso aconteceu pois as décadas do pós-guerra marcaram uma ascensão econômica de um grande número de fiéis, o que colocava em choque a visão teológica que privilegiava a pobreza.

Junto a isso, o crescimento da atuação de algumas congregações nos meios de comunicação de massa, por meio de um número cada vez maior de programas televisivos e de rádio, ampliou os seus custos de manutenção. Como resultado, existia também a necessidade de estimular doações cada vez mais volumosas por parte do público, o que se torna possível por meio de um incentivo cada vez maior de que quanto maior a oferta maior seriam os ganhos.

Mariano (2014) mostra que, no caso brasileiro, a Teologia da Prosperidade tem sua entrada ainda nos anos 1970, a partir de uma série de denominações como a Internacional da Graças, Universal, Renascer, entre outras. O destaque é que em muitos momentos essas igrejas passavam a estimular uma doação de seus membros muito maior do que o que seria considerado o valor dos dízimos e que incluíam rituais pautados em



desafios a Deus que incentivavam a doação de terrenos, carros, cheques pré-datados, entre outros. Para que se possa entender esse processo, é importante perceber que a chave principal dessa teologia é a ideia de que “o fiel que quer ser abençoado precisa demonstrar sua fé fazendo “ofertas de sacrifício” a Deus, algo que lhe custe muito” (Dip, 2018, p. 82).

Pelo mesmo caminho, Mariano (2014) afirmou que a teologia da prosperidade subverte a lógica do protestantismo ascético, inserindo a lógica de que a pobreza é sinônimo de falta de fé e, conseqüentemente, uma desqualificação para a salvação. Ao mesmo tempo, a lógica da espera por uma vida de pobreza e por ganhos em outro mundo foi sendo substituída pela lógica de que o cristão merece ter ganhos e uma qualidade de vida na terra. De acordo com o autor, dentro dessa leitura não era incomum o incentivo de pastores ao empreendedorismo e a constituição no interior de algumas igrejas de que os fiéis deveriam abandonar a expectativa de se tornarem trabalhadores assalariados para se tornarem patrões.

A opção por debater, mesmo que rapidamente, a ideia de Teologia da Prosperidade neste texto está exatamente nesse ponto, visto que ela se enquadra, de maneira bastante consistente, nos mantras neoliberais que ganharam visibilidade no Brasil das últimas duas décadas e gestaram projetos de superexploração do trabalho, como a reforma da previdência e a reforma trabalhista, promovidas pelas administrações que chegaram ao poder após o *impeachment* de Dilma Rousseff. A preocupação de como essa teologia possibilita a entrada de ideias reacionárias/conservadoras nas periferias se dá na percepção de que o fracasso econômico construído por causas sistêmicas passa a ser transferido aos indivíduos a partir da ideia de que faltou fé e empenho para que eles ascendessem socialmente. Com isso, o fracasso econômico é culpa do indivíduo e não de políticas sociais e econômicas, ou como argumentou Almeida (2017, p. 15):

Em linhas gerais, a Teologia da Prosperidade tem uma afinidade de sentido com a informalidade e a precariedade do trabalho, como as que ocorreram no Brasil nos anos de recessão econômica nos anos 1980 e 1990, e também com os momentos de aumen-





to de consumo, como nos anos 2000. Em ambas as situações, a doutrina religiosa é capaz de gerar disposições empreendedoras de caráter individualista. O mérito decorre do esforço ativo e da atitude empreendedora, e não propriamente do capital social e de suas distinções sociais. Isso não significa que os evangélicos não usufruam dos programas sociais do governo federal, mas o discurso da prosperidade material, resultante de sacrifícios rituais monetários e de atitude empreendedora, é valorizado religiosamente e adotado como ética econômica.

A relação entre visão de mundo construída pela Teologia da Prosperidade e da Teoria do Domínio tem um papel fundamental para a inserção de ideias das novas direitas na periferia. Seu entrelaçamento produz um microcosmo, ao qual toda e qualquer possibilidade de ascensão social, econômica e interpretações políticas direcionam a vida para a igreja. É nesse sentido que a entrada do pesquisador passa a ser vista com desconfiança, afinal, são pesquisas científicas que questionam as contradições entre o controle dessas religiões na periferia e a necessidade da criação de políticas públicas de lazer, empregos, saúde, entre outras. Assim, a partir desse entendimento, podemos nos dedicar a discutir mais profundamente a questão do trabalho de campo realizado.

### **3. O pesquisador, o campo e o objeto**

O ano de 2014 demarca o início do conhecimento e convívio com o cotidiano de um dos autores deste texto com o bairro Santa Maria e de um conjunto de experiências emocionais que suscitou o seu interesse em realizar uma pesquisa sobre os jovens evangélicos na periferia de Aracaju.

A experiência de envolvimento com um território, vitimado por inúmeras precariedades e formas de preconceito sobre sua comunidade, foi um desafio que uniu ousadia com o despertar da possibilidade de desenvolver uma pesquisa acadêmica e, dessa forma, contribuir para a abertura de um diálogo profícuo com “o lado de lá”.



Os termos entre aspas aludem à maneira como alguns moradores do bairro se referem àqueles que residem no lado nobre da cidade. Apesar desse bairro ser na zona sul da capital sergipana, boa parte considerada área nobre da cidade, o Santa Maria está ao seu lado e configura-se como periferia. Por isso, seus moradores dirigem-se àqueles que não residem no bairro como estranhos/invasores, usando a metáfora: “você de lá; você do lado de lá”, conformando um distanciamento pautado no preconceito geográfico, social, racial e intelectual.

Os anos foram passando e a proximidade com os moradores, principalmente evangélicos, oportunizou o aumento da confiança e a possibilidade de pensar na realização de uma pesquisa científica sobre a temática religiosa, tendo como foco principal do trabalho a juventude inserida nas igrejas evangélicas do bairro Santa Maria, que, atualmente, conta com expressivo comércio local de micro e médios empresários proprietários de supermercados, mercearias de médio porte, escolas públicas e privadas, banco, unidade básica de saúde, posto de combustível, posto policial, conjuntos residenciais (entre esses, um conjunto recente financiado pela Caixa Econômica Federal).

No entanto, a visão inicial do autor aqui envolvido, devido ao fato de que esse não conhecia profundamente aquela realidade e as pessoas que lá residiam, era preconceituosa e foi necessária uma convivência durante oito anos para conhecer, desafiar e conceber um projeto de pesquisa que analisasse a formação política dos jovens fiéis das igrejas evangélicas inseridas no bairro e abordasse a fundo seus aspectos sociais, políticos e religiosos. Nesse sentido, não bastava andar pelas ruas, subir os morros, entrar nas casas... era preciso desvelar “algo mais”, surgindo, assim, a decisão definitiva de olhar com maior acuidade um fenômeno que inicialmente foi denominado pelo autor como “tráfego bíblico” e que hoje parece fazer ainda mais sentido.

O tráfego bíblico acontecia todos os dias da semana. Sempre que estava no bairro, durante a noite, assistia à circulação de pessoas com a bíblia nas mãos, dirigindo-se a alguma igreja e, entre essas pessoas,



chamava atenção o número de jovens, sempre vestidos elegantemente com roupas no estilo social (terno e gravata ou camisas de mangas compridas e sapato social).

Antes que o leitor pense que o Santa Maria é um território “abençoado por Deus”, devido ao expressivo número de templos religiosos e, por isso, não tem problemas, é preciso alertar que, para aqueles que são do “lado de lá”, ele aparece na maioria das matérias dos meios de comunicação como o “epicentro” da violência na cidade, um “Quasímodo”, que confere terror às zonas centrais e abastadas, portanto os seus moradores são associados a essa violência.

Nesse sentido, morar nas áreas nobres da cidade confere status de elevada cidadania a alguns, acontecendo o contrário com as pessoas que moram nas periferias, pois passam a ser vistas como problemas sociais e, nessa condição, o Estado/Poder Público e o Poder Privado conferem a esses cidadãos um menor patamar de cidadania, quando lhes lega a sobrevivência em territórios mais afastados das áreas centrais, onde podem, por meio de uma sutil vigilância, controlá-los.

Ao atravessar a ponte que liga o Conjunto Orlando Dantas (bairro São Conrado) ao Santa Maria surge a sensação de adentrarmos em outro mundo. A pobreza se faz presente sem constrangimento, as ruas com centenas de residências onde, em alguns casos, várias famílias ocupam os mesmos espaços, as pessoas dividindo o espaço público com os carros, as bicicletas, os ônibus, as crianças, que cedo tornam-se mães de outras crianças, e os jovens que nos olham transmitindo uma sensação de desconforto diante da realidade que vivem.

Diante desse quadro que via como estrutural, perguntava: onde está o Estado? A falta da presença do Estado ainda hoje é sentida e vista como desrespeitosa pelos moradores. Em conversa com um pastor do bairro, para solicitar que os jovens da sua igreja respondessem os questionários de pesquisa, ele falou: “o Estado não liga para esse bairro, somos esquecidos”.

Em um determinado dia, mais familiarizado com o bairro, perguntei a um jovem: qual o seu lazer no bairro? Ele então respondeu: não



faço nada. Perguntei-lhe: o que você gosta de fazer para se divertir? E a resposta foi: brincar com os amigos e ir à igreja. Nesses momentos de diálogos aleatórios soava o alarme da **imaginação sociológica**.

Por exemplo, a conversa com esse jovem direcionou o olhar para o cotidiano de tantos outros, visto que todas as vezes que me encontrava no bairro no começo do anoitecer via-os passar pelas ruas, levando nas mãos a Bíblia. Sendo assim, me dei conta que a religião é um importante componente no cotidiano dessas pessoas e que não dá para entender as relações de poder e de sociabilidade e como são constituídas as formas de entendimento ético da comunidade, principalmente quando falamos dos jovens, sem buscar captar o grau de influência das religiões no bairro.

Nos anos seguintes, a observação participante mostrava que as igrejas, majoritariamente evangélicas/históricas, realizam ações que vão além da assistência espiritual, assumem responsabilidades que, no nosso entendimento, deveriam ser do Estado/Poder Público, como assistência social às famílias, assistência jurídica àqueles que não tinham condição de pagar um advogado, cursos/palestras sobre mercado de trabalho e empreendedorismo para jovens e lazer (grupos de música, passeios, encontros).

A questão colocada a partir dessa constatação era conseguir ferramentas que trouxessem um diagnóstico sobre esse processo, dando conta de responder os motivos do crescimento e da participação desse grande fluxo de igrejas e o esvaziamento da atuação do poder público no bairro. Essa busca foi encontrada na obra de Brown (2020) e em sua constatação sobre a maneira como religiosidade conservadora e neoliberalismo se amalgamaram após os anos 1980.

Lembrando a perspectiva marxista, a superestrutura e as relações de produção são base tanto para a realidade material como para a espiritual, e, embora, não estejamos aqui preocupados em estabelecer uma abordagem marxista, percebemos que o esforço neoliberal, por meio de modelos de rígidos controles de gastos públicos, congelamentos de



investimentos e destruição da rede de proteção social, desestruturou a capacidade de intervenção do Estado/Poder Público e da própria sociedade, especialmente em comunidades periféricas. O resultado é um esforço para o atomismo e a individualização, largados à própria sorte e assolados pela reprodução de uma perspectiva de mundo na qual empreendedorismo, sucesso e fracasso social são apontados como responsabilidade pessoal.

Em outras palavras, orçamentos cada vez mais reduzidos direcionam o olhar público para bairros que aparecem no cartão postal e incentivam políticas higienistas com viés de silenciamento da periferia. O Estado, nesse processo de cidadania incompleta, dentro de uma estrutura política pautada na coalizão<sup>10</sup> e na blindagem<sup>11</sup>, se aproxima da periferia principalmente pelos seus mecanismos mais ostensivos. Como reflexo, se o jovem não encontra abrigo, lazer, possibilidades de prosperar, segurança e redenção em políticas públicas e em redes de seguridade social, resta a ele encontrar quem ofereça essa possibilidade.

Brown (2020) percebe que duas instituições passaram a sustentar essa massa expropriada de direitos em meio a esse vazio de perspectivas: a família, vista nos grupos sociais de média e alta renda como estrutura que impulsiona o sucesso e nas camadas periféricas como um refúgio para os que foram degredados pelo sistema econômico, e as igrejas, que aproveitam a possibilidade de ocupar esse vazio deixado pelas políticas públicas e oferecem a rede de apoio e proteção que o Estado não mais garante. Nesse sentido, a autora coloca essas duas instituições como centrais para a construção de uma moralidade neoliberal, acomodando os desalentados em uma nova rede de proteção social, caracterizada pela precariedade e que exige de seus membros participação constante, subserviência e controle social. Isso, ao mesmo tempo em que expurga o social e transfere para o discurso religioso todo o debate em torno de

---

<sup>10</sup> Segundo Abranches (2018).

<sup>11</sup> Segundo Demier (2017).



moralidade, assim: “A tradição assegurada pela religião, por outro lado, assume o manto de incontestabilidade e de verdade simbólica ao mesmo tempo em que serve como um limite político” (Brown, 2020, p. 126).

Portanto, um projeto de pesquisa que abordasse questões sociológicas sobre o bairro obrigatoriamente teria que analisar o entrelaçamento entre as igrejas e as juventudes evangélicas das mais variadas denominações. Devido ao grande número de confissões religiosas no bairro, seria impossível considerar todas as igrejas, embora o esforço feito tenha sido o de apresentar um leque de sua diversidade e algumas pistas que possam indicar caminhos que nos levem a uma maior compreensão desse envolvente universo que adiciona juventudes a igrejas evangélicas em território periférico.

#### **4. Da Ponte à Sala de Estar, breves notas sobre as experiências iniciais no campo**

Começamos usando a metáfora **da ponte à sala de estar** para falar sobre o caminho trilhado pela experiência da pesquisa de campo de um dos autores deste capítulo, e, por isso, optamos por continuar esta parte do capítulo em primeira pessoa do singular. O relato aqui é sobre as aproximações e os diálogos realizados junto aos jovens das igrejas evangélicas do bairro Santa Maria, que deram origem a um determinado número de entrevistas que subsidiarão a pesquisa que pretendo desenvolver no doutorado.

Uso a **ponte** como metáfora, pois ela existe, como também as **salas de estar**, que são as salas das casas dos pastores e fiéis das igrejas acessadas. A ponte é um elo físico que liga territórios e tempos diferentes. Falando assim, digo que, ao passar pela ponte, adentramos em uma comunidade de moradores majoritariamente pobres e negros. E a sala de estar é o lugar onde, depois de muito tempo, tive o prazer de sentar para conversar sobre os meus interesses no projeto de pesquisa, que apontam para diferentes negociações sobre a aplicação de respostas ao



questionário que estou realizando. Essas questões estão permeadas por idas e vindas, aproximações e tensões, diálogos e construção de relações de confiança, que muitas vezes não se dão do mesmo modo com as diferentes lideranças e fiéis.

Durante anos, notei que não bastava andar pelas ruas do bairro para adquirir confiança entre os moradores. Precisava de algo mais, ou seja, “ser reconhecido”. E como conseguiria esse estatuto? Como deveria agir para que as pessoas confiassem em mim? Como fazer para ser aceito pelos cidadãos que são referências, autoridades e lideranças que podiam possibilitar acessos às pessoas, aos dados e às informações para meu trabalho de pesquisador? Ainda não tenho respostas claras, mas as pontes começaram a ser construídas.

Essas questões têm a intenção de demonstrar o tamanho do desafio que venho enfrentando durante a caminhada que se estende da ponte à sala de estar. Durante oito anos, estive presente no bairro Santa Maria, conhecendo pessoas, fazendo amizades, porém o estreitamento dos laços sempre foi algo mais difícil e, em alguns casos, impossível de ser efetivado. De qualquer modo, estar transitando por ali todas as semanas, conversando com as pessoas, acompanhando suas histórias de vida, visitando esporadicamente algumas das igrejas, apresentando-me e falando sobre mim foi o que possibilitou que eu pudesse adquirir algum grau de confiança junto a alguns fiéis.

Ao mesmo tempo em que tal aproximação foi acontecendo, em um levantamento prévio no campo, realizado no ano de 2021, com idas mais recorrentes ao Santa Maria, contabilizei aproximadamente 80 igrejas no bairro, dentre as quais no início deste ano comecei a contactar jovens de cinco delas para responder a um questionário piloto sobre a relação entre juventude, política e religião. As igrejas estarão definidas pelas siglas: IEQ, IBB, IB, IBVN, RD e BM.

Em um primeiro momento, aproximei-me dos pastores, me apresentei, mostrei-lhes o questionário, expliquei-lhes o objetivo da pesquisa e tirei suas dúvidas, falando sobre as necessidades de realização



do questionário para o artigo que estava escrevendo em parceria com meus orientadores. Quando também fui interrogado sobre meu local de moradia, minha classe social, qual universidade estudava, se conhecia as pessoas e o bairro e, no caso da igreja IEQ, se era evangélico.

O segundo momento foi mais promissor, visto que durante o primeiro ano do doutorado realizei uma entrevista com os jovens da igreja BM, e isso abriu algumas portas, diminuindo as desconfianças de alguns líderes (cito líderes, porque em algumas igrejas tive primeiramente que contatá-los, pois eles eram considerados os líderes dos jovens, apesar de alguns não serem jovens, ou seja, terem mais de 29 anos de idade).

O terceiro momento foi quando adentrei de vez nas igrejas e conversando com os líderes comecei a passar os questionários da pesquisa, procedimento cercado de vigilância oculta e medo por parte dos jovens que pegaram os questionários para responder, gerando, em alguns momentos, casos intrigantes de desconfiança e receio, como relatado abaixo:

Um dia, cheguei na igreja RD, às 17h, e me dirigi a jovem que estava orientando outros jovens sobre mercado de trabalho; empreendedorismo; vida amorosa (namoro, casamento...). Esperei durante trinta minutos e me apresentei a ela. Logo após uma tácita conversa, a Obreira (cargo que essa jovem ocupa na igreja) me conduziu à frente da igreja, próximo ao altar, e me apresentou aos demais jovens, informando-lhes que eu estava ali para fazer uma pesquisa, e que todos os jovens deveriam me ajudar, em nome de Jesus. Todos os jovens concordaram, e então foi feita uma oração, com todos apontando as mãos para minha cabeça, pedindo a Jesus e a Deus que a pesquisa tivesse sucesso, e que, em nome do Senhor, a minha pesquisa seria abençoada, e que todos me ajudariam naquele momento e depois eu ajudaria a todos. O detalhe final foi mais interessante, visto que distribuí nessa igreja 15 questionários e só tive a devolutiva do questionário da obreira. Alguns dias depois, telefonei para ela, e essa me informou que os meninos não tinham respondido os questionários



ainda e que era para eu ir à outra igreja dessa mesma agremiação, falar com o Pastor “X”. Então me dirigi à igreja, falei com o pastor, expliquei-lhe todo o processo, e ele me respondeu que não decidia sobre o caso, que a autorização para os jovens responderem os questionários deveria ser conseguida na Catedral. Fui então à Catedral para falar com o referido pastor, indicado pelo Pastor “X”, mas, no dia marcado, não fui recebido. No entanto, no momento em que me retirava da catedral, deparei-me com um pastor que conhecia o pastor líder da juventude, e esse pastor me indicou a procurá-lo em outro momento. Disse-lhe que se tratava de uma pesquisa para o meu doutorado, realizado na Universidade Federal de Sergipe, e o Pastor disse ser muito importante, mas, dessa vez, achou melhor solicitar o número do meu telefone pessoal, informando que entraria em contato. No entanto, por decisão própria, retornei ao bairro Santa Maria e contatei mais uma vez a obreira que, friamente, me respondeu: aguarde que os jovens responderão os questionários e te enviarei pelo WhatsApp. Desse dia em diante, fiz várias ligações telefônicas para a obreira e não obtive respostas.

O quarto momento foi menos complicado, porém não tão suave como desejava. Em várias igrejas, há uma nuvem de desconfiança sobre aqueles que não são membros ou demonstram interesse científico. Na igreja IB, fiz várias visitas até chegar ao líder dos jovens, um homem negro, que já me conhecia, pois na tentativa de me aproximar dos moradores da comunidade tinha cortado o meu cabelo em sua barbearia, porém não lembrava da sua fisionomia. Fato que foi lembrado por ele quando conversávamos sobre a pesquisa e o desejo de participação dos jovens da igreja na qual ele era membro.

Solicitei a esse líder que os jovens pudessem responder alguns questionários e assim me ajudassem na construção da pesquisa. Esse senhor foi muito solícito e agradável, informando que era motorista de Uber e conhecia toda a cidade de Aracaju, quando me perguntou onde eu morava. Ao informar-lhe, ele disse que já tinha estacionado o seu carro em frente à minha casa, e que lembrava bem, pois tinha um pé



de manga espada que fazia sombra na rua e era vizinha a uma grande clínica do bairro onde resido.

Nesse momento, senti que a vigilância ultrapassa as fronteiras e cheguei a pensar que de pesquisador, passei a ser pesquisado. Desse momento em diante, repassei-lhe 10 questionários que foram devolvidos semanas depois. Ao perguntar-lhe por telefone se poderia contatar pessoalmente os jovens da igreja, fui informado que poderia, sim, mas somente com a presença dele, visto que ele era o líder dos jovens. Me chamou atenção o fato de o líder dos jovens ter mais de 50 anos de idade e não reunir-se com os jovens com frequência, mas tomar decisões que, no nosso entendimento, diriam respeito apenas àqueles que são juridicamente considerados jovens. O que me pareceu mais uma espécie de tutoria ou controle adulto sobre os fiéis jovens.

O quinto momento é dedicado à reunião que tive com dois pastores de diferentes igrejas. As igrejas IBB e IBVN. Foi muito diferente dos contatos anteriores, quando tive que dizer se eu era evangélico ou não, onde residia, passar por interrogatórios para obter a confiança e realizar as entrevistas com os jovens que, em muitos momentos, evitavam ter contato comigo, devido à vigilância tácita que seus líderes efetivavam.

Chegamos à conclusão que os momentos vividos, durante a pesquisa, demonstram sua importância no tocante à conquista da confiança, que por sua vez gera mais tranquilidade e leveza à realização da pesquisa. No entanto, fica claro que aproximar-se dos pastores ou líderes não quer dizer ser “membro/parte”, mas alguém que pode receber informações, dialogar, adentrar nos espaços, mas com um certo grau de vigilância, demonstrando que essas singularidades enfrentadas pelo pesquisador devem servir de estratégias para a realização da pesquisa.

Foi assim que obtive a confiança necessária para adentrar à sala de estar das casas dos pastores, ser recebido educadamente e poder conversar com eles sobre os problemas sociais, econômicos e políticos do bairro. Foi também nessa visita que ouvi deles os “porquês” de estarem à frente das igrejas que lideravam. Com explicações de cunho espiritual,



como: “Deus me fez um chamado para assumir essa tarefa”, relataram que as coisas mais importantes de suas vidas eram o “Ministério da Fé e o povo de Deus”, que precisa da “palavra”, pois sem ela a vida não tem sentido”. Por fim, disseram que iriam me ajudar com os questionários, intercedendo junto aos jovens para que respondessem. Ao mesmo tempo, essa vigilância constante fez com que os questionários respondidos, entregues ou não, fossem questionados por nós como ferramenta útil para o andamento da pesquisa, uma vez que percebemos que, em grande parte, eles foram filtrados e direcionados pelos pastores, obreiros e outras lideranças envolvidas no processo, o que nos fez pensar em utilizá-los mais para compreensão, aproximação e identificação do campo, do que como uma ferramenta definitiva da pesquisa.

## **Considerações finais**

O crescimento de novos atores sociais e políticos de direita e extrema-direita na última década, marcado pelas mobilizações nos anos de 2013, trouxe para o cenário político brasileiro um novo debate, protagonizado por liberais e conservadores, culminando com a chegada à presidência da república do representante dos valores morais desse público. A nova direita polarizou o discurso político e tornou-se responsável pelos ataques contra as políticas progressistas efetivadas pela esquerda, defensoras de direitos LGBTQIA+, feministas e raciais que conflitavam com a moralidade cristã-conservadora.

O debate, assim colocado, traz à luz um imbricamento desenvolvido no trabalho que une religiosidade conservadora e juventude na periferia. As igrejas pentecostais e neopentecostais vêm assumindo um protagonismo nas periferias, voltado às questões espirituais e materiais, assistindo seus fiéis por meio de ações voltadas à solução de problemas socioeconômicos, familiares e sociais.

Esse fortalecimento das intervenções religiosas nas periferias faz parte de uma rede de ações que expande os projetos de luta por espaço



político, social e econômico e que utiliza a juventude como elo para realização do ativismo evangélico em comunidades onde o papel do Estado é ineficiente e abre lacunas para novos atores sociais como as igrejas.

Compreender o *éthos* das igrejas, a relação delas com as comunidades, a dinâmica do protagonismo é um desafio para as ciências sociais, visto que se insere nessas atividades formas de recrutamento juvenil, vigilância, controle político e territorial, orientação dos princípios morais familiares, controle comportamental, entre outras questões que passam a ser introjetadas no cotidiano das comunidades, como no caso do bairro Santa Maria.

Esse cenário é fruto da experiência de campo, quando da realização de uma aproximação que gerasse um elo com a comunidade e, assim, uma convivência pautada na confiança que nos desse a possibilidade de realizar uma pesquisa sobre esse fenômeno presente no bairro Santa Maria, periferia de Aracaju.

As portas foram abertas, a diminuição da desconfiança possibilitou uma inserção mais segura e passível da realização dos trabalhos sob uma vigilância não-declarada. Assim, foi possível discutir, questionar, ouvir e participar de momentos ímpares na e com a comunidade evangélica e sua juventude, entrevistar os jovens e seus líderes, buscando compreender como o fenômeno religioso imbrica-se com as demandas introjetadas pelas igrejas ou oriundas da juventude como sua forma de pensar a política, a religião, sua relação com a cidade, sua visão de mundo e ocupação socioeconômica.

## Referências

Abranches, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Almeida, Ronaldo de. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **CADERNOS Pagu**, Campinas, n. 50, 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332017000200302&lng=en&nrm=-iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332017000200302&lng=en&nrm=-iso).



Cohen, Stanley. **Folk Devils and Moral Panic. The Creation of the Mods and Rockers.** New York: Routledge Classic, 2011.

Demier, Felipe. **Depois do Golpe: a Dialética da Democracia Blindada no Brasil.** São Paulo: Mauad X, 2017.

Dip, Andreia. **Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder.** São Paulo: Civilização Brasileira, 2018

Ferreira, Matheus Gomes Mendonça; Fuks, Mario. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018. Revista **Brasileira de Ciência Política [online]**. 2021, n. 34 . DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-3352.2021.34.238866>.

Lima, Elizabeth Cristina de Andrade; Lima, Isabelly Cristiany Chaves. O Neoliberalismo Religioso e Heteronormatividade: A “Bolsonarização” como Produção de Sentido e Mobilização de Afetos. **Rev. Cadernos de Campo**. Araraquara, n. 28, jan./jun. 2020, p. 325-350.

Machado, Carly. Evangélicos, Mídia e Periferias Urbanas: Questões para um diálogo sobre religião, cidade, nação e sociedade civil no Brasil Contemporâneo. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 19, n. 33, jan./jul. 2018, p. 58-80.

Mafra, Clara. O problema da formação do “cinturão pentecostal” em uma metrópole da América do Sul. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, jun. 2011, p. 136-152.

Mariano, Ricardo. Guerra espiritual: o protagonismo do diabo nos cultos neopentecostais. **Debates do NER**, 1(4), 2007.

Mariano, Ricardo. **Neopentecostais - Sociologia do Novo Pentecostalismo No Brasil.** São Paulo: Loyola, 1999.

Souza, Marco Aurélio Dias. Brasil acima de tudo, Deus acima da vida: bolsonarismo, alianças eleitorais e o debate sobre a essencialidade das atividades religiosas em tempos de pandemia. **Revista Ambivalências**, v.8. n.16, Jul-Dez/2020, p. 88-106.

Teixeira, Jaqueline Moraes. Corpo e Sexualidade: os direitos reprodutivos na Igreja Universal do Reino de Deus. **Mandrágora**, v.18. n.18, 2012, p. 53-80.





# MÍDIAS SOCIAIS DIGITAIS, PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E PROTESTOS ANTICORRUPÇÃO<sup>1</sup>

 Wilson José Ferreira de Oliveira<sup>2</sup>

SEMELHANTE AO QUE OCORREU inicialmente com o surgimento e a propagação de outras tecnologias como o rádio e a televisão, a emergência e a intensificação do uso das novas Tecnologias da Comunicação e Informação (TICs) têm sido objetos de acirrados e polarizados debates no tocante aos seus impactos sobre as condições e as dinâmicas de participação e de ação política: de um lado, os que adotam uma postura de “ceticismo” e enfatizam os efeitos maléficos dessas novas ferramentas; de outro, os “entusiastas” que acreditam no potencial dessas novas tecnologias para o melhoramento da comunicação entre cidadãos e eleitos, para o aumento da acessibilidade à informação, transparência, qualidade de comunicação, participação política, etc. (Della Porta, 2013; Deibert, 2019).

No âmbito internacional, os estudos e as discussões dos impactos das novas TICs sobre as concepções e as práticas políticas, sobre as

---

<sup>1</sup> Este artigo foi originalmente publicado na Revista Estudos de Sociologia, volume 26, número 50, 2021: Dossiê: Participação política no Brasil: mudanças e permanências nos padrões de ativismo político.

<sup>2</sup> UFS - Universidade Federal de Sergipe - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. São Cristóvão – SE. E-mail: [etnografia.politica@gmail.com](mailto:etnografia.politica@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8105-8885>



condições e as dinâmicas organizacionais de mobilização e a participação política, e até mesmo sobre as lógicas práticas da ação política, etc., constituem temas que já vêm sendo abordados há alguns anos. No caso europeu, as experiências do “Movimento 5 Estrelas” na Itália, do “Podemos” na Espanha e do “Partido Pirata” na Alemanha, entre outros, exemplificam o peso e os impactos da introdução de plataformas digitais sobre as dinâmicas de participação, de reunião e, até mesmo, de decisão no âmbito das próprias organizações partidárias (Deseriis, 2019; Gerbaudo, 2019). Nos EUA foi, inicialmente, no âmbito das eleições presidenciais que se tem observado, desde os anos de 2000, o significativo papel da internet na dinâmica eleitoral. Todavia, foi nas eleições de 2008 e de 2016 que ela se tornou uma das variáveis principais do jogo e do sucesso eleitoral (Chadwick, 2013; Ceccobelli, 2018). No âmbito mais especificamente do ativismo, o Movimento por Justiça Global e os movimentos Occupy e Indignados constituem os principais marcos da utilização da internet e das mídias sociais digitais nos processos de recrutamento, de organização e de mobilização para a defesa de causas públicas (Kavada, 2015).

Desse modo, uma série muito extensa de trabalhos tem evidenciado, não apenas o peso da internet e das mídias sociais digitais **sobre** a política e as dinâmicas de participação em movimentos e defesa de causas, mas, principalmente, como elas **coproduzem** as formas de conceber a política e o ativismo, as dinâmicas de estruturação e de organização dos partidos, eleições e movimentos sociais, como também as lógicas práticas de adesão e participação na política e na defesa de causas. Nesse sentido, somos desafiados a pensar a intensificação do uso da internet e das mídias sociais digitais na política e no ativismo não como um efeito das novas TICs **sobre** a sociedade e a política, mas em suas relações de **coprodução** das estruturas sociais, políticas e culturais em que estamos vivendo e imersos cotidianamente. Isso, porque a “plataformização” da sociedade é um processo bem mais geral que envolve a implementação de plataformas online e de seus mecanismos nos mais





variados setores e experiências sociais, coproduzindo as formas de conceber e de viver em sociedade como um todo, ao construir ambientes completamente personalizados de serviços, informações e pessoas em diferentes setores da vida social (Dijck; Poell, 2018; Poell; Nieborg; Dijck, 2020; Deibert, 2019; Cesarino, 2020). Tal aspecto constitui um dos ingredientes principais de uma maior “personalização” das experiências sociais e políticas e das dinâmicas e formas organizacionais de ação coletiva, proporcionando uma maior disposição para substituir as condições e os requisitos de identificação e participação política e coletiva por “redes sociais personalizadas entre os seguidores” (Bennett; Segeberg, 2012, p. 748).

Essa intensificação da comunicação via plataformas e mídias sociais digitais tem como base, também, novas formas de interlocução entre os diversos tipos de mídias, desde as mais antigas até as mais recentes, configurando um “sistema híbrido” que transforma os espaços e os recursos de poder e as dinâmicas de comunicação política nas interações entre atores e organizações políticas, mídias e públicos (Chadwick, 2013). Esse “ambiente midiático e digital híbrido” configura um sistema complexo de mensagens e uma “nova gramática digital” que facilita a emergência e a propagação de formas de percepção, de compreensão, de sentimentos, de valores, de comportamentos, de práticas, etc., e proporciona novas dinâmicas de articulação e de participação política às mais diversas causas (Mattoni, 2017; Treré, 2018).

Tais aspectos estão na origem de uma série de investigações que toma a plataformização como um dos ingredientes principais das modificações nas relações entre mídias sociais e política, nos processos de mediatização das campanhas políticas, nos status das *fake news* na discussão e no debate político, na personalização da comunicação política e no populismo digital (Caiani; Parenti, 2009; Caiani; Kröll, 2015; Treré; Barassi, 2015; Deseriis, 2017; Cesarino, 2019). No tocante às análises das transformações nas condições e nos processos de participação política, destacam-se os trabalhos que investigam como isso tem transforma-



do as próprias dinâmicas organizacionais e os repertórios de ação dos movimentos sociais, os processos de enquadramento das causas e de construção identitária, as dinâmicas de recrutamento e engajamento, os usos das novas mídias sociais nas mobilizações e protestos públicos, o ativismo digital, etc. (Earl, 2010; Karpf, 2018; Pavan; Mainard, 2018; Kavada, 2015).

No Brasil, foi a partir do ciclo de protestos de junho de 2013 que a intensificação dos usos da internet e das mídias sociais digitais tornou-se um dos temas centrais tanto nas agendas de investigação sobre política, ativismo e movimentos sociais nas ciências sociais quanto nos debates, discussões e agendas da própria realidade política. Estreitamente vinculada a essa conjuntura política de maior utilização das plataformas digitais, a produção brasileira tem se caracterizado por certa dependência dessa conjuntura no que diz respeito às formulações dos problemas e objetos de investigação. Relacionado a isso, observa-se que tanto nos estudos que analisam as relações entre TICs e movimentos sociais quanto nos que se concentram nas relações entre internet e política há um grande acúmulo de trabalhos empíricos sobre aspectos os mais variados e um escasso diálogo e confrontação com e entre a produção teórica sobre o tema (Silva et al., 2020; Sampaio et al., 2018; Sampaio; Bragatto; Nicolás, 2016). Essa situação tende a “produzir uma polifonia que pouco contribui para o diálogo entre as pesquisas, o acúmulo teórico e empírico e o desenvolvimento de análises comparativas” (Silva et al., 2020, p. 65).

Uma das razões disso, tal como já observado em outras áreas de investigação, está na intensa importação e mobilização de uma literatura internacional produzida nos EUA e, principalmente, na Europa, combinada com uma ausência de diálogo e confronto teórico, conceitual e empírico com a produção nacional (Costa, 2010; Oliveira, 2013; Oliveira; Petrarca, 2018). Decorrente disso, a literatura mobilizada caracteriza-se justamente pelo “alto nível de abstração” com o objetivo principal de “nomear e interpretar os objetos empíricos analisados”, ao invés



de promover sua problematização teórica e conceitual e o confronto com a realidade empírica em investigação. Dito de outro modo, as perspectivas e os conceitos mobilizados não são utilizados para “analisar e problematizar a realidade”, e sim “como gramáticas para enquadrá-la e interpretá-la” (Silva et al., 2020, p. 64).

Assim, grande parte dos conceitos identificados na literatura atuam mais como “gramáticas”, a partir das quais se apreende a realidade, e menos como teorias explicativas que pretendem oferecer hipóteses causais sobre os fenômenos ou processos abordados. Além disso, está praticamente ausente na literatura a confrontação com teorias alternativas ou concorrentes, que tendem a ser simplesmente ignoradas. O que é problematizado aqui, então, não são as escolhas teóricas presentes na literatura analisada, mas sim a forma como se mobiliza a teoria na maior parte dessa literatura (Silva et al., 2020, p. 64).

Uma das principais consequências disso é que tende-se a reproduzir não apenas autores e conceitos, mas também problemáticas e objetos de análise próprios das “sociedades ocidentais” (principalmente dos EUA e da Europa), negligenciando o debate teórico e as investigações sobre as condições, os processos, as concepções e as práticas que fundamentam a intensificação do uso de plataformas e mídias sociais digitais na política e nos movimentos sociais, com base nas características próprias do sistema político brasileiro. Por isso, no que pese a grande quantidade de investigações empíricas de nossa produção acadêmica sobre os usos políticos das mídias sociais digitais (Silva et al., 2020; Sampaio et al., 2018; Sampaio; Bragatto; Nicolás, 2016), ainda são raros os estudos que evidenciem de forma mais sistemática em que medida as condições e as dinâmicas próprias de configuração do sistema político brasileiro constituem alguns dos aspectos pertinentes para a compreensão das concepções e gramáticas políticas nativas, dos princípios de organização e das lógicas práticas que fundamentam os processos de



emergência e de intensificação dos usos das mídias sociais digitais nas dinâmicas de participação política.

Em consonância com esse tipo de preocupação e de desafio, o objetivo principal deste artigo é salientar a pertinência de se levar mais a sério as relações entre as características de um sistema político fundado na “aliança” e o processo de emergência e de difusão de plataformas e mídias sociais digitais nos processos de mobilização e participação política. Trata-se, em outros termos, de formular uma análise de “meio termo”, centrada na caracterização do sistema político e que fique “entre” as teorizações sobre a plataformização e as análises empíricas dos usos políticos das mídias sociais digitais. Nesse sentido, o argumento principal é que, no Brasil, o uso intenso das mídias sociais digitais nas mobilizações e protestos anticorrupção a partir do ciclo de protestos iniciado em 2011 expressou o enfrentamento a um sistema político que monopolizava e represava insatisfações e demandas por transformação, tornando-se, aos poucos, um dos principais veículos de aglutinação, de manifestação e de ação das organizações, grupos e lideranças “liberais”, “conservadores” e “de direita” em torno de uma agenda comum.

Para dar conta disso, demonstrarei, num primeiro momento, que o colapso do “sistema de alianças” que tem como marco inicial a onda de protestos de 2013 resultou de uma crescente diversificação do sistema político, ao mesmo tempo em que provocou uma maior proliferação e fragmentação de organizações partidárias e acelerou certa instabilidade e crise política e institucional. Isso implicou a articulação de uma série de demandas relacionadas à própria dinâmica do sistema político brasileiro com uma onda global de protestos anticorrupção. E, em segundo, examino as relações entre os protestos anticorrupção e os usos das plataformas e mídias sociais digitais como espaço e recurso de aglutinação de organizações, grupos e lideranças “liberais”, “conservadoras” e “de direita” em torno de uma agenda comum.



## 1. A participação entre fragmentação, dispersão e coalizões

As condições e as dinâmicas de participação política no Brasil passaram por significativas mudanças nos últimos anos, no que diz respeito aos mecanismos e padrões de participação na defesa de causas públicas, à emergência e ampliação de organizações e lideranças associativas, como também ao engajamento cívico no processo eleitoral, evidenciando novas formas de articulação entre Estado, movimentos sociais e as instituições políticas e eleitorais. Nesse sentido, observa-se o surgimento de novas organizações para promover e sustentar os protestos e as mobilizações em defesa de causas públicas diversas, como também atores que passam a mobilizar recursos diferenciados que possibilitam a criação de novas formas de atuação nas dinâmicas organizacionais e nas práticas de defesa de tais causas. Tais mudanças resultaram, entre outros aspectos, numa crescente diversificação das gramáticas e concepções de política, dos princípios e dinâmicas de organização, assim como dos contextos e das lógicas de ação política postos em prática por diferentes atores sociais (Oliveira, 2020).

Exemplifica isso o surgimento de grupos autonomistas, originários dos protestos de 2003 em Salvador/BA e de 2004 em Florianópolis, que ficaram conhecidos respectivamente como “Revolta do Buzu” e “Revolta da Catraca Livre” (Oliveira; Santos, 2017). Tendo como mote principal a reivindicação pelo transporte público e gratuito, eram originários da participação no Fórum Social Mundial que ocorria em Porto Alegre desde 2003 e que mobilizou organizações e movimentos sociais bastante heterogêneos, tais como: grupos socialistas, coletivos anarquistas, movimentos gay e feminista, ecologistas, o movimento estudantil independente e grupos defensores de direitos humanos variados. Tinham como base a emergência de novas organizações de defesa dos estudantes e da ampliação das fissuras no âmbito das próprias organizações de representação e no interior das organizações e lideranças que apoiavam os governos do PT (Oliveira; Santos, 2017; Silva, 2019). Suas bandeiras



e repertórios estavam centrados no apartidarismo, na independência e na autonomia em relação aos partidos políticos e aos agentes do Estado, na recusa das organizações estudantis tradicionais frente a sua proximidade com os governos do PT, na rejeição de centralização pelas lideranças e autoridades do Estado e das hierarquias de gênero, em performances cênicas, vestuário preto, queima de catracas, etc. (Mendes, 2017; Alonso; Mische, 2017).

Semelhante diversificação encontra-se nas redes de organizações e lideranças de movimentos, sindicatos e pequenos partidos de esquerda, cuja atuação tem origem nos protestos dos anos de 1980 e 1990, centradas na defesa de uma agenda redistributiva e de políticas públicas em contraponto à exploração capitalista, às desigualdades sociais e à exclusão de classe (Alonso; Mische, 2017). Nos governos do PT deram origem a um novo tipo de ativismo, na medida em que passaram a atuar na administração pública, na direção da formulação de políticas, como as relativas a questões étnicas, de gênero, educacionais e fundiárias, como também ganharam voz com a instituição de conselhos e instâncias participativas (Abers; Serafim; Tatagiba, 2014). Tendo à frente organizações como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MSTS), entre outros, manifestaram uma postura crítica ao governo da então presidenta Dilma Rousseff por meio de grandes mobilizações por “reformas populares”: “reforma urbana, reforma tributária, democratização das comunicações, desmilitarização da polícia e reforma política via constituinte exclusiva” (Alonso, 2017, p. 54). Seus repertórios envolviam o uso de bandeiras e faixas vermelhas, camisetas e bottons com símbolos dos movimentos ou dos partidos.

Por fim, as organizações e grupos “conservadores”, “liberais” e “de direita”, cuja origem remonta ao início dos anos 2000, mas que foram fortemente impulsionados em 2005 pela ampla e onipresente cobertura de jornais, revistas impressas e televisivas, blogs, páginas e mídias digitais, etc., do escândalo do “Mensalão”, que era apresentado como “o maior escândalo de corrupção do país” (Alonso, 2019; Rodrigues, 2018).



Têm como base a articulação de redes de ativismo cívico, empresarial, religioso e militar, crescentemente insatisfeitos com programas e ações das administrações petistas e um intenso associativismo liberal, conservador e autoritário, com a participação e o apoio de partidos de oposição ao PT e com a presença em eventos regulares internacionais como o Fórum da Liberdade e vínculos com organizações e grupos transnacionais “antiglobalização” e de extrema-direita. Entre os anos de 2003 e 2015, proliferaram os protestos, as manifestações, as organizações, os movimentos, as marchas, as frentes, as campanhas, os atos, etc., que tinham como mote a defesa de pautas e agendas “liberais”, “conservadoras” e “autoritárias” como contraponto à administração do Partido dos Trabalhadores (PT) (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015; Alonso, 2019)

Tais transformações no âmbito dos mecanismos e padrões de participação na defesa de causas públicas e das organizações e lideranças associativas estiveram associadas a dinâmicas de engajamento cívico no processo eleitoral e, mais especificamente, à manutenção de um nível elevado de fragmentação partidária nos diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal). Quando se consideram os resultados dos últimos pleitos eleitorais no Brasil tal aspecto salta aos olhos (Nicolau, 2017). Nesse sentido, os dados das eleições mais recentes para prefeitos e vereadores evidenciam que a fragmentação partidária nas Câmaras Municipais manteve-se praticamente a mesma com pequenas oscilações. No pleito eleitoral de 2020, observa-se que em algumas capitais “o número de partidos aproxima-se do total de vereadores”: em oito capitais a proporção de vereadores por partido é de dois (2) e em apenas uma ultrapassa três (3) vereadores por partido (Melo, 2020). Se na eleição de 2012, o número de partidos já era elevado e os resultados indicaram uma maior concentração em algumas aglomerações partidárias, como era o caso do PMDB, PSDB e PT, no pleito de 2016 há uma grande modificação das principais aglomerações partidárias com maiorias nos principais municípios e capitais (Feres Jr, 2013). Um dos principais aspectos que caracteriza essa mudança foi o declínio eleitoral do PT entre



as aglomerações principais, saindo da posição de terceiro partido com mais prefeitos eleitos para a décima posição (Nicolau, 2017; Casalecchi, 2018). Em 2020, a atomização é mais intensa do que nos anos anteriores e mais acentuada do que no plano federal, de modo que mesmo que se observe a continuidade de algumas legendas nacionalmente relevantes, fica difícil falar em “partidos eleitoralmente mais fortes” no plano municipal, na medida em que mesmo esses enfrentam problemas que não parecem muito diferente daqueles que foram costumeiramente designadas como “nanicas” no Congresso (Melo, 2020).

No que diz respeito às eleições para o executivo, legislativo e senado federal, a fragmentação do sistema partidário e a crescente dispersão do poder aparecem com maior evidência ainda. Como bem destaca Nicolau (2017), entre 2002 e 2014 nenhum partido obteve mais de 20% das cadeiras para a Câmara dos Deputados. Todavia, segundo ele, as eleições de 2014 bateu todos os recordes, não apenas ao apresentar a “maior dispersão do poder partidário da história brasileira”, mas principalmente por se caracterizar como a “maior fragmentação partidária da história das democracias” (Nicolau, 2017, p. 90). Um dos principais resultados desse pleito eleitoral foi a redução da bancada dos três maiores partidos (PT, PMDB e PSDB). Por outro lado, a criação de três novas legendas para o pleito eleitoral de 2014 e de mais três logo após a eleição, no ano de 2015, contribuiu para o aprofundamento da dispersão e, conseqüentemente, de uma maior dificuldade na constituição e na manutenção de uma base parlamentar de apoio às iniciativas e aos projetos do executivo federal (Nicolau, 2017, p. 92-93), o que resultou em sucessivas “crises” até o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

As eleições de 2018 evidenciam o impacto de algumas dessas transformações sobre o sistema político e eleitoral, possibilitando uma melhor compreensão da “crise política” e de suas conseqüências sobre o funcionamento do sistema político. Em primeiro lugar, está o crescimento quantitativo do eleitorado, associado a uma grande ampliação da infraestrutura eleitoral disponível (Ribeiro; Borba, 2019). Nesse plei-





to eleitoral encontramos um total de 146.805.548 eleitores, o que representa um acréscimo de 542.496 quando comparado com os dados de 2016 e de 3.195.207 com os de 2014. Tal aumento está associado também a uma significativa ampliação das seções de votação que o eleitor tinha à sua disposição nos últimos pleitos. Assim, se em 2014 esse total era de 427.724 e em 2016 passou para 473.797, nas eleições de 2018 ele sobe para 479.516 seções, o que representa um aumento de 5.537 unidades em relação a 2016 e de 51.792 em relação à eleição de 2014. Contrariando uma tendência de progressiva diminuição da abstenção eleitoral que estava em curso até as eleições de 2014, as eleições de 2018 vão no sentido contrário de uma continuidade do crescimento tal como teve início nas eleições municipais de 2016. Ao que tudo indica, tal tendência está fortemente associada a um crescente descontentamento e insatisfação do eleitorado em relação ao próprio sistema político e eleitoral (Ribeiro; Borba, 2019).

Todavia, mais importante ainda são as relações entre o processo eleitoral de 2018 e a ampliação da fragmentação e dispersão de poder entre os partidos eleitos. Nesse sentido, observa-se que a média de partidos com representação na Câmara dos Deputados atinge um total de 30 em 2018, percentual mais alto desde a redemocratização. Algo semelhante ocorre no âmbito dos governos estaduais, uma vez que aumentou para 13 o número de partidos que são representados com governadores eleitos. Tal crescimento do número de partidos esteve associado a uma maior dispersão do poder entre os partidos e a um crescimento do número de partidos com certa maioria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Quanto a isso, observa-se que se em 2014 eram três partidos que controlavam em torno de 37% dos parlamentares federais, após as eleições de 2018 esse percentual cai para 23%. Ao mesmo tempo, tal eleição se caracteriza por certa quebra da estabilidade das disputas eleitorais que ocorria desde as eleições posteriores ao *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, tendo o PT e o PSDB como polos centrais das disputas eleitorais. Desse modo, o PSL, que na eleição de



2014 tinha eleito apenas um deputado federal, nas eleições de 2018 lidera a disputa presidencial e se torna um dos partidos com maior bancada na Câmara dos Deputados, com 52 deputados eleitos, muito à frente do MDB e PSDB. Algo semelhante ocorreu no Senado, na medida em que 20 partidos elegeram senadores em 2018, enquanto que na eleição de 2010, em que foram substituídos os dois terços, esse índice chegou a 15 (Ribeiro; Borba, 2020).

Sem dúvida, não se pode tomar as últimas eleições nos diferentes níveis como sinal de ruptura ou uma “novidade” em relação à tendência de aumento da fragmentação e de dispersão do poder entre os partidos no Brasil. Pelo contrário, como se sabe, o aprofundamento da fragmentação política e da dispersão do poder tem se apresentado como uma das características principais do sistema político brasileiro pós-redemocratização (Nicolau, 2017; Ribeiro; Borba, 2019). Todavia, tal aspecto se combina com outra característica própria do sistema político brasileiro, que é a organização de “governos de coalizão” que tem como base a formação de “supermaiorias legislativas”, ou dito em outros termos, de blocos multipartidários de apoio parlamentar ao governo (Abranches, 1988, 2018; Nobre, 2013; Nicolau, 2017). É justamente a combinação desses dois elementos, uma crescente fragmentação e dispersão do poder associada à dinâmica de organização de governos de coalizão suprapartidários para garantir o apoio às iniciativas do executivo no legislativo, que possibilita compreender tanto a estabilidade e até a continuidade das disputas partidárias nos pleitos eleitorais pós-redemocratização quanto a instabilidade institucional e recorrentes “crises políticas” que o país tem atravessado nos últimos anos.

Quanto a isso, pode-se tomar as eleições de 2014 como um evento significativo de como esses elementos se associam de forma um tanto diferente do padrão que estava em prática até então. De um lado, um salto enorme em termos de fragmentação e de dispersão do poder em relação aos anos anteriores. De outro, a crescente dificuldade de organização de um governo de coalizão para apoio parlamentar ao executivo.



Esse padrão de combinação de alta fragmentação com baixa coalizão, que continua também nas eleições de 2018, não pode ser compreendido com base em fatores e variáveis apenas do processo eleitoral. Isso, porque tal associação está estreitamente ligada a uma maior diversificação dos canais e das formas de participação no sistema político e às suas relações com as organizações e os protestos anticorrupção iniciados no ciclo de protesto de 2013 e seus desdobramentos sobre as instituições políticas e o processo eleitoral (Oliveira, 2020).

## **2. Sistema de alianças, protestos anticorrupção e mídias digitais**

A onda de protesto que teve início em 2013 constituiu um marco importante na articulação de uma série de demandas provenientes do próprio sistema político brasileiro com uma onda global de protestos anticorrupção que teve início em 2011 (Della Porta, 2017). Ela pode ser tomada como uma espécie de catalisador das recentes mudanças tanto nas condições e processos de utilização da luta contra a corrupção como uma causa pública no Brasil quanto nas dinâmicas de funcionamento do próprio sistema político.

A década de 1990 constitui um marco importante da emergência de um discurso contra a corrupção, fundado nas noções de “boa governança”, de “desregulação”, de “redução dos gastos estatais”, de “privatização”, “desregulamentação” e “liberalização” como os principais remédios para a “doença da corrupção” (Della Porta, 2017, p. 663). Uma série de organismos, instituições financeiras, agências e organizações transnacionais deu sustentação e difundiu tal discurso por meio de comissões, conferências, campanhas e tratados internacionais de combate a tal “ameaça” (De Sousa; Hindess; Larmour, 2010; Sampson, 2010). Já a onda de protestos que surgiu em 2011 trouxe à tona um outro paradigma anticorrupção. Contrariamente à dominação do livre mercado, do neoliberalismo e da desregulamentação, correlatas às noções anteriores de “boa governança”, a crítica foi direcionada à “corrupção



da democracia” produzida pelo próprio neoliberalismo em função do crescente conluio entre o poder das oligarquias, o mundo financeiro e dos negócios e os políticos (Della Porta, 2017). Denunciando a corrupção das elites no poder, a imoralidade e a corrupção do sistema, o monopólio dos políticos e homem de negócios gananciosos, etc., tais protestos apresentaram a corrupção como um exemplo flagrante de causa de desigualdade: nessa perspectiva, os altos níveis de enriquecimento dos “1%” em detrimento do sofrimento dos “99%” são apresentados como sinais claros da corrupção, injustiça e imoralidade do sistema. Diante disso, exigem “mais” transparência, democracia e liberdade, por meio de políticas anticorrupção participativas e horizontais e da criação de mecanismos de controle pelos próprios cidadãos.

As chamadas “Jornadas de Junho” de 2013 constituem um marco na articulação desse novo paradigma anticorrupção com uma série de descontentamentos e insatisfações tanto dos próprios setores que apoiavam o então governo do PT, mas que queriam avançar nas reformas e na qualidade dos serviços públicos, quanto daqueles mais conservadores e autoritários que invocavam um retorno ao “nacionalismo”, a agendas conservadoras e à “ética na política” e que clamavam pelo fim da “corrupção do PT” (Alonso; Mische, 2017; Mendes, 2017; Oliveira; Santos, 2017; Rodrigues, 2018; Tatagiba; Galvão, 2019; Silva, 2020; Oliveira, 2020). Por isso, tais protestos foram apoiados por um público diversificado e heterogêneo como torcidas organizadas, associações de moradores, jovens, idosos, famílias, etc. Muitos desses, sem ativismo prévio, tinham como base o recrutamento via redes de amizade, trabalho e família, agora associadas a redes virtuais como Facebook, YouTube, Blogs, etc., alcançando uma grande repercussão na mídia impressa, televisiva e digital.

Muito mais do que simples descontentamentos e insatisfações de setores de sustentação ou de grupos de oposição ao então governo do PT, “Junho de 2013” expressa uma grande diversificação tanto das redes de organizações e de militantes que davam suporte ao então governo



do Partido dos Trabalhadores quanto das que desde o início lhe fizeram oposição, tornando-se uma espécie de gatilho para alavancar uma série de contradições, de tensões, de descontentamentos e de demandas que há muito já estavam pressionando o sistema político (Oliveira; Santos, 2017; Tatagiba; Galvão, 2019). Trata-se, mais propriamente, de certo desencanto, inconformidade e descontentamento contra um sistema político que funcionava sob a base de “esmagadoras maiorias suprapartidárias”, para o qual não existia nem situação nem oposição, fechando todas as forças de transformação e os canais possíveis de representação, transformando-se numa massa “homogênea, amorfa e indistinta”, numa “amálgama de interesses que sempre está no governo, qualquer que seja o governo”, num universo no qual não há espaço para polarização de posições político-partidárias, mas apenas “acomodação amorfa” de posições contrárias (Nobre, 2013).

Acrescente-se a isso o fato de que o Partido dos Trabalhadores, que foi um dos principais partidos que nasceu e se construiu como reação a esse tipo de lógica política e partidária, em 2013 já tinha se tornado establishment há muito tempo, realizado o pacto com o “peemedebismo” e alcançado, inclusive, mais sucesso que o seu antecessor na ampliação de uma coalizão “de A a Z” (Nobre, 2013). Tal situação produzia uma espécie de “blindagem” do próprio sistema político, na medida em que represava descontentamentos, reivindicações, as forças de transformação e os próprios canais de representação. De um lado, a manutenção e até mesmo ampliação dos espaços e formas de participação institucional de movimento sociais no governo e nas redes da burocracia estatal, ao dar acesso a postos no Estado e na elaboração e formulação de políticas públicas a um conjunto de organizações e lideranças vinculadas a movimentos sociais e defesas de causas diversificadas, produzindo o que a literatura nacional denominou de “ativismo institucional” (Abers; Serafim; Tatagiba, 2007; Pereira, 2018). De outro, a manutenção e mesmo ampliação da coalizão com partidos e lideranças heterogêneas, conservadoras, religiosas, etc., contrários a uma série de pautas e agendas



dos movimentos sociais e que agiam na base de um “sistema de vetos” a iniciativas e programas governamentais. Como salienta Pereira (2018), isso explica, por exemplo, como que em meio a uma maior abertura do PT às demandas do movimento e da causa LGBT+, coalizões do partido com grupos e lideranças religiosas conduzem ao mesmo tempo a um fechamento das oportunidades políticas para o movimento. Longe de se restringir à causa LGBT+, tal padrão de interação entre movimentos sociais e Estado se fez constante num conjunto de questões que estava na pauta governamental naquele momento: política urbana, desenvolvimento agrário, meio ambiente, segurança pública, educacional, questões raciais, quilombolas, etc.

Desse modo, em um sistema político caracterizado muito mais pela necessidade de construção de “amplas alianças” do que pelo “confronto político” entre movimentos e grupos opostos, o desencanto e o descontentamento foram direcionados contra o “sistema”. É nesse sentido, de uma rejeição do próprio sistema político como um todo, que se pode melhor compreender por que se tratava de uma revolta contra “tudo o que está aí”. A própria intensificação do uso da internet e das redes sociais na mobilização e recrutamento para os eventos de protesto de 2013 pode ser mais bem compreendida quando se considera que tais ferramentas deram início, em certa medida, ao rompimento da “blindagem” do sistema político que funcionava sob a lógica do “peemedebismo”, represando descontentamentos, insatisfações e demandas por transformação (Nobre, 2013). Por um lado, porque tais usos expressavam certo descontentamento com o “monopólio da formação da opinião e da vocalização de insatisfações” pela mídia tradicional, de modo que a própria mídia foi alvo de constantes ataques e palavras de ordem nos protestos. E, de outro lado, porque criaram seus próprios canais de participação e de enfrentamento do sistema, mobilizando, recrutando e levando o desencanto, o descontentamento e as insatisfações para as ruas.

Os desdobramentos dessas tensões provocadas por um sistema político que represava as possibilidades de transformação devido



à combinação de uma diversificação das organizações e lideranças e dos próprios canais de participação com a manutenção de um padrão de governabilidade, que desde 1994 se caracterizava pela existência de um grande conjunto de partidos do conhecido “centrão” participando e ocupando postos dos governos em âmbito nacional, constituíram alguns dos fatores que fizeram do combate à corrupção uma das causas que agregava os mais diversos grupos e interesses. Seus desdobramentos nas eleições de 2014, nas mobilizações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e nas eleições de 2018 levaram ao colapso do sistema de alianças estabelecido pelo PT e promoveram o realinhamento das forças em torno de um novo “centro” político.

Sendo assim, deve-se levar em conta que o aumento progressivo da participação política eleitoral ocorreu concomitante a uma grande diversificação dos canais e das formas de participação no sistema político e seus desdobramentos, cuja tensão se manifestou de forma emblemática nos protestos de “Junho de 2013”. De um lado, o surgimento e a difusão de diversas organizações, movimentos e mobilizações que expressavam uma série de desencantos, descontentamentos e insatisfações relacionados à própria dinâmica do sistema político brasileiro, traduzindo-se numa espécie de revolta contra a persistência de um sistema político que funcionava sob a base das amplas “alianças” (coalizões, blocos suprapartidários, etc.) e que acabou por fechar os canais possíveis de transformação e de representação. De outro lado, a conversão dessa revolta contra “o sistema como um todo”, contra sua “imoralidade” e “opacidade”, numa mobilização e luta contra a “corrupção do PT” e o sistema de alianças que o mantinha no poder, por meio da aliança das organizações e lideranças liberais, conservadoras e autoritárias com redes diversificadas de atores e instituições vinculadas à grande mídia, às instituições jurídicas, empresariais, religiosas e militares e ao próprio sistema político-partidário (Tatagiba; Trindade; Teixeira, 2015).

Disso resultou uma forte associação entre o “combate à corrupção” e o “antipetismo”, que emergiu com maior força em 2015 e se pro-



pagou nas eleições de 2018. Isso possibilitou articular em um discurso comum atores, perspectivas e demandas heterogêneas, tendo como traços principais o “antipartidarismo”, o “antiesquerdismo”, o “antiestatismo”, a rejeição da classe política, entre outros. Acrescente-se, ainda, que esse discurso antipetista e antissistema está também relacionado ao papel estruturador desempenhado pela Operação Lava Jato no surgimento e na aceleração da crise do próprio sistema político, tanto ao oferecer oportunidades de protestos e mobilizações “anti-PT” quanto ao fragilizar e provocar o rompimento do sistema de alianças vigente. Esse discurso “antipetista” e “antissistema”, fundado numa forte negação da própria atividade política institucional, num sentimento de ineficácia e corrupção das instituições políticas, numa grande descrença nas próprias instituições democráticas e numa tendência a ignorar as regras e a legitimidade do regime democrático, está em parte na base do aumento progressivo da abstenção eleitoral desde as eleições de 2016.

Todavia, um dos efeitos mais significativos desse discurso antipetista e antissistema pode ser observado quando se considera o próprio redesenho do jogo político-eleitoral. Isso se expressa de maneira clara na ruptura da estabilidade da disputa eleitoral que vinha marcando os processos eleitorais em torno de três principais agremiações partidárias (PT, PMDB, PSDB), que exerciam uma espécie de liderança para todos os postos nos três níveis federativos, assim como no declínio eleitoral de alguns partidos tradicionais e na emergência de novas organizações partidárias que se apresentaram, em alguma medida, como representantes desse discurso antipetista e antissistema. Como já foi observado no tópico anterior, um dos resultados mais diretos disso foi o aumento significativo da diversificação e dispersão partidária tanto no nível federal quanto no estadual, algo que já estava presente nas eleições municipais de 2016, mas que teve um forte acréscimo no pleito de 2018.

Essa redefinição do jogo político partidário e eleitoral, no sentido de uma maior diversificação e dispersão partidária, não é um resultado





simples e direto da ampla difusão do discurso antipetista e antissistema, das constantes denúncias de corrupção pela Operação Lava Jato contra os partidos que compunham o sistema de alianças do PT ou, ainda, do crescimento e diversificação das organizações e grupos liberais, conservadores e autoritários e sua articulação com organizações político-eleitorais.

Ele contou também com uma ampla utilização da internet e das mídias sociais digitais como ferramenta, inicialmente, para mobilização e recrutamento para os eventos de protesto e, depois, como recurso principal das campanhas eleitorais (Mendes, 2017). Esse uso intensivo das mídias sociais digitais nas mobilizações e campanhas eleitorais segue uma tendência iniciada antes mesmo de 2013, quando grupos antipetistas começaram a se organizar tendo como recursos principais fóruns de discussão, blogs, sites e comunidades na internet, aglutinando jornalistas, professores, lideranças e grupos que não encontram expressão nos canais institucionais nem representação na política oficial (Rocha, 2011; Santos Jr, 2016; Rocha, 2018). Em 2013 esse uso se tornou mais difuso e generalizado contra o sistema como um todo, tornando-se, aos poucos, um dos principais veículos de aglutinação, de manifestação e de ação das organizações, grupos e lideranças. A partir de 2015, a utilização das mídias passou a se concentrar nos grupos contrários ao PT e ao governo de Dilma Rousseff, demonstrando uma grande capacidade de mobilizar uma quantidade significativa de pessoas para protestar contra governos “do PT” e “da esquerda”. Nas eleições de 2018, as mídias sociais digitais (YouTube, Facebook, Twitter, etc.) tornaram-se os principais canais de discussão e debate durante as campanhas eleitorais (Evangelista; Bruno, 2019; Cesarino, 2019, 2020).

Nas eleições de 2018 as mídias sociais digitais tiveram um papel crucial na campanha que deu origem à vitória de Jair Bolsonaro. Esse e seus apoiadores desenvolveram uma estratégia de campanha centrada no uso de mídias sociais digitais: YouTube, Facebook, Twitter e, especialmente, WhatsApp (Evangelista; Bruno, 2019; Cesarino, 2019; Chagas,



2021). Tal investimento teve como base certas características próprias do WhatsApp, na medida em que possibilita a atuação de grupos como uma “organização militar” (referida por eles como “exército virtual”), a segmentação desses grupos em tópicos específicos: kit gay, família, comunismo, armas, privatização, etc., como também favorece uma forte “relação de confiança”, contribuindo para que a maioria dos conteúdos seja impulsionada por amigos e familiares (Evangelista; Bruno, 2019, p. 17-18).

Um dos principais efeitos dessa estratégia de campanha foi que partidos com maior tempo de propaganda eleitoral televisiva na eleição de 2018 não foram os mais bem-sucedidos, tanto na eleição para presidente, deputados federais e senadores quanto na para governadores e deputados estaduais, rompendo uma tendência do tempo de propaganda na TV como um dos recursos principais para o sucesso eleitoral, principalmente na disputa para o executivo federal. Desse modo, o uso intensivo das mídias sociais digitais contra o domínio das campanhas eleitorais pela televisão contribuiu decisivamente para a redefinição do jogo político partidário. Isso, porque diferentemente da recorrente concentração da disputa partidária em três principais partidos e polarizadas em dois principais, os quais eram justamente aqueles que detinham um tempo maior de propaganda eleitoral, assiste-se em 2018 a um redesenho do jogo político-partidário com a vitória eleitoral de novos partidos que tinham um tempo reduzido de propaganda, mas um uso intensivo das mídias sociais digitais. Tais resultados, muito mais do que ir na contramão da crescente fragmentação do sistema político, favorecem seu aumento e ampliação.

## Conclusões

A intensificação dos usos das mídias sociais digitais na política e nos movimentos sociais se insere num processo mais geral de “plataformização” da sociedade e de crescente digitalização das experiências individuais em diversas facetas da vida social, desde aquelas mais pú-



blicas até as mais privadas e pessoais. Não se trata, portanto, de um simples efeito das novas TICs **sobre** a sociedade e a política, e sim de relações de **coprodução** de estruturas sociais, políticas e culturais nas quais estamos imersos e vivendo cotidianamente. A implementação de plataformas online e de suas ferramentas digitais produz novas formas de conceber e de viver muitas das atividades que são tidas como próprias da política. Tais aspectos estão entre os ingredientes principais das modificações de uma série de relações e de atividades no âmbito da política: as formas de conceber a própria política e o ativismo; as dinâmicas de estruturação e de organização dos partidos; os processos de midiaticização das campanhas eleitorais; as lógicas práticas de participação na defesa de causas; a personalização da comunicação política e o populismo digital, entre outras.

Certamente, esse processo de plataformização e midiaticização das experiências sociais e políticas não constitui uma novidade própria da sociedade brasileira, tampouco das características de nosso sistema político. Várias sociedades com características históricas, sociais, políticas e culturais muito distintas têm passado por dinâmicas semelhantes. Ao mesmo tempo, ainda que gerais, tais processos não são automáticos nem se instalam nessas sociedades no mesmo período, da mesma forma e na mesma direção. Ao que tudo indica, essa variação ocorre porque há uma forte relação entre as características próprias do sistema político e os processos de emergência e de difusão das mídias sociais digitais, mesmo que ainda sejam poucos os trabalhos que se voltem mais sistematicamente para o exame de tal relação. Em consonância com isso, este artigo procurou colocar no centro da análise as relações entre os processos de emergência e de intensificação dos usos das mídias sociais digitais na política e as condições e as dinâmicas próprias de configuração do sistema político brasileiro. De maneira mais específica, tratou-se de evidenciar a relevância de analisar as relações entre as características de um sistema político baseado nas “alianças” entre lideranças políticas de organizações heterogêneas e o processo de emergên-



cia e de difusão de plataformas e mídias sociais digitais nos processos de mobilização e participação política.

Como se pôde ver pelos dados referentes aos diferentes processos eleitorais, a fragmentação política, a dispersão do poder e a organização de “governos de coalizão” sustentados por blocos multipartidários de apoio parlamentar constituem traços recorrentes da política brasileira. Paralelamente, à diversificação dos canais e das formas de participação no sistema político e seus desdobramentos sobre as instituições políticas e o processo eleitoral, crescia o desencanto, o descontentamento e as insatisfações contra a “blindagem” de um sistema fundado em “amplas alianças”. Desse modo, a maior propagação das mídias digitais como instrumento de mobilização política ocorre justamente num momento de grande descontentamento com o monopólio da formação da opinião e da vocalização de insatisfações pela mídia tradicional, decorrente de seus vínculos com as coalizões e alianças em diferentes governos. Por isso, grupos e organizações diversificadas criaram seus próprios canais de participação e de enfrentamento do sistema, mobilizando, recrutando e levando o desencanto, o descontentamento e as insatisfações para as ruas. É, portanto, num contexto político de grande rejeição do sistema político como um todo que há uma grande difusão das mídias sociais digitais como instrumento de mobilização política.

Nesse sentido, a intensificação do uso da internet e das mídias sociais digitais nas mobilizações e protestos anticorrupção a partir do ciclo de protestos iniciado em 2011 pode ser mais bem compreendida quando se considera que tais ferramentas expressaram o enfrentamento a um sistema político que funcionava sob a lógica do “peemedebismo”, represando descontentamentos, insatisfações e demandas por transformação, tornando-se, aos poucos, um dos principais veículos de aglutinação, de manifestação e de ação das organizações, grupos e lideranças heterogêneas em torno de uma agenda comum. É tal aspecto que vai se tornar constante também na utilização das mídias sociais digitais na campanha de 2014, nos protestos contra o governo em 2015



e como estratégia de campanha eleitoral em 2018, constituindo-se, aos poucos, como um dos principais recursos para o sucesso eleitoral, principalmente na disputa para o executivo federal e contribuindo, decisivamente, para a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro à Presidência da República e para a reconfiguração partidária nos âmbitos estadual e federal. Tal dinâmica de utilização das mídias digitais não se limitou ao processo eleitoral, transformando-se, ao invés disso, num dos principais ingredientes de comunicação política do novo presidente com seus apoiadores.

Tal aspecto é relevante, na medida em que sinaliza para certas continuidades e mudanças quanto às condições e dinâmicas da participação eleitoral e de suas relações com as organizações e os protestos anticorrupção, evidenciando o quanto as eleições de 2014 e de 2018 foram profundamente impactadas pelo contexto de forte ruptura e crise do “sistema de alianças” que estava na base de certa estabilidade e continuidade das disputas eleitorais. Essa forte relação com o contexto político permite uma compreensão mais sistemática de como a intensificação do uso das mídias sociais digitais tem impactado uma série de relações e de atividades no âmbito da política: desde as que dizem respeito às concepções da política e do ativismo, até as que remetem tanto às dinâmicas de estruturação e de funcionamento das organizações políticas e partidárias quanto às lógicas práticas de participação em atividades e grupos políticos.

Dessa forma, a análise aqui apresentada evidencia uma série de continuidades e rupturas do sistema político que precisa ser melhor aprofundada e caracterizada para dar conta de como as condições e as dinâmicas de utilização das mídias sociais digitais nos processos políticos e nas formas de mobilização e participação na defesa de causas podem estar relacionadas a fenômenos tão gerais como a personalização da comunicação política e o populismo digital, que se tornaram, nos últimos anos, um dos ingredientes principais da política brasileira. Tal proposta analítica difere de grande parte da literatura brasileira sobre TICs, polí-



tica e movimentos sociais, que tende a privilegiar a importação e mobilização de perspectivas e conceitos de “alto nível de abstração” como “gramáticas” para enquadrar e interpretar a realidade, ao invés de promover sua problematização teórica e conceitual com base no confronto com a realidade empírica em investigação. Em contraponto a isso, este artigo procurou formular uma análise de “meio termo”, centrada na caracterização do sistema político brasileiro e que se mantém “entre” as teorias mais gerais sobre a plataformização e digitalização das experiências sociais e políticas e a análise empírica de como a recente intensificação dos usos políticos das mídias sociais digitais no Brasil está relacionada a certos traços de configuração e funcionamento do próprio sistema político brasileiro, que de longa data tem como base o “sistema de alianças” entre organizações e lideranças heterogêneas.

## REFERÊNCIAS

- Abers, Rebecca; Serafim, Lizandra; Tatagiba, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, 2014, p. 325-357.
- Abranches, S. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 31, n. 1, 1988, p. 5-33.
- Alonso, Angela. A gênese de 2013: formação do campo patriota. **Journal of Democracy em Português**, v. 8, p. 30, 2019.
- Alonso, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 37, n. 1, 2017, p. 49-58.
- Alonso, Angela; Mische, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests: June 2013 in Brazil. **Bulletin of Latin American Research**, v. 36, n. 2, 2017, p. 144-159. DOI: <https://doi.org/10.1111/blar.12470>.
- Bennett, W. Lance; Segerberg, Alexandra. The Logic of Connective Action: Digital media and the personalization of contentious politics. **Information, Communication & Society**, [S. l.], v. 15, n. 5, 2012, p. 739-768. DOI: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.670661>
- Caiani, Manuela; Kröll, Patricia. The transnationalization of the extreme right and the use of the Internet. **International Journal of Comparative and Ap-**



**plied Criminal Justice**, [S.l.], v. 39, n. 4, 2015, p. 331-351. DOI: <https://doi.org/10.1080/01924036.2014.973050>

Caiani, Manuela; Parenti, Linda. The Dark Side of the Web: Italian Right-Wing Extremist Groups and the Internet. **South European Society and Politics**, [S. l.], v. 14, n. 3, 2009, p. 273-294. DOI: <https://doi.org/10.1080/13608740903342491>

Casalecchi, Gabriel Ávila. Julian. Participação Política. **Brasil em Números**, v. 26, 2018, p. 189-200.

Ceccobelli, Diego. Not every day is Election Day: a comparative analysis of eighteen election campaigns on Facebook. **Journal of Information Technology & Politics**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2018, p. 122-141. DOI: <https://doi.org/10.1080/19331681.2018.1449701>

Cesarino, L. Como vencer uma eleição sem sair de casa. **Internet&Sociedade**, v. 1, n. 1, 2020, p. 91-120.

Cesarino, L. Identidade e representação no bolsonarismo. **Revista de Antropologia**, v. 62, n. 3, 19 dez. 2019, p. 530-557.

Chadwick, Andrew. **The hybrid media system: politics and power**. Oxford; New York: Oxford University Press, 2013. (Oxford studies in digital politics). E-book. Introdução e caps.: 1, 2, 4 e 9.

Chagas, Viktor. Meu malvado favorito: os memes bolsonaristas de WhatsApp e os acontecimentos políticos no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, v. 34, n. 72, 2021, p. 169-196.

Costa, S. Teoria por Adição. In: Martins, C. B.; Martins, H. H. T. De S.; Botelho, A. (Eds.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil. Sociologia**. São Paulo, SP: ANPOCS: Instituto Ciência Hoje: Discurso Editorial : Barcarolla, 2010, p. 25–51.

De Sousa, L.; Hindess, B.; Larmour, P. **Governments, Ngos and Anti-corruption The New Integrity Warriors**. [s.l.] Routledge, 2010.

Deibert, Ronald J. Três duras verdades sobre as redes sociais. **Journal of Democracy em Português**, [S. l.], v. 8, 1, 2019, p. 27–50.

Della Porta, Donatella. Anti-Corruption from Below. Social Movements Against Corruption in Late Neoliberalism. **Partecipazione e Conflitto**, 3. [S.l.: s.n.], 2017. DOI: <https://doi.org/10.1285/i20356609v10i3p661>.

Della Porta, Donatella. **Can democracy be saved? participation, deliberation and social movements**. Cambridge Malden, MA: Polity, 2013.

Deseriis, Marco. Digital movement parties: a comparative analysis of the technological cultures and the participation platforms of the Movimento 5 Stelle and the Piratenpartei. Information. **Communication & Society**, [S. l.], 2019, p. 1-17. DOI: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2019.1631375>



Deseriis, Marco. Technopopulism: The Emergence of a Discursive Formation. **tripleC: Communication, Capitalism & Critique. Open Access Journal for a Global Sustainable Information Society**, [S. l.], v. 15, n. 2, 2017, p. 441-458. DOI: <https://doi.org/10.31269/triplec.v15i2.770>

Dijck, José Van; Poell, Thomas; Waal, Martijn de. **The platform society**. New York: Oxford University Press, 2018.

Earl, Jennifer et al. Changing the world one webpage at a time: conceptualizing and explaining internet activism. **Mobilization: An International Journal**, [S. l.], v. 15, 4, 2010, p. 425-446.

Evangelista, Rafael; Bruno, Fernanda. WhatsApp and political instability in Brazil: targeted messages and political radicalisation. **Internet Policy Review**, 2019.

Gerbaudo, Paolo. **The digital party: political organization and online democracy**. London: Pluto Press, 2019.

Karpp, David. Analytic Activism and Its Limitations. **Social Media + Society**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 205630511775071, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/2056305117750718>

Kavada, Anastasia. Creating the collective: social media, the Occupy Movement and its constitution as a collective actor. **Information, Communication & Society**, [S. l.], v. 18, n. 8, 2015, p. 872-886. DOI: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1043318>

Mattoni, A. A situated understanding of digital technologies in social movements. Media ecology and media practice approaches. **Social Movement Studies**, v. 16, n. 4, 4 jul. 2017, p. 494-505.

Melo, C. R. **Por que a fragmentação não diminuiu nas capitais?** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/observatorio-das-eleicoes/2020/11/25/por-que-a-fragmentacao-nao-diminuiu-nas-capitais.htm>. Acesso em 29 nov. 2020.

Mendes, Mariana S. Brazil's Popular Awakening - June 2013. Accounting for the onset of a new cycle of contention. In: Donatella Della Porta (org.). **Global diffusion of protest: riding the protest wave in the neoliberal crisis**. Protest and social movements. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017, p. 59-84.

Nicolau, J. M. Os Quatro Fundamentos da Competição Política no Brasil (1994-2014). **Journal of Democracy em Português**, 1. v. 6, 2017.

Nobre, M. **Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo, SP: Companhia Das Letras, 2013a.

Nobre, Marcos. **Choque de democracia: Razões da revolta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013b.





Oliveira, Wilson José F. de; Petrarca, Fernanda Rios. “Inovações Temáticas, ‘Guiadas’ Teóricas e Tradição Intelectual no Brasil”. **Revista Brasileira de Sociologia – RBS**, 6, n° 14, 2018, p. 34-62.

Oliveira, Wilson José F. de; Santos, Adrielma Silveira F. Dos. Eventos de protesto, repertórios organizacionais e dinâmicas de construção do transporte público e gratuito como uma causa pública. **Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 10, n. 3, 2017, p. 599–620.

Oliveira, Wilson José F. de. A Arte de Resistir às Palavras: inserção social, engajamento político e militância múltipla. In: Seidl, Ernesto; Grill, Igor Gastal. (org.). **As Ciências Sociais e o Espaço da Política no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 141-178.

Oliveira, Wilson José F. de. Anti-corruption protests, alliance system and political polarization. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 20, n. 3, 2020, p. 439-453.

Pereira, Matheus Mazzilli. Oportunidades Políticas em um Presidencialismo de Coalizão. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, no 105, 2018, p. 217–52.

Poell, T.; Nieborg, D.; Dijck, J. V. Plataformização. **Fronteiras - estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, 4 abr. 2020, p. 2-10.

Ribeiro, Ednaldo; Borba, Julian. Participação Política. **Brasil em Números**, v. 27, 2019, p. 189-206.

Ribeiro, Ednaldo; Borba, Julian. Participação Política. **Brasil em Números**, v. 28, 2020, p. 189-206.

Rocha, Camila. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In: Esther Solano; Camila Rocha (orgs.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. Coleção Tinta vermelha. 1a edição ed. São Paulo, SP: Boitempo, v. 1, 2018, p. 1520.

Rocha, Maria Eduarda da Mota. Em busca de um ponto cego: notas sobre a sociologia da cultura no Brasil e a diluição da mídia como objeto sociológico. **Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, 2011, p. 453-470.

Rodrigues, Lidiane Soares. Uma revolução conservadora dos intelectuais (Brasil/2002–2016). **Política & Sociedade**, v. 17, n. 39, 2018, p. 277-312.

Sampaio, R. C.; Bragatto, R. C.; Nicolás, M. A. A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, dez. 2016, p. 285-320.

Sampaio, R.; Mitozo, I.; Massuchin, M.; Fontes, G.; Penteado, C. Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura: uma análise dos papers apresentados no grupo de trabalho da Anpocs. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciên-**



**cias Sociais**, n. 85, 7 ago. 2018, p. 126-147.

Sampson, S. The anti-corruption industry: from movement to institution. **Global Crime**, v. 11, n. 2, 28 abr. 2010, p. 261-278.

Santos Jr, Marcelo Alves Dos. **Vai Pra Cuba!!! A rede antipetista na eleição de 2014**. 197 p. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

Silva, M. K. A apropriação conservadora do ciclo de protestos de 2013: rumo aos protestos anti-Dilma? **Lusotopie**, v. 17, n. 1, 10 set. 2018, p. 88-111.

Silva, M. K.; Pereira, M. M.; Fernandes, E. G.; Ruskowski, B.; Silva, C. F. da. Tecnologias de Informação e Comunicação, Ativismo e Movimentos Sociais: uma revisão crítica da literatura brasileira (2010-2017) na perspectiva do campo de estudos de movimentos sociais. **Compolitica**, v. 10, n. 2, set. 2020, p. 43-77.

Tatagiba, Luciana; Galvão, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, v. 25, n. 1, 2019, p. 63-96. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191201925163>.

Tatagiba, Luciana; Trindade, Thiago; Teixeira, Ana Cláudia Chaves. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: Sebastião Velasco Cruz; André Kaysel; Gustavo Cotas (orgs.). **Direita, volver! o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. 1. ed. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo, 2015, p. 197-212.

Treré, Emiliano; Barassi, Veronica. Net-authoritarianism? How web ideologies reinforce political hierarchies in the Italian 5 Star Movement. **Journal of Italian Cinema & Media Studies**, [S.l.], v. 3, n. 3, 2015, p. 287-304. DOI: [https://doi.org/10.1386/jicms.3.3.287\\_1](https://doi.org/10.1386/jicms.3.3.287_1)





COLEÇÃO  
SOCIOLOGIAS  
NECESSÁRIAS

8

**Parte II**

**Análises e debates sobre direitos no Brasil**





# “AGRO”, A PRINCIPAL BASE DE SUSTENTAÇÃO DA EXTREMA-DIREITA BOLSONARISTA: APROFUNDAMENTO DAS DESIGUALDADES E BARBÁRIE SOCIOAMBIENTAL

 Warllen Torres Nannini<sup>1</sup>

 Flávio Henrique Calheiros Casimiro<sup>2</sup>

NO SÉCULO XXI, o Brasil experimenta um processo de desindustrialização e reprimarização da pauta de exportações, com a queda gradual da participação da indústria de transformação no PIB brasileiro. Ou seja, o país insere-se de forma regressiva na nova estrutura global do capital, perpetuando sua histórica posição na periferia do sistema capitalista como produtor e fornecedor de produtos primários destinados aos grandes centros da economia mundial. Assim, o Brasil participa das cadeias globais como país exportador de matérias-primas brutas, em especial as *commodities* (soja, petróleo, celulose, milho, carne bovina, álcool-açúcar e café), produtos com pouca ou nenhuma elaboração e com baixo valor agregado. Diante dessa condição, o país, por vender matérias-primas brutas, acaba privando-se da oportunidade de gerar empregos e renda no processamento de tais produtos (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021).

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT, (IFSULDEMINAS – Campus Poços de Caldas). Email: warllentorresnannini@hotmail.com.

<sup>2</sup> Professor de História Econômica Geral e Economia Política (IFSULDEMINAS – Campus Poços de Caldas). Doutor em História Social (UFF) E-mail: flavio.calheiros@ifsuldeminas.edu.br.



Por conseguinte, em razão do lugar ocupado pelo Brasil no mercado mundial como economia agroexportadora periférica, o setor do agronegócio “passou a dispor de um lugar permanente no bloco de poder de todos os governos que emergem desde a última redemocratização” na transição da década de 1980 para os anos 1990 (Firmiano, 2020, p. 368).

O agronegócio sistematiza uma ampla e complexa estrutura, sua posição hegemônica é sustentada pelo capital político, econômico, cultural e simbólico, proveniente do leque de relações estabelecidas entre os diferentes setores e agentes que compõem a sua ossatura material. Dessa forma, é anunciado pela mídia hegemônica e pelo debate político como o principal agente capaz de promover os recordes de exportações, contribuindo para o superávit da balança comercial, para o crescimento do PIB e para a criação de novos postos de trabalho. Além disso, diferentes atores do agronegócio, amparados pelo capital privado nacional e estrangeiro, empregam fortunas em peças publicitárias e campanhas de *marketing*<sup>3</sup> destinadas a exaltar a importância do modelo para a segurança alimentar e para o desenvolvimento socioeconômico do país. No entanto, esse discurso busca ocultar e negar as próprias contradições e desigualdades sobre as quais se sustenta o sistema capitalista de produção.

Nesse sentido, a propaganda midiática de eficiência produtiva assume um caráter político e ideológico, pois legitima a ideia de que os latifúndios se modernizaram e, ao mesmo tempo, busca banir da opinião pública a visão crítica quanto à improdutividade de grandes extensões de terras, bem como a característica especulação diante da alta concentração fundiária histórica no Brasil. Portanto, essa construção ideológica elaborada pelos atores do agronegócio, que superdimensiona o caráter moderno e tecnológico dessas relações, na verdade, busca camuflar o seu caráter concentrador, predatório e excludente. Dessa forma, busca

<sup>3</sup> Entre essas campanhas publicitárias que exaltam o Agro, podemos citar: “Agro - A Indústria - A Riqueza do Brasil”, “Time Agro Brasil”, “Movimento Sou Agro”, em que o intuito é fazer com que o brasileiro tenha orgulho do agro e aceite de forma consensual o seu *modus operandi* (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021).

exaltar somente o seu “caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias” (Fernandes, 2005, p. 4863).

Em uma manobra tática, ao mascarar as suas contradições e os impactos socioambientais que emergem do seu *modus operandi*, o setor do agronegócio, por meio do seu discurso de eficiência produtiva e “sustentabilidade”, atua estrategicamente no sentido da produção do consenso para a manutenção e atualização de sua condição hegemônica. Desse modo, diante de diversificados mecanismos de atuação, tanto no que se refere ao volume de investimentos como na estratégia simbólica de naturalização de seus pressupostos, o Agro adquire musculatura e prestígio, avançando nas mais diversas esferas da vida social, penetrando e influenciando diferentes instâncias e estruturas do Estado restrito. Essa espécie de chancela governamental, no reconhecimento de seu suposto papel primordial no conjunto da economia brasileira, insere o Agro “como componente estratégico no planejamento governamental” (Pompeia, 2018, p. 44).

Nesta introdução, cabe ressaltar que a atividade do agronegócio, em grande medida, está assentada no poder político-econômico do patronato rural que compõe o Congresso Nacional e representa de forma sistemática os interesses das classes dominantes no país. Essas classes e frações de classes impõem um conjunto de ações de caráter expansivo e predatório que, em grande medida, visam a desregulamentação de mecanismos socioambientais em prol da ampliação desenfreada de novas fronteiras agrícolas e mercados para garantir e atualizar suas possibilidades de reprodução ampliada do capital. Assim, convertem a estrutura institucional do Estado em um reduto de proteção e benefícios para as frações que promovem e ampliam a barbárie socioambiental no país. Desse modo, “quem governa o Estado tem poder para impor muitas medidas e ações, mas, ao mesmo tempo, está cerceado por diversas instituições e atores individuais ou coletivos, portanto, quem preside o país, apesar de poder muito, nunca pode tudo” (Moreira; Souza; Oliveira, 2020, p. 20).



Para melhor compreender a hegemonia do agronegócio tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, destacamos a entrevista do Deputado Federal Nelson Markezelli<sup>4</sup> (PTB-SP) para o documentário “Brasil – O Grande Passo para Trás”. Segundo Markezelli (grande defensor do agronegócio por ser um dos maiores exportadores de suco de laranja do Brasil), a agropecuária é a base econômica do país, se o governo eleito não contar com ministros que falem a mesma língua que a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), tanto os ministros quanto o presidente, não fica muito tempo no poder. Isso se deve ao fato de que a FPA, também conhecida como Bancada Ruralista: “constitui atualmente uma das forças políticas com maior poder no cenário político nacional. É a frente mais antiga e a mais forte. Conta, atualmente, com 241 deputados de um total de 513 e 39 senadores de um total de 81” (Moreira; Souza; Oliveira, 2020, p. 34).

Consciente da hegemonia do agronegócio no país, em sua campanha pela presidência da república, Bolsonaro proferiu um discurso que já demonstrava os sinais da atual agenda política, com pautas amplamente favoráveis ao supracitado modelo. Assim, prometeu “passar a foice” e “fazer uma limpa” no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (Werneck et al., 2021). Esse posicionamento, segundo o próprio presidente, visa “tirar o Estado do cangote” daqueles que produzem, e, assim, proporcionar um maior aval produtivo aos grandes proprietários, com uma política de fiscalização ambiental mais branda. Ou seja, lança sinais de que práticas predatórias, tais como as queimadas, o desmatamento, bem como a grilagem de terras, serão toleradas em seu governo, e, por fim, legitimadas (Moreira; Souza; Oliveira, 2020).

Além disso, Bolsonaro nutre uma política beligerante de defesa da propriedade privada com a liberação do porte de armas para os gran-

---

<sup>4</sup> Fala do Deputado Federal em entrevista realizada para o documentário “Brasil – O Grande Passo para Trás”. Transcrito a partir de: <https://youtu.be/JMylpqwqGBA>. Acesso em 10 out. 2021.





des proprietários de terras, taxando os movimentos sociais no campo e suas lideranças de “vagabundos” e “terroristas”. Em várias ocasiões deixou claro que, em seu governo, inauguraria o fim de qualquer discussão ou política em prol de reforma agrária, além de exaltar o agronegócio com extravagantes elogios ao setor (Firmiano, 2020).

Com esse posicionamento, reiterado diversas vezes em seus discursos, Bolsonaro conseguiu articular-se às principais entidades e representações do agronegócio do país. Nas vésperas das eleições de 2018, o setor agropecuário se reuniu e elaborou um documento intitulado: “O Futuro é Agro”. O supracitado documento aglutinou diversas propostas e pleitos do setor do agronegócio para os próximos 12 anos, tais como: defesa da iniciativa privada, mais subsídios financeiros, melhorias de infraestrutura e isenções de impostos. Assim, os patronos do agronegócio<sup>5</sup>, após avaliarem os planos de governo apresentados pelos candidatos com mais oportunidades de segundo turno (Bolsonaro, Fernando Haddad e Ciro Gomes), decidiram apoiar Bolsonaro.

Nesse sentido, a agenda política do atual governo caracteriza-se por um conjunto de privilégios ao agronegócio, tais como: a prioridade da destinação de recursos públicos para o setor, renegociação periódica das dívidas e blindagem política em casos de ações ilegais cometidas contra o meio ambiente ou contra os povos tradicionais do campo. Desse modo, o “Agro” se firma como a principal base de sustentação da extrema-direita bolsonarista, ao passo que, simultaneamente, ocorre um processo de ampliação sistemática dos impactos socioambientais, sem precedentes na história do país.

---

<sup>5</sup> Entre os diversos dirigentes e representantes do agronegócio que se reuniram para construir o documento “O Futuro é Agro”, destacamos João Martins da Silva Junior, presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA. O documento contou com apoio de pelo menos 29 grandes entidades agroindustriais. Disponível em: <https://sistemafaeg.com.br/faeg/noticias/apoio/cna-e-federacoes-manifestam-apoio-ao-candidato-a-presidencia-da-republica-jair-bolsonaro>. Acesso em 10 jan. 2021.



## 1. A agenda política do Governo Bolsonaro e a barbárie socioambiental

Em 2019, Bolsonaro assume o mais alto cargo do poder executivo, dando continuidade e ampliando o projeto neoliberal que já vinha tomando formas mais radicais desde o golpe político-midiático de 2016. A eleição de Bolsonaro enquanto projeto da burguesia se concretiza por uma coalizão de conveniências (Sauer; Leite; Tubino, 2020), pois congrega os setores mais conservadores da sociedade brasileira. Além disso, conta com o aporte financeiro, militar e político de frações da burguesia industrial, das forças armadas e do patronato do agronegócio.

Quando candidato à presidência, Bolsonaro apresentou um plano de governo raso, sem propostas claras para diversas esferas sociais, tais como: a economia, a saúde e a educação. Se, por um lado, na sua campanha política faltaram propostas e diretrizes consistentes que constituíssem um efetivo projeto estrutural de sociedade, por outro, observou-se um alinhamento imediato e orgânico às bandeiras mais reacionárias no âmbito da cultura, assim como ao projeto ultraliberal na economia. Dessa forma, o que se verificou foi a disseminação de discursos truculentos e autoritários que, mesmo antes do pleito eleitoral, em 2018, já atentavam contra a democracia.

Tais discursos de ódio e agendas autoritárias que passaram a estruturar o próprio Governo Bolsonaro denotam o caráter fascistizante de constituição desse projeto de hegemonia da extrema-direita bolsonarista. A aglutinação de grupos extremistas que se solidificam em torno desse projeto reacionário ajuda a viabilizar um processo intenso de expropriações de direitos sociais históricos, sejam eles os direitos humanos, os trabalhistas e os ambientais. Outra frente de atuação desse arranjo constitui-se da construção narrativa de seus discursos, pautados no negacionismo científico e no revisionismo histórico como mecanismos de naturalização de seus pressupostos e legitimação de suas políticas autoritárias.



Em síntese, o governo conduzido por esse projeto de extrema-direita bolsonarista pode ser qualificado como um “regularizador de irregularidades”, devido ao seu gabinete ministerial e suas secretarias especiais. Conjunto que atua “segundo um *modus operandi* que é o de driblar as instituições e a opinião pública agindo de forma subterrânea para tentar impor medidas” e que legitima os interesses dos grupos hegemônicos que compõem e dão sustento ao governo (Oliveira; Ribeiro; Lobão, 2020, p. 9).

Por conseguinte, as principais entidades e representações do agronegócio do país reconheceram na figura de Bolsonaro uma liderança extremamente importante para a garantia dos seus interesses. Nesse sentido, Firmiano (2020) ressalta o apoio dado a Bolsonaro por Tereza Cristina do Democratas-MS (dirigente da Frente Parlamentar da Agropecuária-FPA). Portanto, na corrida presidencial de 2018, Cristina vislumbrou em Bolsonaro o candidato capaz de atender as demandas do agronegócio, e, assim, nutriu a esperança de que, caso o candidato fosse eleito, o setor teria peso e influência na escolha de futuros ministros do governo, devido ao apoio explícito dado a Bolsonaro pelas principais entidades patronais agroindustriais.

O discurso de autorização e defesa do uso da violência contra os povos tradicionais (camponeses, quilombolas e indígenas) e movimentos sociais do campo (em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST) é mais uma característica fundamental dessa relação entre o Agro e Bolsonaro. Além disso, fomentam “sucessivos processos de expropriações sociais a reboque do aprofundamento das reformas estruturais de Estado que seguem em marcha” (Casimiro, 2020, p. 18).

Em sua campanha pela presidência da república, os discursos proferidos por Bolsonaro demonstraram bem as características estruturantes de sua agenda política, ou seja, sua simbiose com as pautas do agronegócio:

[...] como a liberação do porte de armas para os moradores do campo, a flexibilização da legislação ambiental, o fim de qualquer



política de assentamento rural [...] a tipificação das ocupações de terra como crime de terrorismo, o afrouxamento da liberalização dos agrotóxicos, a renegociação das dívidas do setor (Firmiano, 2020, p. 366).

Com uma política de confronto, ou seja, um governo sem um projeto original, seu *modus operandi* é o ataque aos direitos humanos, um modelo de desenvolvimento ultraliberal rentista-neoextrativista que é sustentado pela pilhagem dos recursos naturais. Enquanto isso, exalta-se a tortura e a violência como formas aceitáveis de condução do poder, tentando ressignificar a história da ditadura civil-militar do Brasil de 1964 a 1985, assim como a partir de menções elogiosas e reverência a notórios torturadores, como no caso do Brilhante Ustra, dentre outros exemplos. Nesse caminho, a extrema-direita tem funcionalizado e, ao mesmo tempo, se projetado no caldo de cultura do sentimento sistemático de descontentamento e aversão à política. Uma expressão disso é a propagação “do ódio contra a esquerda, principalmente com difusão do antipetismo, com notícias falsas, xenofobia, homofobia, aporofobia e aversão às relações sociais não capitalistas” (Fernandes et al., 2020, 337-338).

Em seus discursos ufanistas, Bolsonaro lança mão de bordões que expressam o caráter reacionário de seu programa: “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”, “Deus, Pátria, Família”, que além de ressaltarem a volta de valores tradicionais em seu governo, também fazem alusão aos temas utilizados por movimentos de orientação fascista<sup>6</sup>. No entanto, o nacionalismo de Bolsonaro “pode ser colocado em questão por sua postura entreguista, adotando políticas de exploração dos recursos naturais por corporações estrangeiras” (Fernandes et al., 2020, p. 338).

<sup>6</sup> “Deus, Pátria, Família” é o lema da Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento com inspiração no fascismo italiano, fundado em 1932 por Plínio Salgado. Para saber mais: <https://www.brasildefato.com.br/2021/09/09/deus-patria-familia-bolsonaro-usa-lema-da-acao-integralista-brasileira-em-carta-a-nacao>. Acesso em 06 nov. 2021.



A estrangeirização do território se materializa (não necessariamente) com o documento de título de propriedade da terra, mas também por um conjunto de estratégias empregadas pelo capital estrangeiro para assumir o controle de territórios nacionais. Notabilizam-se como exemplos as empresas que monopolizam a produção e a venda das *commodities*, ou que são responsáveis pelos megaprojetos de infraestrutura no país, além de grupos multinacionais que controlam as atividades de mineração. Nesse caminho, no ano de 2019, “foram identificadas 149 empresas estrangeiras ou brasileiras com presença de capital estrangeiro, territorializadas no Brasil, dedicadas ao agronegócio e a geração de energias renováveis, como eólica e fotovoltaica” (Fernandes et al., 2020, p. 348). Destacam-se, entre essas empresas, aquelas oriundas principalmente dos Estados Unidos da América (EUA), Japão, Reino Unido, China e França<sup>7</sup>.

Na esfera do meio ambiente, o projeto da extrema-direita tem promovido um conjunto de ações e políticas que representa o desmonte dos órgãos e entidades socioambientais, enfraquecendo suas autarquias e extinguindo setores e aparelhos de fiscalizações. Estratégia que privilegia o alto escalão do agronegócio, um dos principais sustentáculos de poder da base do seu governo.

Como exemplo desse sucateamento podemos citar: o Decreto nº 9806/2019, que substitui a composição e altera as funcionalidades do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). Com esse decreto, Bolsonaro promove uma redução no número de integrantes do conselho, assim, a quantidade de servidores que era 96 cai para 23, além disso, o número de cadeiras da sociedade civil foi reduzido de 23 para 4, exaurindo a representatividade e a participação social em pautas importantes (Werneck et al., 2021).

---

<sup>7</sup> O site de Olho nos Ruralistas traz os 20 grupos estrangeiros que têm cerca de 3 milhões de hectares de terras no Brasil: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/01/09/20-grupos-estrangeiros-tem-3-milhoes-de-ha-de-terras-no-brasil/>. Acesso em 22 nov. 2021.



Abrandamento de leis ambientais também fazem parte do arcabouço de ações do governo contra o meio ambiente: “multas do Ibama por desmatamento caem 23% nos seis primeiros meses de Governo e especialistas apontam a retórica ‘anti-Ibama’ do presidente e o enfraquecimento da fiscalização como as razões” (ASCEMA, 2020, n.p.). Nesse caminho, o presidente Jair Bolsonaro esteve presente em um evento promovido por empresários da Fiesp no dia 13 de junho de 2019, onde comemorou o afrouxamento das fiscalizações ambientais: “No primeiro bimestre deste ano, tivemos um menor percentual de multas no campo, e vão continuar diminuindo” (ASCEMA, 2020, n.p.).

Ademais, a agenda política de Bolsonaro é marcada pela hostilidade, perseguição e exoneração de servidores das principais “instituições estatais produtoras de informação e conhecimento, estratégicas para a tomada de decisões e desenvolvimento do país” (Casimiro, 2020, p. 16), entre elas o INPE, IBGE, Ibama e o ICMBio. Em seguida, como estratégia de defesa dos seus interesses, Bolsonaro indica ou nomeia para compor esses cargos “vagos” representantes de grupos aliados, sem qualquer formação técnica ou experiência com as funcionalidades e responsabilidades dos postos que assumem, como, por exemplo, militares, ruralistas e evangélicos. Nessa lógica, o governo cria em 2020 o Conselho da Amazônia, instituído com 19 militares e quatro delegados da Polícia Federal, inteiramente desprovido de representantes do Ibama, do ICMBio ou da Funai (ASCEMA, 2020).

Portanto, o aumento criminoso da degradação ambiental e o avanço do agronegócio sobre os biomas brasileiros são algumas consequências dessa política antiambiental posta em prática pela sua agenda política, cujo pacote de flexibilizações e decretos “é um convite e, ao mesmo tempo, uma premiação ao desmatamento e a grilagem de terras” (Fernandes et al., 2020, p. 346).

O Governo Bolsonaro também é marcado pelo aumento do número de incêndios criminosos no país, os quais, em sua maioria, estão ligados às atividades do setor do agronegócio: parte do fogo que devastou



o Pantanal mato-grossense no ano de 2020 “teve origem em fazendas de pecuaristas que vendem gado para o grupo Amaggi, do ex-ministro e ex-senador Blairo Maggi” (Camargos; Campos, 2020, n.p.). A Amaggi é considerada um dos maiores nomes da produção de soja mundial. Esse grupo empresarial é fornecedor da gigante JBS, cuja sigla é uma homenagem ao seu fundador (José Batista Sobrinho). A JBS é a companhia do agronegócio brasileiro com maior valor de mercado e a maior produtora de proteína animal do mundo. Nesse triste episódio, cerca de 30% do bioma foi dizimado pelo fogo (Werneck et al., 2021) e mais de 17 milhões de animais morreram carbonizados. Um verdadeiro ecocídio.

Em meio aos recordes de devastação dos biomas brasileiros, o nome de Bolsonaro aparece envolvido em um trágico evento de degradação ambiental provocado por queimadas, que ficou conhecido como o “Dia do Fogo”, iniciado no dia 10 de agosto de 2019: “Estimulados pelo Presidente Bolsonaro, fazendeiros e grileiros de terra da região de Novo Progresso no sudoeste do Pará realizam [...]a queima coordenada de pastagens, áreas invadidas e desmatamento” (ASCEMA, 2020, n.p.).

Assim, outro fato que merece ser mencionado é a postura negacionista de Bolsonaro diante das denúncias ao seu governo realizadas por instituições e entidades científicas nacionais e internacionais, relativas ao aumento do desmatamento e do número de queimadas no Brasil. Ou seja, o presidente brasileiro revida tais críticas com ataques discursivos truculentos e vexatórios, além disso, o presidente nega o problema ou transfere a culpa para as vítimas (indígenas e quilombolas) (Werneck et al., 2021). Muitos desses ataques são infundados, nos quais Bolsonaro faz acusações a líderes mundiais e celebridades, sem apresentar nenhuma prova concreta: em uma manobra esdrúxula e sem qualquer tipo de comprovação, Bolsonaro acusa o ator Leonardo DiCaprio de pagar ONGs para atear fogo na Amazônia (ASCEMA, 2020).

No primeiro dia de seu governo, 01 de janeiro de 2019, com a Medida Provisória MPV-870, Bolsonaro inicia a reforma ministerial. Segundo a ASCEMA (2020), tal medida possibilita o processo de desmonte das



políticas sociais e ambientais do país. Desse modo, a competência para a demarcação de terras indígenas, que antes estava sob a jurisdição da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), passa a ser de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Além disso, a MP-870 permitiu o desmonte de outros órgãos ambientais:

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é esvaziado de competências e perde a capacidade de formular e conduzir algumas políticas fundamentais para as competências históricas (e lógicas) da pasta. A Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas é extinta, além disso, o SFB (Serviço Florestal Brasileiro) e o CAR (Cadastro Ambiental Rural) vão para o MAPA e a Agência Nacional de Águas (ANA) vai para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) (ASCEMA, 2020, n.p.).

O MAPA se tornou um reduto das principais entidades patronais do agronegócio, como a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Assim, diversas políticas sob a ótica da legislação ambiental, referentes às demarcações de terras indígenas ou relativas à reforma agrária, passam para o controle dos ruralistas que assumem a posse dos mecanismos e instrumentos facilitadores da ampliação dos seus interesses sobre o território nacional.

Se em sua campanha Bolsonaro recebeu amplo apoio do setor do agronegócio, quando eleito, o presidente não frustrou as expectativas dos ruralistas na escolha dos próximos ministros e seus respectivos ministérios, os quais envolvem incumbências do campo de interesse do agronegócio. A gestão estatal “da agricultura familiar, dos territórios indígenas e quilombolas e a governança ambiental passou, pois, à trinca do agronegócio” representada por Tereza Cristina, Ricardo Salles e Nabhan Garcia, como veremos adiante (Firmiano, 2020, p. 371).

Dessa forma, Bolsonaro concede, ao patronato rural, o poder decisório das políticas que balizam a atuação ministerial em questões importan-





tes. Portanto, esses atores, por meio de uma gama variada e sofisticada de estratégias, amparados pelos instrumentos legais dos cargos e funcionalidades que assumem, ocupam na institucionalidade estatal a posição estratégica para a promoção dos mecanismos de desregulamentação: “Trata-se não de uma impunidade que se situa à margem do sistema, mas de uma impunidade que se insere no sistema, usando o próprio Direito para criar situações de imunidades implícitas” (Miranda; Lopes, 2020, p. 102).

## 2. O agronegócio no Estado restrito

Em suas promessas de campanha, Bolsonaro era enfático nos meios midiáticos que em seu governo faria uma nova política, ou seja, sem a tradicional negociação de cargos entre governo e Congresso. No entanto, em seu mandato, se aproxima de lideranças do chamado “Centrão” e distribuí cargos na Esplanada “em troca de apoio e proteção, especialmente contra investigações envolvendo membros do governo – se não o próprio Bolsonaro – em ataques à democracia e às instituições de Estado e disseminação de *fake news*” (Sauer; Leite; Tubino, 2020, p. 288).

Nessa lógica, o presidente priorizou estabelecer relações com as bancadas temáticas do Congresso Nacional (agrupamentos políticos, cujos atores são representantes das principais frações de classes hegemônicas do país). Ou seja, a bancada BBB (bala, bíblia, boi), que aglutina o alto escalão militar (Bala), os evangélicos (Bíblia) e os principais representantes do setor do agronegócio (Boi). Entrincheirados e ocupando posição de destaque no Estado restrito, os atores e representantes do agronegócio contam com os instrumentos legais para definirem as bases e ações da política agrária e do setor agrícola, ou seja, a partir de seus interesses. Nessa lógica, reorientam os trilhos da política institucional e engendram um projeto de nação que se assemelha à sua fisionomia (Moreira; Souza; Oliveira, 2020).

Nesse caminho, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Bolsonaro escolhe Tereza Cristina que é a líder da



bancada ruralista (FPA). Já o Ministério do Meio Ambiente (MMA), quem assume é Ricardo Salles, um dos fundadores do Movimento Endireita Brasil (MEB), parceiro do Instituto Millenium, entidades que compõem a chamada “nova direita” brasileira, que, por sua vez, alinharam-se ao projeto hegemônico da extrema-direita. Além disso, Salles já atuou como notório advogado de causas em prol do agronegócio. Completando o triunvirato que vai ser responsável pela degradação socioambiental do Brasil no Governo Bolsonaro, temos Nabhan Garcia, pecuarista ligado à União Democrática Ruralista (UDR). A UDR foi criada em 1985 envolta no debate pela reforma agrária e no processo de disputa pela representatividade do patronato rural nos anos 1980, entidade reconhecida pela violência e truculência das suas ações (Casimiro, 2018).

Tereza Cristina à frente do Mapa exerce o papel de ligação entre a FPA e o Poder Executivo, assim, seu mandato tem como prioridade: efetivar mudanças e abrandamentos na legislação sobre defensivos químicos, que lhe rendeu, inclusive, o apelido de “Musa do Veneno” (Firmiano, 2020). Alterações no licenciamento ambiental, no que concerne às atividades ligadas à agropecuária, também fazem parte da agenda política de Cristina. Assim, o Governo Bolsonaro bate o próprio recorde de 2019, e 2020 é o ano com a segunda maior aprovação de agrotóxicos da história do país (493 produtos aprovados), superado em 2021 quando o governo liberou o uso de 550<sup>8</sup> novos agrotóxicos.

No primeiro ano de seu mandato, Bolsonaro estabeleceu reformas administrativas que reduziram pastas governamentais e aglutinaram competências em um único ministério, como o supracitado exemplo da MP-870 que transferiu ao MAPA as funcionalidades de outros órgãos e secretarias. Consequentemente, Tereza Cristina pôde

---

<sup>8</sup> Nos seus três primeiros anos, o Governo Bolsonaro aprova o registro de 1500 novos agrotóxicos. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/12/governo-bolsonaro-bate-proprio-recorde-e-libera-uso-de-550-novos-agrotoxicos-em-2021#:~:text=J%C3%A1%20em%202020%2C%20o%20n%C3%BAmero,a%20utiliza%C3%A7%C3%A3o%20descontrolada%20desses%20pesticidas>. Acesso em 14 jan. 2022.



interferir de forma significativa na política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos, nas políticas de fiscalização, proteção e de licenciamento ambiental, bem como nas políticas de demarcações de terras e de reformas agrárias.

Ricardo Salles é outro nome emblemático no Governo Bolsonaro, instituído pelo presidente como Ministro do Meio Ambiente. Sua gestão foi marcada por um conjunto de polêmicas desde a sua entrada no ministério até a sua saída quando foi exonerado do cargo no dia 22 de junho de 2021. A destituição de Salles se deve à suspeita apresentada pela Polícia Federal (PF) ao Supremo Tribunal Federal (STF), que reputa fortes indícios de que o ministro esteja inserido em um grave esquema que facilita o contrabando de produtos florestais. Salles foi acusado de contrariar “técnicos e impediu uma medida que aumentaria o controle sobre a exportação do ipê, a madeira brasileira mais valorizada – e ameaçada” (Werneck et al., 2021, p. 18).

Com a nomeação de Salles, o setor agroindustrial não poderia se sentir mais privilegiado e salvaguardado, dado a sua agenda de políticas contra o meio ambiente. Com seu programa político, que promove o desmonte de órgãos ambientais, fomenta as ações que viabilizam o afrouxamento da fiscalização ambiental, além do abrandamento de multas e de medidas mitigatórias. Nesse caminho, Salles blinda o agonegocio de sanções e embargos em caso de crimes socioambientais. Consequentemente, o setor encontra no Estado um aparato político que legitima suas ações degradantes. À frente do Ministério do Meio Ambiente, Salles promoveu uma série de episódios e uma agenda política que, na verdade, atentam contra o meio ambiente. Entre esses episódios podemos destacar:



Quadro 1- Ações de Salles para desmontar as políticas de meio ambiente no Brasil.

Ações	Sobre as ações
Desmonte de órgãos ambientais:	28/02/2019: Salles exonera 21 dos 27 superintendentes regionais do Ibama, no entanto, não esclareceu os motivos da exoneração. 26/04/2019: O ministro Ricardo Salles realiza cortes de 24% no orçamento do Ibama, fato que contribuiu para reduzir as ações de fiscalização do órgão. 18/11/2019: O Ministério do Meio Ambiente (MMA) sofre drásticas reduções da sua equipe técnica, assim, perde 17% de seus analistas, de 476 servidores na pasta em 2018, o número diminui para 395.
Blindagem de infratores:	19/07/2019: Salles visita madeireiros em Rondônia após ataque ao Ibama na região. Na ocasião, Salles afirmou: “às pessoas de bem que trabalham neste país estão aqui representadas por todos vocês” e demonstrou abertura às reivindicações dos madeireiros.
Perseguição política:	10/04/2020: O ministro Ricardo Salles exonera André Sócrates de Almeida Teixeira (coordenador-geral para o monitoramento do uso da biodiversidade e comércio exterior do Ibama). A exoneração foi uma retaliação ao servidor por ele ser contrário à exclusão das regras que impediam a exportação de madeira ilegal.
Censura:	13/03/2019: O Ministro do Meio Ambiente instaura a “lei da mordada” no Ibama e no ICMBio, assim, proibiu que os órgãos atendam diretamente à imprensa. Uma tentativa de impedir que dados sobre o desmatamento sejam difundidos pela sociedade.
Políticas a favor do desmatamento:	23/05/2019: A quantidade de autuações e ações de fiscalização do Ibama é a menor em uma década, nesse sentido, entre os meses de janeiro e maio de 2019, as multas caíram 34% em comparação com janeiro a maio de 2018. Ademais, o ICMBio não realizou nenhuma operação de fiscalização no mês de abril.

Fonte: Quadro estruturado pelo autor com base nos dados da ASCEMA (2020) e Werneck et al. (2021).

As ações de Salles à frente do MMA contribuíram para o aumento do desmatamento no Brasil: “Segundo os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento na Amazônia cresceu 34% de agosto de 2019 a julho de 2020 em comparação ao mesmo período do ano passado” (ASCEMA, 2020, n.p.). Os biomas da Amazônia e do Cerrado juntos representaram 92% da área desmatada detectada em 2020, quando somado a Caatinga a participação sobe para 96,5% (MAPBIOMAS, 2021). Ou seja, os dados do MAPBIOMAS demonstram o avanço do agronegócio sobre as fronteiras agrícolas do país.

Além disso, “os embargos e autuações realizadas pelo IBAMA até abril de 2021 atingiram apenas 2% dos desmatamentos e 5% da área



desmatada identificada entre 2019 e 2020” (MAPBIOMAS, 2021, p. 9). As multas aplicadas pelo Ibama tiveram um decréscimo de 20% em 2020 quando comparado com o ano de 2019 (Werneck et al., 2021). Dados que demonstram o descaso do governo com a fiscalização ambiental. Ademais, a agenda política de Salles promoveu o avanço da agropecuária, da mineração, das atividades madeireiras sobre os biomas brasileiros, unidades de conservação e terras indígenas.

Para o Governo Bolsonaro a delimitação de reservas indígenas, unidades de conservação e territórios quilombolas é considerada um verdadeiro estorvo ao desenvolvimento econômico do país, obstáculo aos interesses do setor do agronegócio. Ou seja, constitui-se em barreiras contra a barbárie socioambiental e a pilhagem dos recursos naturais brasileiros promovidos por corporações de *commodities* nacionais ou estrangeiras. Cabe ressaltar que “27%<sup>9</sup> do território nacional está bloqueado aos interesses do capital” (Carvalho; Oliveira, 2021, p. 46). Assim, a pauta primordial da agenda política do Governo Bolsonaro em favor do agronegócio é o desmonte dos órgãos e das secretarias responsáveis pelos atributos legais que asseguram a esses territórios os direitos a uma frágil proteção.

Se com Tereza Cristina e com Salles o agronegócio tem as políticas agrícolas e ambientais trabalhando a seu favor, com a nomeação de Nabhan Garcia para chefiar a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, o governo transforma o órgão em um mecanismo facilitador da grilagem de terras no Brasil. Além disso, pela política contrária à reforma agrária, no Governo Bolsonaro ocorre um aumento generalizado de conflitos no campo que envolvem o agronegócio, povos indígenas e quilombolas. Assim,

---

<sup>9</sup> Ou seja, áreas do território destinadas à proteção, preservação, ocupação e demais usos no Brasil distribuídas da seguinte maneira: Assentamentos de reforma agrária que representam 4,9% do território brasileiro, as Unidades de Conservação de Uso Sustentável 4,7%, as Unidades de Conservação de Proteção Integral 3,9%, as Terras indígenas 13,3% e os Territórios quilombolas 0,11%, que constituem os 27,0% do território nacional que está protegido por lei dos interesses do capital (Carvalho; Oliveira, 2021).



[...]o que se observa é um predomínio da repressão e de ataques aos movimentos sociais organizados e o afastamento de qualquer possibilidade de diálogo, sem qualquer preocupação de manutenção de uma imagem pública conciliatória. Ao contrário, o que se busca expressar é o extremo antagonismo (“desfazer o que foi feito”), sendo esse o signo que valoriza o atual governo e fideliza um eleitorado específico (Moreira; Souza; Oliveira, 2020, p. 40).

Dessa forma, os representantes do agronegócio usam da sua hegemonia política e econômica na promoção de ações que impedem a desapropriação das terras improdutivas no Brasil. Em contrapartida, inseridos no Estado restrito, redefinem a política de reforma agrária e favorecem o avanço do agronegócio sobre unidades de conservação e terras indígenas. Tática que aponta para uma governança fundiária que promove a reconcentração de terras e privilegia os setores patronais.

Nessa direção, o governo executa diversas ações com impactos diretos nas questões fundiárias e nas questões de demarcação de terras indígenas. Consequentemente, o número de invasões de terras indígenas na gestão Bolsonaro explodiu: “O discurso anti-indígena de Jair Bolsonaro vem repercutindo no campo, especialmente na Amazônia. Dados publicados [...] pelo Conselho Indigenista Missionário mostram que as invasões a terras indígenas cresceram 135% em 2019”, em que foram registrados 256 casos (Werneck et al., 2021, p. 24). Os casos de assassinatos de representantes indígenas aumentaram 61% de 2019 para o ano de 2020<sup>10</sup> e o aumento de invasões possessórias foi de 141%.

Além disso, as ações do Governo Bolsonaro estão produzindo ou intensificando uma crise humanitária que assola os povos indígenas. Com o aumento de invasões de seus territórios por pecuaristas, mineradoras e madeireiros, os indígenas paulatinamente passaram a ser infec-

---

<sup>10</sup> Para saber mais sobre os assassinatos de indígenas e invasões de terras: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/10/29/assassinatos-de-indigenas-e-invasoes-de-terras-no-brasil-aumentaram-na-pandemia-conclui-estudo.ghtml>. Acesso em 04 jan. 2022.

tados e a morrer pela contaminação da Covid-19. No entanto, o Governo Bolsonaro tem se recusado a prestar socorro aos povos originários, paralelamente, sanciona vetos às leis que preveem medidas emergenciais, negando a assistência médica ou boicotando a entrega de produtos de higiene, leitos hospitalares e respiradores às aldeias. Temos, ainda, alguns projetos de lei que tramitam pelo Congresso esperando aprovação: “Governo pensa em uma proposta de regulamentação de mineração, implantação de hidrelétricas, exploração de petróleo e gás em terras indígenas, mesmo sem autorização ou concordâncias dos povos afetados” (ASCEMA, 2020, n.p.).

Nabhan Garcia é ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), entidade polêmica do patronato rural, marcada pelo discurso truculento e emprego da força contra movimentos sociais no campo, ou pelo ataque aos povos indígenas e comunidades tradicionais. Com Nabhan à frente da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, outra pauta muito defendida por Bolsonaro ganha voz: “armar o povo”. Segundo Firmiano (2020), a UDR é uma ferrenha defensora do direito da propriedade privada, e, historicamente, sempre propôs o uso de armas para solucionar os conflitos no campo como uma forma de proteger a concentração de terra no país.

Assim, além de promover o avanço do capital sobre áreas de proteção ambiental, o governo usa da seguinte estratégia: esvaziar de significado os movimentos sociais em prol da reforma agrária, taxando suas lutas históricas como atos terroristas e seus líderes como criminosos. Para isso, conta com o respaldo do PLS 272/2016, projeto de lei que endurece a Lei Antiterrorismo (13.260/2016) e, paralelamente, o governo propõe ações políticas para legalizar e legitimar a posse de arma pelos grandes produtores rurais, como o Decreto 9.847, de 25 de junho de 2019.

Em toda sua vida política, Bolsonaro defendeu a liberação do porte de armas no Brasil, seja pelo discurso de segurança pública, seja pela



defesa da propriedade privada, seja para o combate do crime organizado. Nessa perspectiva armamentista, temos ainda os discursos, segundo os quais, em qualquer momento a população sob uma orientação da esquerda poderá sublevar contra o governo e implantar uma “ditadura comunista” no Brasil. Em trecho de vídeo da reunião ministerial realizada em 22 de abril de 2020, Bolsonaro profere a seguinte fala: “por isso que eu quero, [...] que o povo se arme, que é a garantia que não vai ter um [f.d.p.] pra impor uma ditadura aqui; que é fácil impor uma ditadura, fácilimo” (Sauer; Leite; Tubino, 2020, p. 293).

Com os discursos de promover a ordem pública, de salvaguardar a propriedade privada e de combater a criminalidade, que, segundo Bolsonaro, se instala nos assentamentos dos movimentos de reforma agrária: “O Congresso Nacional aprovou e Bolsonaro sancionou a Lei 13.870/2019, que amplia o armamento rural” (Sauer; Leite; Tubino, 2020, p. 299). Assim, temos a triste estatística demonstrando que em 2019, no primeiro ano do mandato de Bolsonaro, 24 pessoas foram assassinadas. Já no período de janeiro a dezembro de 2020, 18 pessoas, entre elas ativistas, perderam suas vidas em conflitos no campo (Werneck et al., 2021).

Bolsonaro não só manteve, mas também ampliou as diretrizes de governos passados (Temer). Quando se trata de reforma agrária “estão mantidas as narrativas de titulação de lotes, paralisação total da obtenção de novas áreas e mesmo desistência da desapropriação de áreas já decretadas para projetos de assentamentos” (Sauer; Leite; Tubino, 2020, p. 299). O programa de titulação de terras retira do Incra algumas atribuições no que concerne a regularização fundiária de terras públicas ocupadas de forma irregular, e delega para as prefeituras municipais algumas responsabilidades, tais como a coleta de informações e documentação de imóveis rurais.

Dessa forma, o Incra aparelhado pelo Governo Bolsonaro regulamentou um programa que favorece a grilagem de terra. Em diversos municípios as práticas socioeconômicas são definidas pela ruralidade no território, caracterizada pela cultura e pela hegemonia do patronato





agrário que conta com forte influência nas questões políticas, sociais e econômicas da região. Assim, determinados grupos contam com poder econômico e político para pressionar as prefeituras no processo de coleta de dados, na organização de documentos e na realização de vistorias nos imóveis rurais, conjunto que possibilita as ações que efetivam a regularização e titulação de terras. Nesse sentido,

[...] em 02 de dezembro de 2020 foi publicada a Portaria Conjunta nº 1, instituindo o Programa Titula Brasil, cujo principal objetivo é acelerar os procedimentos de titulação e regularização fundiária das áreas rurais sob domínio da União (Moreira; Souza; Oliveira, 2020, p. 51).

O título de posse dá ao intitulado todos os direitos sobre a propriedade, inclusive o direito de venda. Conseqüentemente, inicia-se um ataque das entidades patronais aos órgãos do Estado responsáveis pelas políticas públicas direcionadas aos assentamentos que ficam abandonados em relação ao governo, ou seja, sem a infraestrutura básica, assistencialismo técnico e subsídios financeiros. De acordo com os autores supracitados, os subsídios orçamentários reservados para ações importantes como assistência técnica, infraestrutura e educação do campo foram zerados no ano de 2020.

Sem conseguir produzir, sem ter os meios para garantir suas existências e pressionadas pelo agronegócio que avança sobre suas fronteiras, essas famílias são obrigadas a vender as suas propriedades. Portanto, como apresenta Firmiano (2020), ao conceder o título definitivo aos assentados, na verdade, a titulação de áreas para assentamentos criou um “balcão de negócios”, disponibilizando ao mercado fundiário cerca de 87 milhões de hectares de terra. Assim, em três anos de Governo Bolsonaro, percebe-se no país a materialização de um cenário social, econômico e ambiental, para dizer no mínimo, trágico. Contexto que resulta da representação de determinadas frações de classes hegemônicas no Congresso Nacional e suas ações para satisfazer seus interesses.



Nesse caminho, além da crise socioambiental agravada pela pandemia da Covid-19, o ano de 2020 também foi marcado por outra tragédia que assola a vida de milhões de brasileiros: a fome. Problema social que denuncia as fragilidades e contradições do modelo de produção hegemônico do agronegócio, pois, no supracitado ano, “o país bateu recordes de produção agrícola e pecuária, ao passo que os preços dos alimentos subiram de forma avassaladora e a fome voltou a ser uma realidade cotidiana” (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p. 30). Segundo Maluf et al. (2021), no ano de 2018, 10,3 milhões de pessoas se encontravam em situação de insuficiência alimentar grave, porém, esse quadro se agrava em 2020 e sobe para 19,1 milhões de pessoas.

O agronegócio objetiva o mercado externo, assim, o setor passou a priorizar a produção das *commodities*, processo que levou a redução de áreas voltadas ao cultivo de gêneros agropecuários destinados ao mercado interno e à alimentação humana. As *commodities* têm seus preços estabelecidos pelo mercado internacional. Assim, quando os preços delas sobem no mercado externo, os produtores brasileiros preferem exportar, pois, no mercado internacional, as *commodities* são compradas com Dólar (moeda norte-americana), ou seja, muito mais valorizada que o Real (moeda brasileira), fato que obriga o mercado nacional a pagar o mesmo valor para manter a oferta de tais produtos no comércio interno. Nesse caminho:

A inserção subalterna do Brasil no mercado internacional, a falta de posição do governo federal em assegurar a soberania alimentar e a deterioração do real frente ao dólar fizeram com que compradores estrangeiros, munidos de dólares, comprassem parte importante dos alimentos que escassearam no mercado interno (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p. 32).

Nesse sentido, todo esse conjunto contribui para o aumento do preço de diversos produtos alimentícios no mercado nacional, principalmente aqueles que têm as *commodities* como matéria-prima (óleo



de soja), ou produtos exportados em larga escala (arroz, carne, açúcar). No Governo Bolsonaro, ocorre uma desvalorização gradativa da moeda nacional, devido ao fracasso da política econômica do seu Ministro da Economia, Paulo Guedes. Segundo o IBGE (2021), o número de desempregados no 2º trimestre de 2021 chegou a 14,4 milhões de pessoas e a taxa de desemprego em 14,1%. Em paralelo, desde 2020, ocorre o aumento dos preços dos alimentos em 14,09%, e a inflação oficial bateu 6,29% (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021). Esse quadro contribui para o atual estado de penúria de milhões de brasileiros que passam fome.

O óleo de soja no país, que é o maior produtor do grão, subiu 104%. Somos o maior produtor de carnes no mundo, sendo que as carnes subiram 17,9%. Outros alimentos padeceram do mesmo aumento: arroz e feijão fradinho, bases na alimentação dos brasileiros, [...] (soma-se os aumentos da tarifa de energia, 9,2%, e do botijão de gás, 9,1% para mensurar o impacto nas famílias) (Mitidiero Junior; Goldfarb, 2021, p. 32).

Já em abril de 2022, de acordo com dados do IBGE, a inflação oficial atingiu o seu maior índice dos últimos 27 anos, atingindo a maior variação para o mês desde 1995, momento de implantação da política de estabilização monetária do Plano Real. Essa condição penaliza ainda mais a classe trabalhadora, à medida que a inflação atinge fortemente o setor de alimentos, agravando o quadro crescente de insegurança alimentar e fome no Brasil.

Como apresentado neste capítulo, no Governo Bolsonaro ocorre o aumento paulatino do desmatamento e de queimadas, o avanço do garimpo sobre unidades de conservação e terras indígenas, o desmonte dos órgãos de fiscalização e o desrespeito às normas ambientais. Além disso, temos as denúncias direcionadas ao agronegócio relacionadas aos casos que envolvem a prática de atividades análogas ao trabalho escravo. Soma-se a essa realidade a política de confronto de Bolsonaro que gerou recentemente um aumento de tensões com a China, a principal parceira



comercial do Brasil. Essas situações tensionam e mobilizam conflitos inter-burgueses, abrindo fissuras nesse que é um dos pilares fundamentais do projeto de hegemonia da extrema-direita bolsonarista.

A senadora e presidenta da Comissão de Relações Exteriores, Kátia Abreu, em uma sessão de debate sobre acordos comerciais internacionais, no dia 26 de agosto de 2021, demonstrou sua preocupação com a imagem do agronegócio e da política ambiental do governo no exterior: “Esse componente do desmatamento ilegal no Brasil tem nos puxado para trás, para baixo, e não deixa que o Brasil avance nessas relações comerciais. O mundo não aceita o desmatamento ilegal e nós precisamos combatê-lo” (Agência Senado, 2021, n.p.). Se, por um lado, as políticas do Governo Bolsonaro atendem de maneira eficiente aos anseios de frações da burguesia agroindustrial brasileira, por outro, tais políticas ameaçam interesses de setores do Agro, principalmente aqueles mais internacionalizados, na medida em que o Brasil começa a ficar de fora de determinados acordos comerciais importantes com grandes economias mundiais.

Desde os anos 2000, há um conjunto de trabalhos (relacionado aos impactos decorrentes das atividades agroindustriais) publicado por diversas ONGs internacionais, entidades científicas e pesquisadores das áreas socioambientais. Entre eles, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que aponta o desmatamento decorrente das atividades do agronegócio como grande responsável pelo aumento da concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. Fato que contribui de forma acelerada para mudança climática global (Pompeia, 2018).

Portanto, diante desse cenário de denúncias e do alargamento dos impactos ambientais provenientes das atividades do agronegócio, diversas corporações que importam *commodities* brasileiras (como a soja) passaram a fazer boicotes a produtos originários de áreas de desmatamento no Brasil, estabelecendo um acordo conhecido como “Moratória da Soja”. Toda essa discussão corrobora com a concepção que demonstra a insustentabilidade do *modus operandi* do agronegócio. Assim como o próprio caráter contraditório do capital, na busca crescente pela am-

pliação das taxas de lucro e acumulação, o agronegócio engendra um cenário de devastação ambiental e barbárie social, que, a longo prazo, coloca em xeque as suas próprias estruturas.

## Considerações finais

Consciente do poder político e econômico do agronegócio, Bolsonaro e sua equipe ministerial não medem esforços para salvaguardar o setor. Assim, transformam o aparato institucional do Estado em um mecanismo que cria imunidades implícitas, legalizando o desmatamento e a violência no campo, por meio de leis e normas que favorecem a manutenção e ampliação do quadro histórico trágico que o país vive atualmente, seja na esfera social e econômica, seja na ambiental.

O agronegócio está muito bem representado no Congresso Nacional, pois, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), ocupa “5 ministérios no atual governo (MAPA, Casa Civil, Saúde, Cidadania e Turismo e, pelas declarações e ações, podemos incluir aqui o Ministério do Meio Ambiente)” (Moreira; Souza; Oliveira, 2020, p. 34). Dessa forma, controlam importantes comissões no Congresso e as decisões dos seus membros têm um impacto significativo nas políticas públicas no âmbito do Poder Legislativo e capacidade de pressão sobre o Judiciário. E, por representar os interesses dos grandes produtores rurais e latifundiários, a FPA defende, favorece e intervém na aprovação de políticas públicas que possam privilegiar o agronegócio.

Por fim, no Brasil, como apresentado, terra sempre foi sinônimo de poder e quem domina grandes extensões desse recurso natural concentra em suas mãos um expressivo volume de capitais: econômico, cultural e simbólico. As frações burguesas agroindustriais estruturam-se em um expressivo e articulado arranjo de atuação política e ideológica, como forma de reprodução e atualização de suas estratégias de acumulação. Por conseguinte, o projeto de hegemonia da extrema-direita bolsonarista representa o verdadeiro partido da ordem do agronegócio no Brasil.



## Referências

Agência Senado. **CRE: desmatamento prejudica acordos comerciais com o Brasil, avalia Kátia Abreu**. Brasília – DF, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/26/cre-desmatamento-prejudica-acordos-comerciais-com-o-brasil-avalia-katia-abreu>. Acesso em 23 out. 2021.

ASCEMA- Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente. **Cronologia de um desastre anunciado: Ações do Governo Bolsonaro para desmontar as políticas de Meio Ambiente no Brasil**. SCEN/SAIN trecho 2 – Ed. Brasília, 2020.

Camargos, Daniel; Campos, André. Fogo no Pantanal mato-grossense começou em fazendas de pecuaristas que fornecem para gigantes do agronegócio. **Repórter Brasil**, 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/09/fogo-no-pantanal-mato-grossense-comecou-em-fazendas-de-pecuaristas-que-fornecem-para-gigantes-do-agronegocio/>. Acesso em 13 de jan. 2021.

Carvalho, Jéssyca Tomaz de.; Oliveira, Adriano Rodrigues de. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, v. 24, n. 58, Mai-Ago. 2021, p. 28-55.

Casimiro, Flavio Henrique Calheiros. **A tragédia e a farsa: a ascensão das direitas no Brasil contemporâneo**. 1.ed.— São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

Casimiro, Flavio Henrique Calheiros. **A Nova Direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Fernandes, Bernardo Mançano; Cleps Junior, João; Sobreiro Filho, José; Leite, Acácio; Sodrê, Ronaldo. A Questão Agrária no Primeiro Ano do Governo Bolsonaro. **NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária**. Artigo DATALUTA: janeiro de 2020.

Fernandes, Bernardo Mançano. Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, X, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, p. 4860-4874.

Firmiano, Frederico Daia. “Quem lamenta os estragos – se os frutos são prazeres?” O bloco de poder agro do governo Bolsonaro. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, jun. 2020, p. 364-387.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística- IBGE. **Desemprego**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 21 nov. 2021.



Maluf, Renato Sergio Jamil. (org.) **Insegurança Alimentar e COVID-19 no Brasil**. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, 2021.

MAPBIOMAS. **Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2020** - São Paulo, Brasil - MapBiomas, 2021, p. 93.

Mitidiero Junior, Marco Antonio. Goldfarb, Yamila. O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo. **Friedrich-Ebert-Stiftung – Agronegócio: um negócio global**. Mudança climática, energia e meio ambiente) Electronic ed.: São Paulo: FES, 2021.

Moreira, Maria de Souza.; Souza, Maria. José de Andrade.; Oliveira, Valter Lucio. O agronegócio, a contrarreforma agrária e a luta por direitos no campo. In: Ana Maria Motta Ribeiro; Ronaldo Lobão (Org.). **O Brasil que arde e a boiada que passa: instituições, conflitos e relações de poder**. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, v. 1, 2020, p. 19-72.

Miranda, Napoleão; Lopes, Cláudio Ribeiro. Concretudes do desenvolvimento insustentável: as duas maiores papeleiras do mundo e seus cativeiros de papel na região do bolsão sul-matogrossense. In: Valter Lúcio de Oliveira; Ana Maria Motta Ribeiro; Ronaldo Lobão (Org.). **O Brasil que arde e a boiada que passa: instituições, conflitos e relações de poder**. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, p. 93-119.

Oliveira, Valter Lucio; Ribeiro, Ana Maria Motta; Lobão, Ronaldo. A gestão caótica da pandemia do coronavírus como modus operandi do governo Bolsonaro. In: Ana Maria Motta Ribeiro; Ronaldo Lobão (Org.). **O Brasil que arde e a boiada que passa: instituições, conflitos e relações de poder**. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2020, p. 7- 19.

Pompeia, Caio. **Formação política do agronegócio**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Em cotutela com Harvard University, 2018.

Sauer, Sérgio; Leite, Acácio Zuniga; Tubino; Nilton Luís Godoy. Agenda política da terra no governo Bolsonaro. **Revista da ANPEGE**, v. 16. n.º. 29, 2020, p. 285-318.

Werneck, Felipe; Sordi, Jaqueline; Araújo, Suely; Angelo, Claudio. **“Passando a boiada” o segundo ano de desmonte ambiental sob Jair Bolsonaro**. São Paulo: Observatório do Clima, 2021.







# MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO (MESP) NO BRASIL E A SUPOSTA NEUTRALIDADE: INTELECTUAIS ORGÂNICOS E SUAS RELAÇÕES COM OUTROS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA

 Gabriel de Abreu Gonçalves de Paiva<sup>1</sup>

NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, grupos reacionários trabalham cotidianamente na construção de consensos em torno de uma concepção autoritária e normatizadora de educação. Intervenções políticas, atuação nas redes sociais, *fake news* e projetos de lei, como o projeto “Escola sem Partido”, são difundidos, a partir desse propósito, como necessários e fundamentais para a organização da atual educação brasileira, em combate à “doutrinação ideológica”, à “manipulação psicológica”, à “ideologia de gênero”, entre outras pautas. Dentre os agrupamentos que sustentam tal defesa, encontra-se, no Brasil, como base ideológica da frente liberal-ultraconservadora, o Movimento Escola Sem Partido (MESP).

O movimento geral segue se caracterizando como de avanço conservador e isso tem uma razão muito concreta: não se trata de um movimento espontâneo, mas de uma ofensiva ideológica alicerçada em vasta rede de aparelhos privados de hegemonia, como é o caso do MESP. As

---

<sup>1</sup> Graduado em História, Especialista em História da Educação Brasileira. Mestre em Educação e Doutor em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Professor de História do Quadro Próprio do Magistério/SEED. Professor do Centro Universitário FAG, campus Toledo/PR. Endereço eletrônico: [gabrielpaivahist@yahoo.com.br](mailto:gabrielpaivahist@yahoo.com.br).



formulações políticas criadas e disseminadas pelo MESP se articulam a um projeto de sociedade mais amplo, que ultrapassa a pauta educacional. Aparentemente, configuram-se como projetos educacionais, mas, em essência, ocupam um papel central na dinâmica da luta de classes. Ultraconservadores e reacionários, seus projetos refletem os interesses de disputa por hegemonia de frações de classes dominantes e difundem, por meio dos movimentos de contenção e imposição, tentativas de frear os processos de democratização da educação, de secularização da cultura e de laicidade do Estado.

Assim, os denominados intelectuais orgânicos do MESP cumprem uma função vital para a dominação: a construção do consenso baseado em uma suposta neutralidade sobre temas vinculados à educação, à família e ao gênero, mas que representam essencialmente os interesses de diversos grupos reacionários existentes na sociedade contemporânea.

Para que possamos compreender a suposta neutralidade do MESP e suas propostas, é necessário contextualizar sua própria existência e as estratégias que utiliza em consonância com o avanço conservador contemporâneo. Partimos da premissa de que o MESP se tornou um dos principais articuladores, senão o principal, entre os liberais e seus aparelhos privados de hegemonia, como também entre os setores fundamentalistas religiosos, que atuam na defesa da privatização do Estado, o que amplia sua relevância na guerra de posição e nas disputas de um projeto de Estado.

Compreendemos o MESP não como uma ação isolada ou voluntarista. O Movimento e suas ações são expressões do acúmulo de ideias de organizações da sociedade civil contemporânea, forjadas no interior de aparelhos privados de hegemonia, que encontram no MESP um segmento ideológico. Sendo assim, o MESP se constitui como algo que está além da organização liderada por Miguel Nagib, identificado como fundador do Movimento, que mobiliza deputados, senadores, vereadores, elabora projetos de lei, sites e redes sociais, e que, por duas vezes, já decretou o seu fim. Estamos partindo do princípio de que o MESP é o cimento ideológi-



co de uma frente conservadora no Brasil e que, atualmente, dialoga com todo o bloco do poder (militares, religiosos e empresários).

A partir das elaborações já citadas, de um diversificado volume de fontes, da metodologia de mineração e análise de dados do próprio site do MESP, identificamos as principais referências intelectuais do MESP e suas relações com outros aparelhos privados de hegemonia.

## **1. Os intelectuais do Movimento Escola Sem Partido (MESP) no Brasil e suas relações organizativas**

A primeira década do MESP (2004-2014) foi de articulações e de organização da sua rede extrapartidária como parte de uma frente liberal-ultraconservadora. Na primeira década, as aproximações com aparelhos privados de hegemonia ultraliberais evidenciavam a aproximação de suas pautas conservadoras à pauta ultraliberal de aparelhos privados de hegemonia.

Anticomunismo, antipolítica, anti-intelectualismo, antipetismo, pragmatismo, irracionalismo e a construção de consensos escamoteavam a real defesa do MESP: a educação liberal, pautada por aparelhos privados de hegemonia que disputavam inicialmente as políticas do Estado. O mais explícito exemplo foi a postagem, no ano de 2009, de texto de Miguel Nagib no site do Instituto Millenium. À época, Nagib, articulista do Instituto, publicou o texto intitulado “Por uma escola que promova os valores do Millenium”<sup>2</sup>, o qual se revela uma cópia quase integral do Projeto Escola Sem Partido, com adendos de justificativas para a existência do próprio MESP na difusão das premissas liberais, visto que, para Nagib, a ausência de valores liberais nas escolas seria um “engodo ideológico” (Nagib, 2009). Como frente, o MESP não pos-

---

<sup>2</sup> NAGIB, Miguel. Por uma educação que promova os valores do Millenium. 2009. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20100527135509/http://www.imil.org.br/artigos/por-uma-escola-que-promova-os-valores-do-millenium>>. Acesso em 22/07/2022.



suía um programa próprio e havia poucos intelectuais exclusivos, como Miguel Nagib, que sustentavam suas ações, mas se tornou referência para outras organizações que utilizam sua marca ideológica e seu vocabulário na disputa hegemônica de projetos educacionais.

Por meio do levantamento das postagens do site oficial do MESP, foi possível identificar a existência de mais de 60 autores de artigos e materiais de divulgação. A listagem foi produzida a partir dos textos postados na seção artigos e na página principal do site do MESP, alguns dos quais foram inseridos no site mais de uma vez, porém não foram contabilizados duplamente. É válido frisar que muitas postagens não foram feitas para o site, porém, diante da confluência política, foram inseridas, o que evidencia as convergências, muitas vezes estabelecidas, entre setores da classe dominante.

Por meio da listagem abaixo, procuramos demonstrar as aproximações entre autores e organizações presentes na política brasileira. Não se trata de afirmar a filiação obrigatória, mas apontar aproximações políticas entre as organizações. Tais informações se tornam importantes, já que defendemos que não são os aparelhos privados de hegemonia que ingressam ou partilham dos ideais do MESP, mas são os próprios aparelhos e seus intelectuais que forjam e sustentam o MESP, essencialmente os institutos Liberal e Millenium. As críticas à educação pública e seus princípios de gestão democrática, de livre acesso, de liberdade de cátedra estão presentes nos artigos presentes no site do MESP e de outros aparelhos privados de hegemonia.

Na primeira década, o MESP concentrou sua agitação em pautas como doutrinação em sala de aula e em livros didáticos, com respaldo da pesquisa CNT/Sensus (Spotniks, 2015), divulgada pela Revista Veja, no ano de 2008. Ao final de sua primeira década, iniciou uma aproximação a outros setores quando passou a incorporar a pauta antigênero nas contrariedades à educação sexual.



**Tabela:** Intelectuais: Postagens e envolvimento político (2004-2018)

Quadro de autores	Número de Postagens	Envolvimento
Miguel Nagib	47	Institutos Millenium e Liberal
Reinaldo Azevedo	35	Instituto Millenium / Veja
Olavo de Carvalho	18	Mídia Sem Máscara
Luis Lopes Diniz Filho	16	Instituto Millenium
José Maria e Silva	9	Jornal Opção
Rodrigo Constantino	9	Institutos Millenium e Liberal/ Gazeta do Povo
Nelson Lehmann da Silva	7	Instituto Liberal
Percival Puggina	7	Instituto Millenium
Fabio Lins	5	-
Orley José da Silva	5	Ex-assessor parlamentar de MEC
Thomas Sowell	5	Expoente do pensamento liberal
Ali Kamel	4	Instituto Millenium
Carlos Alberto Sardenberg	4	Instituto Millenium
Gustavo Ioschpe	4	Instituto Millenium
Luciano Garrido	4	Instituto Liberal / Millenium
Ricardo da Costa	4	Instituto Millenium
Alexandre Mansur	3	Veja / Época
Ana Caroline Campagnolo	3	Deputada Estadual – PSL/SC
Augusto Araujo	3	Instituto Millenium
Demétrio Magnoli	3	Instituto Millenium
Diego Casagrande	3	BAND News FM
Durval Lourenço Pereira Junior	3	Tenente-coronel R/1 do Exército Brasileiro
Felipe Moura Brasil	3	Veja / Jovem Pan
Fernando Luis Schüler	3	Instituto Millenium
Julio Severo	3	-
Klauber Cristofen Pires	3	Mises Brasil
Leonardo Correa	3	Instituto Liberal
Luciana Vicária	3	Época
Márcio Leopoldo Maciel	3	Instituto Millenium
Priscilla Aydar	3	Prideias
Renata Leal	3	Época
Alexandre Barros	2	Instituto Millenium
Amábile Pacios	2	Rede particular de ensino
Bráulio Porto de Matos	2	Instituto Liberal
Bruno Bertolussi de Carvalho	2	Gazeta do Povo
Carlos Ramalhete	2	Gazeta do Povo
Cláudio de Moura e Castro	2	Veja / Estado de S. Paulo
Cláudio Haddad	2	Insper (ensino) / Veja
David Gueiros Vieira	2	Mídia Sem Máscara
Denis Lerrer Rosenfield	2	Instituto Millenium
Fabio Florence	2	Instituto Borborema
Felix Maier	2	Instituto Liberal / Mídia Sem Máscara
Flávio Gordon	2	Gazeta do Povo
George Hilton	2	Ex-ministro do Esporte de Dilma Rousseff
Guilherme Cintra	2	Grupo Eleva
Heryck Costa	2	Advogado
Ignez Martins Tollini	2	Doutora em Educação
José Roberto Gimenez	2	-
José Roberto Pinto de Góes	2	Revista Será



## MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO (MESP) NO BRASIL E A SUPOSTA NEUTRALIDADE

Juan Ygnacio Koffler Anazco	2	-
Leandro Narloch	2	Instituto Millenium/CNN / Jovem Pan
Lucas G. Freire	2	Mackenzie
Luiz Felipe Pondé	2	Instituto Millenium / Folha de S. Paulo
Marcelo Rech	2	Jornalista
Monica Weinberg	2	Veja
Rejane Soares	2	-
Rodrigo Gurgel	2	Jornal Rascunho / Folha de S. Paulo
Soraya Sobreira	2	Jornal de Brasília

Fonte: Escola Sem Partido. **Artigos**. Disponível em: [https://web.archive.org/web/\\*/escolasempartido.org](https://web.archive.org/web/*/escolasempartido.org). Pesquisa efetuada entre os dias 02/01/2017 e 01/07/2018.

A análise do site do MESP nos permitiu visualizar o movimento de convergência política com outras influências intelectuais e organizações, o que se torna mais evidente quando percebemos o grau de envolvimento dos intelectuais que constam no site com outros aparelhos privados de hegemonia e da grande imprensa. Não há dúvidas de que as articulações, combinadas ao desenvolvimento e organização do próprio MESP e a conjuntura do momento, permitiram a estruturação do que estamos denominando rede extrapartidária.

Para compreender as aproximações entre intelectuais e aparelhos privados de hegemonia nos pautaremos em dois movimentos da história do MESP: o primeiro está atrelado ao processo de fundação, que esteve intimamente relacionado à articulação inicial de Miguel Nagib (fundador e presidente, que foi também articulista do Instituto Millenium), de Olavo de Carvalho (foi editor chefe do Mídia Sem Máscara e tornou-se uma das principais referências políticas no Brasil), de Nelson Lehmann da Silva (referência intelectual do MESP que manteve vínculos com o Instituto Liberal) e de Bráulio Porto de Mattos (vice-presidente do MESP e intelectual do Instituto Liberal). Para Colombo, as articulações iniciais se apoiavam “nas redes de sociabilidade/articulação estabelecidas no interior do Instituto Liberal de Brasília (ILB)” (Colombo, 2018, p. 138). O segundo movimento a aproximar ainda mais o MESP de setores religiosos, em especial, neopentecostais, foi a ampliação da pauta de denúncias à existência da denominada “ideologia de gênero”, o que ocorreu mais explicitamente no ano de 2015, quando se iniciou



a divulgação massiva. A forte aliança de Igrejas e organizações fundamentalistas em torno de tal combate fez com que as fileiras do MESP ganhassem ainda mais militantes. Para Colombo (2018, p. 138), isso permitiu “a articulação com a bancada cristã dentro do Estado estrito”. Porém, o primeiro giro estratégico do MESP iniciou ainda em 2014, com as elaborações dos primeiros Projetos de Lei formulados pelos Movimento e seus intelectuais, combinados à conjuntura do Brasil contemporâneo, ou seja, a ofensiva liberal-ultraconservadora notada a partir do ano de 2013, resultado de expressões da crise estrutural do capitalismo iniciadas em meados de 2008.

Os articulistas e colaboradores dos Institutos citados que tiveram publicações no site do MESP foram: Reinaldo Azevedo, Luis Lopes Diniz Filho, Nelson Lehmann da Silva, Rodrigo Constantino, Percival Puggina, Ali Kamel, Carlos Alberto Sardenberg, Gustavo Ioschpe, Luciano Garrido, Ricardo da Costa, Augusto Araujo, Demétrio Magnoli, Fernando Luis Schüller, Klauber Cristofen Pires, Leonardo Correa, Márcio Leopoldo Maciel, Alexandre Barros, Denis Lerrer Rosenfield, Felix Maier, Leandro Narloch, Luiz Felipe Pondé e Luiz Carlos Faria da Silva. Dessa maneira, para Colombo (2018, p. 143):

Assim, os elos entre as organizações liberais-ultraconservadoras que compõem esta frente, que já datavam muito antes de sua fundação e continuaram a ser aprofundadas ao longo desses dez anos, foram enormemente ampliados pela difusão de novas organizações do mesmo tipo – pertencentes às mesmas redes de intelectuais/mantenedores transnacionais e nacionais – a partir de 2013, dando orientação e suporte às novas diretrizes estratégicas que resultam em uma extensa mudança na forma de atuação do movimento ESP que passou a representar uma frente de ação ideológica de uma rede de APHs da frente liberal-ultraconservadora.

De posse de tais informações, analisaremos o perfil de intelectuais com número superior a dez publicações no site e Nelson Lehmann da



Silva, intelectual de destaque na organização inicial do MESP. O levantamento das informações dos intelectuais que serão mencionados ocorreu por meio da busca em sites de aparelhos privados de hegemonia e, principalmente, em blogs e sites pessoais.

De uma maneira muito objetiva, os textos publicados no site do MESP têm como focos a defesa dos ideais do liberalismo, sua associação com o capitalismo e, concomitantemente, a condenação do marxismo e de sua presença na educação brasileira, bem como a definição de ameaças ao sistema ideológico definido pelo MESP, como Gramsci, Paulo Freire, comunistas, progressistas, entre outros, e a defesa de uma educação liberal. José Osvaldo de Meira Penna, que presidiu o Instituto Liberal de Brasília e foi membro ativo da Sociedade Mont Pélérin (Instituto Liberal, 2020), em texto datado do ano de 1998, intitulado “Por uma educação liberal”, resume as razões de existência do MESP ao fazer a seguinte caracterização:

Meu antigo colega da Universidade de Brasília e dileto amigo, o professor Nelson Lehmann da Silva, preocupado como eu e como todos os brasileiros de bom-senso (que são poucos...) pelos rumos da educação brasileira – chamou-me a atenção para o fato de que a educação de segundo grau em nosso país, além de outros defeitos que registra, está profundamente contaminada de idéias autoritárias, anti-liberais, quando não francamente marxistas. [...] O controle estatal da educação proporciona a uma classe extremamente vulnerável de intelectuários complexados e ressentidos as condições para que se deixem seduzir pelo canto de sereia das ideologias. É natural, então, que se descubram em si próprios a alta e santa missão de educar a juventude nos padrões redentores de seu próprio bestialógico. (Penna, 1998, 01)

As acusações e a influência gramsciana também aparecem nesse curto texto, quando, em crítica aos militares, acusados de serem pouco leitores, durante a ditadura civil-militar, “deixavam aos editores a liberdade de publicar o que bem entendessem e, desse modo, foi a “Ideologia





Brasileira” toda ela gramscianamente edificada, a partir dos próprios bancos escolares, sobre o mais primário bestialógico” (Penna, 1998, 01).

“Por uma educação liberal”, por fim, alertava que o que se ensina nas salas de aula é diametralmente avesso aos interesses dos empresários, em especial aos proprietários de redes de ensino. Iniciava-se, assim, a partir de intelectuais do Instituto Liberal de Brasília, as reais provocativas para a criação do MESP, que ganhariam publicidade por meio de seu fundador e presidente Miguel Nagib.

Miguel Nagib, advogado e um dos fundadores do MESP, foi por anos articulista dos Institutos Liberal e Millenium<sup>3</sup>. Seus artigos estão atrelados à defesa do MESP e às críticas da possível instrumentalização do ensino para fins político-ideológicos. Manteve regularidade nas postagens de artigos entre 2011 e 2016 e no site do Instituto Millenium entre os anos de 2009 e 2011. Seus artigos e entrevistas circularam em instrumentos da grande imprensa como os jornais O Globo, Gazeta do Povo e Época, mas parte expressiva de seus textos foi produzida especificamente para o site do MESP. Ao acusar a doutrinação como prática de governos e práticas totalitárias, Nagib prega o liberalismo como instrumento para educar para a cidadania. Em artigo intitulado “Por uma escola sem partido”, afirma que as tentativas históricas de transformar o mundo não foram exitosas, os ideólogos, leia-se marxistas em seu texto, teriam percebido que a única forma de construir um novo mundo seria “precedido de uma profunda transformação na mentalidade das pessoas” e que “essa transformação haveria de ser realizada sobretudo por meio da educação” (Nagib, 2006, p.01). Para tal feito, o “o professor deve atuar em sala de aula como o “intelectual dirigente e orgânico” de Antonio Gramsci” (Nagib, 2006, p.01). Em contraposição às práticas definidas em seu texto, Nagib conclui que caberia ao educador “renovar diariamente o seu compromisso com a objetividade científica e é

---

<sup>3</sup> Miguel Nagib foi citado na listagem de articulistas e especialistas do site do Instituto Millenium até o ano de 2013. Veja mais em Instituto Millenium, 2013.



dever das escolas promover o equilíbrio de perspectivas político-ideológicas dos seus quadros de professores [...] como forma de neutralizar os inevitáveis resíduos de contaminação ideológica” (Nagib, 2006, p.01). Inicialmente, defende-se a neutralidade, mas, anos mais tarde, a crítica ao trabalho docente é transferida para o campo da intimidação, da criminalidade. No texto “A ideologia de gênero no banco dos réus” (Nagib, 2015), Nagib afirmou que “o professor é pessoalmente responsável pelos danos que causar no exercício das suas funções. Por isso, é melhor ficar esperto e pensar duas vezes antes de seguir as recomendações do MEC” (Nagib, 2015, p.01), já que a violação aos ditos direitos dos pais poderia resultar em ações judiciais. José Reinaldo Azevedo e Silva (1961), conhecido como Reinaldo Azevedo, nasceu na cidade de Dois Córregos, em São Paulo, no dia 19 de agosto de 1961. Formou-se em jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo e foi colunista da Revista Veja até 2009, assinando também um blog na versão online da revista de 2006 a 2017. Assim como Nagib, foi articulista do Instituto Millenium<sup>4</sup>. Seus textos foram publicados com mais periodicidade no site do MESP entre os anos de 2011 e 2014. Três textos possivelmente foram publicados especificamente para o MESP, já que não há histórico de publicação em outros meios de comunicação. São eles: “Em reportagem, militante do PSTU é chamado apenas de “professor da USP” ao defender palavra de ordem do partido. Ou: Crime contra a inteligência”; “Especialistas” querem acabar com a autoridade moral dos pais sobre os filhos”; e “Farinha do mesmo saco?”, todos publicados no ano de 2012.

Em sua linha argumentativa, Reinaldo Azevedo, assim como Nagib, traçou aproximações no mínimo contraditórias. Seus textos tomaram como fundamento a ideia de um totalitarismo existente na educação, resultado das ações de um exército de “professores petralhas” e “neorrelativistas”, que não conseguem compreender, por exemplo, o humanismo da

---

<sup>4</sup> Reinaldo Azevedo foi citado na listagem de articulistas e especialistas do site do Instituto Millenium até o ano de 2010. Veja mais em Instituto Millenium, 2010.



atuação jesuítica na colonização do Brasil, visto que fizeram aquilo que seria possível, quando, na verdade, o comunismo e o fascismo, tratados como sinônimos, “são erupções reacionárias [...] do processo político. Pela simples e óbvia razão de que o Ocidente já havia produzido algo melhor do que aquilo” (Azevedo, 2007a, n.p.). Dessa maneira, conclui que “[...] reacionária é a esquerda. Em nome de um suposto futuro, ela despreza a maior de todas as conquistas do homem: a liberdade de consciência” (Azevedo, 2007b, p.01.) Essa interpretação faria parte de uma estratégia gramsciana realizada pelo Partido dos Trabalhadores, já que “Gramsci é um perigo na guerra ou na paz”, e sua base teórica teria como fundamento uma persistente guerra de valores até o rompimento dos laços da sociedade tradicional. A guerra de valores, mencionada em vários artigos publicizados pelo MESP, materializa-se por meio da doutrinação ideológica, visto que “esses seus estudantes seriam a vanguarda a diluir as fronteiras entre o mundo intelectual e o do trabalho, a serviço do socialismo” (Azevedo, 2007b, p.01).

O PT é, sim, gramsciano. Chegou lá? É o Moderno Príncipe, ainda que tropicalizado? Não. Luta para sê-lo e deu passos importantes nessa direção. Volto aos “ideólogos” de que fala Claudio de Moura Castro. A educação brasileira foi corroída pela tal perspectiva dita “libertadora” e anticapitalista. Ela não é ruim porque falta dinheiro, mas porque deixa de ensinar português e matemática e prefere libertar as crianças do jugo capitalista com suas aulas de “cidadania” (Azevedo, 2007c, n.p.).

E assim, o novo arranjo do Estado, organizado nos governos do PT, seria um “organismo tomado pela verminose”. Dentro da formação discursiva do MESP, a proposta do combate à “doutrinação ideológica” aparece como um ponto nodal que fixa uma identidade ao Movimento, porém não evidencia suas reais origens e intenções. Dessa forma, a “doutrinação ideológica”, em concordância com Salles (2019), pode ser interpretada como a ferramenta por meio da qual o MESP se manifesta enquanto um discurso e movimento de caráter político-ideológico con-



servador. Olavo de Carvalho foi o principal organizador do aparelho privado de hegemonia intitulado Mídia Sem Máscara (MSM), por meio do qual propôs agrupar uma série de intelectuais, articulistas de direita, em torno de um componente ideológico: o anticomunismo (Patschiki, 2012). Olavo de Carvalho também foi responsável pelo site olavodecarvalho.org e seus artigos foram publicados em materiais de grande circulação, como jornal O Globo e Diário do Comércio e compartilhados pelo site do MESP até o ano de 2014. Vale lembrar que alguns artigos de Olavo de Carvalho foram elaborados antes da fundação do MESP, e parte de sua produção corrobora a tese de aproximação política com os ideais do MESP. De maneira geral, os textos citados defendem a premissa da existência de “doutrinação” e mantêm o tom de críticas a Gramsci e a Paulo Freire. É importante frisar que alguns de seus textos fazem a defesa do *homeschooling* diante da criminalidade existente nas escolas, tema incorporado pelo MESP nos últimos anos, que é ideário partilhado pelos institutos Liberal e Millenium há mais tempo.

Olavo de Carvalho, utilizando-se da referência de Nelson Lehmann, fomenta a existência de práticas de “doutrinação ideológica” e a caracteriza como prática de autoritarismo realizada intencionalmente nos governos petistas, sob a influência teórica gramsciana:

Entre nós, as pesquisas empreendidas pelo professor Nelson Lehmann da Silva, da Universidade de Brasília, vêm demonstrando como as cartilhas aprovadas pelo MEC têm cada vez menos conteúdo informativo e cada vez mais doutrinação política maciça, grosseira, própria para o adestramento de fanáticos e não para a formação de seres humanos inteligentes. [...] Uma vez atingido um optimum de debilitação do senso crítico, a vítima está pronta a jurar que os slogans mais artificiais que lhe entraram pelos ouvidos anteontem brotaram do mais fundo de seu coração, que matar e morrer por eles é o supra-sumo da liberdade individual, que contrariá-los mesmo de leve ou lançar sobre eles a mais comedida dúvida crítica é brutal autoritarismo e preconceito retrógrado (Carvalho, 2000, n.p.).

Como já citado, Olavo de Carvalho alega que o processo de dominação comunista sobre a sociedade brasileira passou a ocorrer por ineficiência da censura no decorrer da ditadura civil-militar no Brasil e responsabiliza o general Golbery do Couto e Silva pela ascensão petista.

Quando inventou a teoria da “panela de pressão”, pontificando que a atividade repressiva do Estado deveria limitar-se à oposição armada, deixando as universidades e as instituições de cultura livres como válvula para o escoamento das pressões subversivas, mal sabia ele que, àquela altura, os esquerdistas mais avisados já haviam abandonado o projeto guerrilheiro e depositado todas as suas esperanças na “revolução cultural” gramsciana: a única arma de que precisavam era, precisamente, uma válvula. [...] O general Golbery foi o pai da ascensão petista, restando apenas saber se o foi por pura presunção e ignorância ou se houve da sua parte um pouco de cegueira voluntária, alimentada por ambições nasseristas de absorver a esquerda continental num esquema militar nacionalista e anti-americano (Carvalho, 2006, n.p.).

A ascensão petista seria resultado da confirmação da “revolução cultural”, mecanismo oculto construído para garantir a vitória comunista sobre a sociedade. Para Olavo de Carvalho (2009b, n.p.), “a revolução cultural opera-se por meio de mudanças sutis e quase imperceptíveis do imaginário popular – do “senso comum” como o chama Gramsci –, de tal modo que tudo pareça espontâneo [...]”, e, dessa maneira, ela só poderia ocorrer nos termos da manipulação subliminar dos espaços de ensino, música, cinema, etc., feita por uma elite intelectual formada ao longo de anos de infiltração comunista nas universidades brasileiras. Desse modo, diante do “ascenso comunista” identificado por Olavo de Carvalho, a educação seria o campo de desconstrução de valores e costumes e Paulo Freire seria um dos responsáveis pelo “espectro comunista” na educação. Assim, Olavo de Carvalho caracteriza o educador brasileiro:

Paulo Freire é um sujeito oco, o tipo acabado do pseudo-intelectual militante. Sua fama baseia-se inteiramente no lucro político



que os comunistas obtêm do seu método. Esse método, aliás, não passa de uma coleção de truques para reduzir a educação à doutrinação sectária. Um dia teremos vergonha de ter dado atenção a essa porcaria (Carvalho, 1999, n.p.).

Desde as origens do MESP, as orientações de Olavo de Carvalho, e membros do Instituto Liberal de Brasília, provocaram a elaboração de uma plataforma política conservadora pautada exclusivamente, segundo Salles (2019, p. 32), “em termos moralizantes e que, mesmo saturada de uma retórica conspiratória, considera-se legítima porque legítima a si mesma” e, desta forma, “a política se dá somente nos termos absolutos da batalha de valores civilizacionais”. Diante de tal cenário, uma das saídas defendidas por Olavo de Carvalho seria a implementação do *homeschooling*, vide a doutrinação e a violência das escolas, afinal,

[...] não sabe ele que tipo de socialização nossas crianças encontram nas escolas públicas? Não sabe que estas são fábricas de desajustados, de delinquentes, de criminosos? Não sabe que, em nome da socialização, as condutas piores e mais violentas são ali incentivadas pelo próprio governo que ele representa? (Carvalho, 2009a, n.p.)

Para Olavo de Carvalho, a única educação possível seria privada, moral, familiar e religiosa, e tudo que destoasse desse uso deveria ser complementar, ou seja, a educação formal deveria se resumir à mera instrução, ou degeneração no caso daquilo que defende como “doutrinação ideológica”. A degeneração e a criminalidade mencionadas anteriormente justificariam sua defesa do *homeschooling*. Para Olavo de Carvalho, a inconstitucionalidade da modalidade deve ser considerada imoral, já que a “educação domiciliar” seria uma benfeitoria ao Estado.

Se um indivíduo tem seus impostos em dia e ainda, possuindo dons de educador, dá instrução a seus filhos em casa, cabe ao Estado ser grato ao cidadão exemplar que o auxilia duplamente, com seu dinheiro e com seus serviços, sem nada pedir em tro-



ca. Punir essa conduta honrosa é inversão total da moralidade. Sendo nosso governo o que é, não se poderia mesmo esperar dele outra coisa (Carvalho, 2009a, n.p.).

A defesa do *homeschooling* foi inserida publicamente na pauta do MESP no ano de 2013, porém com raras citações. O tema passou a estar no centro do debate educacional a partir dos anos de 2018, quando, em nossa leitura, o MESP dá início a um novo giro tático. No ano de 2021, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3262/2019, das deputadas Chris Tonietto (PSL/RJ), Bia Kicis (PSL/DF) e Caroline de Toni (PSL/SC), que descriminaliza o ensino domiciliar, e outro projeto de lei ainda em tramitação propõe a regulamentação do *homeschooling*. Vale a menção de que Bia Kicis, procuradora federal aposentada, é cunhada de *Miguel Nagib*, fundador e coordenador do MESP.

Luis Lopes Diniz Filho possui graduação em geografia pela Universidade de São Paulo (USP), mestrado e doutorado em Geografia Humana, também pela USP. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Diniz Filho também foi especialista do Instituto Millenium (2013b), é responsável pelo blog <http://tomatadas.blogspot.com> e é autor de uma das obras presentes na Biblioteca Politicamente Incorreta do Escola Sem Partido, intitulada “Por uma Crítica da Geografia Crítica”<sup>5</sup>. Em seu blog, Diniz Filho diz que:

O jornalista Leandro Narloch, em seu Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil, avisa que “já é hora de jogar tomates na historiografia politicamente correta”. Este blog faz a mesma coisa com a geografia e o sistema de ensino atuais, que carregam os mesmos vícios. E está explicado o título do blog<sup>6</sup>.

<sup>5</sup> Veja mais em <https://web.archive.org/web/20160726215013/http://www.escolasempartido.org/> e <http://tomatadas.blogspot.com/p/por-uma-critica-da-geografia-critica.html>. Acesso em 13 out. 2020.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://tomatadas.blogspot.com>.



Diniz Filho tem como objetivo denunciar livros didáticos de Geografia que possuem um viés político-ideológico anticapitalista e de esquerda e suas elaborações estão estruturadas em livros de sua própria autoria, usando como exemplo livros didáticos da década de 1990, inseridos no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), para denunciar a existência de “doutrinação ideológica” nas escolas e nos livros didáticos. Diniz Filho realiza em seus textos ataques a geógrafos como José William Vesentini e Milton Santos, em plena defesa do latifúndio e do agronegócio. Assim como anunciado em seu blog, os textos de Diniz Filho, além de publicados no site do Movimento, também estão presentes em seu blog e três deles foram publicados no jornal Gazeta do Povo.

Diniz Filho alega que a doutrinação se inicia no processo de pesquisa, já que os conhecimentos produzidos, em especial, em Geografia, são meros instrumentos retóricos que sustentam, segundo o professor, uma falsa verdade. Assim afirmou que “se a arma dos militantes é a retórica, a função do pesquisador é produzir conhecimento pautado por um compromisso estrito com a coerência do discurso e com a apresentação de evidências que sustentem todas as suas afirmações” (Diniz Filho, 2009a, n.p.). Esse aspecto é importante para compreender a defesa do agronegócio realizada por esse geógrafo, para quem os livros didáticos de Geografia denunciam que “o que predomina de forma absoluta no país são os interesses empresariais e da elite” e isso não passaria de um mero pressuposto ideológico, já que passamos por uma “grande melhora [...] nas condições de vida nas últimas décadas” (Diniz Filho, 2009b, n.p.), ou seja, incluiria os anos de governos petistas, alvo de críticas do próprio intelectual. Tais pressupostos ideológicos no ensino de Geografia teriam como alvo o agronegócio, que, de acordo com autor, “é o setor de atividade que vem sofrendo os piores e mais injustificados ataques por parte de amplos setores da imprensa e do sistema de ensino, sem falar nos ditos “movimentos sociais” (Diniz Filho, 2010, n.p.). Para Diniz Filho, distorções são trabalhadas em sala de aula, já que ocorre um alinhamento incondicional dos professores e pesquisadores aos





movimentos de “luta pela terra”. Tais distorções são expressas no texto “Difamação contra o agronegócio vai continuar”:

A primeira distorção é a tese de que a produtividade agrícola só aumenta nos setores de exportação, conforme dizem o MST e muitos livros didáticos, como os de José William Vesentini. Ora, os dados do IBGE mostram que, sobretudo dos anos 80 em diante, culturas como as de tomate, cebola, batata, arroz e feijão alcançaram ganhos expressivos de rendimento físico, geralmente maiores do que aqueles verificados nas culturas de soja, laranja e cana. Outra distorção é essa ideia de que a agropecuária brasileira se divide ainda num segmento de exportação e noutro de mercado interno. Essa tese é falsa simplesmente porque a maior parte da produção de soja, óleos vegetais em bruto e carne bovina do Brasil é consumida no mercado interno mesmo (Diniz Filho, 2010, n.p.).

Segundo Diniz Filho, é justamente por conta da persistência da visão do distributivismo agrário, da defesa da reforma agrária e da desigualdade que ocorre a doutrinação no ensino (Diniz Filho, 2012, n.p.), e, mais uma vez, o responsável seria Paulo Freire, cujo método, para o autor, “consiste em transmitir ao aluno verdades prontas, tal como na dita “educação bancária”, mas disfarçado por um processo dialógico manipulado pelo professor, que sonega ao aluno o conhecimento de explicações alternativas e mais sofisticadas do que aquela!” (Diniz Filho, 2013, n.p.). Nelson Lehmann da Silva possui formação em Teologia pela Ordem dos Frades Franciscano, e concluiu seus estudos na área de História na Europa. No ano de 1972, retornou ao Brasil e encerrou sua trajetória na carreira sacerdotal, passando a compor o quadro docente da Universidade de Brasília (UnB) como professor colaborador do Departamento de História.

Nos anos de 1980, atuou na organização do Instituto Liberal de Brasília, por meio do qual teria conhecido Olavo de Carvalho (Salles, 2019). Sua principal obra, baseada em sua tese de doutorado, intitula-se



“A Religião Civil do Estado Moderno” (Silva, 2016). Nelson Lehmann é um dos pilares teóricos do MESP, já que a tese de “doutrinação ideológica” se encontra em seus artigos desde o início dos anos 2000. Lehmann faleceu no ano de 2011 e é considerado pioneiro na luta contra a doutrinação ideológica nas escolas, segundo os próprios membros do MESP. É por meio dos primeiros textos de Nelson Lehmann da Silva que essa tese se torna ainda mais material, ou seja, o MESP foi forjado no interior, e por intelectuais, de aparelhos privados de hegemonia, especificamente do Instituto Liberal de Brasília. Assim, como afirmou Salles (2019), há links do site do Instituto ao final de alguns de seus textos, como o intitulado “Ensinar X Doutrinar”. Assim como as reflexões de Olavo de Carvalho e José Osvaldo de Meira Penna, as contribuições de Nelson Lehmann da Silva, importante articulador do MESP, antecedem a origem do Movimento. Para Salles (2019), antes dos textos de Lehmann estarem compartilhados no site do MESP, seus artigos foram veiculados no site do Instituto Liberal de Brasília e, posteriormente, no site intitulado O Indivíduo e, assim como a maioria dos articulistas do MESP, reivindicou a neutralidade nos espaços educacionais diante da influência marxista na educação, como fica explícito em seu texto intitulado “A doutrinação ideológica nas escolas”:

Sabidamente, todos os sistemas totalitários dedicam especial atenção à formação da juventude. E doutrinam, sob pretexto de ensinar. Impõem uma “verdade” coerente com o poder vigente ou a ser implantado. No Brasil, hoje, as noções transmitidas de política e cidadania estão flagrantemente contaminadas de conceitos marxistas, particularmente no ensino de nível médio. O que se ensina nas aulas de História, Sociologia, Geografia, e mesmo em Literatura ou Filosofia, não passa de doutrinação. [...] Os textos escolares, quase sem exceção, empregam o vocabulário marxista, mesmo o mais ortodoxo, como “consciência de classe”, “luta de classes”, “modos de produção”, “exploração internacional”, “imperialismo americano” e a rotineira demonização do Capitalismo (Silva, 2004, n.p.).

Porém, para Salles (2009, p. 91-92), “enquanto Olavo vendia uma narrativa histórica disfarçada como uma verdade acobertada por uma grande conspiração ideológica, Lehmann reivindica uma narrativa histórica na forma de uma didática da História”. Essa diferença se torna evidente quando Lehmann afirma que:

A disciplina da História transmitirá sentimentos patrióticos, sem etnocentrismos ou xenofobias. [...] A tônica do que se ensina hoje em nossas escolas consiste em explícitas ou veladas críticas e denúncias. É o fácil maniqueísmo, em que se procura um culpado para nossas deficiências. Quando se repete exaustivamente a fórmula vencedores/vencidos, exploradores/explorados, dominadores/dominados, se está reproduzindo o difuso mito do conflito entre os bons e os maus. Fórmula fácil e confortável, pois nos exime de responsabilidades. Acoplado a isso temos a implícita superstição de que uma instância superior, chamada Estado, ou Governo, suprirá nossas necessidades, nos protegerá e fará justiça. E será o culpado por tudo que não for conforme nossas ilusões. Cacoetes culturais. O que uma honesta formação para a cidadania deveria propor, deveria ser muito mais positivo. Valorizar a responsabilidade individual, estimular o espírito empreendedor, a inventividade, a inovação, o assumir riscos, ter objetivos autônomos, providenciar o próprio futuro. Saber confiar em si mesmo para assim construir uma sociedade de confiança (Silva, 2004, n.p.).

Assim, para Nelson Lehmnn da Silva (2004, n.p.), um dos objetivos das escolas seria a formação para cidadania, pois, segundo ele, “educar para a cidadania é também função da escola. Todas as nações de alguma maneira o fazem. Nos Estados Unidos essa instrução se dá em nível predominantemente técnico; o funcionamento da máquina burocrática, governo, partidos, eleições, constituição, administrações regionais, etc.”. Para Salles (2009, p. 98-99), tais definições denunciam o “claro alinhamento com as propostas pedagógicas do Instituto Liberal, o que denota um caráter ideológico igualmente explícito”, em contradição à sua defesa de neutralidade. Sendo assim, o que Lehmann faz é



[...] reduzir a dimensão política de uma “educação para a cidadania” ao aspecto puramente moral (“forte, segura e previsível”), a mesma manobra é feita no campo econômico. Os valores democráticos são tratados como inseparáveis dos do liberalismo econômico e, conseqüentemente, do capitalismo. Educar para a cidadania não é somente um preparo para a vida junto às instituições democráticas, mas também as do capitalismo. Assim, a viabilidade da democracia é confundida com a do capitalismo (Salles, 2019, p. 90).

Em defesa de uma educação liberal, Lehmann naturaliza os valores liberais como o único modelo de moralidade possível e, dessa forma, a educação escolar se torna ferramenta para formar e instruir indivíduos dentro desse, teoricamente, único arcabouço moral.

Apesar das diferentes formações dos intelectuais mencionados e de algumas pequenas diferenciações em seus argumentos, podemos perceber a presença do discurso anticomunista como aglutinador. Disfarçado de combate à “doutrinação”, o anticomunismo, o antimarxismo, a antipolítica, o anti-intelectualismo, o antipetismo, o pragmatismo e o irracionalismo uniram uma gama de aparelhos privados de hegemonia.

Assim, é perceptível a atuação do MESP na consolidação e no fortalecimento de consensos em discursos que vão desde a chamada “doutrinação ideológica”, passando pela “ideologia de gênero”, até a culpabilização dos professores pela deformação da educação no interior da sociedade civil. Compreendemos nessas ações, assim como nas novas estratégias de organização de parte da burguesia brasileira, mais especificamente dos chamados aparelhos privados de hegemonia, a concepção de Estado ampliado de Gramsci e a função dos organismos atuantes da sociedade civil para a estruturação da dominação.



## Considerações finais

A atuação, em sentido ampliado, visa a definir a aplicação de um determinado projeto hegemônico, isto é, combinar de forma equilibrada elementos de consenso e coerção, intensificando o fomento de outros grupos, especialmente nas redes sociais, a fim de alavancar a popularização do Movimento e ampliar as suas fronteiras de atuação. Como exemplos, podemos citar os grupos “Mães pelo Escola Sem Partido”, “Pais da Escola Sem Partido”, “Professores a favor do Escola Sem Partido”, “Estudantes a favor da Escola Sem Partido”, “Evangélicos pelo Escola Sem Partido”, “Candidatos Pelo Escola Sem Partido”, dentre outros. Destacamos, ainda, aproximações com outras organizações, como o Movimento Brasil Livre (MBL), que, em 2017, organizou a “Marcha Pelo Escola Sem Partido” ou como o Revoltados On-line, responsáveis, por meio das figuras de Alexandre Frota, Bia Kicis e Marcello Reis, pela apresentação do “Projeto Escola Sem Partido” ao então ministro da educação, Mendonça Filho (DEM).

O MESP na sociedade civil, em suas tentativas de naturalizar e universalizar seus interesses de classe como consenso, elaborou e busca difundir, por meio das atitudes do próprio Movimento e de seus intelectuais, uma determinada concepção de educação e de Estado. Para tanto, o Movimento tem atuado em várias frentes, sites, blogs e redes sociais, como Facebook e Whatsapp e por meio de disputas no âmbito da lei. Além desses, mobilizou também cursos de formação, seminários e palestras em igrejas, articulando-se na sociedade civil.

A articulação com igrejas e associações religiosas, no domínio da sociedade civil, “também expressa-se na sociedade política na atuação das bancadas religiosas [...]” (Colombo, 2018, p. 144). Dessa forma, o MESP busca se consolidar como organização nas disputas de classe. Para Fontes (2010, p. 136), nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil,

[...] o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, sociedade política, da



legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia.

O MESP, por meio de suas articulações e estratégias, vem se consolidando enquanto referência política de projeto conservador para as políticas de Estado. Como analisado até o momento, foi por meio de narrativas públicas que o MESP propagandeou, impulsionou e minou as bases de uma educação democrática. Por vezes, em defesa de uma “racionalidade”, os intelectuais do MESP disseminaram nos primeiros anos, distante de um diálogo racional estruturado em fatos, o desprezo da razão.

Dessa maneira, o MESP, a partir de seu determinado projeto hegemônico, mesmo em defesa de uma educação liberal, visa deturpar ou eliminar os direitos individuais que tanto pregam. É o triunfo de um discurso de ódio que prega o fim da escola pública e que banaliza os problemas reais da educação, a partir da sabotagem de um real e concreto debate racional.

Ao analisarmos quem são os integrantes do MESP e suas redes extrapartidárias, institucionais e parlamentares, vemos que por trás dessa aparente neutralidade desinteressada defendida pelo MESP existe uma intensa conexão política e partidária com outros aparelhos privados de hegemonia, ligados à cultura, à política conservadora e ao pensamento ultraliberal, ou seja, não há neutralidade política. O MESP é a base de sustentação de uma rede extrapartidária, que dilui a pauta empresarial, ultraliberal, em uma pauta moral para a educação brasileira.

## Referências

Azevedo, Reinaldo. **História e Histórias**. 2007a. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/historia-e-historias>. Acesso em 08 jul. 2021.

Azevedo, Reinaldo. **Civilização, barbárie e relativismo: conteste seu professor**



**petralha!** 2007b. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/civilizacao-barbarie-e-relativismo-conteste-seu-professor-petralha>. Acesso em 08 jul. 2021.

Azevedo, Reinaldo. **Gramsci, o parasita do amarelo ideológico.** 2007c. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/gramsci-o-parasita-do-amarelao-ideologico>. Acesso em 08 jul. 2021.

Carvalho, Olavo de. **Educação ou Deformação?** 2009a. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/educacao-ou-deformacao>. Acesso em 08 jul. 2021.

Carvalho, Olavo de. **Paranóia sociológica.** 2009b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20111220071318/http://www.escolasempartido.org/?id=38,1,article,2,275,sid,1,ch>. Acesso em 08 jul. 2021.

Carvalho, Olavo de. **Enquanto a Zé-Lite dorme.** 2006. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120420054001/http://www.olavodecarvalho.org/semana/061204dc.html>. Acesso em 08 jul. 2021.

Carvalho, Olavo de. **O ideário do absurdo.** 2000. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20101229223240/http://www.olavodecarvalho.org/semana/absurdo.htm>. Acesso em 08 jul. 2021.

Carvalho, Olavo de. **Educação e consciência.** 1999. Disponível em: <https://web.archive.org/web/2011111011306/http://www.olavodecarvalho.org/textos/educacao.htm>. Acesso em 08 jul. 2021.

Colombo, Luiza Rabelo. **A frente liberal ultraconservadora no Brasil: Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, RJ, 2018.

Diniz Filho, Luis Lopes. **Paulo Freire e a “educação bancária” ideologizada.** 2013. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150506100812/http://escolasempartido.org/artigos-top/382-paulo-freire-e-a-educacao-bancaria-ideologizada>. Acesso em 08 jul. 2021.

Diniz Filho, Luis Lopes. **A escola a serviço do MST.** 2012. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/a-escola-a-servico-do-mst>. Acesso em 08 jul. 2021.

Diniz Filho, Luis Lopes. **Difamação contra o agronegócio vai continuar.** 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20111220073814/http://www.escolasempartido.org/?id=38,1,article,2,327,sid,1,ch>. Acesso em 08 jul. 2021.

Diniz Filho, Luis Lopes. **Acadêmicos podem sonegar informações?** 2009a. Disponível em <https://web.archive.org/web/20111220081644/http://www.escolasempartido.org/?id=38,1,article,2,288,sid,1,ch>. Acesso em 08 jul. 2021.



Diniz Filho, Luis Lopes. **Visões distorcidas dos livros didáticos sobre agricultura e êxodo rural**. 2009b. Disponível em: <https://www.escolasempartido.org/blog/visoes-distorcidas-dos-livros-didaticos-sobre-agricultura-e-exodo-rural/>. Acesso em 08 jul. 2021.

Fontes, Virginia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

Instituto Liberal. **Pensadores Brasileiros – José Osvaldo de Meira Penna (1917-2017)**. 2020. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/pensadores-brasileiros-jose-osvaldo-de-meira-penna-1917-2017/>. Acesso em 11 jul. 2021.

Instituto Millenium. **Miguel Nagib**. 2013a. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130531054515/http://www.imil.org.br/author/miguelnagib/>. Acesso em 13 out. 2020.

Instituto Millenium. **Luis Lopes Diniz Filho**. 2013b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20130525220143/http://www.imil.org.br/author/luislopesdiniz/>. Acesso em 13 out. 2020.

Instituto Millenium. **Reinaldo de Azevedo**. 2010. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20101228003446/http://www.imil.org.br/author/reinaldoazevedo>. Acesso em 13 out. 2020.

Nagib, Miguel. **A ideologia de gênero no banco dos réus**. 2015. Disponível em: <http://escolasempartido.org/artigos-top/559-a-ideologia-de-genero-no-banco-dos-reus>. Acesso em 08 jul. 2021.

Nagib, Miguel. **Por uma escola que promova os valores do Millenium**. 2009. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20100527135509/http://www.imil.org.br/artigos/por-uma-escola-que-promova-os-valores-do-millenium/>. Acesso em 25 jan. 2019.

Nagib, Miguel. **Por uma escola sem partido**. 2006. Disponível em: <http://escolasempartido.org/blog/por-uma-escola-sem-partido/>. Acesso em 08 jul. 2021.

Patschiki, Lucas. **Os litores da nossa burguesia: o Mídia Sem Máscara em Atuação Partidária (2002-2011)**. 2012. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação História, Poder e Práticas Sociais, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Marechal Cândido Rondon, 2012.

Penna, José Osvaldo de Meira. **Por uma educação liberal**. 1998. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20111220083231/http://www.escolasempartido.org/?id=38,1,article,2,33,sid,1,ch>. Acesso em 11 jul. 2021.

Salles, Diogo da Costa. **Criando a doença para vender a cura: o discurso da “doutrinação ideológica” do Movimento Escola Sem Partido**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. São Gonçalo, RJ, 2019.





SILVA, Nelson Lehmann da. **A Religião Civil do Estado Moderno**. Campinas: Vide Editorial, 2016.

Silva, José Maria e. **Escola sem limites: o papel das universidades na crise da autoridade docente**. 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20150506232944/http://www.escolasempartido.org/artigos-top/498-escola-sem-limites-o-papel-das-universidades-na-cri-se-da-autoridade-docente>. Acesso em 08 jul. 2021.

Silva, José Maria e. **Pedagogia da USP: epifania do crime**. 2008. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20111220074644/http://www.escolasempartido.org/?id=38,1,article,2,255,sid,1,ch>. Acesso em 08 jul. 2021.

Silva, Nelson Lehmann da. **A doutrinação ideológica nas escolas**. 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20111220075011/http://www.escolasempartido.org/?id=38,1,article,2,26,sid,1,ch>. Acesso em 08 jul. 2021.

Spotniks. Educação ou Doutrinação? 2015. Disponível em: <https://spotniks.com/5-exemplos-de-como-a-doutrinacao-ideologica-atua-na-educacao-brasileira/>. Acesso em 01 set. 2018.





# BANCADA EVANGÉLICA: CRESCIMENTO, ESPECTRO POLÍTICO E PAUTAS

 José Eduardo Caldeirão<sup>1</sup>

O PRESENTE CAPÍTULO pretende mostrar assuntos sobre religião e política; no caso específico a Bancada Evangélica na Câmara Federal, durante as legislaturas com posse em 2011 – 2015, 2015 – 2019 e 2019 – 2023, observando-se, em um primeiro momento, seu crescimento, denominações, espectro político de seus deputados eleitos e algumas pautas defendidas. Num segundo momento, baseando-se na sociologia do conhecimento, o leitor irá conhecer o que pensam 10 fiéis de duas denominações, a saber: Assembleia de Deus Ministério do Belém e Igreja Internacional da Graça de Deus, uma pentecostal e outra neopentecostal, acerca do conhecimento ou não das pautas e a visão de mundo sobre temas como união estável de pessoas do mesmo sexo e aborto.

Para demonstrar em números como se configura a Bancada Evangélica na Câmara Federal, foram utilizados dados do DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – órgão que é responsável por lançar a publicação chamada “Radiografia do Novo Congresso” a cada nova legislatura. Com base nas publicações, desde as eleições de 2006 até a última em 2018, observar-se-á como está a evolução da Ban-

---

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências Sociais – Unesp Marília. E-mail: eduardo\_fclar@yahoo.com.br.



cada Evangélica na Câmara Federal. Porém, antes da apresentação dos números (em forma de gráficos), cabe o esclarecimento sobre o termo Bancada Evangélica ou Frente Parlamentar Evangélica.

O DIAP classifica a Bancada Evangélica como:

[...] classifica como integrante da bancada evangélica, além dos que ocupam cargos nas estruturas religiosas – como bispos, pastores, missionários e sacerdotes -, e dos cantores de música gospel, aquele parlamentar que professa a fé segundo a doutrina evangélica ou que se alinha ao grupo em votações de temas específicos.” (DIAP, 2014, p. 106).

Entende-se que não apenas pastores, missionários, bispos e cantores, mas aqueles que ao se elegerem declaram-se evangélicos de determinada denominação. Dessa maneira, pode ser um membro de destaque em alguma denominação para ser candidato e vencer o pleito, não necessitando possuir cargo eclesiástico. Todavia, as denominações evangélicas optam por lançar candidatos conhecidos em seus meios como, por exemplo, os filhos de líderes religiosos importantes como o Pastor José Wellington Bezerra e Missionário R. R. Soares.

Vale destacar, como características relevantes da Bancada Evangélica, seu aspecto multidenominacional e multipartidário, como serão observados em gráficos, isto é, seus parlamentares pertencem às mais diversas denominações e são dos mais diversos partidos. A tendência é que votem em bloco nos temas que lhes são caros, como família, aborto e sexualidade, e votem individualmente em temas gerais.

Convencionou-se utilizar o termo Bancada Evangélica para designar os deputados evangélicos eleitos que se juntam em “bancada” para discussões e votações de pautas em comum. Existem, da mesma maneira, outras bancadas como, por exemplo, as bancadas feminina, sindical, do agronegócio, da bala, do boi, dentre outras. Todavia, “bancada”, *stricto sensu*, compreende as formações partidárias com representação na Câmara Federal, ou seja, os partidos formam bancadas, por exemplo:



Bancada do Partido dos Trabalhadores, Bancada do PSDB, Bancada do PSB, Bancada do PDT, e assim por diante, relacionadas sempre aos partidos. Do mais, ao invés de bancada, o correto é utilizar o termo Frente Parlamentar.

Não que esteja errado utilizar o termo bancada, como se convenção, mas, sim, o entendimento de que as bancadas temáticas exemplificadas acima tornam-se frentes:

[...] a Mesa da Câmara dos Deputados passasse a registrar esses grupos como frentes parlamentares (por meio do Ato nº 69, da Mesa Diretora). Entre os requisitos para registrar a frente a adesão de pelo menos um terço dos integrantes do Poder Legislativo Federal, destina a aprimorar a legislação referente a um tema específico e ter um representante oficial. (DIAP, 2006, p. 6).

Dessa maneira, as Frentes Parlamentares ganham caráter institucional e, para que se formem como menciona a citação acima, é necessário 1/3 de assinaturas dos deputados, ou seja, 171 assinaturas. A obtenção de 171 assinaturas dá origem ao registro de uma determinada frente junto à mesa diretora da Câmara que deve, também, possuir um estatuto e nomear seu coordenador com mandato de dois anos podendo ser renovado ou não. Obviamente que nenhuma frente é pura, ou seja, composta por 171 deputados eleitos que representam aquele determinado grupo, pois para compor a frente, na prática, os deputados buscam assinaturas de outros deputados que não são daquele grupo.

Para ilustrar, a seguir, citação de trecho da Ata de Formação da Frente Parlamentar Evangélica de 2019:

[...]. Ressaltou também que a Frente Parlamentar existe para defender nossas bandeiras em defesa da vida e da família e dos nossos princípios judaicos-cristãos e a mesma não fará articulação política com o Executivo porque isso ficará a cargo dos partidos e não da Frente Parlamentar. (Câmara, 2019, p. 3).



As palavras literais do Deputado Silas Câmara – PRB<sup>2</sup>/AM – em seu discurso, registrado em Ata, deixam claro ao menos duas bandeiras da Frente Parlamentar Evangélica, qual seja, as defesas da vida e da família. A questão da defesa da vida é vista a partir dos argumentos sobre a questão de serem contra o aborto em quaisquer situações; a família, pela defesa da família tradicional e contra a união estável de pessoa do mesmo sexo.

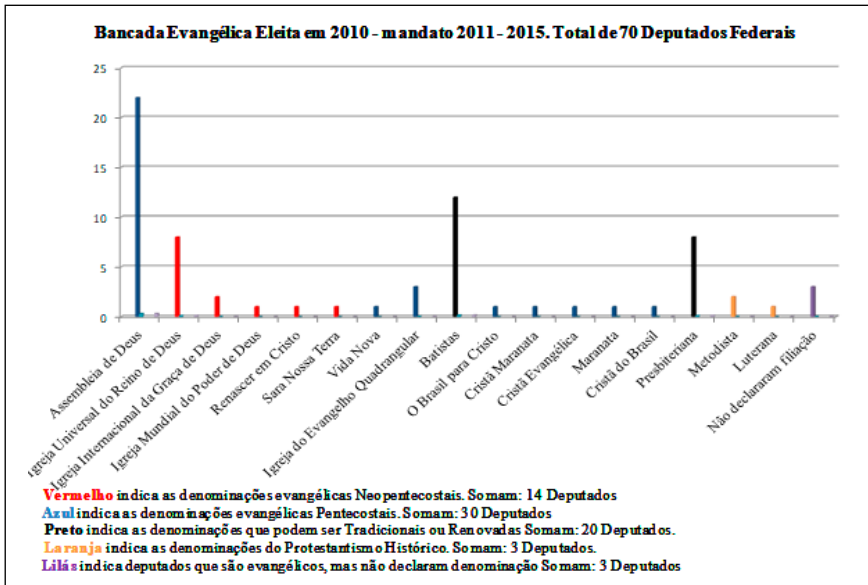
O crescimento dos evangélicos se faz fora e dentro da política. Está na sociedade e, para além dela, nos espaços de poder. O que faz com que a representação política ganhe importância para esses grupos específicos na defesa de seus interesses, que se tornam pautas políticas, e para uma lógica racional expansionista, como deixa claro este trecho da Ata da Frente Parlamentar Evangélica de 2019: “[...] 8) organizar nossa relação com as casas legislativas e construir uma agenda BRASIL + CRISTÃO + INFORMADO E PREPARADO para o embate legislativo” (Câmara, 2019, p. 3). A organização de relações com as casas legislativas – municipais e estaduais – significa eleger mais representantes nessas últimas com a finalidade de aumentar a representatividade na esfera federal.

Até o presente momento, foram tratados como são observados os termos Bancada e Frente Parlamentar e os requisitos para a formação desse último. Observar-se-á, a partir daqui, o crescimento da Bancada Evangélica na Câmara Federal tendo em vista as eleições de 2010, 2014 e 2018 na perspectiva do crescimento do número de parlamentares, da filiação religiosa e partidária. Os parâmetros para a primeira análise da Bancada Evangélica eleita em 2010, para mandato 2011 – 2015, são a eleição de 2006 e os 36 deputados federais evangélicos eleitos.

---

<sup>2</sup> PRB – Partido Republicano Brasileiro sofre alteração de nome para Republicanos.

Gráfico 1. Bancada Evangélica Eleita em 2010 por denominação



Nota-se, na Legislatura 2011 – 2015, eleita em 2010, que existe o predomínio dos Evangélicos Pentecostais e não dos Neopentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus – Bispo Edir Macedo – e da Igreja Internacional da Graça de Deus – Missionário R. R. Soares. No caso dos Batistas e dos Presbiterianos (em preto no gráfico), existem Igrejas Batistas que são Tradicionais<sup>3</sup>, geralmente aquelas vinculadas à Convenção Batista Nacional, e existem Batistas Renovadas ou Independentes<sup>4</sup>, cuja tendência está mais para o Pentecostalismo que para o caráter Tradicional. O mesmo ocorre com os Presbiterianos. Existem Igrejas Presbiterianas Tradicionais<sup>5</sup>, ligadas à Igreja Presbiteriana do

<sup>3</sup> O leitor pode identificar uma Igreja Batista Tradicional pela nomenclatura: Primeira Igreja Batista, Segunda Igreja Batista, Terceira Igreja Batista de tal localidade.

<sup>4</sup> O leitor pode identificar uma Batista não tradicional e mais pentecostalizada pelas mais diversas nomenclaturas, por exemplo, uma famosa no território nacional: Igreja Batista de Alagoinha.

<sup>5</sup> O leitor pode identificar uma Igreja Presbiteriana Tradicional pelas nomenclaturas: Primeira Igreja Presbiteriana, Segunda Igreja Presbiteriana, Terceira Igreja Presbiteriana de tal localidade.



Brasil, e Igrejas Presbiterianas Renovadas ou Independentes<sup>6</sup>, cuja tendência está mais para o Pentecostalismo que para o caráter Tradicional. Os exemplos citados – Batistas e Presbiterianos – não tradicionais são consequências de cisões ocorridas dentro das igrejas que podem ser propiciadas por pastores ou pelos próprios membros desejosos de seguirem outro caminho.

Destarte, houve um crescimento da Bancada Evangélica eleita em 2006 para a eleita em 2010. Em 2006 foram eleitos 36 deputados federais e em 2010 foram eleitos 70 deputados federais; o que representa um aumento de 48,57%. O sucesso dos governos do PT – Partido dos Trabalhadores – com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002 – 2010) e os programas sociais, como Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, PROUNI, dentre outros, fizeram com que em 2010 o PT elegeisse Dilma Rousseff como a primeira mulher a ocupar a Presidência da República em uma coligação entre PT, PMDB, PDT, PRB, PTN, PSC, PR, PTC, PSB e PCdoB<sup>7</sup>. Nota-se, nesse pormenor, dois partidos de sustentação evangélica, o PRB<sup>8</sup> e o PSC.

A então candidata recebe o apoio dos “partidos evangélicos” e de denominações Pentecostais, como a Assembleia de Deus, e dos Neopentecostais, como a Igreja Universal do Reino de Deus<sup>9</sup>. Todavia, teve que renunciar ao discurso sobre o aborto e a união entre pessoas do mesmo sexo. Outrossim, uma campanha exitosa no primeiro turno é fundamental para a formação das bancadas partidárias no Parlamento e “pegar carona” em uma campanha popular, que é importante para se eleger deputados.

<sup>6</sup> O leitor pode identificar uma Igreja Presbiteriana não tradicional se ela vier acompanhada por outra nomenclatura que não “Primeira, Segunda ou Terceira”, mas por exemplo: Igreja Presbiteriana Independente.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/tse-diploma-dilma-rousseff-e-michel-temer-presidente-e-vice-presidente-da-republica?SearchableText=coliga%C3%A7ao%20pt%202010>

<sup>8</sup> PRB, atual Republicanos.

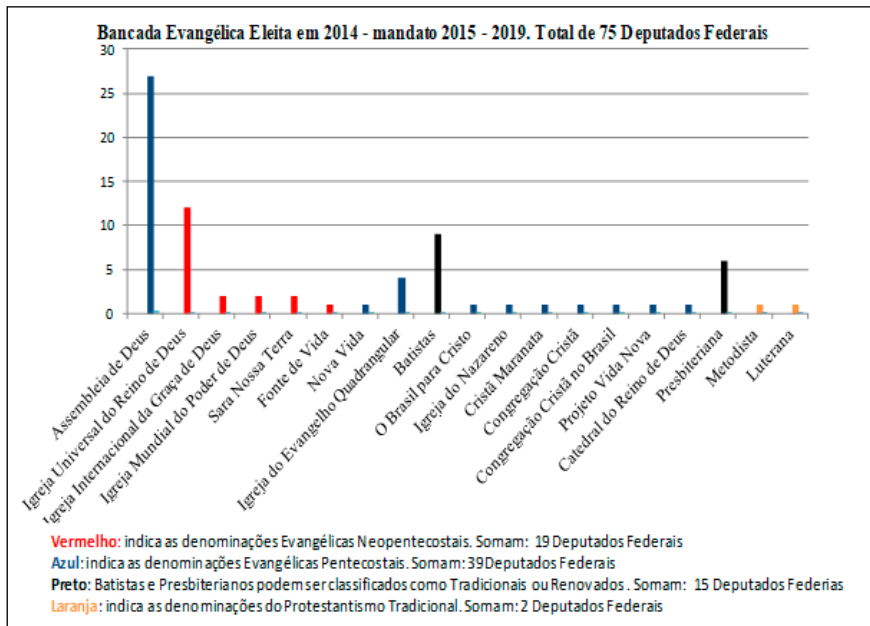
<sup>9</sup> Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2010/07/771599-dilma-recebe-apoio-de-liderancas-evangelicas-de-15-igrejas.shtml>





Dilma Rousseff derrota José Serra do PSDB – centro-direita –, com um perfil mais conservador, coligado com DEM, PTB PPS<sup>10</sup>, PMN e PTdoB, e a própria candidata evangélica Marina Silva do PV – Partido Verde –, que não obteve o apoio dos religiosos naquele momento. Qual o motivo dos Pentecostais e Neopentecostais não votarem em José Serra? Não seriam os evangélicos conservadores? Ou estariam em busca, apenas, de espaço no Poder Legislativo, ancorado em uma campanha vitoriosa? Observar-se-á no segundo gráfico.

Gráfico 2. Bancada Evangélica Eleita em 2014 por denominação



As eleições de 2014 marcam a reeleição para presidência de Dilma Rousseff e o aumento, mesmo que discreto, da Bancada Evangélica que passa de 70 para 75 deputados federais eleitos, um aumento de 7,14%,

<sup>10</sup> PPS, atual Cidadania.



mas, se comparado aos 36 eleitos em 2006, o aumento é da ordem de 52% em oito anos, ou, se preferir, dois mandatos. Segue que, novamente, os evangélicos apoiam<sup>11</sup> a reeleição da ex-presidenta Dilma. Sua coligação conta com a participação de PT, PMDB<sup>12</sup>, PSD, PP, PR, PROS, PDT, PCdoB e PRB. Nota-se o PRB – de Edir Macedo – novamente no apoio e observa-se a falta do PSC que lança o Pastor Everaldo candidato e apoia Aécio Neves no segundo turno.

Dois episódios aqui são importantes: o primeiro é a coligação da ex-presidenta mais ao centro com a vinda do PSD, PP e PROS e o segundo é o lançamento do Pastor Everaldo como candidato pelo PSC. No que se refere ao segundo, muitos partidos preferem arriscar em lançar seu candidato, mesmo que sem chances, na tentativa de obter votos de legenda para o Legislativo. Tal estratégia pode surtir resultado, mas, ao mesmo tempo, pode não resolver o problema de ampliação da bancada partidária caso o candidato em questão não tenha bons resultados nas urnas.

A candidata evangélica Marina Silva, agora no PSB, assume a cabeça de chapa após o acidente de avião com o então candidato Eduardo Campos e finaliza em terceiro lugar em uma votação expressiva, com pouco mais de 22 milhões de votos<sup>13</sup>, nos quais certamente havia votos evangélicos. Aécio Neves, por sua vez, esteve coligado com PSDB, PMN, SD<sup>14</sup>, DEM, PEN, PTN, PTB, PTC e PTdoB<sup>15</sup>. Ressalta-se a presença de partidos de menor visibilidade, sendo apenas o DEM e o PTB os maiores dentro da coligação.

Novamente, o líder da Igreja Universal do Reino de Deus – Bispo Edir Macedo – apoia Dilma Rousseff. Em uma reportagem da Revista

---

<sup>11</sup> O Site do PT traz uma nota em que mais de 1300 lideranças evangélicas assinam um manifesto de apoio. Disponível em: <https://pt.org.br/evangelicos-divulgam-manifesto-em-apoio-a-reeleicao-de-dilma/>

<sup>12</sup> PMDB, atual MDB.

<sup>13</sup> Disponível em: <https://placareleicoes.uol.com.br/2014/1turno/>

<sup>14</sup> SD – Solidariedade. Partido comandado por Paulinho da Força – Força Sindical.

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/eleicoes-2014/materias/dilma-e-aecio-disputarao-o-segundo-turno-para-presidente>



Época se lê: “Edir Macedo tem uma visão muito pragmática: Se há poder eu tô junto.” A matéria traça os apoios do principal líder Neopentecostal do país desde 1989. Edir apoiou Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso – primeiro e segundo mandato –, Lula – primeiro e segundo mandato – e Dilma Rousseff – primeiro e segundo mandato<sup>16</sup>.

O único líder religioso, de âmbito nacional, de quem Dilma não logra apoio é Silas Malafaia – Assembleiano, agora com ministério próprio, a Assembleia de Deus Vitória em Cristo. Chega a apoiar o ex-presidente Lula, mas, devido à sua tendência mais centro-direita, declara apoio a Fernando Henrique Cardoso, Pastor Everaldo, Aécio Neves e, fervorosamente, a Jair Bolsonaro em 2018. Talvez, o único líder que expõe de forma pública seu caráter conservador e ideológico.

Vale lembrar que nem todo apoio é garantia de cem por cento. Líderes religiosos podem apoiar logo no primeiro turno, realizar alianças e coligações, porém não se pode esquecer de candidatos como Anthony Garotinho, Marina Silva e Pastor Everaldo (mesmo com uma votação inexpressiva), que receberam parte do apoio evangélico. Nesse sentido, não é possível generalizar que todos os membros da Igreja Universal votaram em Lula ou Dilma devido ao apoio de seus líderes, pois não acontece dessa forma, mas é um fato que o apoio das lideranças é importante.

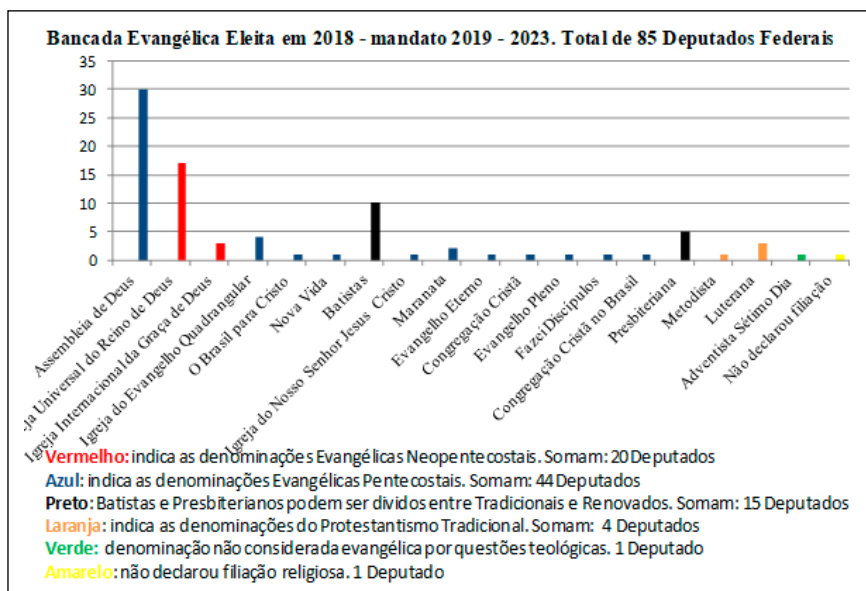
Voltemos às análises dos dois gráficos apresentados. O primeiro ponto continua os Pentecostais com maior número de representantes, mesmo que sem oscilações para cima, em que observamos o único aumento da Assembleia de Deus e a diminuição dos Batistas e dos Presbiterianos. Destaque para o crescimento dos Neopentecostais na legislatura 2014 que compreende o mandato 2015 – 2019, que juntos passam de 14 deputados federais para 19 deles. Logra êxito o Bispo Macedo. Porém, o apoio evangélico à reeleição do PT vem a reboque da distribuição

<sup>16</sup> Reportagem da Revista Época disponível em: <https://exame.com/brasil/edir-macedo-tem-uma-visao-muito-pragmatica-se-ha-poder-eu-to-junto/>



de renda, dos programas sociais e da melhoria do poder de compra das classes menos privilegiadas e, de certa forma, um conforto maior das classes médias. Ainda que a disputa pela reeleição da presidenta Dilma, em comparação à primeira, tenha sido mais acirrada.

Gráfico 3. Bancada Evangélica Eleita em 2018 por denominação

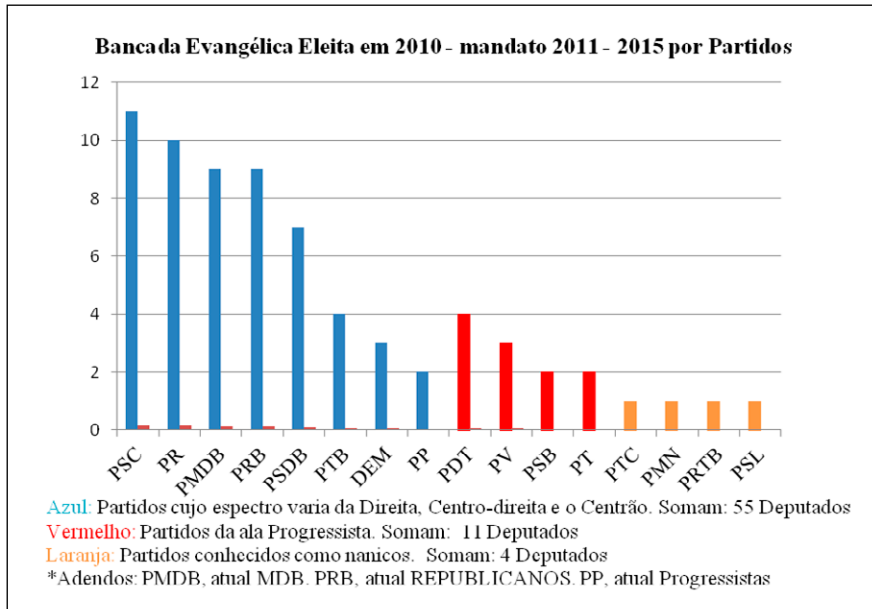


As eleições de 2018 são um marco histórico na reviravolta de sucessivas vitórias de governos progressistas. Elege-se Jair Bolsonaro, ex-militar, conservador e, por qual motivo não dizer, reacionário. A Bancada Evangélica, que passa de 75 para 85 deputados federais eleitos, teve um aumento de 13,3%, mas, se comparado aos 36 eleitos em 2006, o aumento é da ordem de 57,6% em 12 anos, ou, se preferir, três mandatos.

Nota-se o aumento dos Pentecostais, principalmente sob a égide da Assembleia de Deus impulsionada com as demais denominações, a estagnação dos Neopentecostais e a diminuição dos Batistas e Presbiterianos. Nesse último caso fica difícil distinguir se são tradicionais ou renovados devido à dificuldade de se conhecer, no pormenor, as suas

nomenclaturas. Porém, o fato mais relevante nesses três gráficos é que a maioria da Bancada Evangélica é composta por Pentecostais e não por Neopentecostais como sugere o senso comum.

Gráfico 4. Bancada Evangélica Eleita em 2010 por partidos



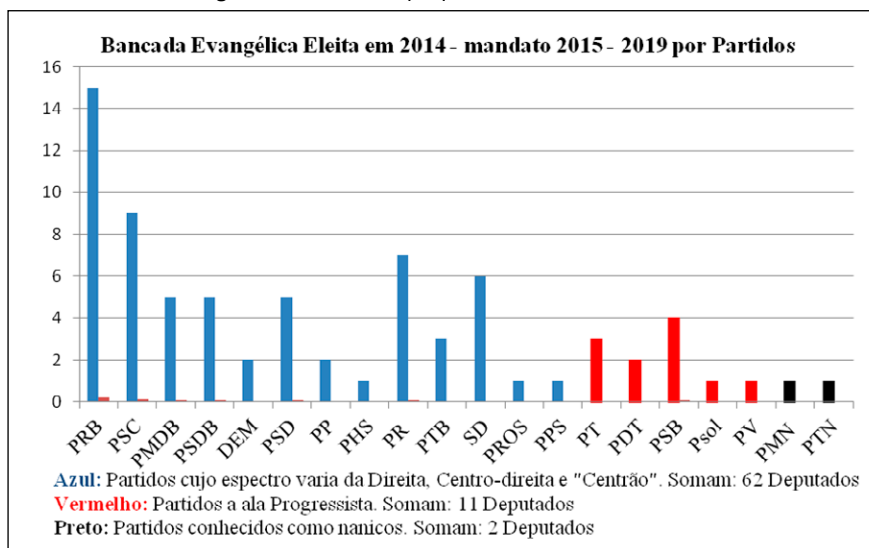
Dos 70 deputados federais eleitos em 2010, primeiro mandato do Governo Dilma Rousseff, os partidos que mais elegeram foram PSC – Partido Social Cristão e, em quarto, o PRB – Partido Republicano Brasileiro (atual Republicanos), novamente lembrando que no primeiro mandato da candidata Dilma PSC e PRB estão na coligação. O apoio à popularidade dos governos do Partido dos Trabalhadores é, sem dúvidas, uma alavanca para que a Bancada Evangélica cresça e, de certa forma, por cálculos potenciais eleja o maior número de deputados.

Com relação aos partidos dos deputados evangélicos eleitos, observa-se que a maioria dos partidos é de direita, centro-direita e, mais especificamente, do centrão. A esquerda e a centro-esquerda represen-



tam a minoria dos representantes evangélicos eleitos. Obviamente que os partidos ditos “evangélicos” atraem candidatos. Todavia, os demais partidos também o fazem; a dificuldade está no diálogo da esquerda e da centro-esquerda com as lideranças evangélicas.

Gráfico 5. Bancada Evangélica Eleita em 2014 por partidos

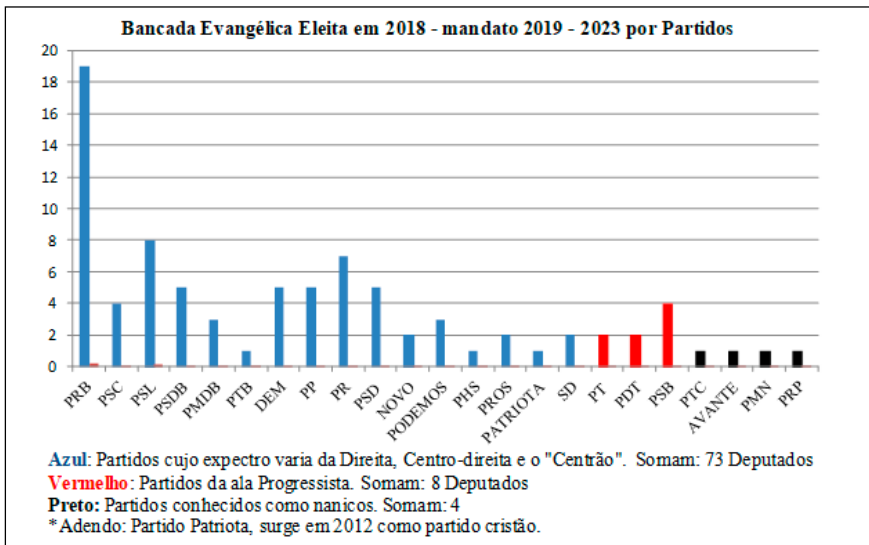


\*Adendo: coloca-se o PV – Partido Verde na ala progressista mais por sua história passada e bandeira ambientalista, o que o diferencia dos partidos em azul.

Nesse gráfico nota-se o crescimento dos representantes eleitos pelo PRB, partido ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, e a diminuição dos eleitos pelo PSC, partido, também, de viés evangélico. Também percebe-se uma ampliação de partidos do centrão e centro-direita, se comparados ao gráfico anterior, que antes eram compostos por oito partidos e, nesse, 13 partidos. O campo progressista diminui de tamanho. Lembrando que a coligação Dilma 2014 conta com PT, PMDB, PDT, PCdoB, PP, PR, PSD, PROS e PRB, como visto linhas acima, uma candidatura de esquerda que se reinventa em nome da governabilidade.

O PSC – Partido Social Cristão lança o Pr. Everaldo candidato em chapa pura, ou sem coligações e, ainda assim, elege um número expressivo de representantes evangélicos de seu partido. O PSB lança Eduardo Campos, ex-governador de Pernambuco que sofreu um acidente de avião, e em seu lugar assume Marina Silva, hoje na Rede Sustentabilidade. À época a coligação do PSB contava com PRP, PPS, PSL, PPL e PHS, que, por ironia do destino, quatro anos mais tarde, o PSL com Jair Bolsonaro combate veementemente o comunismo.

Gráfico 6. Bancada Evangélica Eleita em 2018 por partidos



As eleições 2018 é *sui generis*, elege Jair Bolsonaro com práticas de extrema-direita não declarada e é bom deixar claro: existe uma extrema-direita no país que não se manifesta dessa forma, mas toda sua ação pode assim ser interpretada. Os líderes evangélicos apoiam o atual governo eleito. Tal apoio é dado, também, durante as eleições. Mesmo que PRB e PSC tenham entrado na coligação de Geraldo Alckmin, sempre deixaram transparecer suas preferências por Jair Bolsonaro. Dessa forma, compor uma coligação não significa fidelidade ao coligado.



Nota-se, além do crescimento da Bancada Evangélica desde 2006 com 36 deputados, 2010 com 70 deputados, 2014 com 75 deputados e 2018 com 85 deputados, o crescimento do PRB e a diminuição drástica do PSC. Porém, ao que se refere aos demais partidos a pluralização é maior: 23 partidos nessa eleição ante 20 da anterior. A maioria está no campo da direita, centro-direita e centrão. Por sua vez, a ala progressista foi a que mais perde espaço entre os evangélicos eleitos e, consequentemente, daqueles eleitores que votam. Destaque, também, para os eleitos pelo PSL, ex-partido do presidente eleito, que se declaram evangélicos.

Todavia, após quatro eleições do Partido dos Trabalhadores, a onda conservadora se abate sobre o país e os evangélicos, sem generalizações, formam a base de apoio tanto na candidatura quanto no atual governo de Jair Bolsonaro<sup>17</sup>. Nomes do Pentecostalismo como Silas Malafaia e, principalmente, José Wellington Bezerra, presidente da Assembleia de Deus, assim como o líder Neopentecostal Bispo Edir Macedo garantem apoio a Jair Bolsonaro. A matéria da Revista Épica, citada em nota de rodapé, afirma que em 2016, um dia antes do Senado votar pelo *impeachment* da Dilma Rousseff, a família Bolsonaro foi levada pelo Pastor Everaldo – PSC ao Rio Jordão em Israel para ser batizada. Ao ser batizado, Jair Bolsonaro cai ainda mais nas graças do público evangélico.

Seu slogan de campanha: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” faz a perfeita alusão entre Estado e religião. Dessa forma, batizado e com slogan próprio, impõe sua agenda que conquista grande parte do eleitorado evangélico, mas, não apenas. Vale destacar que os Católicos da Renovação Carismática apoiam o candidato que após eleito é recebido pelo Monsenhor Jonas Abib na Comunidade Canção Nova em Cachoeira Paulista – SP para ganhar oração<sup>18</sup>. A ala conservadora da Igreja Católica Apostólica Romana na influência do Pe. Paulo Ricardo,

<sup>17</sup> Disponível em reportagem sobre o apoio de setores importantes dos evangélicos: <https://epoca.globo.com/como-bolsonaro-se-tornou-candidato-dos-evangelicos-23126650>

<sup>18</sup> O vídeo é ilustrativo daquilo que foi escrito no texto: [https://www.youtube.com/watch?v=N-zL9iOU\\_nek](https://www.youtube.com/watch?v=N-zL9iOU_nek)



da mesma forma, o apoia. Até mesmo o líder Espírita Kardecista Divaldo Franco<sup>19</sup> declara apoio a Bolsonaro.

De fato, o apoio a Jair Bolsonaro é grande: líderes Pentecostais, Neopentecostais, Católicos Romanos Carismáticos, Tradicionais e Espíritas. Mas como uma candidatura sem base partidária consegue conquistar os religiosos, sendo que sua coligação conta com PSL e PRTB, ambos inexpressivos na política nacional, sem tempo de televisão, e ainda vencer Fernando Haddad do PT, com coligação, da mesma forma pequena, PT, PCdoB e PROS, e o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin, com a maior coligação PSDB, PP, PTB, PR, DEM, SD, PPS, PRB e PSD, na qual se verifica a direita, a centro-direita e o centrão juntos. Nota-se que os partidos ditos “evangélicos” PRB apoia Alckmin e PSC apoia o ex-senador Álvaro Dias, mas as lideranças apoiam Bolsonaro<sup>20</sup>.

Antes de prosseguir com as possíveis hipóteses da onda conservadora que tomou o país nas eleições de 2018, vale destacar que a Renovação Carismática Católica é um movimento dentro da Igreja Católica Apostólica Romana, que surge em meados da década de 1960, nos Estados Unidos. O movimento é reconhecido pelo Vaticano e suas práticas são muito parecidas com as práticas Pentecostais. Suas reuniões, ou mesmo as missas, são compostas por bandas que entoam cânticos animados, seus fiéis cantam e batem palmas, oram em línguas – glosso-lalia – e creem na cura divina. De modo que, se o leitor entrar em uma reunião, chamada de Grupo de Oração, terá a sensação de estar em um culto pentecostal; sendo a única diferença a devoção à Nossa Senhora.

Mas como explicar a eleição de uma proposta conservadora, retrógrada, reacionária que é contra tudo aquilo que os progressistas, mesmo Lula com a Carta ao Povo Brasileiro e Dilma Rousseff rejeitando o aborto e a união homoafetiva, realizam pelo país? Evangélicos e cató-

<sup>19</sup> No vídeo exposto, Divaldo Franco fala a respeito do avanço do comunismo no Brasil, sexualidade e critica a ex-presidenta Dilma: <https://www.youtube.com/watch?v=VysHMOVGrDM>.

<sup>20</sup> Informações sobre as coligações em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/candidatos/presidente>



licos unidos, mas não só. O peso do voto religioso é essencial, mas não apenas os religiosos votaram em Bolsonaro, também a classe média e as classes populares.

Durante os mandatos do Partido dos Trabalhadores o país assume a 7ª economia mundial, são criados programas sociais de distribuição de renda – como o Bolsa Família –, programas voltados à moradia popular – como Minha Casa Minha Vida –, o desemprego se mantém em um patamar aceitável e o trabalhador passa a ter acesso ao crédito, o que faz circular a economia interna, a expansão das Universidades Federais e Institutos Federais, o Prouni – Universidade para Todos, dentre outros.

Seriam todos os religiosos, ou grande parte deles, conservadores? De certa forma, muitos se mostram assim. A demonstração está no apoio ao Lula condicionado à Carta do Povo e Dilma ao se mostrar contra o aborto e a união homoafetiva, mas e as classes populares? Por qual motivo votaram em Bolsonaro? Questões complexas para o período que está, ainda, em meio à sociedade brasileira. Que os Pentecostais e Neopentecostais possuem traços conservadores isso é um fato, vide as exigências feitas à Dilma. Mas como acontece o apoio da classe média baixa e dos menos favorecidos a Bolsonaro?

O fato, mais explícito, é que o discurso de Bolsonaro casa com os evangélicos – Brasil acima de tudo, Deus acima de todos – já que vem ao encontro de pautas próprias de, principalmente, Pentecostais, mas também de Neopentecostais e Católicos, qual seja: a defesa da família tradicional, a defesa da fé cristã, contra o aborto em quaisquer circunstâncias, contra as questões de gênero, contra a união de pessoas do mesmo sexo e pelo porte de armas de fogo. São essas as pautas que conquistam os evangélicos. Destaque para a operação Lava Jato, que colocou os políticos em uma vala comum e condenou o ex-presidente Lula, o constante descrédito aos políticos e as duras críticas ao PT, que fazem com que o discurso de Bolsonaro seja contra os progressistas por uma nova velha maneira fascista de fazer política.



Como demonstrado, no aspecto das denominações religiosas, os representantes evangélicos pertencem em maior número, sobretudo, àquelas denominações Pentecostais, principalmente, Assembleia de Deus; seguidos pelos representantes Neopentecostais da Igreja Universal do Reino de Deus. Outrossim, tal afirmação serve àqueles que relatam ser os Neopentecostais os “únicos culpados” pelas pautas conservadoras, ao contrário, os Pentecostais que se apegam aos costumes em suas denominações seriam os “mais culpados” por tais pautas.

No que se refere aos partidos, vale destacar alguns aspectos: é evidente a importância dos partidos ditos “evangélicos” como o Republicanos (antigo PRB). Esse partido, ligado à IURD, teve ascensão no número de representantes evangélicos eleitos durante as eleições 2010, 2014 e 2018, mesmo que o PSC – Partido Social Cristão tivesse entrado em descenso em número de representantes evangélicos eleitos. Entretanto, ambos continuam importantes para abrigar seus representantes evangélicos. Nota-se, então, o aumento de representantes evangélicos eleitos por partidos de centro-direita e de centro e uma pulverização maior desses partidos nos últimos pleitos – 2014 e 2018 –, além da diminuição dos eleitos evangélicos nos partidos de esquerda e centro-esquerda.

Assim sendo, os dados obtidos e as análises realizadas mostram que na realidade o perfil mais apropriado para a Bancada Evangélica, com relação às denominações representadas e aos partidos aos quais pertencem seus membros, é o conservador. Todavia, o que irá auxiliar em tal afirmação são as pautas defendidas pela bancada, o que, brevemente, será discutido a seguir.

A partir de então, esta passagem irá mostrar, com certa brevidade, algumas pautas tidas como conservadoras pelos costumes, algumas com certa dose de polêmicas, e que demonstram o pensamento e a ideologia próprias da Bancada Evangélica e, de certa maneira, dos religiosos sem, obviamente, qualquer tipo de generalizações. Evitar generalizações assume caráter fundamental na acuidade do pesquisador, o que não significa deixar de expor fatos relevantes e tecer argumentos dian-



te da realidade que se impõe em contexto pós-tradicional de mudanças acentuadas na sociedade.

A começar pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados que, em abril de 2013, teve o Deputado Marco Feliciano – pastor da Assembleia de Deus – como presidente em uma passagem curta e marcada por polêmicas. Para o presidente da Comissão, o então pastor afirmou em vídeo que o sob o Continente Africano repousava o paganismo e como consequência doenças, misérias e toda sorte de maldição. Em outra ocasião, em sua rede social, atrelou sentimentos homoafetivos ao ódio, ao crime e à rejeição. Com as acusações de racista e homofóbico, o deputado termina o mandato da presidência da CDHM sem recondução ao cargo. De fato, ou para além de qualquer apoio, o nome do deputado não é o mais indicado para o exercício de uma comissão que possui como função a garantia dos direitos humanos, sobretudo, das minorias.

Ainda sobre o Deputado Marco Feliciano (PSC/SP) cabe destacar um de seus projetos, o PL 8099/2014 datado de 13/11/2014 que dispõe inserção na grade curricular das Redes Pública e Privada de Ensino o conteúdo do Criacionismo e justifica:

Ocorre que por força da fé, dos costumes, das tradições, e dos ensinamentos cristãos, a maioria da população brasileira crê no ensino criacionista, como tendo sua origem em Deus, criador supremo de todo universo e de todas as coisas que o compõem, como animais, plantas, o próprio homem. Este ensino tem como fundamento o livro de Gênesis contido no livro dos livros, a saber, a Bíblia Sagrada que é a verdadeira constituição da maioria das religiões do nosso país. (Feliciano, 2014, p. 2).

Levando-se em conta a dicotomia religião/ciência e autor da lei/destinatários da lei, o projeto acima deveria ser redigido segundo aponta Habermas (2007, p. 137):

[...]. O procedimento democrático extrai sua força geradora de legitimação de dois componentes a saber: da participação política

simétrica de cidadãos, a qual garante aos destinatários das leis a possibilidade de se entenderem, ao mesmo tempo, como seus autores, e da dimensão epistemológica de certas formas de uma disputa guiada discursivamente, as quais fundamentam a suposição de que os resultados são aceitáveis em termos racionais.

Não que seja ilegítimo, ou inaceitável, que o representante religioso proponha leis, não é esse o caso. O que deve ser discutido é o teor do projeto de lei acima e como o deputado o justifica. A observância de que dentro do campo político as disputas são guiadas pelo discurso, esse último elemento deve, necessariamente, ser apresentado aos destinatários das leis de maneira racional e aceitável. Aqui, a justificativa apresentada é religiosa, fato que sobrepõe a razão e a aceitação por parte da não religiosos.

Dessa forma, o que se espera de um projeto de lei elaborado por um representante religioso é que seja formulado respeitando argumentos não religiosos ou seculares:

[...] definem o papel de cidadão do Estado: os cidadãos devem respeitar-se reciprocamente como membros de sua respectiva comunidade política, dotados de iguais direitos, apesar de seu dissenso em questões envolvendo convicções religiosas e visões de mundo; sobre esta base de uma solidariedade de cidadãos do Estado, eles devem procurar, quando se trata de questões disputadas, um entendimento mútuo motivado racionalmente, ou seja, eles são obrigados a apresentar uns aos outros bons argumentos. (Habermas, 2007, p. 137).

Não parece razoável a justificativa com base no livro dos livros, a Bíblia sagrada, como bom argumento a se pensar naqueles não religiosos ou na pluralidade de ideias próprias de uma sociedade que se pretende ao avanço em condições pós-tradicionais. O que deveria ocorrer é que a justificativa ao projeto deveria ser traduzida em termos seculares para, assim, almejar o racionalmente compreensível para os destinatários das leis.



Outro projeto a ser destacado é do ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), que apresentou o PL 7382/2010 que: “Penaliza a discriminação contra heterossexuais e determina que as medidas políticas e públicas se atentem para essa possibilidade” (Cunha, 2010, p. 1). O referido projeto foi rejeitado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias com base no argumento da relatora Deputada Érika Kokay (PT/DF):

Não temos ciência de relatos na mídia de grupos de homossexuais atacando heterossexuais nas ruas. Igualmente, não são veiculadas notícias de que casais heterossexuais andando de mãos dadas ou trocando beijos em local público tenham sido agredidos por esse motivo [...]. Ninguém é discriminado em uma entrevista de emprego por ser heterossexual [...]. (Kokay, 2010, n.p.).

Novamente volta-se ao teor da proposta que, no mínimo curiosa, demonstra desconhecimento da realidade de indivíduos heterossexuais. Porém, o que está em jogo é o discurso contrário ao Dia do Orgulho Gay, sendo reivindicação o dia do orgulho hétero. Algo sem propósito que serve como cortina de fumaça para menosprezo das verdadeiras vítimas de preconceito, intolerância e violência contra opção sexual não normativa.

Ainda pelas questões de sexualidade, o Projeto de Decreto Legislativo nº 234 de 2011, do Deputado João de Campos (PSDB/GO), ficou conhecido como Projeto Cura Gay, o qual suspenderia a Resolução nº 1/1999 do Conselho Federal de Psicologia:

Art 3º - os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados. Parágrafo único – Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamentos e cura das homossexualidades. (Conselho Federal de Psicologia, 1999, p. 2).



A suspensão do artigo acima faria com que os psicólogos fossem, de certa maneira, obrigados a tratar o comportamento homossexual, ou se preferir, tratar a homossexualidade como distúrbio de ordem psicológica, o que representa um contrassenso na medida em que desde 1990 a Organização Mundial da Saúde não considera a homossexualidade como doença e no Brasil a mesma diretriz chegou (apenas) em 1999, com um atraso de nove anos.

A PEC da Vida, como foi denominada, prevê nova redação ao Artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Proposta pelo ex-senador evangélico Magno Malta, a PEC havia sido arquivada e desarquivada a pedido do Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE) em fevereiro de 2019 e rege: “Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicação inequívoca da inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”. Art 1º - o caput do artigo 5º passa a ter a seguinte redação: “Art. 5º - Todos são iguais perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e os estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade nos termos seguintes”.  
Justificativa:

A presente emenda constitucional não altera absolutamente nada no Artigo 5º, ela apenas acrescenta o termo “desde a concepção”. A omissão no texto constitucional sobre a origem da vida vem permitindo grave atentado à dignidade da pessoa humana que se vê privada de proteção jurídica na fase de gestação. Justamente a fase em que o ser humano está mais dependente de amparo em todos os aspectos. Nossa Carta Magna foi promulgada no ano de 1988. Os enormes avanços na ciência registrados nos últimos 20 anos na FETOLOGIA e na EMBRIOLOGIA com conhecimento do nosso DNA vieram ressaltar a concepção como o único momento em que é possível identificar o início da vida humana [...]. Portanto, este pequeno acréscimo, de apenas um termo esclarecendo o artigo 5º, adequa nossa Constituição Federal aos atuais avanços científicos e terá o poder de garantir o direito à vida de milhares



de crianças brasileiras que são assassinadas por falta de proteção política. (Malta, 2015, p. 1).

Assegurar o direito à vida desde a concepção, segundo o texto, significa para parte dos evangélicos ser contrário ao aborto em quaisquer situações. Vale destacar que o aborto é permitido, segundo determina o Supremo Tribunal Federal, nos casos de estupro, risco de morte da parturiente e em caso de feto anencéfalo. Mesmo que o projeto tenha vindo do Senado, quando for para a Câmara dos Deputados, certamente, terá o apoio dos deputados da Frente Parlamentar Evangélica.

O Estatuto da Família é outro exemplo de Projeto de deputado da Frente Parlamentar Evangélica e que possui o prestígio da maioria dos evangélicos que defende a “família tradicional”. Seu proponente, o Deputado Anderson Ferreira (PR/PE), descreve: “Art. 2º Para fim desta Lei, define-se entidade familiar como núcleo social formado a partir da união entre um homem e uma mulher, por meio do casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (Ferreira, 2013, n.p.). Ainda que a proposta contemple casais formados por união estável, o núcleo familiar deve, necessariamente, ser formado pelo casal – homem e mulher – em contraposição às famílias formadas por casais do mesmo sexo.

Com relação às pautas demonstradas neste espaço, pode-se afirmar o caráter conservador dos representantes da Frente Parlamentar Evangélica. Nas questões de sexualidade destacam-se: discriminação de heterossexuais e o projeto de cura gay, que deixam claro a oposição à homossexualidade cujo comportamento é tido como pecaminoso e atribuído ao diabo. Com relação ao aborto, a posição é contrária em quaisquer situações uma vez que o direito à vida é sustentado por meio do Direito Natural do mandamento “não matarás” e o estatuto da família, que não leva em consideração as famílias formadas por casais homoafetivos.

A seguir, serão apresentadas respostas de membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça





de Deus com relação ao conhecimento ou não das pautas da Bancada Evangélica e como oferecem visão de mundo para os assuntos: união estável de pessoas do mesmo sexo e aborto. São cinco membros de cada denominação citadas, sendo três homens e duas mulheres. Este pequeno trabalho, aqui exposto, pode ser lido em versão completa em minha tese de doutoramento sobre religião e política<sup>21</sup>.

Os nomes dos entrevistados são fictícios, mas suas informações básicas são verdadeiras. Passo a apresentação<sup>22</sup> dos entrevistados por nome, idade e grau de escolaridade. Todas as respostas obedecem a ordem abaixo.

Membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém de Rio Claro SP: Sr. Francisco, 66 anos, pintor e ensino fundamental completo. Sr. Saulo, 62 anos, aposentado e ensino médio. Sra. Maria Luiza, 46 anos, pescadora e ensino fundamental incompleto. Vereador Pereira, 61 anos, garçom e ensino médio. Sra. Maria de Jesus, 58 anos, trabalha com viveiros de pássaros e ensino médio.

Membros da Igreja Internacional da Graça de Deus: Sra. Vitória, 48 anos, funcionária pública e ensino médio. Sra. Maria Amélia, 52 anos, funcionária pública municipal e ensino médio. Sr. Paulo Eduardo, 56 anos, técnico em segurança do trabalho e superior incompleto. Sr. Marcelo Oliveira, 36 anos, empilhadeira e ensino médio completo. Sr. Bernardo, 52 anos, funcionário público municipal e ensino fundamental.

---

<sup>21</sup> A pesquisa de doutorado foi realizada em Rio Claro/SP com as denominações: Assembleia de Deus Ministério do Belém e Igreja Internacional da Graça de Deus. Contou com a participação de cinco membros e cinco pastores de cada igreja. Dos cinco pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus, dois atuaram em Rio Claro e três em Piracicaba/SP.

<sup>22</sup> Optei pela apresentação dos entrevistados para passar a sensação formal de suas existências.



## O senhor(a) tem conhecimento das propostas da Bancada Evangélica na Câmara Federal?

Membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém:

Não, não tenho. Por outro lado, vou repetir pra você, o que acontece, há muito tempo atrás teve um músico, um cantor, que não fazia sucesso com as músicas dele. Ele entrou no meio evangélico, começou a apresentar-se na igreja, fez sucesso, estabilizou-se na vida. Porque ele usou do crescimento, há pessoas que começaram a fazer uma prática de ir trabalhar no meio evangélico. Por quê? Ele viu um crescimento muito grande [...] a pessoa aposta nesse público, então trabalha no ramo de vender produto nesse público. Assim é a pessoa que encosta na igreja que tem quatro mil membros, com três mil votos eu sou eleito vereador! [...]. Ele se une à igreja evangélica, acende uma vela pro diabo outra pra Deus, a verdade é essa! [...]. Esse cantor usou-se da Igreja para estabilizar-se financeiramente [...]. (Sr. Francisco, 2021, n.p.).

Apesar da longa resposta apresentada pelo Sr. Francisco, no começo ele afirma não ter conhecimento das propostas da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados.

Atualmente, né? Se eu vou falar que eu tenho conhecimento de todos, eu não tenho! Como eu falei com o sr., meu contato é mais quase que indireto, né? Não é tão diretamente de buscar através de internet, né? Eu já quase nem uso, nesse ponto eu sou meio, tô lá pra trás, né? Mas eu sei o que normalmente eles têm buscado, não vai ferir a princípios cristão! Então, tem um fator predominante em tudo que deixa a gente em paz e tranquilo, que é saber [...], que é para o bem, para o bem, de modo a falar de todos. Quanto maior a esfera de representação abrange uma quantidade maior da população. Então, você fica feliz e tranquilo no sentido que não vai ferir os princípios cristão! Como há outros entendimentos que pode ferir, por isso que há os representantes, depois se vota se vai ser aprovado ou não [...]. (Sr. Saulo, 2021, n.p.).

A resposta acima contempla o entrevistado, Sr. Saulo, que não acompanha e não busca informação pela internet por não utilizá-la, contudo, preocupa-se com os princípios cristãos e destaca que a bancada, ou eles, tem preservado no sentido de não ferir princípios. Poder-se-ia perguntar: quais princípios? Não apenas a questão da família é um princípio, mas, também, a sexualidade e torna-se difícil, aqui, saber a que valor cristão refere-se o entrevistado.

Não, até um tempo atrás, até acho que um ano atrás, sim! Depois dessa coisa de pandemia e tudo eu me desliguei [...] e acaba que não! [o que a senhora conhecia], projetos pela família, eles tinham muitos projetos pra crianças, essas coisas, confesso que não vi isso! Se eu disse que estou vendo é mentira! (Sra. Maria Luiza, 2021, n.p.).

Até o momento, a única entrevistada que consegue exemplificar uma pauta da Bancada Evangélica é a Sra. Maria Luiza ao se referir aos projetos voltados para a família.

Eu não tenho o conhecimento das propostas, certo? O que eu acompanho é o trabalho do deputado Paulo Freire e as emendas que ele manda para as cidades, né? Tanto na área da saúde, educação e infraestrutura. Agora, em geral das bancada, eu não tenho conhecimento o único conhecimento que eu tenho é quando tem algum projeto polêmico, hoje é notório e todo mundo conhece, a televisão fala direto, e a gente acompanha as votações [...], na verdade os projetos polêmicos são sempre de gênero, né? (Vereador Pereira, 2021, n.p.).

Na condição de vereador por sete mandatos, membro da Assembleia de Deus e representante da Igreja na Câmara Municipal, é de se esperar uma resposta mais completa que oferecida aqui. Destaque, apenas, para projetos com relação à gênero.

Não, pior que eu não tenho! (Maria de Jesus, 2021, n.p.).



A última entrevistada, em sua resposta breve, diz não ter conhecimento de nenhuma proposta da Bancada Evangélica ou da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados.

A seguir as respostas dos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus:

Não! (Sra. Vitória, 2021, n.p.).

A primeira entrevistada, sempre por ordem de data, diz não possuir conhecimento das propostas da Bancada Evangélica na Câmara dos Deputados. E, mais a frente, acaba por dizer que é por não se afinar com o assunto política e falta de tempo.

Falar bem, da verdade, não! Eu, assim, o que eu sempre acompanhava, né? Era o Marcos Feliciano, né? Ele estava sempre, né? Ali, brigando por uma coisa por outra, Magno Malta, né? Mas conhecimento, não! (Sra. Maria Amélia, 2021, n.p.).

A Sra Maria Amélia apesar de citar o Deputado Federal Marco Feliciano e o ex-senador, pelo estado do Espírito Santo, Magno Malta, não consegue exemplificar propostas da Bancada Evangélica.

Tenho um pouco de conhecimento! Por exemplo: através do Marco Feliciano, né? Defende, entendeu? Defende os cristão, aí! Certos costumes nas escolas, então eles tão defendendo pra não aplicar nas escolas, nas crianças. Tipo o kit gay, né? Então eles defenderam, defenderam. (Sr. Paulo Eduardo, 2021, n.p.).

O Sr. Paulo Eduardo diz que possui um pouco de conhecimento sobre as propostas da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal e cita o Deputado Marco Feliciano como defensor dos cristãos no que se refere ao kit gay. Após sua resposta foi acrescentada a pergunta a seguir: Quando o senhor fala a respeito do kit gay, o senhor acredita que seja uma *fake news* ou um fato?



Eu acredito que é um fato! É assim, devido tá acompanhando as reportagens, entendeu? Eu percebi que o povo tava mesmo querendo implantar isso, entendeu? Tava querendo mesmo colocar essa prática! [quando o senhor fala povo, o senhor se refere a quem?], os representantes políticos, né? (Sr. Paulo Eduardo, 2021, n.p.).

A atuação estridente de representantes evangélicos, dentre eles o Deputado Marco Feliciano, e de pastores, como Silas Malafaia, tornou o que era para ser um projeto derrubado, o programa Brasil sem homofobia de 2004, em uma verdadeira *fake news* utilizada, sobremaneira, na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, que contou com o apoio de grande parcela dos evangélicos e o fato do entrevistado acreditar diz muito sobre a falta de informação acerca do acontecido.

Algumas, não todas, né? Que eu ouço muito a Voz do Brasil, né? Então, a gente fica sabendo através disso daí. Mas se eu pudesse taria lá no plenário escutando [O senhor pode citar algumas das propostas que o senhor conhece?]. Olha, a proposta eu não lembro o nome do deputado, mas, enfim, a mais recente, né? Eles batalharam aí pra aprovação do ministro pra liberar a abertura das igrejas, né? E foi um grande triunfo, né? Pra todos nós evangélicos, né? To lembrando assim de passagem, né? [Mais alguma pauta que o senhor se lembra?] Ah da ideologia de gênero, foi uma coisa que pegou muito, né? Que tocou muito no coração de quem é família assim, né? Às vezes a pessoa nem evangélica ela é, ela é católica, mas ela quer aquele seguimento de antigamente [...]. Também não repudiou não, se a pessoa, ele tem uma escolha, né? De um outro lado lá, de ideologia lá, ela que siga o dela. Ela não pode fazer o quê? Isso que a gente preza, ela não pode influenciar [...]. (Sr. Marcelo Oliveira, 2021, n.p.).

Após muita insistência, o Sr. Marcelo Oliveira, o candidato derrotado à vereador representante da igreja, apenas consegue exemplificar a questão de gênero. Tal sofreguidão mostra a desinformação, a falta



de conhecimento e preparo para alguém que almeja tomar assento em uma cadeira na Câmara Municipal. Todavia, o que interessa é ter representante. Se ele está preparado, ou não, é outro assunto. Obviamente não se deseja que o indivíduo seja um cientista político que domine teorias políticas, econômicas ou sociais, porém, o mínimo de desenvoltura é necessário e não apenas um assistencialismo para ganhar as eleições.

No momento não tenho! (Sr. Bernardo, 2021, n.p.).

Por último, o Sr. Bernardo diz não ter conhecimento das propostas da Bancada Evangélica em uma resposta breve e sem rodeios.

Se comparadas as respostas dos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus, observar-se-á que não existe conhecimento suficiente sobre as propostas da Bancada Evangélica em Brasília. As respostas são, de certa maneira, superficiais, o que demonstra que os membros oferecem significados para suas ações apenas como eleitores que votam e não acompanham o desempenho de seu deputado junto a uma bancada ou, na condição de evangélicos, não conhecem o que defendem os demais representantes eleitos.

## **2. União estável de pessoas do mesmo sexo**

A seguir, observar-se-á como respondem os membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus com relação à união estável de pessoas do mesmo sexo.

Membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém:

Eu como evangélico, pegando dentro da Bíblia, também sou contra. Isso, mesmo dentro da Igreja Católica, ele faz vista grossa, mas se você pegar os católicos tradicionais, pessoas da minha idade, um pouco mais velha, um pouco mais nova, Católica Nossa Nação é, mas que frequenta igreja e procura, é muito poucos [...],



eles sabe que homem é homem e mulher é mulher [...], então isso é contra a palavra de Deus e eu sou contra, também não aceito, eu também votaria essa lei para que fosse sancionada e valesse. (Sr. Francisco, 2021, n.p.).

O primeiro entrevistado apesar de citar a Igreja Católica como mais tolerante aos homossexuais, fala também de uma ala tradicional católica, dentro de uma linhagem etária, que é contra a união de pessoas do mesmo sexo. E ele, na condição de evangélico, dentro da Bíblia, como relata, também é contra.

É, eu vou ser sincero! A gente tem a posição, ela mesmo tá pressionando essa bancada contra, né! Por quê? Porque entendemos nós, e aí já vai entrar dentro da palavrinha de novo princípio cristão, que Deus, Ele, criou o homem e depois criou a mulher e falou: Crescei e multiplicai-vos. Ele determinou uma ordem natural entre o relacionamento entre um homem e uma mulher. Portanto, deixará o homem, né? Seu pai e sua mãe e unirá à sua mulher e serão ambos uma casa. Eu entendo que toda humanidade, que gerou isso através da união de um homem e uma mulher. Em nenhum momento foi falado em algum tipo de relacionamento. E qualquer relacionamento fora desse princípio vai gerar algo não aprovado por Deus! E, logicamente, está contra o princípio cristão, né? [...], precisa haver a união perfeita que foi a união Deus criou desde o princípio! [...]. Mesmo que a pessoa fosse falar: ah, mas eu vou adotar essa criança! Que tipo de formação que ele vai dar pra essa criança? Qual é o entendimento de pai e mãe se não tem a figura do pai e da mãe dentro do lar? Ou é duas mulheres ou dois homens, como é que pode dar? [...]. Ainda que a lei possa aceitar, né? Falar que pode, mas a princípio um cristão jamais poderá, eu entendo, falar que isso é aprovado, se ele tem princípios cristão. (Sr. Saulo, 2021, n.p.).

A narrativa do entrevistado, em ser contrário à união estável de pessoas do mesmo sexo, começa com a questão da criação do homem



e da mulher na narrativa Bíblica encontrada em seu primeiro livro. Ao final da resposta questiona como pode um casal homoafetivo adotar uma criança como filho(a), quais as referências dos papéis de pai e mãe para essa criança e acrescenta que, ainda que a lei permita, não é um princípio cristão aceito.

Eu vou da minha opinião segundo a minha fé! A Palavra de Deus tá em Levíticos 23, tava lendo pro meu filho, que é abominável um filho que deita com a mãe; o pai que deita com a filha; um sogro que vai falando e até chegar que é abominável aos olhos de Deus o homem que deita com um homem e a mulher que deita com mulher [...]. Eu não vou ter que ter ódio por essa pessoa, eu preciso amar! Eu não sou obrigada a concordar! [...] o fato dela poder entrar na minha casa, não significa que eu concorde, não significa que eu concorde! Baseado naquilo que eu aprendi na palavra de Deus! Porque eu vou te falar uma coisa, as pessoas dizem muito sobre homofobia, porque falou, porque deixou, tá? Aí eu tô com meu filho pequeno e tá lá dois homens barbudos se pegando e aquilo, mas por que que pode? Hoje eu percebo, como mãe, que não tem mais a lembrancinha do dia das mães [...] eu fui órfão e sempre teve [...], eu não sou contra a pessoa, eu só não concordo, eu não deixo de amar esse tipo de pessoa, mas eu não concordo! Porque, a partir do momento que eles querem lutar pra legalidade, então eles também têm que respeitar, se eles não respeitam; eles querem exigir muito, mas eles não respeitam, eles não se respeitam! [...]. Homem e mulher podem ficar tendo relação enfrente ao público? Não pode, porque é atentado ao pudor. Assim são eles! [...]. (Sra. Maria Luiza, 2021, n.p.).

A entrevistada acima começa sua resposta baseando-se em um dos livros do Velho Testamento, ao citar Levíticos como passagem proibitiva de relações homossexuais. Os livros contidos no Antigo Testamento são repletos de leis, são os livros das leis, os dez mandamentos e as leis morais aplicadas para aqueles tempos e povos específicos. O Testamento traz, também, profecias, salmos e cantares de Salomão. Assim, o Ve-





lho Testamento resume-se em leis, profecias e cânticos e é largamente utilizado como justificativa.

A continuar por sua resposta, a entrevistada escandaliza-se com casais homossexuais que trocam carinho em público e questiona o comportamento como inapropriado mesmo para casais do sexo oposto. Certamente que o “atentado ao pudor” cabe em todos os espaços, principalmente nos espaços públicos, e valem tanto para casais heterossexuais quanto homossexuais, se partir da premissa que somos vigiados e julgados em ambientes públicos.

Na verdade, eu vou pela Bíblia, né? Existe homem e mulher, né? No meu pensamento, né? E, também, no pensamento da Banca da Cristã Evangélica, os cristão também vai nesse raciocínio, tá? Isso não quer dizer que os cristão, eles têm que repudiar isso, não! Tem que dar amor, carinho, atenção, entendeu? Agora, é contra o princípio, o ato, prática, mas enquanto ser humano tem que ter respeito, consideração, nada de violência! E, na verdade, cada um faz o que acha de melhor o que quer pra si, tá? Mas nós não podemos concordar com o ato deles, eu não posso concordar! (Vereador Pereira, 2021, n.p.).

O Vereador Pereira é contrário à união estável de pessoas do mesmo sexo, não está de acordo, e se baseia na Bíblia, apesar de suavizar ao dizer que o cristão deve dar amor, carinho e atenção ao indivíduo homossexual. Todavia, caso ele fosse membro da Bancada Evangélica teria que exercitar a empatia ao outro:

É evidente que a autoconsciência e a capacidade da pessoa de assumir uma posição refletida e deliberada quanto às próprias crenças, desejos, valores e princípios, mesmo quanto ao projeto de toda a sua vida, é um dos requisitos necessários para o discurso prático. Há um outro requisito, porém, tão importante quanto esse. Os participantes, no momento mesmo em que encetam uma tal prática argumentativa, têm de estar dispostos a atender



à exigência de cooperar uns com os outros na busca de razões aceitáveis para os outros; e, mais ainda, têm de estar dispostos a deixar afetar e motivar, em suas decisões afirmativas e negativas, por essas razões e somente por elas. (Habermas, 2007, p. 15).

Resta saber até que ponto o exercício da empatia acrescida da reflexão sobre as próprias crenças, desejos, valores e princípios são praticáveis quando se tem lados extremamente opostos no campo da luta política por reconhecimento.

Essa questão vai contra nossa fé, nossa crença, né? E, até hoje, eu não consegui ver isso com os olhos, dizer assim é normal! Não é preconceito, mas eu não, eu acho que to na Bíblia, né? Quando Deus fez o casamento, foi um homem e uma mulher, então eu concordo! (Sra. Maria de Jesus, 2021, n.p.).

Na resposta, volta-se novamente à questão da fé e da crença. Aquilo que é dito no parágrafo acima: para que exista um argumento prático na esfera pública e, sobretudo na política, faz-se necessário que fé e crença sejam relativizadas por parte dos religiosos, sacerdotes ou políticos, e, na cooperação com os grupos LGBTQIA+, a solução e os acordos que necessitam ser construídos considerem sempre o princípio da cooperação mútua.

Membros da Igreja Internacional da Graça de Deus:

Eu sou contra, porque, é o que eu falei, eu sigo o raciocínio, primeiro da Lei de Deus, Deus não aprova isso! Ele ama o pecador, mas Ele abomina o pecado e isso é pecado, então eu não aprovo! (Sra. Vitória, 2021, n.p.).

A primeira resposta de uma membra da Igreja Internacional da Graça é curta e sem delongas, afirma ser contra e se orienta pelo raciocínio da Lei de Deus que, de fato, desaprova, como comentado em parágrafos acima, as leis morais contidas no Velho Testamento, que são



contrárias à prática homossexual. Destaque para a frase costumeira utilizada, mesmo que aqui tenha aparecido apenas uma vez, “Deus ama pecador, mas abomina o pecado”.

Bom eu acho que a gente vê, que é assim, é bíblico isso, né? Então a gente tem que lutar por aquilo que a gente aprende, né? Então se é bíblico, né? Porque a gente vê, não só os evangélicos, mas também, a gente vê assim pelo Papa, né? Eu acho que é inaceitável isso, né? Acho que é inaceitável! É uma coisa Bíblica, é uma coisa inaceitável! É uma coisa que a gente, muitos, né? Acha perda de tempo você fazer uma passeata contra isso, só que quando tem uma passeata, né? LGBT, as pessoas apoiam, né? Agora, quando tem uma passeata contra isso, né? A televisão não mostra, né? (Sra. Maria Amélia, 2021, n.p.).

Algo que salta aos olhos na resposta acima, oferecida por uma entrevistada, é que: “a gente tem que lutar por aquilo que aprende”. É a primeira resposta a contemplar o ensinamento do sacerdote ao membro. Aquilo que o sacerdote, ou pastor, aprende na Bíblia, por meio de uma leitura literal, fato que ocorre com os pastores da Igreja Internacional da Graça de Deus que não possuem conhecimento teológico, é reproduzido para aqueles que participam dos cultos. Assim se dá o ensinamento: pastores sem formação teológica ensinam membros durante os cultos. Se bem que se o assunto é união estável de pessoas do mesmo sexo, pastores, com ou sem teologia, padres formados em filosofia e teologia acabam discordando, salvo raríssimas exceções de pastores e padres progressistas.

É, na minha visão, não concordo, entendeu? Pessoal aí, pelo meu conhecimento na Igreja. Da crença, daquilo que é aceito ou não aceito. (Sr. Paulo Eduardo, 2021, n.p.).

O Sr. Paulo Eduardo oferece resposta similar à anterior quando se refere ao que é aprendido com relação àquilo que é aceito ou não acei-



to com relação ao tema união estável de pessoas do mesmo sexo. Assim, para contemplar a análise acima, os pastores desenvolvem um papel preponderante na questão do ensino dos preceitos bíblicos relativos à conduta sexual permitida. Isso, sem contar a constante vigilância que cada qual “sofre” dentro da comunidade em que participa; entende-se, aqui, a vigilância do comportamento para a manutenção da coesão do grupo.

Pela própria lei da Constituição no direito de ir e vir e agir de forma que caiba na sociedade, né? Eu acho assim, se ela não influenciar, ela pode fazer o que ela quiser da vida dela, né? Não que ela venha assim, um homem com homem venha beijar na frente do meu filho porque ele vai perguntar pra mim o que é aquilo, né? Uma mulher beijar a outra ele vai me perguntar, né? E a gente fica sem saber o que dizer, né? É um cumprimento, não? É, eles escolheram isso? Então isso pode influenciar um filho seu, entendeu? Agora aquela escolha da pessoa querer ter uma união estável, isso daí pra mim não teria problema nenhum não! Se ela não influenciar! [A proposta é contrária a união estável de pessoas do mesmo sexo]. Em papel eu sou contra, entendeu? Você fala formalizar no papel? Não, aí sou totalmente contra, né? Agora, como que você vai coibir uma pessoa dela entrar dentro duma casa e fazer alguma coisa com a outra, não tem como, entendeu? Isso que eu quero dizer pra você. No momento que ela entrou para dentro da casa dela, se ela trouxe um homem ou outra mulher, problema vai ser deles ali, deles e Deus, né? Agora, na sociedade não cabe isso! Eu entendo assim, entendeu? Princípios da família. Mas assim, eu não repudio a pessoa! Que temos ótimos profissionais, ótimas pessoas, né? Conheço pessoas que têm esse tipo de problemas assim com a sociedade, né? E são pessoas excepcionais! Porém, nunca me falaram nada, nunca me induziram a nada! Isso que é legal! Ela tem o direito de ir e vir e fazer o que bem entender da vida dela, até aí tudo bem. Agora ir pra um altar, isso já não dá pra passar! (Sr. Marcelo Oliveira, 2021, n.p.).

Essa é a penúltima resposta do candidato derrotado à vereança pela Igreja Internacional da Graça de Deus. Caso o entrevistado fosse



deputado, caberia a ele a seguinte reflexão: “[...], mas as razões à luz das quais todos os participantes podem descobrir juntos, dado um assunto que precisa ser regulamentado, qual a prática que pode atender igualmente aos interesses de todos” (Habermas, 2007, p. 14). Para o representante participar desse discurso prático deve, como já visto, refletir sobre suas crenças, desejos, valores e princípios a fim de, com a cooperação de todos, chegar ao regulamento do interesse de todos. Para tanto, o entrevistado acima não cumpriria os requisitos expostos uma vez que ele não permite que determinados modos de vida influenciem o comportamento alheio e não enxerga que o seu ponto de vista cala determinado grupo social.

A gente colocando como uma pessoa evangélica, também, e usando da palavra, porque a gente tem que seguir a palavra, não o que o homem disse. Eu também sou contra! Como diz: Deus deixou o homem e a mulher, como está na palavra, para ser um casal. Não um homem casar com um homem e uma mulher com mulher, nem tem como se formar uma família, né? (Sr. Bernardo, 2021, n.p.).

Por último, o Sr. Bernardo apresenta sua visão de mundo com relação ao tema. Sem destoar dos demais é contrário e utiliza-se da Bíblia e do argumento mais que óbvio que um casal homoafetivo não tem possibilidade de gerar filhos, porém poderiam recorrer à adoção para formar uma família, possibilidade que tem sido utilizada por muitos casais, no sentido da completude do desejo de um novo tipo de família em contexto pós-tradicional.

Com relação aos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus, todos demonstraram opiniões contrárias à união estável de pessoas do mesmo sexo. Para tanto, oferecem justificativas bíblicas apesar de não fazerem longos discursos bíblicos em suas respostas. A Bíblia é um fator comum para todos os entrevistados e pode-se, por meio dela, interpretar a questão da homossexualidade de duas formas. A primeira pela narrativa de Deus ter



formado o casal – Adão e Eva -, assim são contrários pois biblicamente o correto é o homem se unir a uma mulher. A segunda passa pela questão do pecado, da aberração, daquilo que aos olhos de Deus é abominável.

Essas justificativas, biblicamente contrárias à homossexualidade, contidas, principalmente, no Velho Testamento são aprendidas na igreja e produzidas na vida cotidiana que moldam a visão de mundo dos religiosos, no caso presente, desse grupo específico de evangélicos. Assim, essas justificativas vão ao encontro daquilo que é aprendido e reproduzido e, para além, tomam o espaço político e passam a servir aos propósitos de projetos de leis.

Sobre o desconhecimento das pautas da Bancada Evangélica na Câmara, como exposto neste capítulo, fica claro que ao entrarem em contato com os temas, ou esse tema específico, qual seja, o posicionamento contrário da bancada à união estável de pessoas do mesmo sexo, mostram-se de acordo, ou seja, os membros entrevistados concordam com a bancada mesmo sem conseguir formular respostas para o item anterior. Assim, quando o tema é união estável de pessoas do mesmo sexo, os membros entrevistados e a bancada estão de acordo.

### **3. A questão do aborto e o posicionamento da Bancada Evangélica ao serem contrários em quaisquer situações**

Os membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém:

Pensando no longo da história, pensando em que nosso país não dá uma assistência pra pessoa com deficiência de maneira nenhuma, que se uma criança nascer com deficiência não tem recurso, os pais não vão ter recurso e o Estado não acolhe, então nesse caso eu até seria, ah, vai deixar sofrendo? Não, que não sofresse, não nascesse. Agora quem tira a vida é só Deus. Deus dá a vida, Deus tira a vida! Ninguém tem direito de tirar a vida de ninguém. Então, sou contra! Sou a favor sim, se a pessoa engravidar, ter o filho sim, se não puder cuidar, doar essa criança para



quem pode! [...] que um par, dois homens, poderia adotar uma criança, criar uma criança, eu falei: olha, que educação vai dar pra essa criança, qual cabeça essa criança vai crescer? [...], eu sou contra o aborto! Acho que quem dá a vida é Deus quem tira a vida é Deus, nesse caso a pessoa não tem o cérebro, no caso da pessoa ser um mongolóide, porque deixar a pessoa sofrer, vai sofrer ele, pai, mãe, parente [...], por mais que você queira, com seu coração voltado pra ajudar pessoa você não vai conseguir [...], então nesse caso seria sim! Estupro, não! [...], Aí eu penso o seguinte: sabe, é difícil você trocar uma vida por outra vida, é muito difícil nós pensarmos nisso. Perder uma vida pra salvar outra vida. Tem que estudar o caso profundamente, se não tiver outro caso seria o aborto, se não tivesse jeito de salvar as duas pessoas. Crendo que Deus pode fazer o milagre! [...]. (Sr. Francisco, 2021, n.p.).

O primeiro entrevistado começa sua resposta com a confusão entre feto anencéfalo e feto com outras malformações. Quando isso acontece, procuro esclarecer o entrevistado que a questão se trata de feto sem cérebro, com pouquíssimo tempo de vida, e não de outras “patologias” ou condições. A continuar, mostra-se contrário ao aborto, todavia, relativiza nas questões de feto anencéfalo e risco de morte da parturiente.

Agora, quanto à posição muito pessoal, porque há o caso de você analisar de uma forma ampla e geral e algum caso específico que você tem até em família que aconteceu alguma coisa, não é? Talvez você, num caso específico seu, ou de alguém muito ligado, você tomaria até uma decisão em prol, de por exemplo, de preservação da vida, né? [...]. Porque aí já envolve uma pessoa normal, né? Que é o caso de uma mãe, né? Que está bem e nesse momento que está pra gerar uma vida. Então, pode ter uma posição pessoal, não to falando que eu tomaria, mas eu entendo assim: há um meio de se analisar o contexto geral e você tá passando por alguma situação que pode ter um peso pra uma decisão específica, né? [...]. Apesar que é bem polêmico essa questão do aborto! [...]. (Sr. Saulo, 2021, n.p.).



Apesar do Sr. Saulo não deixar claro sua posição pessoal, se é contrário ou favorável, procura responder observando ser uma questão ampla e geral e deixa para a esfera pessoal a tomada da decisão. Assim sendo, não fecha a questão em uma negativa e observa, de certa forma, o direito da mulher, nos termos da lei, em tomar a decisão e sem recorrer às explicações bíblicas para o fato. Nesse sentido, é possível citar: “[...]. De fato, o que caracteriza o Direito Positivo, no mundo contemporâneo, e a sua contínua mudança [...]” (Lafer, 1988, p. 73). O fato da passagem do Direito Natural para o Direito Positivo está contido nas transformações da sociedade, em condições pós-tradicionais, no sentido de novas demandas como, por exemplo, o aborto.

Eu penso que é assim, se Deus dá a vida, só ele pode tirar! Ah, mas foi estupro, o que que aquele ser inocente; tudo bem, não vai querer o filho, dá pra adoção. Dá a chance dessa criança viver. A gente sabe que tem muitos pais capacitados para educar, dar boa educação [...] eu sou um aborto frustrado da minha mãe e eu tenho sequelas na minha vida! [...] E a criança que nasce sem cérebro, deixa a anatomia humana seguir o percurso; a criança nasceu, não resistiu, como que eu falo pra uma mãe que ela tem que tirar um filho? [...] eu já vi mulheres que optaram em ter esses filhos e são felizes [...]. Você não é obrigada a ter essa criança, você vai ter essa criança, você não vai ter nem contato, ok? [...] a vítima do estupro ter todo o apoio necessário [...] então não aborta! (Sra. Maria Luiza, 2021, n.p.).

Ao contrário das duas respostas masculinas anteriores, que se mostram mais abertas ao aborto, segundo o que determina o direito, a entrevistada acima é contrária em todas as situações e sugere que a mãe, vítima de estupro, entregue a criança para a adoção. Obviamente, essa situação ocorre e não é de se descartar que crianças sejam entregues aos lares de cuidados até que apareça alguém para adotá-las. Porém, não se pode afirmar que a criança será adotada e em algum momento talvez ela tenha que tomar o próprio rumo não por não ser



mais aceita mais em abrigos. Ao que se tem conhecimento, quanto mais idade, menor é a chance de adoção.

Eu também sou contra, também, o aborto em qualquer circunstância eu sou contrário ao aborto. Isso não quer dizer que eu sou radical, mas eu sou contrário ao aborto! Sem exceção! (Vereador Pereira, 2021, n.p.).

De maneira rápida o Vereador, representante da Assembleia de Deus – Ministério do Belém na Câmara Municipal de Rio Claro/SP, afirma ser contrário ao aborto em quaisquer situações.

Eu analiso isso, Deus está no controle de tudo! Então, eu concordo com a proibição de qualquer forma! É uma criança, que eles defendem, sem cérebro, com problemas, né? Deus tem o controle da vida dessa criança! É risco de morte pra mãe? Deus, também, tá no controle dessa pessoa! Quando é de uma violência, acho meio complicado no sentido de como sou mulher, acho complicado, mas não existe ferida que Deus não cura também. Acho que são pouco também individual, mas eu defendo, não aborto, não! Defendo a vida! Em qualquer circunstância! (Sra. Maria de Jesus, 2021, n.p.).

A última entrevistada, membra da Assembleia de Deus – Ministério do Belém, é contrária ao aborto. Porém, quando se trata de violência ou estupro, relativiza a questão por ser mulher e, ao final, lança a questão para o campo da decisão individual.

Membros da Igreja Internacional da Graça de Deus:

Eu vejo assim, eu sempre quando estou diante de um assunto, eu gosto de me pôr no lugar. Então eu vejo assim, como o senhor citou, estupro, se fosse com uma filha, não tenho filha, foi estuprada, se ela viesse a engravidar, eu sei que é uma coisa muito difícil de você assumir, falar assim, eu não quero essa criança, mas eu acho assim, acima da minha vontade, do meu pensamento, eu



tenho que seguir a Lei de Deus e Deus não aprova! Então, se foi permitido isso, tem um porquê. Então, eu sei que é assim, a princípio seria assim, uma dor profunda contra até minha própria vontade, mas eu não aceitaria o aborto. [Anencéfalos] [...] é um milagre de Deus, é um milagre de Deus, vai acontecer com todo mundo? Não vai acontecer com todo mundo, mas como eu estou falando, acima da minha vontade está a vontade de Deus! [...]. Se Ele permitir que não aconteça, eu tenho certeza que não vai acontecer, Se acontecer, pedir forças pra Ele e seguir em frente, o que vai se fazer? O problema está aí! [Risco de vida para a mãe]. Também, como estou te falando, é uma decisão difícil, mas se o médico perguntasse pra mim, eu não aceitaria. Eu passei por isso, meu filho é de sete meses, eu tinha vinte anos [...] e meu caso era de risco e eu fui até o fim! [...], por isso que eu falo que Deus, Ele até pode buscar prova de até onde você vai. E no momento, meu filho nasceu de sete meses, perfeito, sadio [...]. (Sra. Vitória, 2021, n.p.).

A primeira entrevistada oferece respostas negativas para os casos em que o aborto é permitido, a saber, quando a mulher é vítima de estupro, em caso de feto anencéfalo e quando existe risco de morte para a parturiente, e destaca o testemunho em que passou por uma gravidez de risco e foi até o nascimento do filho prematuro, atualmente, perfeito e sadio. O testemunho é algo importante a ser destacado durante os cultos das igrejas Neopentecostais. Quando instados a falar sobre o tema, os participantes podem se manifestar publicamente e contar o que Deus fez em sua vida. Não raro, os pastores pedem para que os participantes contem algum testemunho sobre algum aspecto da vida, seja, familiar, de saúde, seja financeiro; cabe ao partícipe sentir-se à vontade para expor sua experiência.

Bom, eu já sou diferente: assim, por quê? Eu relação ao estupro. Quando se é feito numa criança eu acho que deve haver o aborto sim! Porque eu acho que a criança não tem a maturidade suficiente, né? Agora, me dizer que você, um estupro, de uma pessoa mais velha, você sabe que pode se pegar, mas a mulher sabe ali o que

tá se passando, você entendeu? [...]. Olha, seu filho vai nascer sem cérebro, vai viver num mundo vegetativo e no mundo que nós vivemos hoje, você vai ter que parar de trabalhar, você entendeu? E quais condições você vai ter de dar pra aquela criança que tá vivendo no modo vegetativo, então, assim, com isso, nessa parte eu concordo com o aborto sim! [...]. A pílula do dia seguinte, você não está matando, você só está evitando que venha, mas eu acho que matando você não tá, né? Porque é uma coisa não formada né? [...]. Eu acho que quando a mãe corre um risco de vida, eu acho que, eu, como mãe, se o médico chegasse falasse assim pra mim, a senhora tá correndo um risco de vida em pôr essa criança ao mundo, né? Então eu ia primeiro falar com doutor seria assim, mas essa criança, ela vai vim perfeita? Vai vim em situação perfeita? Se fosse, sim, né? Eu acho que eu até pensaria em deixar essa criança vim ao mundo! [...]. (Sra. Maria Amélia, 2021, n.p.).

A entrevistada, Sra. Maria Amélia, apresenta resposta positiva para abortos nos casos de estupro e feto anencéfalo. Expõe sua explicação à maneira como atribui sentido e não faz qualquer menção às questões bíblicas, da lei de Deus ou outro modo religioso e logo no começo afirma que é diferente ou sua opinião é diferente. Certamente, para fazer esse tipo de constatação, é por conhecimento de que seu pastor, sua igreja, suas amigadas na igreja ou familiares religiosos pensam diferente.

Eu também sou contra, entendeu? Sou contra de tirar a vida em qualquer situação! Mesmo numa situação complicada como estupro, também, sei que é difícil, mas tirar a vida é complicado! (Sr. Paulo Eduardo, 2021, n.p.).

A resposta do Sr. Paulo Eduardo é breve e diz ser contra tirar uma vida, mesmo em caso de estupro, assim, se fecha ao debate e, ao pensar dessa forma, pode-se destacar as palavras de Habermas (2014, p. 81) que diz:

Uma esfera pública politicamente ativa precisa mais do que as garantias das instituições do Estado de direito. Precisa também



de conciliabilidade de tradições culturais e padrões de socialização voltados para uma cultura política de uma população acostumada com a liberdade.

Uma vez que o templo pode ser considerado, não apenas onde se cultua a Deus, mas, também, um lugar em que se faz política, pode-se dizer que é o locus de uma esfera pública. Contudo, apenas será politicamente ativo, nos termos citado, caso seja conciliador e propicie a socialização de seus indivíduos, no sentido de um fazer política com liberdade. Entretanto, pode-se ser um espaço fechado, que não constitui o princípio de liberdade e a política que se pratica assume o caráter unilateral.

Eu acho que essas três posições colocadas aí, né? De decisões, né? Do que fazer, do que não fazer com o aborto, com essas eu concordo, tem que ter o aborto sim! Porque, vamos falar na questão, criança venha com problema [...], criança nasce com problema, aquele casal já não tem uma renda boa, aquilo ali vai acarretar prejuízo, infelicidade para aquele casal [...], chega uma hora que eles não conseguem comprar um remédio. Porque remédio para criança especial, eu acompanho bastante, né? A gente faz um trabalho de equoterapia com crianças, né? Quem fazia era a polícia montada aqui de Rio Claro, hoje não tem mais, hoje tem um projetinho com amigos que disponibilizaram cavalos, a gente faz. Infelizmente, isso também acarreta, também, num prejuízo, mas um gasto também do governo, governo tem que gastar muito com isso [...]. Se for levar perante Deus, assim, não teve nenhuma malícia assim de vida, né? Então aquele ser, aquela alma, está salva! Então pode se abortar [Explicação anencefalia]. Vamos partir para o caso do estupro [...], a mulher é violentada, beleza, uma vida, criança, vai vim bonita, linda, perfeita, mas ela vai olha pra aquela criança ela vai ver da cara do caboclo que fez aquilo com ela, pro resto da vida dela. Entendeu? [...]. Eu penso dessa forma! Então eu concordo que tenha que ter o aborto nessa parte. Porque não foi feito com a vontade dela, né? [...]. Sim! A questão do aborto! (Sr. Marcelo Oliveira, 2021, n.p.).

A resposta acima é do representante a vereador derrotado nas eleições municipais de 2020 que ao demonstrar pouco conhecimento concorda com o aborto em quaisquer situações. Equivoca-se, sobremaneira, ao se referir ao aborto de anencéfalos como aborto de qualquer outra malformação congênita, acrescenta a isso a falta de estrutura financeira de uma família para cuidar de uma criança especial e o Estado que tem despesa com esses casos; uma breve leitura mostra o total despreparo e no momento em que foi explicado ao entrevistado o que seria anencefalia, parte para outro exemplo. Cabe apenas destacar que o entrevistado é a favor do aborto.

Eu penso, no meu modo de pensar, nessa parte do aborto, eu sou contra aborto! Por que o aborto não é, como fala, uma coisa, que é normal, entendeu? Então você tira a vida de uma pessoa, isso é crime! Mas no caso que eu penso, da mãe correndo o risco de vida, então ou salva a mãe ou salva a criança, concordo no aborto! Agora, no caso, também, de um estupro que você não sabe o depois que que essa mãe vai ter no futuro, mas isso é tudo consequência do começo aborto não depois de já ter gerado uma criança também, então eu concordo com o aborto nessa parte! Agora com o aborto espontâneo, não! Tirar uma vida normalmente porque não quer, aí não! Quanto há um risco de vida, algum trauma, vai prejudicar, vai nascer uma criança que já viu, vai ter problema no futuro, então aí é diferente! (Sr. Bernardo, 2021, n.p.).

O Sr. Bernardo é favorável ao aborto nos termos em que o Supremo Tribunal Federal decide – estupro, feto anencéfalo e risco de morte da gestante –, contudo, enquanto prática de aborto espontâneo, ou naquilo que o entrevistado se refere, segundo interpretação, ao aborto descriminalizado, mostra-se contrário. A descriminalização do aborto é outro assunto que divide opiniões, como já observado em parágrafos acima, e mesmo os pressupostos que o permitem fazem com que os debates entre opiniões favoráveis e contrárias, nesse último caso muito menos presente, sejam pauta de deputados federais e senadores ou mesmo de plebiscito.



Com relação aos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém, pode-se destacar que ainda que as respostas contenham explicações bíblicas acerca de Deus estar no comando de todas as coisas, ou Ele dá a vida e só Ele pode tirar, três dentre os cinco entrevistados relativizam suas visões de mundo quanto ao aborto; dessas três respostas apresentadas duas são de homens e apenas uma de mulher; as demais, no caso de dois entrevistados, são contrárias ao aborto, sendo uma mulher e um homem.

Com relação aos membros da Igreja Internacional da Graça de Deus, pode-se destacar que dos cinco entrevistados, três são favoráveis e dois são contrários. Dentre eles, dois são favoráveis ao aborto nos termos da lei e um relativiza nos casos de estupro e feto anencéfalo. Destaque para os dois homens entrevistados que são favoráveis e uma mulher que relativiza.

Se comparadas as respostas dos membros da Assembleia de Deus – Ministério do Belém e da Igreja Internacional da Graça de Deus, observar-se-á que seis dentre dez entrevistados relativizam a questão do aborto. Desses seis, dois são favoráveis nos termos da lei; os demais relativizam entre os casos de estupro e feto anencéfalo. Assim, a maioria dos entrevistados, ou 60% deles, é favorável ao aborto em alguns de seus aspectos. Essa maioria está em desacordo com o que propõe a Bancada Evangélica na Câmara Federal que se posiciona contrária ao aborto em qualquer natureza.

Pode-se refletir acerca dos motivos que levam os homens serem mais compreensivos em uma questão que é do universo feminino. Tal fato estaria para o homem como ser político que, mesmo que não posua consciência disso, detém o poder de fala, de decisão, maior que o da mulher, ainda que vítima. Nesse caso, mesma na condição de vítima de abuso físico tácito, ainda que sofra com a dor mental de traumas experienciados, não se sente no direito de reclamar o aborto. Ou, ainda, podem mostrar as respostas masculinas como um avanço no sentido de uma abertura maior para se colocar no lugar do outro, no caso da(s)



mulher(es) que sofrem violência, no sentido de postular um Direito Positivo, em que concordam pelo menos com alguns pressupostos dele.

O crescimento da Bancada Evangélica foi demonstrado entre as legislaturas 2006 até a última eleita em 2018. Atualmente, os evangélicos representam 16,56% das cadeiras ocupadas dentre as 513 existentes, são 85 deputados federais, número maior que o partido com mais representantes eleitos. Esse percentual é significativo e oferece aos evangélicos voz no espaço político, fato de extrema importância para que possam expor suas pautas e projetos de leis.

A denominação evangélica com maior representação é a Assembleia de Deus, seguida pela Igreja Universal do Reino de Deus, a primeira do ramo Pentecostal e a segunda Neopentecostal. No total, os Pentecostais possuem maior número de representantes e são, segundo doutrina, mais apegados aos costumes que as igrejas Neopentecostais, o que não inviabiliza o voto da segunda pela vida, contra união de pessoas do mesmo sexo, contra aborto, dentre outras pautas que são conservadoras.

As pautas defendidas pela Bancada Evangélica na Câmara Federal possuem características conservadoras, ou, se preferir, contrárias a uma sociedade pós-tradicional que caminharia para a secularização e a privatização da vida religiosa. Ao contrário, as pautas defendidas vão ao encontro de justificativas baseadas em explicações bíblicas como fundamento, o que representa um retrocesso social e político e, de certa forma, faz com que a política fique refém da religião. Dessa forma, a secularização da sociedade ocorre em alguns aspectos e para alguns setores da sociedade. Todavia, a força da religião, ou do cristianismo, enquanto fomentadora da coesão social não pode ser menosprezada.

Com relação aos membros das denominações pesquisadas pode-se concluir: a) segundo o que se pode constatar, não possuem conhecimento acerca das propostas da Bancada Evangélica na Câmara Federal; b) ao entrar na temática sobre a união estável de pessoas do mesmo sexo, todos os entrevistados se mostram contrários e c) com relação à



questão do aborto, a maioria, ou seis dentre dez, demonstrou opiniões relativas ou favoráveis.

Com a ressalva de que todos os membros compartilham da contrariedade à união estável de pessoas do mesmo sexo, quando a questão é o aborto mostram-se menos conservadores e apoiam o texto da lei. O que significa que nem sempre os membros estão de acordo com o que seus líderes, pastores e deputados federais eleitos ditam enquanto diretriz e relativizam, segundo suas visões de mundo, o que pensam sobre o aborto. Assim, a suposta hipótese de que os membros acompanhariam seus líderes não é verdadeira e mesmo que exista um discurso oficial por parte das denominações, seus adeptos possuem capacidade cognitiva para exporem suas próprias opiniões.

Em contexto pós-tradicional, a atuação da Bancada Evangélica é conservadora, o que representa um retorno às tradições que estão cada vez mais perdendo significado. Todavia, as mudanças que as sociedades passam, no caso particular a sociedade brasileira, em seus costumes e novas demandas fazem com que alguns setores reajam com efeito reverso. Caso a sociedade queira avançar no sentido da pós-modernidade, deve manter diálogo constante e o discurso político aberto desde que religiosos e não religiosos estejam dispostos a, de certa maneira, abrir mão de parte de suas convicções no sentido do bem comum, ou seja, para aquilo que for melhor para o conjunto da sociedade.

## Referências

Brasil. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do novo congresso**: legislatura 2011 – 2015. Brasília: DIAP, 2010.

Brasil. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do novo congresso**: legislatura 2015 – 2019. Brasília: DIAP, 2014.

Brasil. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do novo congresso**: legislatura 2019 – 2023. Brasília: DIAP, 2018.

Brasil. Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. **Radiografia do novo congresso**: legislatura 2007 – 2011. Brasília: DIAP, 2006.





Câmara, S. **Requerimento 1050 de 2019**. Requer registro da Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional. Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente\\_Parlamentar/54010-integra.pdf](https://www.camara.leg.br/internet/deputado/Frente_Parlamentar/54010-integra.pdf). Acesso em 10 jan. 2020.

Cunha, E. **Projeto de lei 7382 de 2010**. Penaliza a discriminação contra heterossexuais e determina que as medidas e políticas públicas antidiscriminatórias atentem para essa possibilidade. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: [www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=772783&filename=Tramitacao-PL+7382/2010](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=772783&filename=Tramitacao-PL+7382/2010). Acesso em 14 jan. 2016.

Conselho Federal De Psicologia. **Resolução CFP nº 001/99 de 22 de março de 1999**. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília: CFP, 1999. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf). Acesso em 14 jan. 2020.

Feliciano, M. **Projeto de lei 8099 de 2014**. Ficam inseridos na grade curricular das Redes Pública e Privada de Ensino, conteúdos sobre Criacionismo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: [www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1286780&filename=PL+8099/2014](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1286780&filename=PL+8099/2014). Acesso em 14 jan. 2016.

Ferreira, A. **Projeto de Lei nº 6583/2015**. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013). Acesso em 14 jan. 2020.

Ferreira, A. **Projeto de decreto legislativo 234 de 2011**. Susta a aplicação do parágrafo único do Art. 3º e o Art. 4º, da Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº 1/99 de 23 de Março de 1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília: Câmara dos Deputados, 2011. Disponível em: [www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1082283&filename=Tramitacao-PDL+234/2011](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1082283&filename=Tramitacao-PDL+234/2011). Acesso em 14 jan. 2016.

Habermas, J. **Entre naturalismo e religião: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.

Habermas, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

Kokay, E. **Projeto de lei 7382 de 2010**. Penaliza a discriminação contra heterossexuais e determina que as medidas e políticas públicas antidiscriminatórias atentem para essa possibilidade. Brasília: Câmara dos Deputados, 2010. Disponível em: [www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1351876&filename=Tramitacao-PL+7382/2010](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1351876&filename=Tramitacao-PL+7382/2010). Acesso em 14 jan. 2016.


Lafer, C. **A reconstrução dos direitos humanos: Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.



Malta, M. **Proposta de Emenda à Constituição** n° 29 de 2019. Altera a Constituição Federal para acrescentar no art. 5º, a explicação inequívoca da inviolabilidade do direito à vida desde a concepção. Brasília: Senado Federal, 2015. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleggetter/documento?dm=3455035&ts=1630409111115&disposition=inline>. Acesso em 14 jan. 2020.



# “MAIS BRASIL, MENOS PT”: A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO BRASIL LIVRE NAS MANIFESTAÇÕES PRÓ-GOLPE DE 2016<sup>1</sup>

 João Elter Borges Miranda<sup>2</sup>

O MOVIMENTO BRASIL Livre (daqui para adiante MBL), cuja origem remete às Jornadas de Junho de 2013, foi criado pelo Estudantes Pela Liberdade (EPL), um aparelho privado de hegemonia<sup>3</sup> com ligações e financiamento de origem nacional e transnacional. Durante um breve período ao longo das Jornadas de Junho, integrantes do EPL atuam enquanto MBL na convocação de manifestações. Após as Jornadas, o “projeto MBL” foi deixado de lado, sendo retomado no contexto das eleições nacionais de 2014. Nesse processo de retomada, novos integrantes passaram a integrá-lo, muitos dos quais não possuíam ligação prévia com o EPL.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho é fruto de pesquisa de mestrado em história realizada na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, com bolsa Capes, orientado pelo professor Dr. Gilberto Calil.

<sup>2</sup> Doutorando em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná e pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, na qual é bolsista Capes. Mestre em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Graduado na mesma área pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Integra o Grupo de Pesquisa Estado e Poder e o Direitas, História e Memória. E-mail: recapiari636@gmail.com.

<sup>3</sup> Aparelho privado de hegemonia é como o filósofo italiano Antonio Gramsci denomina a série de organizações que compõe a sociedade civil. Gramsci aponta isso para fundamentar uma noção integral de Estado, o qual, nessa perspectiva, comportaria não só a sociedade política, como tradicionalmente é compreendido, mas também a sociedade civil. No interior dessa, por sua vez, atuariam os aparelhos privados de hegemonia (Gramsci, 2007).



A partir de novembro de 2014, as pessoas que integravam o MBL convocaram uma série de manifestações e realizaram outros atos, como campanhas nas redes sociais, pressão sobre parlamentares, etc. O objetivo principal era a retirada da então presidenta, Dilma Rousseff (PT), do governo. Tiveram o seu momento auge no ano de 2015 convocando e realizando uma série de protestos no país a favor disso. Ao longo daquele ano e durante 2016, o MBL combinou forças com as bancadas compostas principalmente pelo chamado “baixo clero”, estando à frente do processo o ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, na época filiado ao então Partido Democrático Brasileiro (PMDB), hoje denominado Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O MBL fez isso com o intuito de impulsionar a derrubada da então presidenta, além de constituir uma relação orgânica com a sociedade política, de modo a melhor enraizar a sua agenda neoliberal no interior do Estado em sentido restrito. A partir de 2016, irá se aproveitar de todo esse capital político e participará das eleições, com plataformas programáticas fundamentadas nos preceitos neoliberais, defendendo pautas como Escola Sem Partido e fim das cotas raciais.

O MBL promove intensa atuação nas redes sociais, propagando uma série de publicações em ataques à esquerda e em defesa da agenda neoliberal, constituindo considerável fluxo de informações. O papel desempenhado pelos seus intelectuais em manifestações, na grande mídia e nas câmaras estabelece um conjunto de ações importantes no espaço público, promovendo debates com alcances nacionais e mundiais, acarretando impactos práticos e materiais para o país e o mundo, com o papel de criar uma nova racionalidade.

O MBL se tornou uma organização com grandes dimensões, com capilaridade para recrutar e treinar quadros em várias regiões do país, elaborar e distribuir materiais panfletários e didáticos, realizar uma série de publicações diárias nas redes sociais, dentre outras ações. À medida que o aparelho ganha visibilidade midiática, passou a ampliar a sua capacidade de mobilização, estabelecendo ligações com diferentes



setores, desde políticos do baixo clero, aparelhos privados de hegemonia defensores da ideologia de mercado, até empresários da burguesia nativa e internacional.

## 1. A atuação partidária do MBL em 2014

Alexandre Santos, que viria a ocupar a coordenação nacional do MBL, conta em entrevista à pesquisadora Fanny Vrydagh, que pouco antes das 20h do domingo da eleição de 2014 havia recebido do gabinete do PSDB da capital paulista que Neves tinha vencido. Mas, logo em seguida, veio o resultado do pleito. “E aí! Perdido! Fiquei muito indignado”, afirmou Santos. Diante disso, combinou com o irmão, Renan Santos, de realizarem uma manifestação (Vrydagh, 2020, p. 73-74).

Os irmãos Santos marcaram a primeira manifestação para o dia primeiro de novembro, seis dias após o resultado das urnas. O ato conseguiu levar cerca de 2.500 pessoas às ruas de São Paulo, capital, segundo dados da Polícia Militar (PM). À frente do ato estavam, dentre outros, Renan Santos, Alexandre Santos e Paulo Martins, o qual nas eleições de 2014 foi candidato pelo Partido Social Cristão (PSC) no Paraná, mas não conseguiu vencer (Uribe; Lima; Lima, 2014).

“Boa tarde, reações”, cumprimentou ao microfone Paulo Martins. “É inegável que o PT constrói uma ditadura no país”, acrescentou, sob fortes aplausos do grupo, que mais tarde seguiu em caminhada para a Avenida Paulista. Na ocasião, Lobão estava presente. Com uma bandeira do Brasil sobre os ombros, o cantor defendeu a recontagem dos votos e negou que a ação se tratava de um golpe. “Não tem ninguém aqui golpista”, disse ao microfone. Eduardo Bolsonaro, na ocasião recém-eleito deputado federal por São Paulo pelo PSL, foi apresentado ao microfone do carro de som do MBL como “alguém de uma família que vem lutando muito pelo Brasil”. Em sua fala, o filho de Jair Bolsonaro afirmou que o pai será candidato às eleições em 2018 e que se tivesse sido em 2014 teria “fuzilado” a presidenta. Parcela das e dos



manifestantes eram favoráveis ao *impeachment*, outros à intervenção militar (Uribe; Lima, 2014).

Vale observar que as insígnias do MBL, muitas das quais o acompanham até hoje, já foram colocadas nesse primeiro ato: um partido com um inimigo claro, a esquerda, o que fica evidente com o ataque realizado não só ao recém-eleito Governo Dilma, como também ao parlamentar do PSOL; e um partido de direita que procura se distanciar da direita tradicional, acionando signos da cultura pop. Procura se distanciar também da chamada “velha política”, ao afirmar que se trata de um movimento policlassista, multirracial, pluriétnico.

O fato de o MBL não apoiar a intervenção militar acabou gerando atritos com um segundo carro de som presente no ato, o qual estava ocupado por integrantes do chamado Revoltados Online e simpatizantes da intervenção. O Revoltados Online foi criado pelo empresário paulista Marcello Reis. Nos tempos do golpe, Reis – invariavelmente usando boné e óculos escuros – aparecia em vídeos conclamando a saída do PT da política nacional, não raro aos berros e xingamentos. A sua página no Facebook alcançou dois milhões de seguidores (Pavarin, 2017).

Após a primeira, foram marcados, para o dia 15 de novembro, atos em uma série de cidades. As primeiras para as quais convocaram foram São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro. Em seguida, chamaram atos para Maceió, Florianópolis, Campo Grande, Belo Horizonte, Fortaleza, Natal, Belém e Aracaju. Em praticamente todas as cidades, traziam na chamada o título “Mais Brasil, menos PT”.

É interessante observar que nesse esforço de convocação para as pessoas irem às ruas por “Mais Brasil, Menos PT”, o MBL adota elementos nacionalistas para gerar maior adesão. A própria data do ato, 15 de novembro, vai nesse sentido. As cores verde e amarelo estampadas no logo do partido, nas publicações nas redes sociais, na camisa da CBF e nos painéis de convocação para os atos são alguns emblemas dessa fase do MBL. O verde e o amarelo, retirados da bandeira nacional, serão as marcas do partido no período em que os seus esforços estavam em sua



maior parte voltados para gestar a derrubada do Governo Dilma, o que ensejou no golpe de 2016.

Historicamente, a “pregação” nacionalista em sua vertente de extrema-direita possui como elementos fundamentais a oposição à interferência do “capitalismo internacional” no Brasil, o apelo patriótico à “tradição” e a proposição de um projeto nacional centralizador. Esses elementos que, segundo o historiador Gilberto Calil, estão presentes no nacionalismo integralista nos anos 30 (Calil, 2001), não estão na ação partidária do MBL. Nesse, limita-se a adoção genérica de seus principais símbolos, como as cores da bandeira, de modo a conquistar maior inserção nos setores mais conservadores da população que foram às ruas nas Jornadas de Junho de 2013 no instante em que a luta promovida no início dessas manifestações foi subvertida, processo sobre o qual comentamos anteriormente; assim como saíram às ruas a partir de 2014 para lutarem pelo *impeachment* e outras pautas.

Limita-se aos aspectos simbólicos porque o projeto de sociedade do MBL engloba um plano econômico em que a crítica ao suposto intervencionismo estatal na economia brasileira, acompanhada da defesa de imposição de limites à intervenção do Estado na economia, é um aspecto central de seus marcos ideológicos e programáticos. Atua, assim, em consonância com o neoliberalismo e seus ideólogos. A permissão do investimento estrangeiro no mercado nacional toma o lugar de propostas que se opõem à interferência do “capitalismo internacional”.

A manifestação de 15 de novembro de 2014 em São Paulo chegou a reunir cerca de 10 mil pessoas na Avenida Paulista, segundo a PM. No dia 21 de novembro de 2014, o MBL convocou uma nova manifestação para todo o país, marcada para o dia 6 de dezembro daquele ano. Na mesma semana que chamaram para esse protesto, o Revoltados Online convocou uma marcada para o dia 29 de novembro. O fato de ambas as organizações convocarem atos para datas diferentes evidencia o atrito na relação entre elas. O ato para o dia 6 de dezembro foi convocado conjuntamente com os grupos Vem Pra Rua, Tv Revolta, dentre outros.



Ao longo dos dias que precederam a manifestação, o MBL contou com o apoio de uma série de personalidades políticas, as quais gravaram pequenos vídeos instigando as pessoas a participarem do ato nas capitais em que residem. Contou com a chamada do então deputado Ronaldo Caiado, Romeu Tuma, Pedro Simon, Mara Gabrilli, Espiridião Amin, Aécio Neves, Danilo Gentili, Aloysio Nunes, Paulinho da Força, Agripino Maia, Paulo Ricardo (RPM), dentre outros. O apoio de personalidades como essas estará presente nas mobilizações no decorrer de todo processo que engendrou o Golpe de 2016.

Por meio desse apoio de políticos e personalidades da direita, como Danilo Gentili, o MBL vai constituindo assim uma rede extrapartidária de apoio para as suas pautas, promovendo maior unidade e fortalecimento de uma espécie de frente pró-*impeachment* e, conjuntamente, em defesa da agenda neoliberal.

Apesar de todo o esforço de convocação, o número de manifestantes que foi às ruas nesse dia foi menor, em relação às manifestações anteriores. Ocorreram manifestações em nove cidades: Goiânia, Belém, Belo Horizonte, São Paulo, Niterói, Florianópolis, Maceió, Porto Alegre e Manaus. Além de ter ocorrido em um número menor de cidades, o número de pessoas em São Paulo não superou 5.000 manifestantes, segundo a PM (Martín, 2014).

De fato, o MBL não compactuou com a pauta que defende que os rumos do país devem ser dirigidos por militares, porém, as manifestações que o partido convocou, o grau de conservadorismo, o antipetismo empregado no esforço de mobilização, juntamente com a adoção de emblemas nacionalistas, contribuíram para instigar esses setores mais conservadores, a extrema-direita, a saírem às ruas em 2014 e nos anos seguintes, chegando à Presidência da República em 2018.

No dia do ato, José Serra esteve na manifestação em São Paulo e fez um discurso no qual afirmou que “a democracia não é só eleição. Democracia é um sistema de valores e esses valores estão sendo pisoteados pelo PT” (Lima; Machado, 2014). O tema da corrupção perpas-





sou todas as manifestações convocadas pelo MBL desde a sua retomada, logo após o resultado das eleições de 2014. Dentre outros fatores, isso está relacionado às ações da Operação Lava Jato, deflagrada em março de 2014.

Infladas com as manchetes da grande mídia sobre os casos de corrupção – ação doutrinária perpetrada pela mídia que permeia toda a Nova República – frações da classe média e da alta classe média ocuparam as ruas em massa, principalmente a partir de 2014, seguindo em 2015, para se manifestar contra o Governo Dilma. Os protestos massivos e os “panelaços”, convocados principalmente pelo MBL, Vem Pra Rua e Revoltados Online, paulatinamente, convergiram para a demanda de *impeachment* da presidenta Dilma e explicitavam o ranço antipetista e antigovernista que permeia essa classe.

Concordando com o cientista político Armando Boito Jr., é interessante observar que, em grande medida, a atuação da alta classe média brasileira no país, nesse processo de inflexão da nossa história, é também efeito das políticas que possibilitaram a ascensão social e intelectual das classes mais desfavorecidas. Todas as medidas de investimento nas camadas mais populares – como as cotas raciais e sociais nas universidades e no serviço público, os programas de transferência de renda, a extensão dos direitos trabalhistas às trabalhadoras domésticas, a elevação constante do salário mínimo – são vistas pela alta classe média como uma conta com a qual ela deverá arcar por meio do aumento de impostos. Incomoda também porque fere os seus valores da ideologia meritocrática, além de pôr em risco a reserva de mercado que os seus filhos têm nas universidades e no setor público. Ainda que tenha sido predominantemente essa classe que tenha ocupado as ruas no período, a insatisfação com o governo, assim como com todo o sistema político-institucional, percorria de alto a baixo a sociedade brasileira. Em grande medida, essa insatisfação se deve aos inúmeros casos de corrupção intensamente noticiados pela grande mídia e o aumento vertiginoso do desemprego, da desigualdade, da violência (Boito Jr., 2016, p. 156).



## 2. A atuação partidária do MBL em 2015

O ano de 2015 será áureo para o MBL. Seus integrantes viajavam frequentemente para Brasília firmando contatos com parlamentares e partidos, profissionalizaram as publicações nas redes sociais, sejam as postagens, sejam os vídeos. Ficaram conhecidos nacional e internacionalmente e o MBL expandiu-se para todas as regiões do país, realizou as maiores manifestações já vistas no Brasil e, acima de tudo, conseguiu praticamente atingir o objetivo a que vieram: o golpe. Paralelamente a isso, estava constantemente manifestando apoio à Operação Lava Jato. O que, por sua vez, conjugava-se com o objetivo de golpear o governo petista.

O entendimento aqui é de que o Golpe de 2016, a operação Lava Jato e os governos de radicalização neoliberal seguintes, isto é, Temer e Bolsonaro, estão no interior de um processo histórico que envolve a necessidade de intensificação da expropriação e exploração da classe trabalhadora, via retirada de direitos históricos e arduamente conquistados, o que o “modo petista de governar” não dava garantias de implementação; juntamente interligado com a cobiça de Washington pelo Pré-sal. Embora os governos petistas tenham realizado contrarreformas, haja vista a da previdência promovida por Lula em 2003, o ritmo de aceleração da expropriação e exploração precisava se radicalizar, e tais governos já não davam mais garantias de conseguir realizar isso.

A atuação do MBL em 2015 se inicia já no momento da posse de Dilma, quando realizou ao redor do país uma série de atos. Foi preparado um avião que sobrevoou as praias do Rio de Janeiro com uma faixa com a seguinte inscrição: “Petrolão – Ela Sabia” (Movimento Brasil Livre, 2015<sup>a</sup>). Em Maceió, estenderam uma faixa com a frase: “Dilma de novo. Funeral do Povo. #4anosdeluto #PTrolão” (Movimento Brasil Livre, 2015b). Nas redes sociais, o movimento promoveu a divulgação de uma série de memes, alguns dos quais criticavam a roupa que a presidenta usou na posse, chamando-a, por exemplo, de “bujão de gás”, ex-



plicitando o profundo machismo presente nas ações do MBL. Algo que, também, se manifesta de diferentes maneiras na organização, fazendo-se presente, por exemplo, na composição da direção nacional, composta apenas por homens.

Além dessas manifestações machistas presentes nas páginas oficiais do partido, há uma série de casos de pronunciamentos desse tipo em perfis pessoais de dirigentes e outros integrantes do MBL. Exemplo disso é o que Kim Kataguiri, segundo a colunista do UOL Nina Lemos, publicou em sua conta pessoal no Twitter em 2014: “Sabe qual é a semelhança entre feminista e miojo? Elas ficam prontas em três minutos e são comida de universitário”. Tais casos ilustram, como afirmou Lemos, o ódio às mulheres presente na organização. O machismo é, dessa forma, algo intrínseco ao DNA do MBL (Lemos, 2021).

Em janeiro, então, o movimento limitou-se às ações isoladas. Entretanto, essa postura aparentemente inercial muda logo no início de fevereiro. No dia seis desse mês, compartilhou um vídeo feito por Paulo Eduardo Martins, no qual ele relata o resultado do relatório que o advogado de Fernando Henrique Cardoso, José de Oliveira Costa, encomendou ao jurista Ives Gandra acerca da possibilidade de se realizar o *impeachment* de Dilma. O parecer de Gandra concluiu que havia elementos para que fosse aberto o processo de *impeachment* por improbidade administrativa (Gandra, 2015).

Com a justificativa do parecer produzido por Gandra a pedido do PSDB, o MBL convocou em fevereiro um grande ato nacional em defesa do *impeachment*. Marcado para o dia 15 de março de 2015, foi a primeira vez em que, oficialmente, o partido declara apoio à pauta do *impeachment*.

A primeira lista de manifestações convocadas foi publicada no portal de Luciano Ayan, cujo site está desativado no momento em que escrevemos, fevereiro de 2021. A lista de protestos marcados foi publicada por Ayan no dia 11 de fevereiro de 2015, cinco dias depois de Paulo Eduardo Martins anunciar em vídeo o apoio do MBL à pauta do *im-*



*peachment* (Henrique, 2015). Nesse primeiro momento, havia na lista 18 cidades com manifestações marcadas para o dia 15 de março<sup>4</sup>.

Nesse contexto, Dilma e a propaganda de sua campanha eleitoral insistiam que o rumo da política econômica não seria alterado no seu segundo mandato, caso se reelegeresse. O próprio Guido Mantega, que foi Ministro da Fazenda no primeiro mandato de Dilma, afirmou que haveria continuidade (Martello, 2014). Contudo, como vimos, em seu segundo mandato promove, dentre outras medidas, o aumento da taxa de juros e convoca Joaquim Levy, que estava colaborando com a campanha de Neves, como Ministro da Fazenda. Foi, assim, na contramão de tudo o que disse na campanha, e promoveu a aplicação da agenda neoliberal não mais em sua configuração social-liberal, mas, sim, em uma forma mais regressiva e prejudicial à classe trabalhadora. Além de promover a desmobilização e o abandono do apoio ao governo por parcelas de setores progressistas, o estelionato eleitoral não colheu na economia a melhora que ensejava. O arrocho neoliberal, pelo contrário, aprofundou ainda mais a recessão econômica.

É nesse contexto de crise econômica e traição política que o MBL promove a convocação para mais um protesto, agora oficialmente com a pauta do *impeachment*.

Após o conjunto de traições que a esquerda recebeu dos governos petistas, juntamente com esse estelionato eleitoral, as manifestações pró-*impeachment* não receberam oposição à altura. Por mais que tenham ocorrido manifestações de esquerda no período de meados de 2014 e de 2015, foram significativamente menores do que as promovidas pela direita. Cobraram nesse momento um preço alto a incongruência gerada pelo estelionato eleitoral, o desgaste dos governos petistas provocado pela aplicação da agenda neoliberal, seja

---

<sup>4</sup> As 18 cidades eram: São Paulo, Porto Alegre, Maceió, Florianópolis, Palmas, São Lourenço do Sul, Fortaleza, Londrina, Blumenau, Joinville, Tubarão, Natal, Belém, Manaus, Sorocaba, Brasília, Vinhedo e Caxias do Sul (Henrique, 2015).

em sua configuração social-liberal, seja em seu formato mais radical no segundo mandato de Dilma. Além disso, cobraram um preço alto o abismo entre os dirigentes petistas e a base, o isolamento da esquerda socialista provocado pelos governos petistas, o enfraquecimento dos instrumentos da classe trabalhadora, como as grandes centrais sindicais, aparelhadas pelas cúpulas petistas e seus governos. Mesmo assim, houve manifestações em defesa da democracia.

Entretanto, as manifestações do dia 15 de março de 2015 conseguiram reunir um número mais significativo de pessoas do que as anteriores. A Polícia Militar estima que, em seu conjunto, 2,2 milhões de pessoas tenham comparecido aos atos. Os cinco estados em que tiveram maior adesão foram São Paulo (1,1 milhão), Rio Grande do Sul (197 mil), Santa Catarina (177 mil), Paraná (111 mil) e Rio de Janeiro (106 mil)<sup>5</sup>. Houve ainda atos convocados para fora do país para brasileiros residentes em Nova Iorque, Miami e Orlando, nos EUA, Zurique (Suíça), Bruxelas (Bélgica), Londres (Inglaterra) e até em Santa Cruz de la Sierra, na Bolívia (Lima, 2015).

Em grande medida, a discrepância no que tange a número de manifestantes entre os atos da esquerda e os da direita, se deve, para além dos fatores citados anteriormente, a toda a mobilização realizada nas semanas anteriores, sendo um dos convocadores o MBL. Como veremos a seguir, para essa mobilização, contou com o apoio da mídia corporativa, da convocação conjunta de outros aparelhos e do incentivo às pessoas irem às ruas feito por políticos, intelectuais de direita e celebridades.

A Folha de S. Paulo chegou a ceder espaço para Kim Kataguirí e Renan Santos escreverem um artigo, no qual mobilizam as pessoas a irem

<sup>5</sup> No restante dos estados, segundo a PM, os números foram os seguintes: Espírito Santo (100 mil), Minas Gerais (70 mil), Goiás (63 mil), Pará (46 mil), Distrito Federal (45 mil), Mato Grosso do Sul (38 mil), Mato Grosso (33 mil), Ceará (20 mil), Roraima (19 mil), Bahia (19 mil), Pernambuco (17 mil), Amazonas (13 mil), Rondônia (12 mil), Tocantins (10 mil), Alagoas (10 mil), Acre (6 mil), Pernambuco (4 mil), Piauí (4 mil), Maranhão (3 mil), Roraima (2 mil), Amapá (1,5 mil) e Sergipe (900) (Coronato; Vergotti, 2015).



ao ato (Kataguirí; Santos, 2015). A convocação para o ato do 15 de março foi também incessante nas redes sociais. No Facebook, as publicações se resumiam a postagens de mobilização para a manifestação e aquelas de propagação de seus marcos ideológicos e programáticos. Com as postagens, buscavam conquistar o apoio da pequena burguesia, de comerciantes e pequenos empresários e da alta classe média de modo geral.

Junto com a mobilização para o ato, uma série de painéis nas principais cidades do país ocorreu, geralmente em momentos em que a então presidenta Dilma fazia um pronunciamento.

A convocação para a manifestação do dia 15 de março se deu conjuntamente com os grupos Vem Pra Rua, Tv Revolta, O Antagonista, Revoltados Online, Acorda Brasil, Avança Brasil, Juntos Pelo Brasil, Movimento Parlamentar Pró-impeachment, dentre outros. Junto às organizações, uma série de personalidades políticas<sup>6</sup>, celebridades<sup>7</sup> e in-

<sup>6</sup> Dentre a série de políticos que compuseram os atos, alguns exemplos são os então senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), braço direito de Aécio Neves na campanha presidencial de 2014, e Ronaldo Caiado (DEM-GO), e os então deputados Carlos Sampaio (PSDB-SP), José Aníbal (PSDB-SP) e Marcus Pestana (PSDB-MG) (Guerreiro, 2015).

<sup>7</sup> Pedro Scooby, surfista e ex-companheiro da atriz Luana Piovani, disse aos manifestantes “vá para a rua! Por um Brasil com mais segurança, saúde, educação e sem corrupção”. Como não estava no Brasil, Scooby disse que não poderia ir ao ato. “Mas estou de coração! Muda Brasil”, finalizou. O ex-líder do programa de TV CQC, Marcelo Tas, pediu “manifeste com propostas”. “Aumentar em 10 vezes os ridículos 0,18% do orçamento dedicados à Cultura não dá”, afirmou. Márcio Garcia, ator, esteve na manifestação que ocorreu no Rio de Janeiro no dia 15 de março de 2015 e disse que o ato pode ser “o primeiro dia de um novo Brasil”. Solicitou que os atos sejam “incisivos, mas pacíficos”. E continuou afirmando “que sejamos muitos, mas rumo à mesma direção, que sejamos guerreiros hoje mais do que nunca, mas que não percamos a paz que nos faz fortes, donos da razão e merecedores desta melhora que tanto buscamos, precisamos e merecemos”. A atriz Christine Fernandes definiu o governo petista como “corja corrupta” e afirmou que os atos são “sem partido”. A apresentadora Ellen Jabour, as atrizes Regina Duarte e Solange Couto, o ator Duda Nagle, o apresentador Otávio Mesquita e a modelo Daniella Sarahyba estiveram na manifestação (Folha de S. Paulo, 2015a). Também estiveram nos atos a cantora Wanessa Camargo e seu pai, Zezé Di Camargo. A cantora cantou o hino nacional em cima de um carro de som na manifestação de São Paulo. Lobão e o jogador de futebol Ronaldo Nazário também estavam presentes (Folha de S. Paulo, 2015b). Lobão, sobre o ato, disse que “é um dia inesquecível, nunca vi nada assim”. Disse ainda que espera que o protesto seja “uma redenção para o povo brasileiro”. O objetivo do músico é que Dilma renuncie. “A situação está ingovernável”, afirmou. Sobre a possibilidade de Michel Temer, do PMDB, assumir a presidência Lobão afirmou: “[os integrantes do] PMDB são umas ratazanas, mas é mais híbrido. Pelo menos não são comunistas” (Rabin, 2015).

telectuais se juntou ao MBL no esforço de levar às ruas as pessoas em defesa do golpe. Aécio Neves também não perdeu a oportunidade de convocar para a manifestação.

As principais lideranças do PSDB naquele momento, como vimos, procuraram atribuir às manifestações esse “ar de espontaneidade” e de legitimidade (“só fortalece a democracia”, disse Alckmin). Entretanto, vale ressaltar que os conglomerados de mídia estavam noticiando com tom de apoio os atos, convocando as pessoas a irem às ruas. Além disso, uma série de artistas estava se mobilizando, além de políticos e intelectuais. Movimentos como o MBL, criado pelo EPL, que possui conexões transnacionais, fizeram a chamada e estavam realizando uma campanha incessante nas redes sociais e na mídia. O objetivo era claro e declarado: golpear a presidenta petista e retirar o “PT do poder”. Diante disso, paira no ar os questionamentos: que espontaneidade é essa que contou com tamanha mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira? Que fortalecimento da democracia é esse que não respeita a decisão das urnas?

Logo após o ato, Bolsonaro concedeu uma entrevista à Folha de S. Paulo em que afirmou que os protestos apoiam o seu pedido de *impeachment* (Gutierrez, 2015), o que, no entanto, não estava visível nas pautas das manifestações. Embora os atos tenham sido realizados em defesa dessa pauta, não estava colocado que todas e todos os manifestantes estavam ali em defesa do projeto de *impeachment* apresentado pelo parlamentar.

No vídeo sobre a manifestação do dia 15 de março de 2015, o MBL convocou para um novo ato, marcado para o dia 12 de abril do mesmo ano (Movimento Brasil Livre, 2015c). É interessante observar que a convocação para esse ato, assim como em grande parte dos atos marcados para o dia 15 de março, ficou a cargo das coordenações estaduais, sendo realizada pelas *fanpages* de cada estado/região/cidade. É interessante observar também que a convocação para um novo ato se dava logo após o anterior.



Foi, assim, o MBL quem escolheu o dia 12 de abril como o novo *round* contra o Governo Dilma – e, depois, o Vem Pra Rua e o Revoltados Online se juntaram à convocatória.

Em um vídeo publicado em 20 de março na *fanpage* nacional do MBL, Fernando Holiday afirma que “existem grupos que foram às ruas no último domingo [15 de março] – e que, posteriormente, na imprensa defenderam a pauta da reforma política” (Movimento Brasil Livre, 2015c). Holiday está se referindo ao Vem Pra Rua, já que, no dia seguinte ao protesto do dia 15 de março, a sua porta-voz afirmou que o protesto era contra a corrupção e a “organização criminosas” que “aparelhou” o país, em referência ao PT. Ou seja, enquanto o MBL possui uma posição mais clara em defesa do golpe, o Vem Pra Rua ainda insistia com o discurso de que as acusações de corrupção deveriam ser investigadas e punidos os corruptores supostos. O que, para o MBL, significava ficar “em cima do muro”, como afirmou Martins e que apontamos anteriormente.

O ataque do MBL não era dirigido somente ao VPR, mas também à oposição como um todo, com destaque para o PSDB. Em um debate organizado pela Folha de S. Paulo, entre Holiday e Cláudio Camargo, do Quero Me Defender, aquele afirmou que a função das manifestações é forçar a oposição a parar de adotar uma posição “frouxa”, como faz o PSDB, “que não condiz com o que as pessoas estão pedindo”, e “fazer seu trabalho” (Folha de S. Paulo, 2015c).

As divergências entre o MBL e o VPR evidenciam que os protestos, assim como o movimento de mobilização para eles, não eram unânimes, muito menos monolíticos. Havia várias tendências de direita, além de segmentos da centro-direita. Temos grupos de extrema-direita, uma direita moderada, como o VPR, e uma direita radical, como o MBL.

Durante o protesto do dia 12 de abril, o MBL anunciou que iria realizar uma marcha para Brasília, que teria início no dia 17 de abril de 2015, com saída da Praça Pan-americana, zona oeste de São Paulo, com meta de chegada à capital federal em 20 de maio, quando fariam uma





grande manifestação. Denominou a ação de Marcha Pela Liberdade (Folha de S. Paulo, 2015d) e, mais tarde, mudou a previsão de chegada para o dia 27 de maio.

O Vem Pra Rua também declarou que iria à Brasília. Rogério Chequer disse que representantes de 50 movimentos iriam apresentar a pauta das ruas ao Congresso no dia 15 de abril. Tais movimentos criaram a chamada Aliança dos Movimentos Democráticos, a qual, meses depois, foi renominada de Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos. Em agosto de 2015, era composta por 44 movimentos<sup>8</sup>.

As propostas que o MBL levou em mãos à Brasília são muito claras no sentido de promover a radicalização do processo de aplicação e enraizamento do neoliberalismo no país. O “modo petista de governar” já não aplicava a agenda contrarreformista na velocidade desejada. Conseguiram materializar nas reivindicações o anseio de que, para que as contrarreformas fossem de fato aplicadas, primeiro haveria a necessidade de trocar o governo.

Após o MBL ter realizado atos que, segundo os cálculos generosos da PM, reuniu milhões de pessoas, os mais de 1.175 quilômetros entre São Paulo e Brasília tinham tudo para ser percorridos pela Marcha na companhia de milhares de pessoas vestindo verde e amarelo ao som do Hino Nacional e do Pai Nosso. O ambiente propício havia sido criado. O dia, o horário e o evento no Facebook também foram criados. Mas, ao

<sup>8</sup> Os 44 movimentos que compunham a Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos eram as seguintes: 2.000.000 – Dois Milhões de Brasileiros Unidos pelo Brasil, Acorde, Amazonas em Ação, Avança Brasil Maçons.BR, Brava Gente Brasileira, BHCC – BH Contra a Corrupção, Brasil Limpo, Brasil Melhor, Central das Manifestações, Chega de Impostos, Diferença Brasil, Eu Amo o Brasil, Face do Norte, Fora Dilma Vitória, Gigantes Brasileiros, IDE – Instituto Democracia e Ética, Jovens Transformadores, Levanta Sacode e Poeira, MBR – Movimento Brasil, MCB – Movimento Cidadania Brasil, MEB – Movimento Endireita Brasil, Movimento 31 de Julho, Movimento Civil XV de Março, Movimento de Rua MS, Movimento Cariocas Direitos, Movimento Muda Brasil Juiz de Fora, Movimento pela Ética, MPB – Movimento Pró Brasil, Nação Digital, Nas Ruas, Nós Somos Oposição, OMB – Ordem dos Médicos do Brasil, O Meu Partido é o Brasil, Organização Contra a Corrupção, Pátria Livre, Patriotas, Queremos Ética na Política – QEP, Que Brasil Nós Queremos?, Reage Brasil, Renova Brasil, Somos 51 Milhões, UPB – Unidos Pelo Brasil, VPR – Vem Pra Rua e Xô Corrupção! (Estadão, 2015).



invés de sair uma multidão no dia 24 de abril, ninguém apareceu. E lá foram eles<sup>9</sup>. Seguiram pela rodovia Bandeirantes até Jundiá, 57 km de São Paulo, quando pegaram a Anhanguera e nela ficaram até a capital federal. Em muitas cidades que passavam, encontravam com vereadores e/ou prefeitos, além de alguns apoiadores da cidade, que realizavam pequenas intervenções. Seguiram nesse ritmo até chegarem em Brasília. Chegaram, então, no dia 27 de maio e, acompanhados por parlamentares da oposição, se encontraram com Eduardo Cunha, quando protocolaram o pedido de *impeachment* feito pelo partido. É nessa ocasião que tiraram a famosa foto com Cunha e parlamentares do baixo clero, dentre eles Jair Bolsonaro, Onyx Lorenzoni e Mendonça Filho.

É no mínimo muito emblemático ver a manifestação do MBL, nas ruas de Brasília, seguir direto para a rampa do congresso, adentrando na câmara para uma reunião com o seu presidente. Como afirmou Flavio Casimiro, os aparelhos da nova direita passam a integrar crescentemente o Estado, em seu sentido restrito, isto é, a sociedade política (Casimiro, 2018). O MBL já vinha antes atuando diretamente com os parlamentares, é o caso, por exemplo, da comitiva de coordenadores que foram se encontrar com deputados da oposição. Porém, a entrega em mãos de Eduardo Cunha do pedido de *impeachment* sela uma nova fase do MBL, oficializada no seu primeiro congresso nacional – realizado meses depois, em novembro de 2015 – de enfoque na atuação na sociedade política. O que, por sua vez, não significou o abandono da sua base e da atuação nas ruas.

Em junho, o MBL anunciou que iniciaria a terceira fase de ações em prol do *impeachment*. Em vídeo publicado na *fanpage* nacional, Fer-

---

<sup>9</sup> Em Jundiá, os membros que participavam da Marcha eram: Daniel Jaime, de Criciúma (SC); Caique Mafra, de São Luís (MA); Marcel, de Jundiá (SP); Roberta Born, de Porto Alegre (RS); Walter, São Paulo, capital; Fabrício Melos e Raquel Lindre, de Cascavel (PR); Igor Yuan, Curitiba (PR); Antonio Carlos, Votuporanga (SP); Renan Santos, Vinhedo (SP); Ian Agarcas, Florianópolis (SC); Felipe Alberto, Ourinhos (SP); Jean Franco, São Paulo, capital; Kim Kata-guirí, Santo André (SP); Diego e Vitor, de Jundiá (SP); Fernando Holiday, Carapicuíba (SP) (Movimento Brasil Livre, 2015d).

nando Holiday afirmou que a primeira fase foi composta pelas manifestações de 15 de março e 12 de abril, a segunda a Marcha pela Liberdade, e agora a terceira seria feita por meio do Placar Fora Dilma, “que é um site<sup>10</sup> onde iremos expor publicamente a posição de cada deputado relativo ao *impeachment* da presidente Dilma Rousseff”<sup>11</sup>. O site do Placar Fora Dilma se encontra hoje fora do ar.

Além disso, o MBL afirmou que enviaria toda terça-feira uma equipe ao Congresso Nacional “para também pressionar os parlamentares e já confirmar quem está com o povo e quem está pela corrupção. Além disso”, “foram criados grupos no Facebook para ajudar na mobilização de pessoas para atos com cada deputado”. Para cada parlamentar “que se negar a apoiar o *impeachment* ou ficar em cima do muro, faremos grandes campanhas nas cidades nas quais esses políticos são votados, expondo a posição deles em cartazes, panfletos, *outdoors* e carros de som” (Kataguirí, 2015).

Nas idas ao Congresso Nacional, a intimidação de parlamentares governistas e/ou contrários ao golpe ocorria frequentemente. Um dos casos foi com a então deputada Benedita da Silva (PT-RJ). Enquanto isso, o MBL realizava pequenos atos em diferentes lugares do país. Por exemplo, na Bahia, o MBL no estado e pelo menos outras sete organizações que capitanearam os protestos contra o governo organizaram um ato em frente ao local onde seria o 5º Congresso Nacional do PT (Pitombo, 2015). Em São Paulo, o MBL varreu os arredores do Instituto Lula, situado na zona sul de São Paulo, e usaram produtos de limpeza como símbolo para “eliminar a sujeira acumulada pelo PT” (R7 Notícias, 2015).

No dia 20 de junho de 2015, o MBL anunciou que realizaria uma “mega manifestação”, conjuntamente com o Vem Pra Rua e o Revoltados Online, marcada para o dia 16 de agosto. Ocorreram atos em 26 estados e ao menos em 291 cidades, das quais 17 foram no Norte, 13 no

<sup>10</sup> Disponível em: <http://placarforadilma.com/>.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=301054543352029>.



Centro-Oeste, 40 no Nordeste, 138 no Sudeste e 83 no Sul. Segundo a PM, ao todo foram 879 mil pessoas nas manifestações; 465 mil em São Paulo, segundo a Polícia. Segundo a organização, em São Paulo havia 1 milhão de pessoas. Segundo a PM, em 110 municípios tiveram atos com número de até 5 mil pessoas, 17 de 5.001 a 20.000 e oito cidades com manifestações em que estiveram um número acima de 20.001 manifestantes. Em 156 cidades não foram contabilizados os números de pessoas pela polícia (Vergotti; Tonglet; Coronato, 2015). O MBL também realizou uma contagem do número de pessoas presentes nas manifestações. Ao todo, apontaram que estiveram nos atos 2.182.890 manifestantes (Movimento Brasil Livre, 2015e).

Embora noutros atos os políticos tenham sido rechaçados, isso não ocorria com pessoas como o então deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), o qual “subiu no carro do movimento [MBL] com uma bandeira do estado de São Paulo nas costas. Não discursou, mas tirou fotos e acenou para a multidão. Não houve vaias nem protestos contra a presença do deputado” (Ferrari, 2015). Entretanto, na manifestação de 12 de abril, o deputado Pastor Everaldo tentou fazer o mesmo, subir ao carro de som do MBL, acenar para os manifestantes, etc., mas foi impedido pelos integrantes, porque o movimento afirmou ser “apartidário” (Marques; Lima, 2015).

## Considerações finais

Nas semanas seguintes, novas manifestações e operações foram realizadas pelo MBL, juntamente com a série de organizações apontadas. Assim, impulsionado por interesses do campo político e financeiro nacional e internacional, pretensamente justificado por uma série de jargões da casta político-burocrática, defendido pela mídia corporativa local e internacional, atravessado por uma sociedade excitada e cindida ao meio, ancorado numa profunda crise econômica, orquestrado por cálculos partidários e processado num *modus operandi* diferente do



visto em tempos anteriores, o Golpe de 2016 deixou evidente que chegou ao limite a maneira de evitar o confronto aberto de posições, pois o sistema político-institucional não poderia mais funcionar nos mesmos termos que funcionou ao longo das últimas décadas. Por tudo isso, 2016 marca um momento de inflexão na história do país que sem medo poderíamos dizer que determina o fim da Nova República.

Procuramos no presente trabalho abordar o MBL a partir de uma perspectiva totalizante, não no sentido de esgotar o tema, o que sabemos que é epistemologicamente impossível, mas, sim, de modo a identificar, analisar e dissertar sobre a teia de ações e conexões fundamentais para a sua explicação. O entendimento aqui é de que o MBL se trata de um partido voltado ao policiamento constante do Estado e dos governantes, em defesa do projeto de poder neoliberal. Tendo em vista que esse projeto é defendido pela classe dominante, o MBL atua, então, como uma “patrulha ideológica da burguesia”. Atua enquanto grupo de pressão diretamente sobre as diversas escalas do Estado, de modo a assegurar que, para os governantes, os interesses do capital estejam sempre em primeiro lugar. Progressivamente, isso processa uma espécie de reprivatização não-oficial, de forma a assegurar e ocultar a dominação, para que os dominados não só se mantenham nessa condição, como também não se rebelam contra.

Para Gramsci, “uma associação pode ser chamada de ‘partido político’ somente quando possui sua própria doutrina constitucional, quando consegue concretizar e divulgar sua própria noção da ideia de Estado, quando consegue concretizar e divulgar entre as massas um programa de governo”. E, além disso, quando é capaz “de organizar praticamente – ou seja, em condições determinadas, com [mulheres e] homens reais e não com fantasmas abstratos de humanidade – um Estado” (Gramsci, 2004. p. 25).

Ao longo do período de 2014 a 2016, o MBL realizou a construção disso de diversas maneiras, com destaque para o constante policiamento e pressão sobre políticos, seja para defenderem e votarem favoravel-



mente nas propostas de caráter neoliberal, como o projeto Escola Sem Partido, seja para dizerem sim à medida mais importante para a intensificação da aplicação da agenda neoliberal no país no período: a retirada de Dilma do governo.

Possivelmente, para elencar essa pauta como primordial, bebeu da tese de Hayek, segundo a qual, como aponta Perry Anderson, “as raízes da crise [...] estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária”, realizada de maneira que o “Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais”. Isso teria destruído “os níveis necessários de lucros das empresas e desencadearam processos inflacionários que não podiam deixar de terminar numa crise generalizada das economias de mercado”. Em consequência, supostamente haveria a necessidade de “manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo” (Anderson, 1995, p. 10-11).

Os governos petistas, contudo, além de isolar as centrais sindicais combativas, a esquerda socialista, perpassar um processo de transformismo no interior das organizações da classe trabalhadora próximas ao partido, como a CUT e o MST, foi um funcionário exemplar da classe dominante, aplicando religiosamente a agenda neoliberal em sua configuração social liberal e, quando a burguesia exigiu, procurou deixá-la de lado em nome da ampliação da regressão e das contrarreformas. Para o MBL, entretanto, os governos do PT encarnavam a promoção do “socialismo, totalitário, bolivarianista, estatizante”.

Era hora, então, de acelerar o processo, sendo o Golpe de 2016 o “primeiro passo”, como afirmou o próprio MBL. No decorrer disso, muitas das ações intensificaram e radicalizaram fenômenos que vinham emergindo nos últimos anos, dentre eles: os constantes ataques e deslegitimação das



instituições; ataques à imprensa tradicional; visibilidade para políticos do baixo-clero, como Ronaldo Caiado, Onyx Lorenzoni e Jair Bolsonaro; e criminalização das esquerdas, em especial, do PT e dos instrumentos da classe trabalhadora próximos a ele, como a CUT e o MST.

Para tanto, contou com o apoio dos membros mais destacados de partidos, principalmente os do baixo clero, como Mendonça Filho, Ronaldo Caiado, Onyx Lorenzoni, Jair Bolsonaro e seus filhos e, principalmente, Eduardo Cunha. Contou ainda, nesse processo, com o apoio dos conglomerados de mídia que, com toda a visibilidade oferecida ao MBL, geraram às pessoas que o protagonizavam, principalmente os membros mais destacados, das coordenações nacionais e estaduais, “atalhos” a cargos da sociedade política, como os de parlamentares em câmaras municipais, estaduais e federal. Os meios de comunicação de massa, assim, contribuíram na geração desses atalhos na carreira política, no instante em que convidavam constantemente pessoas que integravam (e, muitos dos quais, ainda integram) o MBL para entrevistas, debates, além de realizar análises sobre as ações do partido, reportagens, etc. À medida que os interesses desses conglomerados e o do MBL se alinharam, a exposição deste por aqueles se tornou uma grande fonte de capital político. Isso, por sua vez, é uma variável fundamental para garantir cadeiras aos quadros do MBL na sociedade política. Não à toa, muitas e muitos dos seus candidatos venceram as eleições em 2016 e 2018, ampliando ainda mais o alcance das ações do partido. Seus integrantes contaram, ainda, com a participação nas manifestações, nos painéis e nas redes sociais de setores mais abastados da classe média.

No entanto, mesmo a pequena burguesia não sairia aos milhares às ruas para lutar por contrarreformas como a da previdência, a do teto de gastos, a trabalhista, ou, ainda, em prol de cortes na educação, saúde, segurança, em benefício do setor privado. Não sairia às ruas para apoiar a restauração do capital puro e simplesmente, em defesa explícita da agenda neoliberal, a qual, como se sabe, é profundamente prejudicial para nós – os de baixo. Por isso, aparelhos da burguesia, como o MBL, precisa-



vam de um “inimigo comum” para unificar e mobilizar as pessoas a irem às ruas. O principal discurso unificador foi a questão da corrupção e o anticomunismo associado a isso. A direita usa esse discurso da corrupção para atacar a esquerda em vários locais do mundo. No Brasil, foi também impulsionado pela Operação Lava Jato, que criminalizou empresas brasileiras e partidos, com destaque para a Petrobras e o PT. O objetivo era atender aos interesses da burguesia transnacional, no que tange a exploração do Pré-sal, que retirou o papel de protagonismo da estatal brasileira, entregando-a “de mão beijada”, como dizem, aos conglomerados estrangeiros; aliado à ampliação da velocidade de implementação da agenda neoliberal, acelerando a locomotiva contrarreformista retiradora de direitos da classe trabalhadora; aceleração essa que teve como passo primeiro a retirada de Dilma do comando.

A “orientação” de que haveria a necessidade de retirar a esquerda do poder e aprofundar a aplicação neoliberal já vinha, contudo, sendo realizada muitos anos antes, por uma série de aparelhos da burguesia. Institutos, ideólogos, eventos, blogs, comunidades em redes sociais, movimentos, partidos não institucionalizados, como Instituto Millenium, Livres, Mídia Sem Máscara, LIBER, Instituto Liberal, Fórum da Liberdade, e outros tantos, já vinham pregando a necessidade disso.

Nesse sentido, o MBL, ainda que tenha sido criado em 2013, retomado em 2014, emerge e está inserido em um processo de longo prazo, marcado pela “reativação da sociedade civil” no processo de redemocratização, nos anos 1980, como salientou Carlos Nelson Coutinho – o que, por sua vez, se expressou na criação de aparelhos privados de hegemonia, pela classe dominante e pela classe trabalhadora (Coutinho, 1999, p. 215-219). A classe dominante, diante disso, promoveu a sua atuação na sociedade civil, criando novos aparelhos ou impulsionando os que já existiam. A definição da nova direita, da qual o MBL faz parte, está relacionada a esse preâmbulo, em que, segundo Casimiro, a classe dominante reconfigura o seu *modus operandi* via aparelhos que, atuando na sociedade civil, paulatinamente passam também a ocupar a socie-





dade política (Casimiro, 2018). O encastelamento no interior do Estado brasileiro, nesse sentido, é de maneira integral, espalhando os seus tentáculos em todas as suas esferas, reprivatizando-o e blindando-o, de modo que a burguesia possa melhor gerir a luta de classes.

Isso, por sua vez, está conectado com a necessidade de reagir à queda tendencial da taxa de lucro ocorrida após a crise dos anos 1970. Ainda que isso tenha sido controlado momentaneamente em fins dos anos 1980, “a construção e/ou aprimoramento de *democracias blindadas* continuariam a ser metas importantes para o capital, pois, possivelmente – arriscamos –, essas configurações políticas altamente restritas se constituam na forma ótima da gestão burguesa da luta de classes” (Demier, 2017, p. 39, grifos no original).

O MBL está inserido plenamente nesse processo. A sua atuação vai, gradativamente, criando musculatura no âmbito da sociedade civil, aumentando o seu alcance, a sua capacidade de mobilização, articulação e reprodução de seus objetivos, valores, marcos ideológicos e programáticos, de forma que os seus interesses vão tomando amplitude e intensidade ao ponto de ultrapassarem os “limites” da sociedade civil e ocuparem a sociedade política. Não à toa o MBL, que foi retomado em novembro de 2014 se autodenominando como apartidário, rapidamente muda esse aspecto e passa a visar cadeiras no interior do Estado em sentido restrito, nas câmaras municipais, estaduais e nacional, além de espaços no Executivo, seja via cargos comissionados, seja via eleição.

## Referências

- Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos. Carta aberta. **Estadão**. 2015. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/08/CARTA-ABERTA-PF.pdf>. Acesso em 17 abr. 2021.
- Anderson, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: Sader, Emir & Gentili, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23.



Boito Jr., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. **Crítica Marxista**, n. 42, 2016.

Calil, Gilberto Grassi. **O Integralismo no processo político brasileiro – O PRP entre 1945 e 1965: cães de guarda da ordem burguesa**. 819f. Tese (Doutorado em História) - Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em História UFF/ UNIOESTE, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2001.

Casimiro, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

Coronato, Marcos; Vergotti, Marco. Manifestação anti-Dilma entra para a história. **Época**. 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/03/bmanifestacao-anti-dilmab-entra-para-historia.html>. Acesso em 24 mar. 2021.

Coutinho, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

Demier, Felipe. **Depois do Golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

Ferrari, Bruno. Líderes do Movimento Brasil Livre são recebidos como estrelas. **Época**. 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/08/lideres-do-movimento-brasil-livre-sao-recebidos-como-estrelas.html>. Acesso em 21 abr. 2021.

Gandra, Ives. Ives Gandra da Silva Martins: A hipótese de culpa para o impeachment. **Folha de S. Paulo**. 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/opiniao/2015/02/1584267-ives-gandra-da-silva-martins-a-hipotese-de-culpa-para-o-impeachment.shtml>. Acesso em 20 mar. 2021.

Guerreiro, Gabriela. Em vídeo, Aécio comemora protestos e pede para o povo ‘não se dispersar’. **Folha de S. Paulo**. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603226-em-video-aecio-comemora-protestos-e-pede-para-o-povo-nao-se-dispersar.shtml>. Acesso em 28 mar. 2021.

Gutierrez, Felipe. Protestos apoiam meu pedido de impeachment, diz Bolsonaro. **Folha de S. Paulo**. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603173-protestos-apoiam-meu-pedido-de-impeachment-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em 30 mar. 2021.

Gramsci, Antonio. **Escritos políticos**. Vol. 2. Org e tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere – Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.



Henrique, Luciano. Saiu Lista oficial com todas as manifestações organizadas pelo MBL para o dia 15/03. **Ceticismo Político**. 2015. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20150225171157/http://lucianoayan.com/2015/02/11/saiu-a-lista-oficial-com-todas-as-manifestacoes-organizadas-pelo-mbl-para-o-dia-1503>. Acesso em 22 mar. 2015.

Katagui, Kim; Santos, Renan Henrique Ferreira. Kim Patroca Katagui e Renan Ferreira Santos: Leviatã agonizante. **Folha de S. Paulo**. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2015/03/1599525-kim-patroca-katagui-e-renan-henrique-ferreira-santos-leviata-agonizante.shtml>. Acesso em 15 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Placar Fora Dilma. **Kickante**. 2015. Disponível em: <https://www.kickante.com.br/campanhas/placar-fora-dilma>. Acesso em 19 out. 2019.

Lemos, Nina. Piada com estupro e assédios: machismo sempre fez parte do DNA do MBL. **Universa UOL**. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/nina-lemos/2021/09/14/piada-com-estupro-e-assedios-machismo-sempre-fez-parte-do-dna-do-mbl.htm>. Acesso em 16 set. 2021.

Lima, Caio. Movimento convoca manifestações no exterior. **Folha de S. Paulo**. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603067-movimento-convoca-manifestacoes-no-exterior.shtml>. Acesso em 27 mar. 2021.

Lima, Daniela; Machado, Leandro. Manifestantes em SP protestam contra Dilma e escândalo na Petrobras. **Folha de S. Paulo**. 2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1558809-manifestantes-em-sp-protestam-contradilma-e-escandalo-na-petrobras.shtml>. Acesso em 15 mar. 2021.

Marques, José; Lima, Daniela; Carvalho, Mario Cesar. Parlamentares da oposição vão às ruas, mas não inflam protestos. **Folha de S. Paulo**. São Paulo, ano 95, nº 31.546, 16 de agosto de 2015. Poder, p. A6.

Martello, Alexandro. Mantega diz que política econômica segue mesmo sem ele em 2º mandato. **G1**. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/10/mantega-diz-que-politica-economica-segue-mesmo-sem-ele-em-2-mandato.html>. Acesso em 24 mar. 2021.

Martín, María. Protesto apoiado por políticos da oposição fica abaixo das expectativas. **El País**. 2014b. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/06/politica/1417905520\\_747784.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/12/06/politica/1417905520_747784.html). Acesso em 15 mar. 2021.

Movimento Brasil Livre. Amigos, dia 06/12 estaremos em todas as capitais fazendo a diferença em prol da democracia. **Facebook: @mblivre**. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=274856865971797>. Acesso em 29 out. 2019.



\_\_\_\_\_. Mais MBL no RJ!. **Facebook: mblivre**. 2015a. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.273986752725475/281089202015230>. Acesso em 18 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Mais MBL Alagoas. **Facebook: mblivre**. 2015b. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/photos/a.273986752725475/281089098681907/>. Acesso em 18 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. A maior manifestação da história. **Facebook: mblivre**. 2015c. Disponível em: <https://www.facebook.com/mblivre/videos/289787311145419>. Acesso em 31 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Brasileiros de todos os cantos do país; guerreiros em marcha. **Facebook: mblivre**. 2015d. Disponível em: <https://www.facebook.com/204223673035117/videos/294330787357738>. Acesso em 17 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. Contagem oficial do MBL – 16 de agosto. **YouTube: mblivre**. 2015e. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?V=FQORNP3wS7g>. Acesso em 24 abr. 2021.

Folha de S. Paulo. **On-line ou ‘in loco’, confira como os famosos estão participando das manifestações**. 2015a. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2015/03/1603191-on-line-ou-in-loco-confira-como-os-famosos-estao-participando-das-manifestacoes.shtml>. Acesso em 28 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Wanessa canta hino ao lado de Ronaldo durante protesto; internautas não perdem a piada**. 2015b. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/celebridades/2015/03/1603228-wanessa-canta-hino-ao-lado-de-ronaldo-durante-protesto-internautas-nao-perdem-a-piada.shtml>. Acesso em 28 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Oposição precisa ‘fazer seu trabalho’ contra Dilma, diz líder de protestos**. São Paulo, ano 95, nº 31.408, 31 de março de 2015c. Poder, p. A7.

Pavarin, Guilherme. O ostracismo do maior revoltado online. **Revista Piauí**. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-ostracismo-do-maior-revoltado-online/>. Acesso em 12 fev. 2021.

Pitombo, João Pedro. Grupos contra Dilma convocam protesto de repúdio a congresso do PT. **Folha de S. Paulo**. 2015. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2015/06/1639868-grupos-contradilma-convocam-protesto-de-repudio-a-congresso-do-pt.shtml?mobile>. Acesso em 18 abr. 2021.

Rabin, Cláudio Goldberg. Símbolo dos protestos pós-eleição, Lobão reaparece na avenida Paulista. 2015. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1603241-simbolo-dos-protestos-pos-eleicao-lobao-reaparece-na-avenida-paulista.shtml>. Acesso em 28 mar. 2021

VRYDAGH, Fanny. **Gagner les corps, les coeurs et les esprits: comprendre l'engagement dans le mouvement brésilien pro-destitution (2014-2016)**. Bruxelas. 2020.



Tese de doutorado. Faculté de Philosophie & Sciences Sociales. Université Libre de Bruxelles.

Vergotti, Marco; Tonglet, Ariel; Coronato, Marcos. Quantas pessoas participaram das manifestações de 16 de agosto? **Época**. 2015. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/08/quantas-pessoas-participaram-das-manifestacoes-de-16-de-agosto.html>. Acesso em 20 abr. 2021.

Uribe, Gustavo; Lima, Daniela; Lima, Galeno. Manifestação contra Dilma reúne 2.500 pessoas em São Paulo. **Folha de S. Paulo**, 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/11/1542047-ato-em-sao-paulo-pede-impeachment-de-dilma-e-intervencao-militar.shtml>. Acesso em 06 fev. 2021.





# IDEIAS, AGENDA E PRIORIDADES: AS AÇÕES DO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS NA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL

 Luciléia Aparecida Colombo<sup>1</sup>

 Cristiano Parra Duarte<sup>2</sup>

 Nathália Gonçalves Zapparoli<sup>3</sup>

O PRESENTE CAPÍTULO, de cunho exploratório e descritivo, tem por objetivo pensar as políticas promovidas pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) sob a ótica da agenda governamental (*policy agenda*), no sentido de entendê-las como um processo interpretativo do governo sobre problemas públicos na área dos Direitos Humanos no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciência Política (UFSCar), professora adjunta do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Federalismo, Políticas Públicas e Desenvolvimento”. E-mail: leiacolombo@gmail.com.

<sup>2</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Pesquisador do Grupo de Pesquisa “Federalismo, Políticas Públicas e Desenvolvimento”. E-mail: crparraduarte@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Federalismo, Políticas Públicas e Desenvolvimento”. E-mail: ngzapa@hotmail.com..



Na questão dos Direitos Humanos, enfocamos os direitos à vida, à liberdade e à segurança pessoal, que compõem os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas de 1948 e dialogam com o contexto da pandemia. Seguindo as diretrizes ministeriais, voltamos nossa atenção para populações vulneráveis consideradas prioritárias pelo MMFDH (pessoas idosas, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, famílias em localidades urbanas vulneráveis e povos e comunidades tradicionais, tais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos e comunidades em unidades de conservação federal) e de que forma as políticas do ministério foram pensadas em termos de ações direcionadas a esses grupos para lidar com a incidência de violência no contexto da pandemia da Covid-19, tanto sob aspectos materiais quanto de condições imateriais.

Essa proposta deve auxiliar pesquisas futuras para analisar o processo de produção de políticas sob a ótica dos processos pré-decisórios e das evidências tendo como variável explicativa as ideias. Para isso, após esta introdução, apresentamos uma breve discussão sobre o papel das ideias nas políticas públicas. Na seção seguinte, adentramos a agenda governamental a partir do caso das políticas de Direitos Humanos no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no contexto da pandemia da Covid-19, destacando as prioridades, as ideias e as políticas produzidas. Por fim, nas considerações finais, instigamos uma agenda de pesquisa para pensar, de forma mais sistematizada, o papel das ideias nas políticas públicas.

## 1. Políticas públicas como ideias

As políticas públicas (*public policy*) abrangem um campo de estudo vasto, na interface entre a Ciência Política e a Administração Pública, e são compreendidas no espectro das grandes questões públicas que recebem atenção dos governos e são transformadas em ações, que podem ser investigadas em torno de quem ganha e de quem perde, categoriza-





ções, processos de poder e barganha, entre outras. (Laswell, 2011; Lynn, 1980; Lowi, 1972; Mead, 1995; Peters, 1986).

Na medida em que entendemos que políticas públicas são o conjunto de decisões do governo sobre o que fazer ou não fazer (DYE, 1984), não de forma objetiva, mas em torno de concepções, ideias, crenças e narrativas sobre processos causais – a chamada virada argumentativa –, nosso objeto torna-se complexo e multifacetado (Fischer; Forester, 1993). Isso, porque o entendimento corrente do campo de políticas públicas vai na direção de presumir que as políticas não refletem uma única possibilidade lógica e inquestionável enquanto solução a um problema, mas, sim, um arranjo de ideias interconectadas que busca construir um argumento causal entre um problema e uma solução (Kingdon, 2003). Nesse sentido, um mesmo problema, como a pandemia da Covid-19, por exemplo, pode tentar ser resolvido por um incontável número de possibilidades. Isso não significa que uma alternativa escolhida por um governo é melhor que as demais, mas, sim, que em um determinado momento um arranjo causal de ideias e argumentos conseguiu convencer os tomadores de decisão (*policymakers*) a seguir um caminho possível.

Sob essa perspectiva, o entendimento do que é um problema ganha novas concepções. Na corrente das políticas públicas como ideias, os problemas públicos também não são encarados como fatos estáticos, definidos e inquestionáveis, mas como o resultado de construções sociais (Kingdon, 2003; Howlett; Ramesh; Perl, 2013). Em outras palavras, é necessário um processo interpretativo sobre situações por atores sociais e políticos. Logo, a concepção pode variar a partir do ponto de vista de cada ator que interpreta seu contexto, em um determinado momento histórico. O conjunto de interpretações sobre uma situação por um grupo de atores, destarte, compreende um problema. Esse problema, por sua vez, só se torna público no momento que esse grupo, relativamente concordante do problema, o interpreta enquanto passível de ação do governo. Ou seja, os problemas públicos expressam uma



construção social interpretativa sobre uma situação a qual o governo deve, sob a ótica do público, agir sobre. Por exemplo, podemos pensar na questão do fumo: durante muitos anos fumar foi entendido como uma questão particular, de escolha individual; mais recentemente, o tabagismo é encarado como uma questão de saúde pública. Há, no exemplo anterior, um processo de modificação do argumento e das ideias em torno do fumar.

O debate das políticas públicas baseadas em evidências também pode ser pensado sob essa concepção. Assim, as evidências exigem níveis de análise, de base teórico-metodológica, histórico-culturais, que incluem contrapontos materiais, ideias e valores envolvidos, elementos subjetivos, além dos modos com que os atores decidem sobre as políticas públicas. Ou seja, apenas as evidências não são suficientes para compreender os processos, apesar de necessárias (Freiberg; Carson, 2010; Pawson, 2002). Nessa lógica, as evidências precisam estar conectadas a argumentos e a parâmetros causais que endossem uma alternativa a um problema. Nesse sentido, os dados podem ser encarados enquanto ferramental argumentativo. No nosso caso, podemos pensar no aumento do número de violações aos Direitos Humanos enquanto argumento que reforça a necessidade de ação governamental sobre o problema da pandemia da Covid-19.

Portanto, neste capítulo, partimos do pressuposto de que esses processos são complexos e multifacetados, dado que as evidências também dizem respeito às questões subjetivas, aos interesses, às ideias e não há um ambiente experimental de controle de todas as variáveis para o *policymaker* tomar a melhor decisão com as informações disponíveis: esse “melhor” constitui um espaço cinzento, derivado de uma concepção valorativa. Conforme pontua Pinheiro (2022, p. 66), “[...] as decisões tomadas pelos *policymakers*, nas diversas áreas de políticas públicas, são feitas sobre bases evidenciais variadas no que se refere ao seu poder epistêmico”. Essa questão, por conseguinte, é evidenciada na próxima seção.



## 2. As políticas de Direitos Humanos na pandemia e o papel das ideias e da agenda

A pauta dos Direitos Humanos no Brasil no Governo de Jair Bolsonaro é de responsabilidade do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, instituído pela Lei Nº 13.844, de 18 de junho de 2019, e pelo Decreto no 10.174, de 13 de dezembro de 2019 e tem a seguinte missão:

I - articular iniciativas e apoiar projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos humanos, com respeito aos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito; II – desenvolver políticas de promoção do reconhecimento e da valorização da dignidade da pessoa humana em sua integralidade; e III – combater todas as formas de violência, preconceito, discriminação e intolerância (MMFDH, 2022, p. 4).

Historicamente, o ministério possuiu outras nomenclaturas, desde a sua institucionalização em 1997 no governo de Fernando Henrique Cardoso, que foi denominado de Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Na reforma ministerial promovida pela presidenta Dilma Rousseff, em 2015, houve a formação do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, e foi uma junção da pasta de Direitos Humanos com as secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e de Políticas para as Mulheres. Esse ministério foi extinto em 2016 pelo Governo Michel Temer e recriado em 2017 com a denominação apenas de Direitos Humanos. Em 2022, o ministério é composto por nove secretarias: a Secretaria Executiva; Secretaria Nacional de Política para Mulheres; Secretaria Nacional da Família; Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Secretaria Nacional da Juventude; Secretaria Nacional de Proteção Global; Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria Nacional dos Direitos da



Pessoa com Deficiência; Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa<sup>4</sup>.

As atribuições do ministério estão diretamente articuladas com o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), de forma a formular e implementar políticas que visem à cidadania, aos direitos da criança, do adolescente e do idoso, bem como monitorar e acompanhar as políticas para as mulheres, de igualdade racial, promovendo ações articuladas contra a discriminação e a favor da igualdade de gênero.

A partir de março de 2020, com a pandemia da Covid-19, tanto no mundo quanto em especial no Brasil, houve um aumento da preocupação com a situação das políticas de promoção dos Direitos Humanos (Vieira; Garcia; Maciel, 2020). Segundo dados do MMFDH, somente no primeiro semestre de 2020, o número de denúncias de violação de direitos humanos no Brasil aumentou de maneira expressiva (MMFDH, 2022<sup>5</sup>).

Diante desse cenário, a concepção de agenda se insere no debate da pesquisa no intuito de promover um panorama mais geral no processo de produção das políticas públicas. Por agenda<sup>6</sup>, enfocamos especificamente a agenda governamental (*policy agenda*), entendida como o conjunto de questões sobre o qual o governo e as pessoas a ele relacionadas prestam atenção em um determinado momento (Kingdon, 2003). Os estudos de agenda governamental (ou das políticas públicas) analisam como os problemas são percebidos e priorizados pelos formuladores de políticas de forma a dar foco nos processos pré-decisórios para explicar como questões conseguem chamar atenção dos *policymakers* (Cobb; Elder, 1972). Portanto, a formação da agenda compreende um processo de

<sup>4</sup> Disponível em: [https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/OrganogramaMMFDH\\_DEC.10.88320t21.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/OrganogramaMMFDH_DEC.10.88320t21.pdf). Acesso em 10 abr. 2022.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/de-jul-2020-a-dez-2021>.

<sup>6</sup> Conforme apontam Rogers e Dearing (1996), na literatura, podemos identificar a agenda midiática (media agenda), a agenda da opinião pública (public agenda) e a agenda governamental (policy agenda).



priorização e de focalização de atenção sobre problemas públicos em um determinado momento.

Kingdon (2003) aprofunda a definição de agenda governamental ao conceituar a agenda decisória, entendida como o conjunto que reúne os problemas públicos encontrados e as alternativas instrumentalizadas e operacionalizadas em um grau mais desenvolvido, pronto para o processo decisório. Nesse sentido, as ações e os planos produzidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos já estiveram na agenda governamental e decisória para se tornarem efetivamente políticas públicas.

Conforme visto na seção anterior, o problema público é um entendimento coletivo sobre uma situação que sai da esfera privada, demanda ação governamental e alcança a visibilidade de atores envolvidos e relevantes para o processo de formulação de políticas, que podem ascender à agenda governamental. Mas como atores decidem agir e mobilizar recursos para que isso seja concretizado? Essa pergunta pode ser respondida a partir de alguns modelos explicativos, como o Modelo dos Múltiplos Fluxos (Kingdon, 1993), a Teoria do Equilíbrio Pontuado (Baumgartner; Jones, 1993), entre outras possibilidades que empreendem análises a partir das ideias (Sabatier; Weible, 2014).

No Modelo dos Múltiplos Fluxos, uma questão acessa a agenda governamental quando um problema encontra uma solução aceita politicamente. Para Kingdon (2003), um problema pode ser definido a partir de eventos focalizadores (*focusing events*), por indicadores e por *feedbacks*. As alternativas, por sua vez, são produzidas por comunidades políticas públicas que já têm formuladas diversas soluções. A aceitação política de alternativas e problemas depende do humor nacional, dos processos de mudança das cúpulas organizacionais e à frente das principais instituições (*turnover*) e das pressões de grupos de interesse. No modelo, é necessária a ação do empreendedor de políticas para combinar esses elementos para acessar a agenda governamental.



Na Teoria do Equilíbrio Pontuado, uma questão acessa a agenda quando a atenção sobre um problema público rompe o monopólio sobre um arranjo de ideias em torno de uma política pública e, dessa forma, chama atenção de atores diversos no macrossistema político. Em outras palavras, uma política sai do controle do subsistema (arena restrita) e chama atenção de atores governamentais amplos (como presidentes e ministros) que entendem que devem prestar atenção ou até agir sobre um problema público. O equilíbrio pontuado também depende da figura do empreendedor de políticas. Porém, no caso desse modelo, o agente atua no processo de expansão do problema a fim de chamar atenção do macrossistema.

Como visto, há uma porção de possibilidades para definir um problema público e acessar a agenda governamental para produzir políticas públicas, mas, nos modelos apresentados sinteticamente, as ideias têm um papel fundamental, uma vez que são elas que relacionam causas e efeitos. Com isso explanado, os dados a respeito das violações de direitos humanos são pertinentes ao auxiliar no direcionamento do olhar do formulador de políticas para essa temática e entendê-la como problema. Além disso, a pandemia da Covid-19, enquanto evento focalizador, também serve para chamar atenção do governo para que a questão entre na agenda governamental e, conseqüentemente, repercuta em ações do governo, ou seja, políticas públicas.

No entendimento do MMFDH, a pandemia contribuiu para o aumento das violações contra os Direitos Humanos no Brasil, de modo que ações emergenciais necessitassem ser realizadas para que os efeitos pudessem ser mitigados (MMFDH, 2022). Nesse sentido, as ações do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos durante a pandemia podem ser divididas em alguns grupos de ações específicas: 1) Promoção de Direitos Humanos; 2) Enfrentamento a violações de Direitos Humanos; 3) Fortalecimento da Rede de Proteção e de Promoção dos Direitos Humanos; 4) Ações de Segurança Alimentar; e 5) Ações educativas para o controle do contágio do coronavírus. Além des-



nas áreas prioritárias, o ministério também elaborou, juntamente com a Casa Civil da Presidência da República, sete planos de contingência para o controle da pandemia da Covid-19. Esses planos foram elaborados a partir de alguns eixos, segundo informações sistematizadas pelo próprio ministério: saúde, proteção social e proteção econômica, com subdivisões para os seguintes estratos sociais: pessoas idosas, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, famílias em localidades urbanas vulneráveis e povos e comunidades tradicionais, tais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos e comunidades em unidades de conservação federal (MMFDH, 2020).

Assim, de acordo com dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no relatório de atividade das ações empreendidas na pandemia (de março de 2020 a outubro de 2021), os sete planos de contingência empreendidos foram os seguintes:

Quadro 1 – Planos de Contingência para o enfrentamento da pandemia, organizados pelo Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, de março/2020 a outubro/2021

Plano	Quantidade de programas	Investimento	Órgãos governamentais envolvidos
Plano de Contingência para povos e comunidades tradicionais	36 iniciativas	R\$ 4,7 bilhões	15
Plano de Contingência para pessoa idosa	20 iniciativas	R\$ 1,4 bilhão	5
Plano de Contingência para pessoa em situação de rua	8 iniciativas	R\$ 1,2 bilhão	4
Plano de Contingência para famílias vulneráveis	45 iniciativas	R\$ 200 bilhões	12
Plano de Contingência para mulheres em situação de violência	36 iniciativas	Sem dados	4
Plano de Contingência para pessoas com deficiência	25 iniciativas	R\$ 310 bilhões	8
Plano de Contingência crianças e adolescentes	68 iniciativas	R\$ 125 bilhões	13

Fonte: MMFDH, 2021.

A partir desses principais programas, as ações do Ministério foram realizadas, visando à promoção, ao enfrentamento e à prevenção de violações aos Direitos Humanos no Brasil. Com relação ao enfrentamento a violações de Direitos Humanos, o relatório do ministério



afirma que a mudança do trabalho presencial para o virtual, necessitando da adaptação ao *home office*, e a impossibilidade de alguns ofícios ocorrerem de forma presencial agravaram a situação das pessoas mais vulneráveis, especialmente em virtude da perda significativa de postos de trabalho. Além disso, o convívio diário das famílias, confinadas ao espaço reduzido da casa, pode também estar relacionado com um aumento da violência, conforme dados apresentados pelo MMFDH:

Para fins de comparação, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos registrou, em 2019, 158.977 denúncias referentes a violações de direitos humanos. Em 2020, em razão do isolamento social devido à pandemia de Covid-19, foram recebidas cerca de 349 mil denúncias, referentes a mais de 1 milhão de violações de direitos humanos. Em termos comparativos, houve, portanto, um crescimento de mais de 100% em 12 meses (MMFDH, 2022, p. 16).

Com o intuito de enfrentar esse problema, o MMFDH empreendeu três conjuntos de ações: 1. Mobilização; 2. Sensibilização e orientação; e 3. Redução da violação de direitos humanos. Abaixo, relacionamos as ações, bem como o detalhamento do que foi realizado em cada uma delas, conforme segue:

**Quadro 2** – Ações de enfrentamento a violações de Direitos Humanos, de março/2020 a outubro/2021

Ação de Enfrentamento a Violações de Direitos Humanos	Operacionalização
Ações de mobilização	Mobilização para apoio aos povos tradicionais, quilombolas, ciganos e indígenas que contraíram a Covid-19; Mobilização com o Ministério da Justiça para realização de ocorrências policiais de violência doméstica.
Ações de sensibilização e orientação	Elaboração e divulgação de material didático em formato de cartilhas para o combate à violência de vários segmentos sociais, como idosos, violência contra a mulher, contra a criança e população LGBTQIA+.
Ações para a redução das violações de direitos humanos	Criação do Programa Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Criança e o Adolescente; Disponibilização da Central de Atendimento Telefônico para o recebimento de denúncias.

Fonte: MMFDH, 2021.





O segundo eixo de atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos foi a promoção de políticas para o fomento dos direitos humanos e para isso foram elaborados seis eixos de atuação: 1. Mobilização; 2. Sensibilização e orientação; 3. Prevenção contra a Covid-19; 4. Segurança alimentar; 5. Garantia de renda mínima; e 6. Redução da violação de direitos humanos. Falaremos sobre cada um detalhadamente abaixo:

Quadro 3 - Ações de Promoção de Direitos Humanos, de março/2020 a outubro/2021

Ação de Promoção de Direitos Humanos	Operacionalização
Ações de mobilização	Articulação com outros órgãos do governo para ações conjuntas para o fomento às ações de promoção de direitos humanos, bem como a disponibilização de panfletos sobre medidas protetivas para mulheres em situação de violência; Mobilização de organizações religiosas para disponibilização de espaços físicos e doações para pessoas em situação de rua.
Ações de sensibilização e orientação	Ações de conscientização para homens sobre corresponsabilidade no trabalho doméstico; Disponibilização de cursos e informativos online sobre violência doméstica; Indicação aos municípios sobre o atendimento da população vulnerável.
Ações de prevenção contra a Covid-19	Ações de comunicação para a conscientização ao enfrentamento do coronavírus; Doação de máscaras e EPIs à população vulnerável.
Ações de segurança alimentar	Distribuição de alimentos para famílias indígenas, quilombolas e de matriz africana e mulheres em situação de violência, crianças, adolescentes e pessoas idosas em instituições de acolhimento e famílias e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade em todo o país; Promoção de doação de alimentos em parceria com instituições religiosas.
Ações de garantia de renda mínima	Fomento do empreendedorismo para mulheres; Divulgação de cursos em formato EAD sobre finanças, economia doméstica e cursos técnicos; Orientação a povos e comunidades tradicionais sobre auxílio emergencial.
Ações para a redução das violações de direitos humanos	Acolhimento para a pessoa idosa por meio do canal Disque 100; Elaboração e disponibilização de cartilha com brincadeiras para famílias com crianças com transtorno do espectro autista; Atendimento aos jovens do Programa ID Jovem para garantia dos direitos do uso de transporte com desconto.

Fonte: MMFDH, 2021.



Finalmente, o terceiro eixo de atuação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos esteve relacionado ao Fortalecimento da Rede de Proteção e Promoção de Direitos Humanos e foi dividido nas seguintes ações: 1) Ações de Mobilização; 2) Ações de sensibilização e orientação; 3) Ações para a redução das violações de direitos humanos; e 4) Ações de implantação e modernização de equipamentos de direitos humanos. Abaixo relacionaremos cada campo de atuação com a operacionalização específica:

Quadro 4 - Ações de Fortalecimento da Rede de Proteção e Promoção de Direitos Humanos, de março/2020 a outubro/2021

Ação de Fortalecimento da Rede de Proteção e Promoção de Direitos Humanos	Operacionalização
Ações de mobilização	Garantir a proteção de crianças e adolescentes; Garantir a proteção das mulheres vítimas de violência; Cadastrar pessoas com deficiência.
Ações de sensibilização e orientação	Campanhas Nacionais de sensibilização da proteção ao idoso; Capacitação de conselheiros tutelares; Elaboração de material educativo sobre a proteção aos mais vulneráveis da sociedade.
Ações para a redução das violações de direitos humanos	Encaminhar ao Ministério Público as denúncias de violência contra a mulher; Ofertar cursos de capacitação.
Ações de implantação e modernização de equipamentos de direitos humanos.	Entrega de 49 kits de equipagem a conselhos tutelares de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Paraná; Investimento em equipamentos públicos da rede de atendimento da mulher vítima de violência, em Guarapuava, Paraná, Mairiporã e São Paulo.

Fonte: MMFDH, 2021.

Observa-se, portanto, que os três eixos escolhidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos giram em torno da proteção e da garantia dos Direitos Humanos a crianças, jovens, adolescentes, idosos, além da população em situação de rua e das comunidades tradicionais. Entretanto, pelo detalhamento da proposta, também é observado uma quantidade grande de ações educativas, com a elaboração



de vídeos, cartilhas e folders explicativos para o controle da pandemia e para a denúncia de violações cometidas contra os direitos humanos, além da oferta de cursos em formato de ensino a distância (EAD) para a conscientização da população brasileira em período de confinamento. Esse foi o conjunto de soluções encontradas pelo Ministério. Ou seja, essas ações representam o entendimento em torno das ideias de causa e efeito sobre o problema da pandemia da Covid-19 e o aumento das violações aos Direitos Humanos.

As evidências apresentadas nos quadros 1, 2, 3 e 4 remetem à instrumentalização da política. Capella (2018) nos auxilia a compreender essa instrumentalização das alternativas para agir sobre determinado(s) problema(s), no sentido de que os instrumentos conhecidos e disponíveis pelos formuladores de políticas orientam a atuação do poder público, subdivide-os em: nodalidade, ferramentas baseadas em problemas públicos e que permitem a mobilização de instrumentos baseados na comunicação pública; autoridade, baseadas nos poderes legais advindos da estrutura do Estado; tesouro, recursos financeiros à disposição dos governos; e organização, baseadas no conjunto das estruturas que decorrem do poder governamental. Observa-se que os dados nos ajudam a refletir principalmente a respeito da nodalidade e do tesouro. E as ferramentas utilizadas são imprescindíveis para a forma como a solução será operacionalizada e transformada em política pública.

Entretanto, apesar dos esforços empreendidos pela pasta aqui referida, convém destacar que o relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), atrelada à Organização dos Estados Americanos (OEA), publicado em fevereiro de 2021, alerta para diversos pontos que merecem atenção na gestão da política no Brasil, sobretudo com a situação de violação e enfraquecimento do enfrentamento à mitigação dos Direitos Humanos.

Em primeiro lugar, o relatório da CIDH aponta preocupação com a discriminação histórica dos povos indígenas e comunidades quilombolas; da situação da mulher na sociedade brasileira, que ainda ocupa



postos secundários em cargos de altas cúpulas; da dificuldade de acesso à segurança cidadã, com o uso constante da repressão policial; além de demonstrar especial preocupação com “a retração das instituições de democracia participativa, em especial os Conselhos, Comitês e Comissões em áreas importantes para os direitos humanos, que vêm sendo desativados, enfraquecidos e estigmatizados pelo Estado” (CIDH, 2021, p. 190).

A CIDH também é enfática ao assinalar que:

A CIDH registra que a questão do crime e da violência ganharam posição central na agenda de políticas públicas do Brasil a partir das eleições de 2018, contudo, destaca com preocupação que a abordagem priorizada desde então se distancia dos parâmetros da segurança cidadã. (...) No período recente, a CIDH emitiu diversos comunicados manifestando preocupação com o incremento da violência contra defensores e defensoras de direitos humanos, a qual coloca o Brasil em triste posição de liderança internacional em rankings de assassinatos deste grupo de pessoas. A CIDH também rechaçou a utilização do aparato estatal para admoestá-los e criminalizar sua atuação e alertou para os riscos da ampliação das figuras penais referidas na Lei Antiterrorismo, reiterando que leis antiterrorismo não devem ser usadas para criminalizar o direito de manifestação e associação (CIDH, 2021, p. 190-192).

Nesse sentido, a CIDH faz diversas recomendações ao Estado brasileiro para o fortalecimento dos pontos considerados frágeis e apontados em detalhes no relatório emitido, na direção de que as políticas postas em marcha pelo governo são insuficientes. Temos, nesse sentido, uma divergência em torno das ideias entre causas e efeitos, entre problemas e soluções.

Com os dados apresentados, nota-se a forma como o Governo Federal, na figura do MMFDH, agiu frente a questões dos Direitos Humanos no período aqui destacado. Com relação à agenda governamental, fica evidenciado o que foi considerado como problema público: a pandemia agravou os casos de violação aos Direitos Humanos no Brasil. Nesse



sentido, a pandemia pode ser encarada como um problema público na medida que desperta como tal a partir do entendimento de ser constituído de um evento focalizador, contingencial por ter aparecido de forma inesperada – assim como colocado pelo próprio MMFDH. Logo, era esperado que o governo atuasse sobre ele.

Conforme visto na corrente das políticas públicas como ideias, a dinâmica dos atores envolvidos no processo pré-decisório se utilizará das ideias para unir as questões da pandemia e do aumento da violação de Direitos Humanos, a fim de inserir o problema na agenda governamental, a ponto de ganhar priorização de forma para que outros problemas e soluções não fossem escolhidos. Esse processo, conforme visto, dependeu de condições materiais ou subjetivas, a partir de uma construção argumentativa que ligasse dados a ideias causais de forma que pudessem fixar critérios de prioridade e, posteriormente, a produção de políticas pelo MMFDH.

## **Considerações finais**

Este capítulo objetivou apontar o papel das ideias e da agenda no processo de produção das políticas de mitigação aos Direitos Humanos no contexto da pandemia da Covid-19, no Brasil, no contexto das ações do MMFDH – ainda que de forma exploratória, descritiva e sintetizada. Para isso, demarcamos o que é um problema público, qual o papel das ideias para conectar, de forma causal, problemas a soluções, e de que forma as ideias são primordiais para gerar acesso à agenda governamental.

Retomando os dados, o ministério considerou os eixos de atuação saúde, proteção social e proteção econômica, com subdivisões para os seguintes estratos sociais: pessoas idosas, pessoas em situação de rua, pessoas com deficiência, famílias em localidades urbanas vulneráveis e povos e comunidades tradicionais, tais como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, ciganos e comunidades em unidades de conservação fede-



ral. Essas ações demonstram as ideias mobilizadas na agenda com base nos problemas definidos e nas soluções disponíveis para que o governo operacionalizasse recursos e objetivos.

Com relação às chamadas evidências mobilizadas pelo MMFDH, observamos o movimento de dados produzidos pelo próprio ministério para orientar suas ações. Essas ações, tornando-se evidências, também já trouxeram consequências para a política brasileira, vide o relatório elaborado pela CIDH, um ator considerado externo ao governo que pode produzir influência sobre as políticas públicas formuladas, principalmente por ter realizado uma avaliação das medidas adotadas na qual as ideias são divergentes sobre as soluções.

Dessa forma, as evidências, dentro da concepção das políticas públicas como ideias, auxiliam na dinâmica de compreensão do processo de produção de políticas públicas. Esta não é uma análise dada por encerrada, mas um direcionamento exploratório que sugere a realização de estudos sistemáticos. Conforme apontado, existem modelos de análises que dizem respeito a como as escolhas são feitas e como ocorre o processo das políticas públicas (Sabatier; Weible, 2014).

Além disso, destacamos quais aspectos dos Direitos Humanos foram considerados problemas públicos pelo governo brasileiro e quais as soluções adotadas, à luz da complexidade das ideias nos processos pré-decisórios e decisórios das políticas públicas. Pela estratégia descritiva e exploratória, o presente capítulo lembra que não podemos perder de vista os aspectos multifacetados ao qual as políticas estão inseridas e se relacionam: as políticas estão rodeadas de diversas questões entrelaçadas por ideias, argumentos e crenças. Por fim, esperamos que análises futuras considerem as ideias como variáveis explicativas das quais os atores mobilizam no processo de produção de políticas.



## Referências

Baumgartner, Frank R.; Jones, Bryan D. **Agendas and Instability in American Politics**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

Capella, A. C. N. **Formulação de Políticas**. Brasília: Enap, 2018.

CIDH. **Situação dos Direitos Humanos no Brasil**. Organização dos Estados Americanos: Comissão Interamericana de Direitos Humanos, 2021. Disponível em: <https://www.oas.org/pt/cidh/relatorios/pdfs/Brasil2021-pt.pdf>. Acesso em 05 nov. 2021.

Cobb, R. W.; Elder, C. D. The politics of agenda-building: an alternative perspective for Modern Democratic Theory. **Journal of Politics**, v. 33, n. 4, 1971, p. 892-915.

Dearing, J. W.; Rogers, E. M. **Agenda-Setting**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 1996.

Dye, T. D. **Understanding Public Policy**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1984.

Fischer, Frank; Forester, John (Ed.). **The argumentative turn in policy analysis and planning**. Durham, NC: Duke University Press, 1993.

Freiberg, A.; Carson, W. G. The limits to evidence-based policy: evidence, emotion and criminal justice. **The Australian Journal of Public Administration**, v. 69, n. 2, 2010, p. 152-164.

Howlett, Michael; Ramesh, M; Perl, Anthony. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas - uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Kingdon, J. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 3a. Ed. New York: Harper Collins, 2003 [1984].

Laswell, H. D. **Politics: Who Gets What, When, How**. Whitefish/MT: Literary Licensing, LLC, 2011.

Lowi, Theodor. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. **Public Administration Review**, 32, 1972, p. 298-310.

Lynn, L. E. **Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis**. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

Mead, L. M. Public Policy: Vision, Potential, Limits. **Policy Currents**, fev. 1995, p. 1-4.

MMFDH. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. **Painel de Dados**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>. Acesso em 10 set. 2021.



MMFDH. Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. **Painel com dados de denúncias de violações de direitos humanos recebidas pela ONDH de jul/2020 a dez/2021.** Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/de-jul-2020-a-dez-2021>. Acesso em 30 abr. 2022.

ONU, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: [https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declara-cao-direitos-humanos/?gclid=EAIaIQobChMIjbSAuN-n88AI-VjYSRCh27UAVsEAAYASAAEgJ28vD\\_BwE](https://declaracao1948.com.br/declaracao-universal/declara-cao-direitos-humanos/?gclid=EAIaIQobChMIjbSAuN-n88AI-VjYSRCh27UAVsEAAYASAAEgJ28vD_BwE). Acesso em 05 nov. 2021.

Pawson, R. Evidence-based policy: in search of a method. **Evaluation**, v. 8, n. 2, 2002, p. 157-181.

Peters, B. G. **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House, 1986.

Pinheiro, M. M. S. Políticas Públicas Baseadas em Evidências: um modelo moderado de análise conceitual e avaliação crítica. In: Koga, N. M. et al. (org.). **Políticas públicas e usos de evidências no Brasil: conceitos, métodos, contextos e práticas**. Brasília: IPEA, 2022.

Sabatier, Paul A.; Weible, Christopher M. (Ed.). **Theories of the policy process**. Westview Press, 2014.

Vieira, Pâmela Rocha; Garcia, Leila Posenato; Maciel, Ethel Leonor Noia. Isolamento social e o aumento da violência doméstica: o que isso nos revela? **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, 2020.





## TUCANOS NA MUDA: O PSDB DO ATAQUE À DEFESA DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL (2008-2014)

 Diego Martins Dória Paulo<sup>1</sup>

A CERTA ALTURA DO DEBATE sediado pela TV Bandeirantes tendo vistas ao segundo turno das eleições presidenciais de 2014, o candidato Aécio Neves critica a política de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) durante o mandato de Dilma Rousseff, sua antagonista naquela noite. Segundo o representante do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), havia chegado a hora de “tirar o carimbo de secreto daquele financiamento” que o governo da candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) teria “dado” a Cuba<sup>2</sup>. A atração televisiva passava pelo seu terceiro bloco, que havia se iniciado em chave diferente dos anteriores. Até então, o candidato tucano estivera na ofensiva, disparando contra o governo e a campanha à reeleição da petista – segundo ele, repleta de ataques falsos à trajetória de seus adversários. Havia sobrado tempo até para insinuações acerca da pobre retórica da oponente, mas agora o cenário mudava sensivelmente. Uma fala de Rousseff sobre violência contra as mulheres evidenciara fragilidades no programa de governo tucano, lacônico acerca do

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: dmdpaulo@gmail.com

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2lWpsUZnndE&t=170s> (aproximadamente aos 7min e 10seg).



tema em discussão. O recurso à polêmica envolvendo o “financiamento de ditaduras esquerdistas” aparecia, assim, como manobra tática de quem tenta recuperar o fôlego em um momento desfavorável. Estávamos na noite do dia 14 de outubro de 2014. Transcorria a segunda semana do segundo turno da corrida presidencial daquele ano, após o primeiro ter sido vencido pela candidata à reeleição por diferença superior a 8% dos votos válidos. As primeiras pesquisas daquela etapa, divulgadas poucos dias antes, davam, contudo, vantagem estreita a Aécio Neves. De acordo com levantamentos do Ibope e do Datafolha, o presidencial do PSDB teria 46% das intenções de voto, contra 44% de Rousseff (G1, 2014) – diferença situada dentro da margem de erro de ambos os institutos, vale o registro. O bom resultado nas pesquisas parecia refletir o movimento de união das principais candidaturas de oposição. Marina Silva, terceira colocada na primeira votação e candidata pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) após a morte chocante de Eduardo Campos em acidente aéreo, e a própria família desse haviam recentemente declarado apoio ao tucano<sup>3</sup>. A corrida eleitoral chegava em ponto decisivo muito mais disputada do que o inicialmente previsto – com efeito, pouco menos de um ano antes, as verificações de intenção de voto previam uma reeleição tranquila da petista (UOL, 2013). Em um país com graves problemas educacionais como o Brasil, o caráter de show dos debates televisivos é reforçado. A dimensão da política partidária nesse tipo de evento foi estudada sobretudo pelos interessados na interface dessa instância com os meios de comunicação de massa – sendo conhecido o caso envolvendo os então candidatos à presidência da República Fernando Collor de Mello (PRN) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT), durante o pleito de 1989, quando pastas cenográficas foram expos-

<sup>3</sup> O caminho foi seguido por Eduardo Jorge, do Partido Verde (PV); Pastor Everaldo, do Partido Social Cristão (PSC); Roberto Freire, do Partido Popular Socialista (PPS), dentre outros, além de figuras poderosas, como Guilherme Leal, fundador da Natura, e Maria Alice Setúbal, herdeira do Banco Itaú. Ver: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Visao/noticia/2014/10/quem-apoia-quem-no-2-turno-das-eleicoes-presidenciais.html>



tas no púlpito do primeiro com o intuito de levantar suspeita sobre a sua conduta moral, ética e até diante da lei do segundo<sup>4</sup>. Tomado como espetáculo integral, o debate não leva à liça apenas diferentes projetos de governo, mas – e principalmente – diferentes performances frente às câmeras. Trata-se, portanto, de ocasião privilegiada para se reposicionar simbolicamente diante do eleitorado. É claro que os profissionais do mercado de eleições no Brasil sabem disso, o que reforça a necessidade de sua análise nesses termos<sup>5</sup>. A participação de Aécio Neves naquela noite, por conseguinte, tentou sintetizar sua candidatura aos olhos de eleitoras e eleitores que depositariam nos próximos dias seu voto nas urnas por todo o país. O tucano acenou aos setores ligados ao dito capital financeiro, defendendo com veemência a “estabilidade macroeconômica alcançada” durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, a quem insistentemente se comparava – a despeito de habilmente atribuir a responsabilidade pela comparação à sua adversária; exaltou as privatizações, segundo ele necessárias em **certos** setores da economia, o que consistia em uma novidade do PSDB na oposição, posto que o partido nas últimas eleições tinha evitado o debate sobre as vendas de empresas estatais realizadas nos anos 1990; elogiou aspectos dos Governos Lula, mas os descrevendo como “expansão” das políticas sociais efetivadas nos Governos FHC, possibilitadas por “reformas estruturais” que teriam feito o país lograr a “estabilidade econômica” – reapresentando aqui o carro-chefe de um programa de governo que defendia a necessidade de um duro “ajuste fiscal” como resposta à crise

---

<sup>4</sup> Sobre o tema, ver, dentre outros: Miguel (2019) e Kucinski (1998).

<sup>5</sup> No documentário “Entreatos”, de João Moreira Salles, o marqueteiro da primeira candidatura vitoriosa de Lula à presidência da República, Duda Mendonça, critica a performance de José Serra, do PSDB, em um dos debates televisivos entre os candidatos. Seus comentários indicam acúmulo de conhecimento sobre atuações nesses espaços e seus efeitos eleitorais, sustentando o que já é conhecido, isto é, a profissionalização das campanhas partidárias. Mais recentemente, o caso da Cambridge Analytica evidenciou a mineração de dados de eleitores por candidaturas, que, assim, adequam suas campanhas a expectativas da base eleitoral almejada.



pela qual o Brasil passava; e, claro, falou dos casos de corrupção aos quais o PT era associado. Sempre quando pressionado por Dilma Rousseff, que tentava lhe imputar a pecha de ser contrário às políticas sociais (e em especial ao Programa Bolsa Família, que, segundo a petista, poderia ser descontinuado sem o PT no governo) e aos bancos públicos, reagia duramente, trazendo o “escândalo da Petrobras” à discussão, processo no qual sua adversária teria sido “cúmplice” ou “incompetente”. Nesses momentos, frequentemente aumentava o volume da voz e assumia postura rígida no palco. Mobilizava, dessa forma, ideias de força, ética e eficiência que supostamente o distinguiam da sua oponente. Sua participação então se desvencilhava de qualquer alusão a programas de governo, recorrendo a tópicos discursivos que circulavam na esfera pública, muitos deles sendo matrizes seminais de *fake news* (como posteriormente ficariam conhecidas), que podem ter sido impulsionadas pela própria campanha, em esquema similar ao que seria recuperado e aperfeiçoado pela candidatura de Jair Bolsonaro quatro anos depois, conforme denunciou reportagem da BBC em 2017 (Gragnani, 2017). Representando o PSDB no primeiro momento de aparente liderança em uma corrida presidencial desde 1998, Aécio Neves propôs reconciliação histórica com a “herança bendita” dos governos tucanos, sendo essa uma nova tática de aproximação em relação à primeira experiência do partido no Governo Federal, sobretudo no que diz respeito às privatizações operadas por Fernando Henrique Cardoso – o que, por sua vez, expressavam o fortalecimento relativo do liberalismo verificado naqueles anos. Acenava aos setores que se mobilizavam politicamente pelo tema da “moralização da coisa pública”, que em medições realizadas poucos meses antes das eleições representavam cerca de 12% do eleitorado (Datafolha, 2014). Atento à conjuntura, Neves declarou naquela semana que Dilma Rousseff estaria à “beira de um ataque de nervos” (Castro, 2014), mobilizando estereótipos de gênero que tentavam atrair, assim, simpatia de grupos passados à atividade política motivados pela defesa aberta



da masculinidade no poder<sup>6</sup>. Mas evitava, por precaução, abrir guerra às camadas sociais que encaravam ao menos com simpatia os Governos Lula. Nesse momento, o ex-presidente era tido como realizador de um grande governo à frente do país, ainda que, na ótica tucana, seu sucesso fosse efeito da continuidade do enfrentamento às diversas desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira operado inicialmente pelos governos de Fernando Henrique Cardoso. A campanha presidencial de 2014, por conseguinte, é um espaço de análise privilegiado para aqueles interessados em investigar a evolução do PSDB como partido de oposição ao petismo. Se, por um lado, acenava aos grupos de extrema-direita que se fortaleciam na sociedade civil; por outro, tentava novas composições com alas internas vinculadas à defesa de políticas sociais contra desigualdades de grupos específicos. Na narrativa da campanha, isso aparecia na tentativa de conjugar os novos ventos da política brasileira com a positivação do “legado” dos governos de Fernando Henrique Cardoso, que teriam permitido a emergência de preocupações com a “questão social”, evitando, contudo, a construção de um “sistema corruptor” que aparelhara o Estado a partir do primeiro mandato do ex-presidente Lula (Fleck, 2014). A questão é amplíssima e considera que as articulações entre a extrema-direita e o PSDB, evidentes a partir das eleições de 2014, deram-se contraditoriamente. Em outras palavras, a depender do setor e ala do partido, o processo ocorreu de modo inverso, com a agenda da sigla caminhando em um sentido distinto daquele que a extrema-direita tentaria instaurar como norma nos anos seguintes. A hipótese é que esse fenômeno estaria propriamente “na base” da forma como a candidatura de Aécio Neves aparece naquele pleito. No presente texto, apresento transformações verificáveis na postura do partido frente à política de cotas raciais, reservando

---

<sup>6</sup> O debate atual sobre estritamente as “ideologias” da “nova direita” é enorme. Deixo aqui a referência à pesquisa de Camila Rocha (2021), por ter lido com prazer. Sobre especificamente a questão de gênero, há um ótimo texto de Rosana Pinheiro-Machado no The Intercept Brasil que referencio aqui: <https://theintercept.com/2019/05/27/jack-donovan-machos-em-crise/>



para as considerações finais apontamentos sobre como essas transformações sugerem mudanças em sua correlação interna de forças.

## **1. PSDB, sua constelação associativa e as lutas pelas cotas raciais em instituições públicas brasileiras**

Ainda durante o ciclo de alta do capitalismo brasileiro, do qual o petismo colhia reconhecimento como “bom gestor”, a constelação de organizações que formam, direta ou indiretamente, a rede associativa do PSDB se debruçou sobre a polêmica das cotas raciais. Para melhor avaliar essa movimentação, é importante considerar que o tema se tornou o centro do debate acerca da “questão racial” no Brasil, muito por causa da oposição de setores das empresas de comunicação social que reagiram mal ao fato de militantes negros terem conseguido incluir a questão das **cotas raciais** na “Carta do Rio”, documento brasileiro enviado para discussão na importante III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, em setembro de 2001 (Alberti; Pereira, 2006). Essa resistência inicial contribuiu para dar amplitude ao debate do tema, ajudando contraditoriamente a canalizar esforços de movimentos sociais que combatiam as desigualdades raciais do país. Entre os que se opunham às cotas raciais, se perfilavam ocupantes de postos importantes em universidades e organizações da sociedade civil. Um manifesto contra as cotas raciais chegou a ser publicado em 2006, com assinatura de intelectuais prestigiados, incluindo Bernardo Sorj, autor de panfleto abaixo comentado (Congresso em Foco, 2006). A politização da questão aumentou as sanções sociais sobre os partidos que escolhessem ignorar o problema, ameaçando-os com o isolamento de uma parte importante do debate público. É possível que o problema tenha afetado em especial o PSDB. Isso, porque pesquisas de opinião pública divulgadas ao longo de 2008 indicavam que a oposição às cotas raciais tendia a crescer em conjunto com a renda e a escolaridade do



indivíduo (Folha de S. Paulo, 2006) – do que se depreendia, por sua vez, um recorte demográfico que igualmente tendia a coincidir com a base eleitoral tucana (Louven, 2006). Metodologicamente, o estudo dos **partidos políticos** vem passando por transformações nas últimas décadas. O aparecimento de uma **nova história política** nos anos 1980 ampliou o debate mesmo entre intelectuais que tomavam as agremiações como unidades suficientes de análise, desprezando contribuições como as de corte marxista, que buscam entendê-los como movimentos das classes sociais, sendo, portanto, objetos de impossível compreensão isolada. Naquela década, apareciam investigações sobre as diferentes frações componentes de uma mesma legenda, que passava a ser entendida de modo mais complexo, como reunião de gerações e alas distintas, ainda que abrigadas sob a mesma sigla<sup>7</sup>. Em que pesem os avanços logrados por essa “nova” abordagem metodológica, muito se tem a ganhar com estudos que entendam os partidos como constelações de associações da sociedade civil, por meio das quais seus dirigentes operam o trabalho organizativo de classes e grupos sociais específicos, tal qual o marxismo da linhagem gramsciana permite divisar. Desse ponto de vista, o estudo de *think tanks* que orbitam os partidos políticos se torna fundamental para compreender a tessitura de suas relações com frações da sociedade – bem como, e o que é o mesmo de outro ponto de vista, o modo como frações das classes sociais tentam se organizar para agir politicamente, **inclusive** no campo partidário. Aqui, destaco o Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC), entidade fundada em 2004 com missão autodeclarada de servir de depositário do acervo documental do ex-presidente, mas que, dirigido por importantes intelectuais tucanos (Sérgio Fausto e o próprio FHC à testa), na prática serve como espaço de articulação política do partido<sup>8</sup>. O IFHC passou a atuar mais enfaticamente

<sup>7</sup> Ver, por exemplo, Bernstein (1996).

<sup>8</sup> O que é o exato oposto do que declarou Fernando Henrique Cardoso durante o lançamento da iniciativa e do que consta na própria forma legal da fundação. Deve-se, no entanto, considerar que, embora seja impossível sustentar com sucesso o apartidarismo efetivo da



na arena de debates sobre a **questão racial** no bojo da discussão sobre a adoção da política de cotas raciais em instituições federais brasileiras, que se intensificara a partir de 2006 graças à tramitação no Congresso dos PL 73/1999 – o PL das Cotas – e PL 3.198/2000 – o PL do Estatuto da Igualdade Racial. Dois anos depois, em 2008, era lançado “O desafio latino-americano”, trabalho que reúne conjunto de teses sobre os principais problemas enfrentados pelo subcontinente, fruto de trocas entre associações das sociedades civis latino-americanas por meio das quais o IFHC estabelecia conexões por meio da “Plataforma Democrática” – programa de intercâmbio de tecnologias políticas da malha associativa de intelectuais e organizações com a qual o PSDB interage por meio de seus espaços de socialização, como o referido instituto e seus parceiros<sup>9</sup>. No documento, o enfrentamento adequado do problema é subsidiário da análise da situação em termos locais, declaradamente rejeitando qualquer transposição de modelos de análise fabricados em outros espaços. Trata-se, portanto, de uma posição que prioriza o for-

---

entidade, o “apartidarismo legal” de associações como essas é útil inclusive para torná-las receptoras de verbas empresariais que, dessa maneira, não aparecem vinculadas diretamente ao partido. O fluxo contrário, isto é, de dinheiro público para as fundações, no entanto, ocorre de modo mais direto, com parcelas do fundo partidário sendo repassadas por partidos às associações. Não é o caso do IFHC, já que o PSDB privilegia o Instituto Teotônio Vilela nessa operação – o que pode sugerir maior facilidade relativa de a entidade com o nome do ex-presidente se virar com recursos privados. A esse respeito, ver matéria do Poder 360: <https://www.poder360.com.br/brasil/partidos-aumentam-repasse-de-verba-do-fundo-partidario-para-fundacoes/>. Sobre o que Fernando Henrique declarou durante a inauguração do IFHC, ver reportagem da Folha de S. Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2205200416.htm>

<sup>9</sup> São eles: na Argentina, Universidad Torcuato di Tella, Universidad de San Andrés (MAPP e MAEP), Cadaf, Cippec, Red de Acción Política, Universidad Nacional de San Martín (CESC e Ciedal); na Bolívia, Instituto para la Democracia; no Brasil, FGV Direito Rio, Fundação João Pinheiro, IETS, Ipespe, Viva Rio; no Chile, Cieplan, Universidad Diego Portales; na Colômbia, Universidad de los Andes (DCP e Ceper), Fundación del Rosário (CEPI), Fundación Seguridad y Democracia; na Costa Rica, Secretaría General de Flacso; no Equador, Programa de Estudios Políticos de Flacso; na Guatemala, Universidad Rafael Landívar (Ingep), Doses; no México, Cide, Itam, Unam (SCS), Fundación Ethos; no Peru, Instituto de Estudios Peruanos, Cisepa: Escola de Gobierno de PUC; no Uruguai, Instituto de Ciência Política; e na Venezuela, Instituto Venezolano de Estudios Sociales y Políticos. Sobre o assunto, ver: Paulo (2020).



talecimento da rede associativa representada pela “Plataforma Democrática”, cujo objetivo seria **aclimatar** experiências históricas mais gerais à realidade social dos diferentes países latino-americanos. Do ponto de vista das classes que se organizam por esses meios, trata-se do fortalecimento de laços que aproximam setores sociais afins de espaços históricos distintos, do que resulta o estabelecimento do partido como o ponto de interseção entre diferentes experiências de lutas. Por conseguinte, o inventário supostamente mais vasto de tecnologias políticas assim reunido permite maior capacidade de diagnóstico sobre a “realidade nacional”, isto é, sobre o atual estado da correlação de forças em uma dada formação social – cujo interesse é inclusive de potência econômica, tendo em vista a proliferação nas últimas décadas de aparelhos de análise de riscos e oportunidades de mercado, incluindo aí não apenas “cálculos políticos” em suas relações com a geração de riquezas, mas também a prospecção de oportunidades de extração de valor gerado pela classe trabalhadora<sup>10</sup>. Isso porque a proposta de adoção de cotas raciais foi tratada com claro viés oposicionista na publicação, que responsabilizou “ONGs” e “grupos de militantes que se definem como representantes do movimento negro” de seguirem protocolos de enfrentamento da questão difundidos por “organizações internacionais” – nomeadamente a Ford Foundation. Na letra de Danilo Martuccelli e do acima citado Bernardo Sorj, o procedimento implicaria transferência acrítica de modelos de análise, acarretando a elaboração de políticas públicas indesejáveis, que assim resultariam no aprofundamento dos problemas no lugar do seu enfrentamento adequado. Caso o procedimento fosse aplicado, seriam acarretadas duas consequências indesejáveis. Em primeiro lugar, o panfleto destaca o fortalecimento de setores sociais cujo propósito, sempre segundo o documento,

“(…) é reescrever a história brasileira eliminando as referências aos complexos processos de mestiçagem, sincretismo cultural e

---

<sup>10</sup> Fontes (2020).



valorização da cultura africana, que deixaram forte marca na História do século XX. Para esses grupos, é necessário reconstruir a memória nacional enfatizando o período escravista, o sofrimento da população negra e as vantagens que supostamente gozaram os imigrantes europeus do começo do século XX” (Martuccelli; Sorj, 2008, p. 261). Essa narrativa histórica proteria os fundamentos da política de cotas, que, ao ser sancionada no Brasil, evidenciaria a segunda consequência, qual seja, o “privilégio arbitrário” de uma fatia da população, posto que, diferentemente do que seria verificável em outros lugares, no país a miscigenação dificultaria a identificação dos legítimos herdeiros de escravizados – e, portanto, do público-alvo das políticas de reparação.

“(...) a miscigenação, um processo de longa duração que começou com o início da colonização, (...) produziu uma sociedade na qual a maioria da população possui ancestrais negros, índios e europeus. O que em outros países pode ser óbvio, como nos Estados Unidos, onde o princípio da gota de sangue define a ‘raça’ à qual se pertence, no Brasil é a cor da pele (mas também do cabelo ou dos olhos) que organiza uma ampla nomenclatura, com dezenas de nomes que mudam de acordo com a região e na qual as fronteiras entre cada categoria não são claras. A miscigenação funcionou como principal mecanismo de ascensão social (no sentido de aceitação social mais do que de mobilidade econômica). Mas se a expectativa de casar com alguém mais branco foi a expressão de uma ideologia racista, o seu resultado prático levou a uma efetiva mistura racial que em boa medida diluiu a oposição branco/negro” (Martuccelli; Sorj, 2008, p. 262).

No que diz respeito à própria estruturação do partido com seus *think tanks*, o trato da questão racial no panfleto organizado pelo IFHC defende a malha associativa construída – representada pela amplitude e produtividade da “Plataforma Democrática”. Diferentemente de outras redes associativas desenraizadas, a que temos em tela seria capaz de propor a matização local das tecnologias políticas que circulam pelos seus amplíssimos nós. Dessa forma, permitir-se-ia a produção de



soluções coerentes com as diferentes realidades nacionais, evitando as distorções acima apresentadas. Contando com associações dessa natureza, o PSDB aparece como um partido capaz de propor soluções originais para os problemas dos grupos que tenta representar sem abdicar de conexões que asseguram constante atualização das formas de dominação contemporâneas, tornando-as mais plásticas, isto é, adaptáveis a diferentes conjunturas marcadas por distintas correlações de força entre setores sociais antagônicos.

Já no que toca aos problemas levantados, destaca-se que sua solução tem na base uma compreensão **biologizante** da chamada questão racial e passa por uma metodologia de enfrentamento que mobiliza a ideia da **focalização** – tão cara aos governos do PSDB durante os anos 1990. Com efeito, a partir da leitura do documento, é possível entender que políticas públicas são tão eficientes quanto mais precisas na definição do público-alvo. Por conseguinte, o que se defende é que a **miscigenação** impediria, na prática, uma reparação, pelo Estado, dos seus feitos de mais de um século antes. Daí as cotas raciais serem consideradas “políticas particularistas” em prejuízo de “direitos universais”, precisamente pela incapacidade de serem combinadas com o que se considera efetivo bem comum, isto é, o uso eficiente e impessoal dos recursos públicos. Isso considerado, é possível inferir que, ao menos nessa luta, o partido atuava de acordo com os interesses daqueles que, em nome de um **ajuste fiscal permanente**, beneficiam-se do fundo público<sup>11</sup>. Adicionalmente, é possível inferir que, do ponto de lógico, a tese então pontificada pela entidade acerca da questão racial no Brasil se opõe a qualquer política de reparação adotada por critérios raciais. Além de ineficiente e promotora de privilégios, o trato da questão na forma da política de cotas ainda reforçaria tensões raciais que poriam em risco o “tecido social”. Como organização também devotada à proje-

---

<sup>11</sup> Sobre o “ajuste fiscal permanente” e a apropriação do fundo público no período, ver: Behring (2018).



ção de poder e estabilização da dominação de classe, o IFHC se preocupava com o acirramento de contradições que poderiam evoluir para o conflito aberto, incluindo aí aquelas identificáveis entre frações raciais que constituem as classes sociais. O recurso à ideia que associa a chamada “questão racial” a um problema de “difícil solução”, por este prisma, põe obstáculos ao seu enfrentamento político, contribuindo com a reprodução dos padrões de desenvolvimento em curso.

Na conjuntura, é possível localizar ao menos um indício de poder organizativo da entidade – e, por extensão, de sua influência não apenas nos círculos tucanos, mas também no seu arco de alianças. Os argumentos defendidos na documentação estudada são similares aos que seriam esgrimidos, dois anos mais tarde, em 2010, por Demóstenes Torres, do DEM-GO, que então encabeçava um movimento para que seu partido deixasse de ser “apêndice do PSDB” (Campanerut, 2010). Na ocasião, o senador relatava o projeto de criação do Estatuto da Igualdade Racial, em sua passagem pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal<sup>12</sup>. Após evocar a prevalência do mérito em seleções públicas, o senador despacha contra as cotas raciais em instituições federais, alegando impossibilidade objetiva de definição dos grupos-alvo da medida no Brasil, dadas, por um lado, a sua inexistência do ponto de vista biológico, e, por outro, a dificuldade de se demarcar linha clara de separação entre brancos e negros. A exemplo do IFHC, Demóstenes também se mostrou preocupado com o “acirramento da questão racial no Brasil”<sup>13</sup> (que para

<sup>12</sup> A proposta para criação de um Estatuto da Igualdade Racial foi oferecida, em 2000, pelo então deputado Paulo Paim, do Partido dos Trabalhadores (PT-RS). Apresentada como fruto do debate do movimento negro, a redação original do PL no 3.198/2000 reunia, em 36 artigos, encaminhamentos para as áreas da saúde, educação, trabalho, cultura, esporte, lazer, acesso à terra e à justiça. Uma das novidades do PL foi a instituição de “cotas de 30% a 70% para afrodescendentes” em partidos e coligações para candidatura a cargos eletivos, medida que seria ampliada para outras áreas a partir de 2002, com o pensamento, pelo deputado Pompeo de Matos (PDT-RS), de cotas em Universidades Públicas Federais e Estaduais para estudantes negros e indígenas.

<sup>13</sup> Senado aprova Estatuto da Igualdade Racial, mas retira cotas para negros nas escolas. Ver: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/06/16/senado-aprova-estatuto-da-igualdade-racial-masretira-cotas-para-negros-nas-escolas>. Acesso em 10 mai. 2019.



o grupo que ele representava tinha significados práticos evidentes. Com efeito, segundo militantes do movimento negro que atuaram naquela luta, a conjuntura era marcada pela oposição cerrada da bancada ruralista a qualquer avanço na compreensão dos processos de racialização no Brasil (Geledés, 2010). De imensa representatividade no DEM, sobretudo por meio do deputado Onyx Lorenzoni (DEM-RS), grandes proprietários de terra temiam especialmente a facilitação da demarcação de terras quilombolas, processo que ganha força com a Constituição Federal de 1988, mas que poderia ser fortalecido pelo engajamento do Estado em políticas de reparação. Como é sabido, PSDB e DEM, ex-PFL, são aliados históricos no campo partidário, o que faz com que a base social do segundo também seja objeto de atenção privilegiada do primeiro<sup>14</sup>. Já a repetição de argumentos por um líder do DEM, especialmente por seu esforço declarado de se dissociar do PSDB, é o que parece sugerir algum grau de influência do IFHC acima destacado. O Estatuto da Igualdade Racial foi aprovado em 2010, liberando os Executivos federal, estadual e municipal da autorização do Legislativo para promoção de ações afirmativas contra as desigualdades raciais do país. O caminho era, assim, aberto para a efetivação das cotas raciais. Com efeito, apesar de o texto não prever a obrigatoriedade de sua aplicação, ele certamente dificultou a resistência à sua aprovação no Congresso pela ameaça de isolamento que representava. A Lei 12.711/2012, a “Lei de Cotas”, foi a resposta legislativa, assegurando a reserva de 50% das vagas em universidades e institutos federais para políticas de ações afirmativas – incluindo aquelas com critérios raciais. Na difícil conjuntura para a oposição, o IFHC voltaria a ser mobilizado como campo (e arma) de batalha. Dessa vez, a confrontação foi mais direta. No seminário “Raça e cidadania no Brasil: a questão das cotas”, realizado em novembro de 2011, Luiza Bairros, a ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), durante os governos do PT, foi

<sup>14</sup> Sobre a aliança entre PSDB e DEM, há uma série de escritos de Fernando Limongi. Indico um que trata da mesma conjuntura que a nossa. Ver: Limongi e Cortez (2010).



convidada para debater suas ações à frente do Estado brasileiro. Falando contra as cotas raciais, esteve a procuradora Roberta Kauffman, personagem de grande destaque na luta.

Em 2004, a Universidade de Brasília (UnB) adotou o sistema de cota para ingresso em seus cursos. 20% das vagas foram destinadas a negros e a negras. Um intenso debate foi a partir daí instaurado, no qual a participação de Roberta Kaufmann sobressaiu como voz contrária à medida. Procuradora do Distrito Federal e professora de Direito Administrativo na universidade, ela argumentava contra o que seria a instauração de um “Tribunal Racial similar ao de Nuremberg”, em referência à instituição do Terceiro Reich nazista (Kaufmann, 2010, p. 49). O centro da crítica era a atuação da Comissão Racial que, segundo ela, utilizava “processo secreto para revelar magicamente quem no Brasil é branco e quem é negro” (Kaufmann, 2010, p. 49), o que, sempre de acordo com a própria, contrariaria princípios consagrados pela Constituição Federal de 1988. Em 31 de julho de 2009, como advogada do DEM, Kaufmann ingressava com ação no Supremo Tribunal Federal, questionando a constitucionalidade da implementação de cotas raciais no Brasil (a ADPF 186, em 2012 julgada improcedente pela corte)<sup>15</sup>. Os conflitos na UnB se aguçaram em meados de 2011, com a professora declarando sofrer “perseguição ideológica” no campus da universidade, onde teria sido vítima de agressões, segundo matéria publicada pela Revista Veja (Ribeiro, 2011). Em julho daquele ano, o DEM, por meio do acima citado Demóstenes Torres, convida o reitor da instituição para explicar a situação ao Senado (Veja, 2011). Nessa conjuntura, debatia-se na imprensa o endurecimento da oposição do PSDB à implementação das cotas raciais no Brasil. Os tucanos teriam cogitado inclusive entrar com ação no STF contra decreto recentemente publicado pelo então

---

<sup>15</sup> O inteiro teor do acórdão pode ser lido aqui: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=6984693>



governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho (MDB)<sup>16</sup>. A medida reservava 20% de vagas em concursos públicos para indígenas e negros no estado. Roberta Kaufmann seria mais uma vez a advogada escolhida para a manobra, mas divisões internas no partido parecem ter bloqueado o movimento. A indecisão abriu espaço para Flávio Bolsonaro (PP-RJ), que tomou à frente do processo e ingressou com ação no Tribunal de Justiça do Rio, alegando inconstitucionalidade da norma sancionada (O Dia, 2011). Como se vê, àquela altura, o convite a Roberta Kaufmann para participação em seminário de debate sobre cotas raciais no IFHC é particularmente significativo, inclusive para entender o posicionamento de distintas frações que compõem o PSDB. Se, por um lado, a participação da intelectual na entidade demonstra como sua atuação na polêmica da UnB e suas posições sociais (de professora da universidade e procuradora federal) atraíram atenção de aparelhos privados de hegemonia – não sem razão, em 2011 ela se torna autora do Instituto Millenium, espaço que utilizou para difundir suas teses sobre a questão racial no Brasil<sup>17</sup> –; por outro, indica como o próprio Fernando Henrique Cardoso foi um dos responsáveis por empurrar o PSDB mais para perto do DEM e de sua base social durante a luta contra as cotas raciais no país, à revelia da resistência de setores do partido que preferiam tratar da matéria em outros termos. Ao fim do evento, o ex-presidente ratificou o posicionamento da entidade ao lado de Kaufmann, ainda que enfatizando o “apreço pelo debate” que supostamente caracterizaria o IFHC. “A luta é para garantir que hajam direitos universais”, declarou o tucano, “não é para garantir que hajam particularismos juntos. É para garantir que, havendo desigualdades, produzam-se situações em que se possa alcançar a igualdade, até na lei. O medo que tenho não é o debate (...), não há uma só forma de solucionar o problema, por isso temos de

<sup>16</sup> A notícia foi publicada por Lauro Jardim no início de setembro de 2011: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/tucanos-contra-cotas-2/>

<sup>17</sup> O acervo está disponível aqui: <https://www.institutomillenium.org.br/etiqueta/roberta-fragoso-kaufmann/>. Acesso em: 20 abr. 2022.



ter criatividade. Mas tribunal racial é inaceitável porque reforça o racismo, e a proposta é combater o racismo. (...) É importante que nesse embate vejamos sempre os limites. É inaceitável negar a desigualdade racial. Por outro lado, me parece que colocar na lei certas questões que impliquem critério de raça é perigoso. No dia em que se legalizar a raça entramos no caminho complicado”<sup>18</sup>.

O esforço de Cardoso, ainda que não tenha assegurado coesão interna no partido, foi suficiente para garantir posição contra a Lei de Cotas em sua passagem pelo Senado, em agosto de 2012. Aprovada por votação simbólica, durante a qual os parlamentares não precisam se manifestar contra a matéria em pauta, o projeto recebeu oposição de Aloysio Nunes, do PSDB-SP (Bomtempo, 2012). Uma semana depois, em reportagem publicada no dia 15 de agosto de 2012 pelo jornal O Globo, o ex-presidente já tratava publicamente do tema à luz do que foi discutido em evento promovido pela entidade que leva seu nome. A aprovação das cotas raciais, segundo ele, ameaçava “criar racismo no Brasil” (PSDB, 2012a). O posicionamento acompanhava o pronunciamento oficial do partido, que alguns dias antes havia declarado que o projeto de instituição de cotas raciais poderia promover “distorções” no país (PSDB, 2012b). Mas eram sabidamente os últimos tiros tucanos contra a matéria. A sanção presidencial da Lei das Cotas, em 29 de agosto de 2012, alterou a configuração dessas lutas. A partir de então, a disputa girou em torno de como e quando aplicar as cotas raciais. Após a derrota do candidato do PSDB, José Serra, nas eleições para prefeito de São Paulo – o eleito foi Fernando Haddad, do PT, que defendia a criação de uma secretaria de Promoção da Igualdade Racial na capital, devotada a “políticas exclusivas” para “a mulher negra e o jovem negro” (Santiago, 2011) – o governador Geraldo Alckmin se reuniu, em 4 de dezembro daquele ano, com representantes da Educafro, organização dirigida por

---

<sup>18</sup> A fala referida está em: <https://www.youtube.com/watch?v=HABuSr6qVbY&t=198s>. Acesso em 20 abr. 2022.



franciscanos que encampou a luta a favor das cotas raciais em instituições de ensino ao longo dos anos 1990. O objetivo do encontro foi apresentar propostas do PSDB-SP para a implementação de reserva de vagas para negros na USP, Unesp e Unicamp. Batizado de Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista (Pimesp), a proposta previa a reserva de metade das vagas nas universidades públicas do estado por critérios ditos “sociais” – de renda e de histórico escolar. Dessa parcela, uma fração, baseada na composição étnica de São Paulo, seria reservada à população negra. Dentro dos 50% de vagas a serem preenchidas pelos cotistas, por meio do vestibular, a partir de 2013, 35% seriam direcionados a negros – ou 17,5% do total. O modelo criaria, ainda, um curso intermediário entre os ensinos médio e superior. O *college*, como era chamado, pretendia **nivelar** os cotistas com os demais alunos e alunas da universidade (ADUSP, 2012).

A iniciativa foi elogiada por setores da imprensa empresarial – o jornalista Reinaldo Azevedo, na *Veja*, malgrado ainda se posicionasse contra qualquer tipo de cota, publicou coluna algumas semanas depois elogiando o projeto e aconselhando Dilma Rousseff e Aloizio Mercadante, Ministro da Educação, a copiá-lo (Azevedo, 2012). Já setores do movimento negro em São Paulo se posicionaram contra o Pimesp, considerado “preconceituoso” e “equivocado”, passando a pressionar pela aprovação do PL 530/04, que reservava por critérios raciais no mínimo 50% das cotas para alunos oriundos da rede pública de ensino em universidades estaduais (Gomes, 2013).

Em maio de 2013, Aécio Neves foi eleito presidente do PSDB com 97,3% dos votos. A questão racial não apareceu no evento que, na prática, foi transformado em ocasião de lançamento de sua candidatura à Presidência da República, nas eleições marcadas para o ano seguinte (Costa, 2013). Ainda em agosto de 2013, no entanto, o partido anunciaria o lançamento do Secretariado da Militância Negra – Tucanafro – em âmbito nacional. Formado como seção regional em 2006, o órgão do partido se fortaleceria na conjuntura que antecedeu as eleições presi-



denciais de 2014, quando, sobretudo por meio de seu presidente, Juvenal Araújo, atuaria para reformar simbolicamente a candidatura tucana. Em abril de 2014, Araújo participou da reunião da Executiva Nacional do PSDB, liderada pelo presidente da legenda, Aécio Neves, em Brasília. Na ocasião, o líder do Tucanafro ressaltou que o político era um dos que reforçavam a preocupação do partido com “o negro”. Isso, porque

em 2001, como presidente da Câmara dos Deputados, instalou a Comissão Especial do Estatuto da Igualdade Racial para debater o tema e propor ações. Em 2004, durante seu mandato em Minas, foi estabelecido o sistema de cotas e reserva de vagas na UEMG e na Universidade de Montes Claros, que reservou 20% das vagas para candidatos afrodescendentes. No governo, realizou as 1º e 2º Conferências Estaduais de Promoção da Igualdade Racial, que resultaram na criação do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial, em 2009 (Tucanafro, 2014a, n.p.).

Vemos, aqui, o reaparecimento do tema das **cotas raciais**, dessa vez em nova chave, inserido no que se apresentava então como o “histórico de lutas do partido contra as desigualdades raciais”. Com a aproximação das eleições presidenciais, o PSDB passa a investir em nova abordagem, que considera as políticas sociais atribuídas ao PT mera ampliação dos programas criados por governos tucanos, tanto em nível federal quanto estadual. Os mandatos de FHC, por conseguinte, passam por revisão no partido, do que resulta sua recuperação como “herança bendita” capaz de assegurar crescimento econômico e combate às desigualdades sociais (Carta Capital, 2013). Fica assim parcialmente explicado o comparecimento do ex-presidente ao evento de lançamento do Tucanafro em nível nacional, quando Cardoso foi convidado a falar de suas contribuições na luta contra o racismo no Brasil. Ocasão que aproveitou para reivindicar experiência acadêmica no estudo da questão, ainda que repetindo teses usadas antes, como vimos, para combater políticas sociais de corte especificamente racial.



Com o tempo cheguei à presidência da República e não ia esconder a minha história, minha experiência. Disse que essa distinção entre negro e branco no Brasil é muito fugaz. Se você for ler o livro do Gilberto Freyre, aqueles que ele considera como amarelinhos, escurinhos, mulatinhos, mirradinhos são os heróis nacionais. Quase todo tem lá o sanguinho meio estranho. (...) quando você vê um branco de verdade, nós não somos brancos. Nossa questão fundamental é que somos outra coisa. E temos de assumir que somos outra coisa e com orgulho dizer que pertencemos a um país que é formado por uma mistura muito grande, que não implica esconder identidade, mas implica dizer que temos identidades variadas, mas uma é maior: somos brasileiros e queremos viver juntos<sup>19</sup>.

Assim, de modo aparentemente paradoxal, sua carreira na política institucional foi relembrada na fala pelo que FHC considerou o pioneirismo no enfrentamento das desigualdades raciais no Brasil. Fato que, inclusive, forçaria o PSDB a adotar a agenda. “O primeiro título de terra dado a quilombolas dei eu, lá no Paraná”, disse,

assim como, quando Ministro do Exterior, eu vi que o Itamaraty à época era formado só por brancos. (...) Criamos uma bolsa para preparar negros para entrar no Itamaraty. (...) Também fiz um decreto para que no serviço público houvesse um espaço para negros. (...) Então eu sempre apoiei que tivéssemos políticas compensatórias, que houvesse um estímulo para que os negros pudessem participar. (...) O PSDB tem a obrigação de defender essas teses. Não só uma obrigação do ponto de vista racial, mas político, porque nós fomos os primeiros a defender essas coisas, os primeiros a declarar publicamente que nós temos um compromisso com os negros<sup>20</sup>.

<sup>19</sup> Fala disponível aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=3bUKoaUBOKs>

<sup>20</sup> Idem.



Em novo encontro entre FHC e lideranças do Tucanafro, dessa vez em 2014, às vésperas das eleições presidenciais, Juvenal Araújo esclarece a manobra em curso no partido.

O PSDB passou a nos enxergar de outra forma desde a sua palestra (de FHC) nos dez anos do Tucanafro (acima comentada). O que é importante para nós agora pensarmos é essa questão do resgate. O PT nos roubou, usurpou muitas bandeiras nossas. Essa do negro precisamos resgatar. Em 1995 o senhor (FHC) criou o grupo interministerial para tratar da questão da população negra, e logo no ano seguinte foi criado o Programa Nacional de Direitos Humanos, mas com uma ênfase forte na população negra. Ali naquele momento começou a se pensar muito fortemente a reparação, as políticas compensatórias...11 anos depois a gente vê o PT fazendo decreto e piorando a forma de pensar...o senhor deixou uma frase que a gente tá usando com muita lucidez, que é a 'luta não é do negro, é nossa', mencionando a social-democracia...o próprio Franco Montoro criou o conselho da comunidade negra, o primeiro órgão...então a gente tá vivendo um momento de resgate da história maravilhosa (...) que o senhor deu para o país, não só para o negro, mas o Plano Real, que nós entendemos que é um dos melhores programas para a igualdade de oportunidades<sup>21</sup>.

A ligação lógica com a candidatura de Aécio Neves à Presidência da República é explicitada por Ivan Lima, outro dirigente do Tucanafro presente na reunião.

---

<sup>21</sup> Fala disponível aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=BL5ZXWMKqRs>

Em Minas, Aécio Neves, quando era governador, ele então fez o primeiro e o segundo seminário estadual de promoção da igualdade racial. Criou o primeiro conselho estadual de promoção da igualdade racial, que tantos outros estados depois criaram. Minas hoje é o único estado que tem uma diretoria de vilas e favelas, que realmente trabalha em comunidades onde a maioria ainda é do povo negro. Esse trabalho de Aécio Neves, enquanto governador, também criou programas juntos aos quilombos, para que professores pudessem ser oriundos das comunidades e pudessem lecionar para os quilombolas. Essa é a nossa realidade em Minas, (...) mas o senador Aécio sempre buscou essa igualdade racial, é o principal entusiasta do Tucanafro<sup>22</sup>.

E reforçada por FHC na sequência.

Nossa oportunidade com Aécio é grande, não só por ter sido um bom governador, mas por ter essa visão (a favor da igualdade racial). (...) Aécio tem de demonstrar que a luta é a mesma, pela igualdade, pela democracia, e é ele quem mais encarna isso com muito vigor e com muita força. (...) Desde o século XIX tem luta do movimento negro. Agora chega, né? Temos de completar isso aí. Acho que o Aécio é o nome mais indicado para ajudar o Brasil nessa caminhada rumo a mais igualdade e democracia”<sup>23</sup>. O movimento em tela parece indicar o fortalecimento relativo de setores do PSDB mais interessados no trato da chamada questão racial no Brasil. Essa reforma simbólica da imagem do partido, operada com auxílio do Tucanafro, abre espaço no partido para o fortalecimento de setores que pressionam pela adoção de uma agenda de práticas contra a desigualdade racial. A oficialização da candidatura de Aécio Neves, um “pioneiro na aplicação das

---

<sup>22</sup> Idem.

<sup>23</sup> Idem.



cotas raciais”, à presidência da República pela sigla, todavia, foi acompanhada do anúncio de Aloysio Nunes como companheiro de chapa. O mesmo Nunes que, conforme acima pudemos observar, destacou-se na luta do partido contra a aprovação daquela forma de política afirmativa no Senado Federal.

## Considerações finais

Tomando o processo conforme acima foi analisado, isto é, de uma forma que busca integrar o posicionamento eleitoral de 2014 na conjuntura das disputas políticas travadas naqueles anos, é possível compreender esses movimentos contraditórios como expressão de uma transformação molecular desenvolvida no interior do partido. Com efeito, as eleições presidenciais daquele ano expressaram o fortalecimento de setores do PSDB mais próximos à extrema-direita, que chegaram a ser publicamente combatidos por Xico Graziano. Segundo ele, que posteriormente aderiria ao bolsonarismo, existiria então no Brasil

uma ideologia própria da direita que se encontra desamparada do sistema representativo, quer dizer, sem partido político. Sua força se mostra na rede da internet. Essa corrente luta para destruir o PT, acusando-o de querer implantar o comunismo por aqui. Defendem as liberdades individuais, combatem tenazmente a corrupção organizada no poder, desprezam totalmente as lutas sociais, mostrando-se intolerante com o direito das minorias. O Deputado Bolsonaro e o ensaísta Olavo de Carvalho são seus expoentes. Tudo bem. Acontece que, no período das eleições presidenciais, essa tendência se articula no seio do PSDB, trazendo para nosso partido suas causas. É normal existirem as alianças eleitorais, e para tal existe o segundo turno. O problema surge quando os militantes da direita exigem que nós, os sociais democratas, encampemos sua ideologia, o que seria um absurdo. (...) Quem concordar com as teses dessa turma aguerrida que vê o comunismo chegando, é contra os benefícios sociais, sonha com a ordem militar, por favor, deixem o PSDB. Vocês é que estão no lugar errado, não eu” (Congresso em Foco, 2014, n.p.).



O esforço em dissociar o PSDB desses setores acaba revelando a penetração de suas causas na sigla, o que é o mesmo que dizer que setores vinculados a essa agenda são fortalecidos dentro do partido. Não chega a ser uma observação original, posto que o fenômeno se torna evidente com a derrota nas eleições presidenciais, quando o partido assume postura golpista contra o segundo mandato de Dilma Rousseff.

O que se tentou demonstrar aqui é que esse processo não se efetiva da mesma forma em todas as alas que compõem o PSDB. No trato da questão racial no Brasil, especificamente no que diz respeito à efetivação de cotas raciais no país, a posição tucana seguiu rota inversa. No primeiro corte do período que aqui destacamos, o trato da dita questão ficava a cargo de intelectuais contrários a políticas afirmativas de corte racial, razão pela qual tratavam do tema por viés biologizante, o que, na prática, retirava os fundamentos de políticas de reparação contra os legados do escravismo. A difusão de concepções que tratam da questão por um ponto de vista social, a partir de 2013, não sem razão foi acompanhada do fortalecimento interno de intelectuais negros, cujo aparecimento se dá principalmente no trato específico da questão racial. A elevação do Tucanafro ao status de secretariado nacional é indício importante desse processo, que pode ter na base uma alteração na correlação de forças do partido motivada pelas jornadas de junho de 2013, símbolo de intensificação das contestações contra o racismo estrutural no país.

Os limites do presente texto não permitiram avaliar detalhadamente o desenvolvimento do Tucanafro. Salta aos olhos, entretanto, o reposicionamento do partido frente à polêmica das cotas raciais. Em 20 de maio de 2014, o site do secretariado anunciava a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 29/2014 no Senado. O texto garantia a candidatos negros 20% de vagas em concursos a serem realizados por órgãos da administração pública federal, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela união. A publicação destaca a fala da



senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), para quem a aprovação da matéria representava um passo importante para superar a ausência de políticas específicas para negros e negras no pós-abolição (Tucanafro, 2014b).

A sanção da matéria pela presidenta Dilma Rousseff, em 09 de junho daquele ano, deu continuidade à defesa das cotas raciais no espaço. Em publicação do mesmo dia, Juvenal Araújo considerou a aprovação da lei “tardia” e “insuficiente”.

E os [cargos] comissionados? Sabemos que o Governo Federal emprega mais de 22 mil pessoas nesta modalidade, logo, seria o momento de também assumirem este compromisso de garantirem espaço aos negros em todas as áreas, não só para concursados. Sabemos que negros dificilmente costumam ter padrinhos, então, é imprescindível uma cota também neste caso (Tucanafro, 2014c, n.p.).

É claro que mesmo com o fortalecimento desses setores, o trato da questão racial pelo PSDB segue no tom geral das políticas do partido – devendo, por exemplo, articular-se com as alas que aderiram claramente à extrema-direita naqueles anos e mesmo depois. Isso não deixa de significar um fenômeno interessante, principalmente se nos perguntarmos o que foi capaz de operar essa transformação em um partido da ordem, como é o tucano, em momento em que o sentido geral da politização das classes dominantes passaria a apontar na direção do ataque contra direitos sociais. A resposta pode ajudar a entender como, em momento decisivo na história brasileira, a luta contra relações de poder estabelecidas no país pode resultar em importantes vitórias, ainda que muito limitadas, quase defensivas.





## Referências

ADUSP. **Agora Alckmin quer cotas. E a USP?**, 2012. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/index.php/universidade2/131-usp-democratica/1547- agora-alcmin-quer-cotas-e-a-usp>. Acesso em 19 abr. 2022.

Alberti, Verena; Pereira, Amilcar Araujo. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, jan./jun.2006, p. 143-167.

Azevedo, Reinaldo. Se é para haver cotas, que Dilma e Mercadante copiem o modelo do governo Alckmin. **Veja**, 21 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/se-e-para-haver-cotas-que-dilma-e-mercadante-copiem-o-modelo-do-governo-alcmin/>. Acesso em 19 abr. 2022.

Behring, Elaine. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e Contrarreformas no Brasil da redemocratização. **Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2018.

Bernstein, Serge. Os partidos. In: Remond, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

Bomtempo, Cláudia. Senado aprova sistema de cotas para universidades federais, **G1**, 08 de agosto de 2012. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2012/08/senado-aprova-sistema-de-cotas-para-universidades-federais.html>. Acesso em 20 abr. 2022.

Campanerut, Camila. Renovação do DEM inclui deixar de ser “apêndice do PSDB”, diz Demóstenes Torres. **UOL**, 08 de dezembro de 2010. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2010/12/08/renovacao-do-dem-inclui-deixar-de-ser-apendice-do-psdb-diz-demostenes-torres.htm>. Acesso em 10 abr. 2022.

Carta Capital. **PT está exaurindo a herança bendita de FHC, diz Aécio**, 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/pt-esta-exaurindo-a-heranca-bendita-de-fhc-diz-aecio/>. Acesso em 17 abr. 2022.

Castro, Fernando. Aécio diz que Dilma está ‘à beira de um ataque de nervos’. **G1**, 13 de outubro de 2014, disponível aqui: <https://g1.globo.com/pr/parana/eleicoes/2014/noticia/2014/10/aecio-diz-que-dilma-esta-beira-de-um-ataque-de-nervos.html>. Acesso em 09 abr. 2022.

Congresso em Foco. **A íntegra do manifesto contra as cotas raciais**, 04 de julho de 2006. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reporgem/a-integra-do-manifesto-contra-as-cotas-raciais/>. Acesso em 09 abr. 2022.

Congresso em Foco. **Tucano critica pedido de Impeachment de Dilma e é hostilizado**, 04 de novembro de 2014. Disponível em: <https://congressoemfoco.com.br/2014/11/04/tucano-critica-pedido-de-impeachment-de-dilma-e-e-hostilizado/>.



uol.com.br/projeto-bula/reportagem/tucano-pede-que-apoiadores-de-impeachment-deixem-o-psdb/. Acesso em 22 abr. 2022.

Costa, Fabiano. Aécio é eleito presidente do PSDB com 97,3% dos votos do partido. **G1**, 18 de maio de 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/05/aecio-neves-e-eleito-presidente-do-psdb-com-973-dos-votos-do-partido.html>. Acesso em 17 abr. 2022.

Datafolha. **Desempenho na saúde é razão mais citada por descontentes com Dilma**. 24 de abril de 2014. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2014/04/1444818-desempenho-da-saude-e-raza0-mais-citada-por-descontentes-com-dilma.shtml>. Acesso em 18 abr. 2022.

Fleck, Isabela. FHC diz que casos de corrupção no governo PT têm sido 'quase uma regra'. **Folha de S. Paulo**, 09 de setembro de 2014. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/09/1513301-fhc-diz-que-casos-de-corrupcao-no-governo-pt-tem-sido-quase-uma-regra.shtml>. Acesso em 09 abr. 2022.

Folha de S. Paulo. **65% apoiam cotas raciais nas universidades**, 23 de julho de 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2307200608.htm> Acesso em 09 abr. 2022.

Fontes, Virginia. Capitalismo filantrópico? – múltiplos papéis dos aparelhos privados de hegemonia empresariais. **Revista Marx e o Marxismo - Revista do Niep**, v. 8 n. 14, 2020.

Geledés. **O Estatuto da Igualdade Racial**, 13 de julho de 2010. Disponível em: [www.geledes.org.br/o-estatuto-da-igualdade-racial/](http://www.geledes.org.br/o-estatuto-da-igualdade-racial/). Acesso em: 10 mai. 2019.

G1. **Ibope e Datafolha divulgam pesquisa sobre segundo turno da disputa presidencial**. 10 de outubro de 2014. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2014/10/ibope-e-datafolha-divulgam-pesquisa-sobre-2-turno-da-disputa-presidencial.html>. Acesso em 21 abr. 2022.

Gomes, Rodrigo. Movimento negro cobra mudanças na política de cotas de São Paulo. **Rede Brasil Atual**, 30 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/01/movimento-convocam-plenaria-para-cobrar-governo-de-sao-paulo-sobre-politica-de-cotas/>. Acesso em 19 abr. 2022.

Gragnani, Juliana. Exclusivo: investigação revela exército de perfis falsos usados para influenciar eleições no Brasil. **BBC Brasil**, 08 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42172146>. Acesso em 09 abr. 2022.

Kaufmann, Roberta. A Desconstrução do Mito da Raça e a Inconstitucionalidade de Cotas Raciais no Brasil. **DPU**, Nº 36 – Nov-Dez/2010.



Kucinski, Bernardo. O ataque articulado dos barões da imprensa: a mídia na campanha eleitoral de 1989. In: \_\_\_\_\_. **A síndrome da antena parabólica**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1998.

Limongi, Fernando; Cortez, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Revista Novos Estudos**, novembro de 2010.

Louven, Mariza. Em 2006, eleitorado do petista muda de perfil. **O Globo**, 10 de setembro de 2006, O País, p. 8 Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/402337/complemento\\_1.htm?sequence=2&isAlloved=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/402337/complemento_1.htm?sequence=2&isAlloved=y). Acesso em 12 abr. 2022

Martuccelli, Danilo; Sorj, Bernardo. **O desafio latino-americano. Coesão social e democracia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2008.

Miguel, Luis Felipe. Mídia e manipulação política no Brasil – a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998. **Comunicação & Política**. Rio de Janeiro, VI (2/3), 2019, p. 119-138.

O Dia. **TJ avaliará cotas raciais em concurso**, 08 de setembro de 2011. Disponível em: <https://www.oabrj.org.br/noticias/tj-avaliara-cotas-raciais-concurso>. Acesso em 11 abr. 2022.

Paulo, Diego Martins Dória. A Plataforma Democrática e a “coesão social na democracia” na América Latina (2007-2017). **Revista eletrônica da Anphlac**, Nº 28, Jan./Jul., 2020, p. 138-163.

PSDB. **“O risco é de criarmos racismo no Brasil”, diz FHC sobre cotas no ensino superior**, 15 de agosto de 2012a. Disponível em: <https://www.psd.org.br/acompanhe/noticias/fh-o-risco-e-de-criarmos-racismo-no-brasil>. Acesso em 20 abr. 2022.

PSDB. **Projeto de lei de cotas pode criar distorções**, 10 de agosto de 2012b. Disponível em: <https://tucano.org.br/projeto-de-lei-de-cotas-pode-criar-distorcoes/>. Acesso em 20 abr. 2022.

Ribeiro, Gustavo. Madraçal no Planalto. **Veja**, 04 de julho de 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/madracal-no-planalto>. Acesso em 09 abr. 2022.

Rocha, Camila. **Menos Marx, mais Mises. O liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.

Santiago, Tatiana. Haddad anuncia secretários e diz que terá modelo inédito em subprefeituras. **G1**, 28 de novembro de 2011. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/11/haddad-anuncia-nome-de-sete-novos-secretarios-em-sp.html>. Acesso em 19 abr. 2022.

Tucanafro. **Aécio Neves adere a campanha do Tucanafro Brasil: “moreno não, sou negro”**, 22 de abril de 2014a. Disponível em: <https://www.psd.org.br/tuca->



nafro/aecio-neves-adere-a-campanha-do-tucanafro- brasil-moreno-nao -sou-negro/. Acesso em 17 abr. 2022.

Tucanafro. **Senado aprova cota para negros em concursos públicos**, 20 de maio de 2014b. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/tucanafro/senado-aprova-cota-para-negros-em-concursos-publicos/>. Acesso em 22 abr. 2022.

Tucanafro. **Após aprovação da cota para concursos, Juvenal lamenta o baixo número de negros em cargos comissionados**, 09 de junho de 2014c. Disponível em: <https://www.psdb.org.br/tucanafro/apos-aprovacao-da-cota-para-concursos-juvenal-lamenta-o-baixo-numero-de-negros-em-cargos-comissionados/>. Acesso em 22 abr. 2022.

UOL. **Pesquisa ibope mostra que Dilma venceria eleição de 2014 em primeiro turno, 18 de novembro de 2013**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/11/18/pesquisa-ibope-mostra-que-dilma-venceria-eleicao-de-2014-em-primeiro-turno.htm>. Acesso em 19 abr. 2022.

Veja. **Reitor da UnB terá de explicar perseguição ideológica**, 2011. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/reitor-da-unb-tera-de-explicar-persegui-cao-ideologica/>. Acesso em 09 abr. 2022.





A Coleção Sociologias Necessárias é formada por sete livros, organizados por diferentes docentes do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Sergipe. Os volumes abordam algumas das principais discussões realizadas durante o III Seminário Nacional de Sociologia, promovido pela mesma instituição, realizado no ano de 2020. Cada livro conta com a colaboração especial de pesquisadores nacionais ou internacionais, que participaram do seminário. Vivemos tempos difíceis com os novos desafios gerados pela crise sanitária mundial, pelas radicalizações no campo da posição de ideias na política e pela ampliação das desigualdades sociais. Os entendimentos se tornaram mais difíceis e as animosidades mais exaltadas, incluindo aí certa crise na produção científica e na análise sociológica. A reflexão proposta pela organização e pelos volumes desta coleção atravessam tais desafios, com temas como política, juventudes, trabalho, cidade, migrações, economia e africanidades.

